

BOYRÁ

JULHO A DEZEMBRO DE 2017 | Nº 05

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE DO TAPAJÓS



Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Biblioteca da Faculdade do Tapajós

S678r Sociedade Educacional do Vale do Rio Tapajós - Faculdade do Tapajós
Revista Acadêmica da Faculdade do Tapajós - Boyrá/
Sociedade Educacional do Vale do Rio Tapajós - Faculdade do Tapajós, Biblioteca - Itaituba, Pa: Gráfica Tal, 2017. 196 p.; il.

Catálogo e elaboração: Ronne Clayton de Castro Gonçalves. Edição: Edição Carolina W. Pescaria, Direção geral: Jussara Whitaker. Semestral e acadêmica.

1. Cultura. 2. Transamazônica. 3. Educação. 4. Aprendizagem I. Título.
II. Faculdade do Tapajós. III. GONÇALVES, Ronne Clayton de Castro.

CDD 370.1523

ISSN 2357-8815

Homenagem Póstuma a Profa. Jussara Whitaker

Há seres humanos que, pela grandeza de que se revestem e pela importância da obra que realizam, transcendem o tempo que lhes é dado viver. Assim foi a Profa. Jussara Whitaker, cuja morte prematura no dia 03 de dezembro de 2017, em virtude de ataque cardíaco, faleceu, em Itaituba no Estado do Pará.

A professora Jussara Whitaker era socióloga, graduada em ciências Sociais, com pós-graduação em Psicologia Educacional com ênfase em Psicopedagogia Preventiva e Doutorado em Ciências da Educação, portanto com grandes méritos, e portadora de justo renome na região oeste do Estado do Pará.

Partilhamos a tristeza e a dor pela perda não apenas da parceira de lutas, mas da companheira de sonhos. Um contraditório sentimento de pesar e de esperança traduz a emoção que nos domina: pesar pelo desaparecimento dessa grande educadora uma das maiores da sua geração, e a esperança pela certeza de que não foi vã a vida que tão corajosamente a profa. Jussara Whitaker soube viver.

Nascida em 1954 em Presidente Prudente Estado de São Paulo, mudou para Itaituba no ano de 1988, ocupando diversos cargos nas escolas de Itaituba iniciando assim sua longa e brilhante carreira didática, exercida em várias faculdades de Itaituba, e continuada depois como Diretora da Faculdade do Tapajós- FAT, onde também atuava como docente, portanto trabalhava ativamente, e essa revista que ora apresentamos tenha sido seu último trabalho.

Dedicando-se à Educação Jussara Whitaker tinha vários trabalhos publicados em revistas nacionais e internacionais. Dotada de sólida cultura e grande capacidade de entendimento, acuidade crítica e observação, seus trabalhos refletiam seu caráter pois transmitiam um profundo conhecimento da psicopedagogia com sólidas bases nas ciências sociais. E, um meticuloso espírito crítico com integridade e moral baseados na literatura nacional e internacional, e no agudo senso de justiça que a impulsionaram a desenvolver vários trabalhos de vanguarda na região. Profa. Jussara Whitaker foi uma das Educadoras de Itaituba que mais batalhou contra injustiças sociais e na luta pela educação inclusiva e multicultural em Itaituba.

Das qualidades da profa. Jussara Whitaker como professora e Diretora da Faculdade do Tapajós dizem bem os elogios que foram feitos pelas profas. Sônia Maria Caetano, Profa. Elza e profa. Elenilda Fidelis (in memoriam) que trabalharam



por muito tempo com ela, e se habituaram a apreciar como a profa. Jussara conseguia com que os alunos se interessassem por temas complexos e da forma como ela conseguia transmitir os conteúdos e expressar sentimentos com tanta facilidade.

Outra qualidade relevante em destaque era a franqueza que estava sempre presente em suas críticas, mas bastante contundentes e refletiam exatamente aquilo que pensava sobre os trabalhos que lia dos alunos. Por esse motivo, sua orientação em trabalhos era altamente apreciada o que a qualificava como árbitro e censora das publicações de trabalhos acadêmicos e das publicações da revista acadêmica Boyrá da FAT. As construtivas análises conduziam a sadias polemicas que devido ao elevado espírito eram conduzidas a férteis intercâmbios de ideias fortalecendo os laços de confiança e amizade entre professora e alunos/discípulos.

Pelo modo e expressões carinhosos como professores e amigos a tratavam de “Jú” é possível perceber o quanto a profa. Jussara Whitaker era querida nos meios educacionais de Itaituba, tanto seu valor ético e moral como pelas suas qualidades como socióloga e grande educadora.

Marcia Lasmar Bieri



EXPEDIENTE

FAT - Faculdade do Tapajós
Rua Homero Gomes de Castro, 597,
Bairro Bela Vista - Itaituba - Pará
CEP 68180-250
www.faculdadedotapajos.edu.br
Contatos: (93) 99160-2678 | 99238-9100

Mantenedora

Sociedade Educacional do Vale do Rio Tapajós

Direção Geral

Profª Jussara Whitaker

Revista Acadêmica da Faculdade do Tapajós - Boyrá

<http://www.faculdadedotapajos.edu.br/revista-boyra/>

A Revista Boyrá é uma publicação semestral, de caráter multidisciplinar.

Presidente do Conselho Editorial

Jussara Whitaker

Conselho Editorial

Ruben Manuel Roman
Elzanira Sousa de Oliveira
Jussara Whitaker
Zadoque Freitas Nunes
Sonia Maria Caetano
Carolina W. Pescaria
Marcia Eloisa Lasmar Bier

Pareceristas

Ruben Manuel Roman
Jussara Whitaker
Marcia Eloisa Lasmar Bier
Manuel Elbio Aquino Sequeira
Jossehan Galúcio da Frota

Revisor de Normas Acadêmicas

Ronne Clayton de Castro Gonçalves

PONTO DE PARTIDA

O Conselho Editorial da Boyrá sente-se privilegiado por apresentar ao público acadêmico - não somente da Faculdade do Tapajós - mais uma edição da revista, com treze artigos e vinte e um pesquisadores. Por ter um perfil multidisciplinar, a Boyrá integra tanto o discurso educacional, como o ambiental, o sociológico, o histórico, por exemplo, traduzidos em importantes pesquisas desenvolvidas por professores\pesquisadores da cidade de Itaituba, como outros de Araraquara, no interior do estado de São Paulo, verdadeiro manancial científico representado por respeitáveis instituições universitárias como a UNESP e a UNIARA¹, também do Instituto Federal do Pará, ou então de Montes Claros, município mineiro.

Cleide Aparecida da Silva em seu artigo, o primeiro da revista, “A formação inicial e continuada de professores para o atendimento educacional especializado na zona rural,” faz uma abordagem sobre a formação inicial e continuada do professor no atendimento de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE). A pesquisa realizada analisou a participação da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Itaituba, por meio da Coordenação de Educação Especial na promoção da formação inicial e continuada dos profissionais que atuam no atendimento educacional especializado na sala de aula regular nas escolas públicas do município, com ênfase na escola rural.

Manuel Bruno Campelo da Silva e Lenimar Vendruscolo Mery no artigo intitulado “A importância da gestão do conhecimento nas organizações,” nos falam sobre a gestão do conhecimento, analisando a relevância dessa estratégia gerencial nas organizações, onde o diferencial competitivo está na criatividade humana. Em seguida, a Boyrá traz o artigo “A educação como contraponto ao fenômeno da globalização a partir das contribuições de Morin, Maffesoli, Flores e Varela,” autores contemporâneos que enfatizam a educação humanizadora em contraponto à educação disseminada pela globalização, através da caneta (teclado do computador seria mais acertado dizer) de Jussara Whitaker e Marília W. Pescaria.

A historiadora Raquel Peres Rocha apresenta uma interessante abordagem histórica e antropológica sobre o alimento, nos dizendo que ele representa a própria dinâmica social dos grupos históricos, e mesmo quando se modifica, permanece junto à história do homem, sob o título “Alimentação como patrimônio cultural: especiarias, temperos, cereais, vegetais e carnes como processos simbólicos das manifestações históricas”.

Os dois próximos artigos produzem inquietações no leitor porque além de críticos, são denunciadores em relação às posturas culturalmente equivocadas, um

1 UNESP, Universidade Estadual Paulista; UNIARA, Universidade de Araraquara.

deles - “Questões relativas à problemática jurídica e as relações homoafetivas, em especial, a adoção” - do professor e jornalista Antonio Márcio da Silva Vieira, se constitui em uma revisão bibliográfica de concepções que se perderam com o passar do tempo e pelas visões mais contemporâneas sobre a adoção por casais homoafetivos, uma temática polêmica marcada principalmente pelo confronto de ideias. O outro, de Fábio Carlos R. Alves e Dulce C. A. Whitaker, tem por objetivo contribuir para o contemporâneo cenário político-social brasileiro, no que tange à influência da mídia, mais precisamente a Rede Globo, no processo e na formação de opinião. Os autores traçam paralelamente a relação entre o jornalismo da Rede Globo (atualmente Grupo Globo), leia-se Jornal Nacional (JN) e as principais decisões políticas, sociais e econômicas adotadas pela “sociedade brasileira”.

Jéssica Leandro de Brito e Jossehan Galúcio da Frota demonstram os problemas de saúde pública causados por parasitas intestinais, a partir de pesquisa realizada no laboratório do Hospital Municipal de Itaituba por meio do exame parasitológico de fezes. Trata-se de um relevante artigo, dada a ausência deste tipo de estudo na região, sob o título de “Doenças causadas por protozoários intestinais no município de Itaituba (Médio rio Tapajós), Pará, Brasil”.

Com o artigo “Orientação sexual: Diretrizes curriculares e prática docente”, a pedagoga Patrícia Alves discute o cumprimento ou não do que prescrevem os Parâmetros Curriculares Nacionais quanto à Orientação Sexual, o seu tratamento de forma transversal e a prática docente, verificando também como a sexualidade tem sido tratada nas escolas da rede pública. Outro pedagogo, João Diogo Rego Silva também direciona seu olhar para a rede pública, trazendo as controvérsias da Educação de Jovens e Adultos, a EJA, preocupando-se em entender porque o ensino apresenta baixo rendimento e alto índice de abandono escolar. O artigo leva o nome de: “Educação de Jovens e Adultos: uma análise situacional na rede municipal de ensino do município de Itaituba”.

Fabiano Hector Lira Muller e Adriane Ribeiro Falcão avaliam as dificuldades de implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) em uma empresa do setor industrial do município de Itaituba, no ramo da fabricação de tijolos e telhas. Realizam uma pesquisa de campo, avaliando se estão sendo trabalhadas as práticas de gestão ambiental. O artigo por eles assinado é: “Principais barreiras a implantação de um sistema de gestão ambiental em uma empresa do setor industrial no município de Itaituba/PA.”

“Atividades físicas na terceira idade: Uma Análise da Saúde do idoso na Praça Celso Matheus em Itaituba- Pará”, é uma investigação trabalhada por Márcio Silva Conceição e Tatiane Goularte. A pesquisa avaliou os benefícios das atividades físicas, as precauções em relação aos tipos de exercícios que podem ou não

serem considerados benéficos para a terceira idade, destacando a importância da construção de projetos que venham a auxiliar os idosos em busca de uma melhor qualidade de vida.

Da Universidade Federal do Oeste do Pará, a UFOPA, recebemos o artigo de Erinaldo Silva Oliveira, Sandra Regina da Conceição Oliveira, Ronne Clayton de Castro Gonçalves, sob o título: “A pedagogia tecnicista como expressão do modelo da racionalização dos processos produtivos: influência do Taylorismo/Fordismo na Educação Brasileira”.

O último artigo, do professor José Antonio de Oliveira Junior, do IFPA, campus de Itaituba, se propõe a discutir as dificuldades que alunos encontram no ensino da geometria. No intuito de sanar tais dificuldades, o pesquisador utilizou um objeto virtual de aprendizagem (OVA) produzido pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), com o título “geometria no meu quarto”, que é um facilitador da aprendizagem. Neste artigo ele relata a experiência realizada com alunos do primeiro ano do curso técnico de Edificações. Assim, “A utilização de um objeto virtual de aprendizagem, para o ensino do cálculo de áreas de figuras planas no curso técnico integrado de Edificações do Instituto Federal do Pára – Campus Itaituba” fecha esta edição da Boyrá.

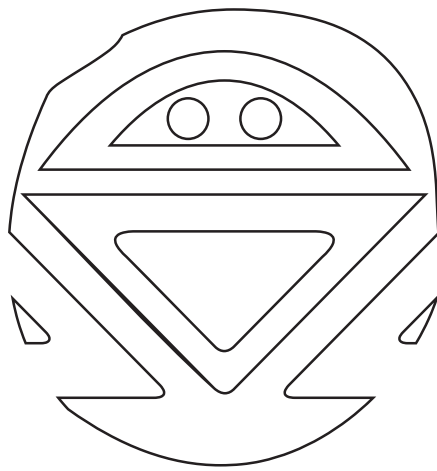
Nossos agradecimentos a todos estes pesquisadores.

Jussara Whitaker

Presidente do Conselho Editorial

SUMÁRIO

A formação inicial e continuada de professores para o atendimento educacional especializado na zona rural. <i>Cleide Aparecida da Silva</i>	11
A importância da gestão do conhecimento nas organizações. <i>Manuel Bruno Campelo da Silva e Lenimar Vendruscolo Mery</i>	23
A educação como contraponto ao fenômeno da globalização a partir das contribuições de Morin, Maffesoli, Flores e Varela. <i>Jussara Whitaker e Marília W. Pescaria</i>	36
Alimentação como patrimônio cultural: especiarias, temperos, cereais, vegetais e carnes como processos simbólicos das manifestações históricas. <i>Raquel Peres Rocha</i>	44
Questões relativas à problemática jurídica e as relações homoafetivas, em especial, a adoção. <i>Antonio Márcio da Silva Vieira</i>	59
Resenha sobre o Grupo Globo e sobre o JN, seu principal telejornal. Ou “Globo e você, tudo a ver”; Jornal Nacional tudo a ver com o poder. <i>Fábio Carlos R. Alves e Dulce C.A. Whitaker</i>	69
Doenças causadas por protozoários intestinais no município de Itaituba (Médio rio Tapajós), Pará, Brasil. <i>Jéssica Leandro de Brito e Jossehan Galúcio da Frota</i>	102
Orientação sexual: Diretrizes curriculares e prática docente. <i>Patrícia Alves</i>	123
Educação de Jovens e Adultos: uma análise situacional na rede municipal de ensino do município de Itaituba. <i>João Diogo Rego Silva</i>	139
Principais barreiras a implantação de um sistema de gestão ambiental em uma empresa do setor industrial no município de Itaituba/PA. <i>Fabiano Hector Lira Muller e Adriane Ribeiro Falcão</i>	149
Atividades físicas na terceira idade: Uma Análise da Saúde do idoso na Praça Celso Matheus em Itaituba- Pará. <i>Márcio Silva Conceição e Tatiane Goularte</i>	160
A pedagogia tecnicista como expressão do modelo da racionalização dos processos produtivos: influência do Taylorismo/Fordismo na Educação Brasileira. <i>Erinaldo Silva Oliveira, Sandra Regina da Conceição Oliveira, Ronne Clayton de Castro Gonçalves</i>	175
A utilização de um objeto virtual de aprendizagem, para o ensino do cálculo de áreas de figuras planas no curso técnico integrado de Edificações do Instituto Federal do Pára – campus Itaituba <i>José Antonio de Oliveira Junior</i>	186



A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ZONA RURAL

SILVA, Cleide Aparecida da¹

Resumo: O presente estudo faz uma abordagem sobre a formação inicial e continuada do professor no atendimento de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE). Fundamenta-se que com o desenvolvimento da sociedade a inclusão foi ou deveria ser adotada em todos os setores em que o homem atua, favorecendo sua abrangência nas relações cotidianas do contexto escolar, entre os professores e alunos da zona urbana e rural. Tal estudo com enfoque fenomenológico-hermenêutico, utiliza-se de entrevista dentro de uma abordagem qualitativa. A pesquisa foi realizada objetivando analisar a participação da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Itaituba, por meio da Coordenação de Educação Especial na promoção da formação inicial e continuada dos profissionais que atuam no atendimento educacional especializado e na sala de aula regular nas escolas públicas do município. A entrevista foi realizada com a coordenadora de educação especial. Ao término deste estudo foi possível constatar que na visão da entrevistada, a SEMED cumpre com seu papel na formação docente e os professores estão capacitados pedagogicamente para realizar o atendimento especializado na zona rural e urbana, mas que não há um real interesse dos docentes da sala de aula regular em promover uma inclusão de fato.

Palavras-chave: Educação especial. Educação rural. Inclusão

1 INTRODUÇÃO

Na relação cotidiana dos alunos com necessidades especiais verifica-se que são várias formas de atuar pedagogicamente, havendo a necessidade do profissional de sala de aula ter o acompanhamento de um professor itinerante para observar as atividades e ações dos alunos. Esse acompanhamento pedagógico da educação da zona rural não é favorável para os alunos por não haver esse profissional na escola, havendo a necessidade do professor da sala de aula realizar as duas funções.

Para esse estudo adotou-se a entrevista como instrumento de coleta de informações, a fim de analisar como a coordenadora da SEMED se posiciona frente ao processo de formação inicial e continuada dos atores sociais, históricos e educativos no processo de atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais, principalmente na zona rural do Município de Itaituba-Pa.

2 FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA INCLUSIVA

O movimento em favor da inclusão escolar constitui um grande desafio para os educadores e seus formadores, pois rompe com a ideia tradicional da educação escolar e busca condições cada vez mais justas e aperfeiçoadas para atender todos os aprendizes em suas necessidades e peculiaridades. O desafio propõe repensar a formação inicial e continuada

¹ Licenciada Plena em Pedagogia. Especialista em Docência Para o Magistério Superior. Técnica Educacional na rede Municipal de ensino. Docente do curso de Pedagogia da Faculdade do Tapajós.

dos professores e apoiar as mudanças no currículo dos cursos de formação de nível superior, tanto pública, quanto particular.

A partir da década de 90 inúmeros debates tem invadido o terreno da educação, esclarecidos através da implementação de um conjunto de transformações no funcionamento dos sistemas de ensino e na qualidade do seu atendimento. Articuladas a partir da aprovação da Constituição em 1988 e da LDB em 1996, as transformações têm se processado nos âmbitos do financiamento, do currículo, da gestão, da avaliação, da organização pedagógica, dos materiais didáticos, da presença dos instrumentos de comunicação na escola.

A sociedade brasileira é estigmatizada por práticas sociais preconceituosas e discriminatórias, a educação inclusiva geralmente não faz parte da matriz curricular da formação comum do educador. Na maioria das vezes, a educação inclusiva é vista como uma formação especial destinada àqueles profissionais que almejam trabalhar com indivíduos com necessidades educativas especiais.

O fato da formação dos educadores ser diferenciadas, só reforça o cenário capitalista, de uma educação elitizada, baseada na seleção dos “melhores” e na discriminação social de muitos. Negando dessa forma a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, bem como ao profissional da educação conhecer a realidade existente.

A qualificação do professor não deve estar atrelada à estrutura organizacional, pois mesmo que a escola se reestruture, se o professor não estiver devidamente preparado para atuar com esse novo público, o processo inclusivo estará seriamente comprometido. Pois o educador é o agente que está em contato diariamente com o educando, é ele que acompanha seus progressos e limitações e este deve estar capacitado para entender e participar deste mecanismo.

De acordo com a Legislação Educacional Federal em vigência (art. 62) a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. Ela, assegura aos alunos com necessidades educativas especiais o atendimento por professores com especialização, para atendimento especializado, bem como professores do ensino comum devidamente habilitados para a integração desses educandos nas classes regulares.

A Resolução nº 400/2005, que fixa diretrizes para o atendimento educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais no Sistema de Ensino do Estado do Pará, Capítulo VI, da Habilitação Profissional, Art. 21, propõe que o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais na Educação Básica deverá contar com profissionais devidamente habilitados, complementadas ao parágrafo único que “As instituições responsáveis pela formação de professores, em todos os níveis de ensino, deverão assegurar em

seus cursos conteúdos adequados ao desenvolvimento de competências e valores”, concluindo no Art. 22, que: “Os professores em exercício terão prioridade aos cursos para formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais dos municípios e Estado, visando suprir o atendimento escolar”.

Todos os cursos de formação de professores, do magistério às licenciaturas, devem dar-lhes a consciência e a preparação necessárias para que recebam, em suas salas de aula, alunos com e sem deficiências. Os cursos de formação de professores especializados em Educação Especial devem preparar esses profissionais, de modo que possam prestar Atendimento Educacional Especializado, em escolas comuns e em instituições especializadas, envolvendo conhecimentos como Código Braille, LIBRAS, técnicas que facilitem o acesso da pessoa com deficiência ao ensino geral, e outros com a mesma finalidade.

3 A EDUCAÇÃO RURAL E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Incluir os alunos do campo numa escola que seja genuinamente rural e que atenda as necessidades sociais e educacionais desse público, já desponta como uma premissa bastante complexa, pela forma como a educação do campo foi concebida no cenário educativo brasileiro. E quando se trata de incluir alunos com NEE nas escolas rurais, tal premissa torna-se um agravante considerável.

Sob a luz do conhecimento de Caldart, Cerioli e Kolling (2002) a Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas para não perderem suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade. Apresenta contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, lutando por direitos coletivos que dizem respeito à esfera do público. Surgiu como uma crítica para a educação pensada em si mesma ou em abstrato; seus sujeitos lutaram desde o começo para que o debate pedagógico se colasse à sua realidade, de relações sociais concretas, de vida acontecendo em sua necessária complexidade.

A educação rural nunca foi alvo de interesses para os governantes, ficando sempre relegada ao segundo ou terceiro plano, “apêndice” da educação urbana. Foi e é uma educação que se limita a transmissão de conhecimentos já elaborados e levados aos alunos da zona rural com a mesma metodologia usada na escola da cidade”. (BAPTISTA, 2003 apud JESUS; MOLINA, 2004, p.62).

A Educação do Campo deveria atender às especificidades e oferecer uma educação de qualidade, adequada ao modo de viver, pensar e produzir das populações identificadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) como do campo, que são: agricultores, criadores, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, caiçaras, seringueiros, capaz

de garantir para os povos do campo uma Educação Básica comprometida com um modelo de desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável e culturalmente aceito. Mas na prática, a educação que deveria ser do campo, nada mais é senão uma educação urbanocêntrica repetida no contexto rural, destoada totalmente daquela realidade.

Entender o significado de educação do campo para atender a diversidade que os sujeitos estão submetidos, tanto os sujeitos ditos normais quanto os com necessidades especiais, é assumir que ambos têm direito à educação, atendendo ao modelo universal.

4 PROFESSORES E ALUNOS NO PROCESSO EDUCATIVO

Para mencionar a relação professor-aluno na prática pedagógica vale lembrar Paulo Freire (1996) quando afirma sabiamente que não há docência sem discência, nesse sentido a atividade do professor deve pautar-se continuamente na realidade vivenciada do educando, evidenciando seus anseios, medos e perspectivas futuras que se firmam com o ingresso deste na sala de aula.

Decálogo para refletirmos sobre uma identidade em construção. Afirmção de que o formato desta identidade não é dada apenas pela geografia de nossa origem ou de nossa prática, mais muito mais pela gente, pelos sujeitos com quem trabalhamos. Ser um educador do campo é antes de tudo ser um educador do povo brasileiro que vive no campo, em suas diferentes identidades. (CALDART; CERIOLI; KOLLING, 2002, p. 128)

É improvável pensar uma educação do campo sem reconhecer tal localidade como específica com sujeitos próprios. O educador do campo comprometido com o desenvolvimento social e econômico deste, precisa ter sua prática docente condicionada ao processo histórico e evolutivo para chegar onde está e conseqüentemente os rumos que pretende seguir, e que cidadão almeja formar.

A educação do campo não deve se restringir aos “muros” da escola, o professor precisa estar ciente de todo o contexto envolto a essa realidade, a cultura, as relações de trabalho, a resistência à miséria, precisa estar preparado para lidar com diferentes cenários e atores, na perspectiva de tornar a prática pedagógica mais humanizadora, engendrando um jeito novo de ensinar que proporcione a formação de educandos conscientes de sua participação na transformação no ideário de opressão que se configura de modo geral no campo brasileiro.

Caracteriza-se por serem trabalhadores e trabalhadoras que em luta buscaram e buscam a conquista da terra, camponeses, filhos e filhas de camponesas e também pessoas urbanas, mas também que tem sua atuação no campo. (DOLL; CALDART; PALUDO, 2006, p. 145).

O educador do campo em sua maioria assume as lutas deste povo como suas. A realidade cobra do professor uma participação ativa nas lutas para transformar a conjuntura de opressão inerente à realidade em questão. Um militante no combate a exclusão do indivíduo que vive no campo, tira dele seu sustento e produz as relações pessoais nesta localidade, promovendo a inclusão deste não somente no processo educativo, mas no contexto social que a sociedade se insere, garantindo o exercício dos direitos de cidadão.

O sucesso das propostas de inclusão decorre da adequação do processo escolar da diversidade dos alunos e quando a escola assume que as dificuldades experimentadas por alguns alunos são resultantes, entre outros, do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada. (MANTOAN, 2007, p. 79).

A formação docente para atuar em escolas do campo deve estar articulada à uma proposta política e pedagógica com planejamento e metodologias aplicáveis a tal realidade. Flexível às intempéries, para que isso ocorra é necessária uma busca constante pelo conhecimento e pela atualização do currículo. Estabelecendo uma relação intrínseca com os sujeitos, evidenciando, valorizando e respeitando as diversidades culturais de cada campesino. E tal processo se torna mais acentuado quando se trata de ministrar aula para alunos que apresentam alguma necessidade educativa especial. Na utilização de técnicas e métodos avaliativos que proporcione o desenvolvimento de todos os envolvidos independente de ter ou não alguma restrição de aprendizagem, visando à formação deste como parte indispensável na construção deste cenário da realidade brasileira.

5 A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA-PA

Uma educação escolar contrária das práticas de segregação, isto é, não separa os alunos por suas consideradas incapacidades de aprender e/ou de conviver, há ganhos na formação individual dos que têm e dos que não têm deficiência. E é nessa ótica que deve ser (re) pensada a formação dos professores. No entanto, quando se fala em formação inicial para docentes da educação básica, não há muito o que se questionar, se leva em consideração o que está contemplado nos instrumentos legais de amparo a educação no país. Na Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação especial na Educação Básica, está evidenciada a inclusão e a formação de professores:

A Educação básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educativas especiais nas classes comuns do sistema de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da educação básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos. (BRASIL, 2001, p. 2)

Embora a educação inclusiva não seja uma modalidade tão nova na educação, como já foi mencionado outrora, ainda existe muita resistência por parte de muitos “educadores” no momento de aceitar a inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais – NEE no ambiente escolar. Muitos podem ser os motivos para justificar tal resistência, no entanto, o mais recorrente e talvez o mais plausível é a não qualificação profissional para atuar com tal público. Contudo, não é mais possível aceitar essa concepção fatalista de que o professor não está preparado para receber o aluno com NEE, pois desde a Constituição Federal de 1988, vem sendo contemplada tal educação inclusiva, nesse sentido, já passou tempo suficiente para essa adequação, pois a sociedade mudou e os princípios educativos são outros, e a escola da atualidade é a escola da inclusão.

Abriu a Escola para todos não é uma escolha entre outras: é a própria vocação dessa instituição, uma exigência consubstancial de sua existência, plenamente coerente com seu princípio fundamental. Uma escola que exclui não é uma escola [...]. A Escola, propriamente, é uma instituição aberta a todas as crianças, uma instituição que tem a preocupação de não descartar ninguém, de fazer com que se compartilhem os saberes que ela deve ensinar a todos. Sem nenhuma reserva. (MEIRIEU, 2005, p. 44).

Nessa perspectiva, não se pode dissociar a formação do professor de educação especial da formação do professor da educação geral, pelo contrário, a primeira torna-se parte integrante e indispensável da segunda. Adquirindo as mesmas relevâncias em discussões e debates. Nesse sentido, quando se pensa numa educação efetivamente para todos, como preconiza a legislação, deve-se pensar também na formação do professor que irá garantir a todos os educandos igual formação básica, seja ele “normal” ou “deficiente”.

Para além das imprescindíveis mudanças estruturais nas escolas, as ações educacionais inclusivas exigem a necessidade de se reenquadrar concepções de sujeitos e aprendizagens, de tal forma que um aluno com necessidades educativas especiais seja alvo de investimentos educativos pautados pela possibilidade de mudança qualitativa de sua atual condição. Nesse sentido entram em jogo as possibilidades de se modificar socialmente, nas relações, as decorrências daqueles aspectos considerados imutáveis, freqüentemente associados a causas orgânicas do que se entendem como deficiência. (BAPTISTA, 2006, p. 116).

Para se ter uma escola de fato inclusiva, depende do trabalho cotidiano dos professores na sala de aula e em todo o contexto escolar, com aplicação de metodologias onde todas as crianças possam participar de cada aula e da vida da escola como um todo, independente de qualquer limitação. Os professores, por sua vez, necessitam trabalhar em escolas que sejam planejadas e administradas na concepção de inclusão e que sejam apoiadas pela gestão e demais funcionários da escola, pela comunidade local, pelas autoridades educacionais locais e acima de tudo pelos pais.

Talvez uma das mudanças mais desafiadoras para os professores na inclusão escolar seja deixar de exercer um papel que foi tradicionalmente individual, e pensar

para uma atuação que exige compartilhar metas, decisões, instruções, responsabilidades, avaliação de aprendizagem, resolução de problemas, e a administração da sala de aula. Os professores precisam começar a pensar como a nossa classe, para se separar os medos inevitáveis e tensões associadas com as mudanças. (SILVA, 2010, p. 143).

É necessário que exista na escola inclusiva um modelo de ensino colaborativo, onde haja uma certa contribuição no processo de ensino-aprendizagem entre os professores regulares e os professores de atendimento educacional especializado. De forma que haja uma certa compatibilização de conhecimento e habilidades de ambos os profissionais visando garantir que se efetive essa ideia de inclusão

Esse ensino colaborativo definido por Gately (2001) e citado por Silva (2010, p.144) consiste:

Na colaboração entre os professores da classe comum e professores da educação especial, por meio do qual, ambos partilham responsabilidades com o processo de ensino aprendizagem dos alunos da sala de aula. Dessa forma, os dois professores trabalham juntos e desenvolvem um currículo diferenciado visando suprir as necessidades de todos os alunos, isso quer dizer que os professores dividem o planejamento, a apresentação de conteúdos, o manejo da sala de aula e avaliação com o objetivo de melhorar a aprendizagem.

Falar de inclusão escolar engloba muito mais significados do que se possa imaginar. Quando se pensa em tal temática, logo se remete à ideia da inserção de pessoas com necessidades educativas especiais no contexto de ensino, no entanto, incluir refere-se ao contrário de toda e qualquer forma de exclusão, de início pode parecer um conceito meio redundante, mas é exatamente nesse contexto que deve ser pensando e repensado a educação inclusiva.

Se tal análise for interpretada por uma ótica social, não é difícil pontuar as situações cotidianas de exclusão no contexto escolar. Os alunos que não apresentam os “padrões físicos socialmente aceitos” são excluídos, e é bem fácil entender porque isso ocorre, a escola, nada mais é hoje, do que uma reprodução da sociedade. E essa culpa não pode ser atribuída aos alunos, cabe a cada educador buscar mecanismos para minimizar esse estigma da exclusão que ronda o cenário da educação brasileira. E de fato, é certo que não é necessário uma disciplina específica nos cursos superiores para orientar os docentes como lidar com essa problemática, no entanto, deve partir de cada educador a reflexão de sua prática para atender tais anseios sociais.

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência [...]. Práticas de formação que tomem como referência as dimensões coletivas que contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores. (GALVÃO FILHO; MIRANDA, 2012, p. 17)

A formação inicial em nível de graduação dos cursos de licenciatura, principalmente de Pedagogia, ofertam em sua matriz curricular apenas a disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, para o atendimento de alunos com deficiências auditivas, as demais disciplinas que abrangem de forma generalista essas práticas, não contemplam as especificidades para o atendimento de alunos com as demais especialidades. Nesse pressuposto se faz necessário a oferta de contínuos cursos de formação continuada para sanar possíveis falhas remanescentes da formação inicial.

A necessária reciclagem profissional dos docentes. Da reflexão a emancipação. A mudança educacional as vezes pode vir imposta pela administração, porém o aperfeiçoamento profissional é algo inerente ao próprio profissional. Projeto da escola da diversidade necessita de uma formação continuada compartilhada entre professores da escola e a universidade. (GAIO; MENEGUETTI, 2011, p. 68).

Dentre as competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos professores para atuarem na escola inclusiva, está a capacidade de adaptar o planejamento e os procedimentos de ensino, e além disso é preciso também que os docentes reconheçam as competências dos alunos, e não supervalorizem apenas para suas limitações. É necessário que o aluno esteja de fato incluído e seja parte indispensável na construção do conhecimento

Nesse sentido foi realizada uma investigação junto a Coordenação de Educação Especial da Secretaria de Educação, com o objetivo de evidenciar se e como ocorre o processo de formação continuada dos professores do atendimento educacional especializado tanto da zona urbana quanto da zona rural, que é o foco principal da pesquisa. A coordenadora foi indagada se a Secretaria Municipal de Educação por meio da coordenação de educação especial promove formação continuada para os profissionais que atuam na educação inclusiva. A entrevistada respondeu que sim; através de palestras presenciais e programas de formação continuada a distancia.

Nesse sentido há um ponto a ser frisado quando se fala em inclusão, as palestras e formações promovidas pela SEMED, geralmente são direcionadas para os professores itinerantes, ou seja, não contempla os professores da sala de aula regular, e quando é oferecido para este ultimo publico, observa-se que os mesmos não demonstram muito interesse em participar.

Questionou-se se é promovido por parte da Secretaria de Educação encontros dialógicos com os professores que atendem alunos com necessidades educativas especiais. A coordenadora respondeu que sim. E destacou que quando solicitado o professor lotado na escola no atendimento educacional especializado estabelece essa parceria para um trabalho colaborativo. Destacou ainda a importância do trabalho articulado entre o professor da sala de aula regular e o professor do atendimento educacional especializado, a fim de garantir condições necessárias de ensino-aprendizagem das crianças com necessidades especiais em classes comuns do ensino regular.

Esse ponto destacado pela coordenadora, de se estabelecer um trabalho colaborativo entre o professor do atendimento educacional especializado e o professor do ensino regular é digno de uma análise mais detalhada, pois geralmente, na maioria dos casos, o professor da sala de aula regular não sente-se responsável ou até mesmo capacitado para mediar o conhecimento juntamente com os alunos com NEE, então numa eventual ausência do professor que faz o atendimento especializado o aluno acaba ficando prejudicado. O ideal seria que formação inicial de todas as licenciaturas contemplassem disciplinas específicas de atendimento especializado, dando suporte para os docentes ter domínio para lidar com alunos com NEE, uma vez que, para que haja uma inclusão efetiva é necessário que se inicie na formação dos educadores que parte determinante nesse processo de inclusão.

A inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da educação escolar e para o benefício de alunos com e sem deficiência. Depende, contudo, de uma disponibilidade interna para enfrentar as inovações e essa condição não é comum para os professores em geral. (GAIO; MENEGUETTI, 2011, p. 80)

Foi questionado se os professores da zona rural que fazem o atendimento educacional especializado estão devidamente preparados para receber os alunos com NEE e se existe uma política de formação continuada para tais professores. A mesma respondeu que os professores estão preparados para fazer o atendimento especializado para os alunos com NEE e pontuou ainda que a política de formação continuada acontece por meio do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC.

O sucesso da inclusão escolar não depende apenas de professores dedicados, competentes e com vontade de implementar mudanças em sala de aula para atender as necessidades educacionais especiais de seus alunos. Entre outros fatores, a inclusão escolar bem sucedida é fruto do trabalho de profissionais e de outras pessoas importantes na vida do aluno que, juntos, irão desenvolver e implementar estratégias visando a construção de uma escola democrática, no qual são desenvolvidas oportunidades para o aluno desenvolver suas habilidades e consequentemente permanecer na escola. (SILVA, 2010, p. 142)

Apesar de ser uma temática recorrente nas reuniões de pais e mestres, a presença da família na escola, ainda não é um ponto positivo na educação, pois elas se distanciam cada vez mais do âmbito educativo. E quando se trata de alunos com NEE esse distanciamento ainda é mais problemático, uma vez que tal público requer uma atenção especial tanto dos profissionais quanto da família para garantir êxito no processo de ensino aprendizagem.

No decorrer da entrevista foi indagado se a coordenadora considera a estrutura física, os materiais e os recursos didáticos favoráveis para o desempenho dos alunos com NEE na zona rural. A mesma respondeu positivamente, e acrescentou que os recursos na prática pedagógica dependerão das funcionalidades de cada estudante e de suas necessidades educacionais específicas. E lembrou que nem sempre a falta de recursos de acessibilidade está relacionada com a questão financeira, pois o professor pode utilizar recursos simples e con-

seguir garantir o acesso do seu aluno na aprendizagem, já que o professor pode utilizar de sua criatividade para realiza-la. Pontua ainda, não haver diferenciação entre escola inclusiva de zona rural e urbana, pois acredita que as políticas públicas no âmbito educacional tem sido pensadas e implementadas para que a escola se torne de fato inclusiva.

No entanto, essa homogeneização de atendimento desconsiderando as especificidades geopolíticas podem comprometer o processo de ensino-aprendizagem, pois remete-se a uma concepção urbanocêntrica, que de alguma forma apresenta-se descontextualizada da realidade da educação rural, principalmente no atendimento de pessoas com NEE que por si só já é uma conjuntura eminentemente específica a cada um.

De acordo com dados de censo escolar do ano de 2015 fornecido pela coordenação de educação especial, no ano de 2015 foram atendidos um quantitativo de 513 (quinhentos e treze) alunos com NEE, sendo 88 (oitenta e oito) da zona rural e 425 (quatrocentos e vinte cinco) da zona urbana, dentre esse quantitativo apenas 89 (oitenta e nove) receberam atendimento itinerante. Nesse contexto foram lotados 87 (oitenta e sete) professores especializados para realizar o atendimento de alunos com NEE, sendo 79 (setenta e nove) na zona urbana e 08 (oito) na zona rural, dentre os quais, 44 (quarenta e quatro) são efetivos e 43 (quarenta e três) temporários.

Mesmo que a formação do professor para atuar na escola inclusiva seja de suma importância, esse profissional deve ser sensível à condição de cada aluno, e adequar sua prática pedagógica às necessidades educativas especiais de cada aluno com NEE e isso requer um estudo minucioso acerca do comprometimento do público em questão, exige um conhecimento profundo não só técnico, mas social da realidade do educando para tornar o processo de ensino aprendizagem mais significativo para este.

É indispensável o estudo acerca da conjuntura do educando com a finalidade conhecer seus gostos, costumes, sonhos, relações interpessoais e etc. na perspectiva de aproximação das aspirações do aluno alguns parâmetros devem ser observados, tais como: o desenvolvimento cognitivo do aluno, a questão da autoestima, a visão que este tem de si mesmo e dos outros. As relações entre seus pares e os profissionais da escola. O convívio familiar, se este favorece o desenvolvimento escolar do mesmo. As relações com a sociedade de um modo geral.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a investigação científica proposta no presente estudo, foi possível constatar que a Secretaria Municipal de Educação de Itaituba-Pa, por meio da Coordenação de Educação Especial, promove de certa forma a formação continuada para os professores que fazem a itinerância com alunos com necessidades educativas especiais, no entanto foi possível observar que tais formações não contemplam os professores da sala de aula regular e que essas

são alheias às peculiaridades da educação do campo.

Para se pensar uma escola de fato inclusiva, são premissas indispensáveis: a formação inicial e continuada do professor e uma política regional e local que contemple a diversidade social, econômica e cultural do país. Do contrário, a inclusão só existirá no plano do discurso e na realidade vivenciada no chão da escola os alunos especiais estarão cada vez mais excluídos no processo de ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Roberto Claudio (Org.). *Inclusão e Escolarização: Múltiplas Perspectivas*. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho; RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri (Org.) *Educação Especial: do querer ao fazer*. São Paulo: Avercamp, 2003

BRASIL. Resolução n. 02/2001. Diretrizes curriculares nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: CNE, 2001

_____. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial*. – Brasília: MEC/ SEF/SEESP, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. 2013.

CALDART, Roseli Salette; CERIOLI, Paulo Ricardo; KOLLING, Edgar Jorge (Org.). *Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas*. Brasília, 2002. Coleção Por uma Educação do Campo, n. 4.

DOLL, Johannes; CALDART, Roseli Salette; PALUDO, Conceição (Org.) *Como se Formam os Sujeitos do Campo?*. Brasília: PRONERA; NEAD, 2006.

FREIRE, PAULO. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob (Org.). *Caminhos Pedagógicos da Educação Especial*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves; MIRANDA, Theresinha Guimarães. *O Professor e a educação inclusiva*. Salvador: EDUFBA, 2012.

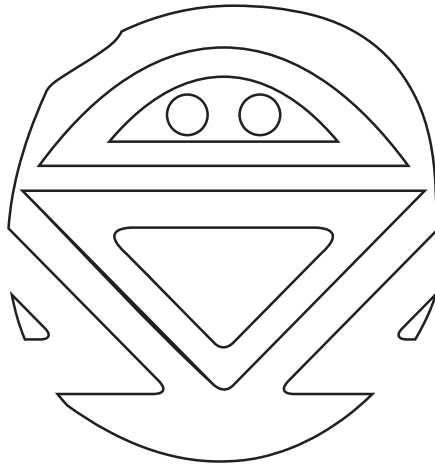
JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). *Por uma educação do campo: Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo*. Brasília: [s.n.], 2004

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Caminhos Pedagógicos da Educação Inclusiva*. In: GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob (Org.). *Caminhos Pedagógicos da Educação Especial*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 79 – 94.

MEIRIEU, Phelippe. *O cotidiano da escola e da sala de aula: o Fazer e o compreender*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SILVA, Aline Maira da. *Educação Especial e Inclusão Escolar: história e fundamentos*. Curitiba: Ibpex, 2010.

STEPHANOU, Maria (Org.). Histórias e Memórias da Educação no Brasil Vol. III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2009.



A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DO CONHECIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES

SILVA, Manoel Bruno Campelo da¹

MERY, Lenimar Vendruscolo²

Resumo: Tendo em vista o cenário atual político, econômico e financeiro que influenciam diretamente nas estratégias de ações das empresas e no comportamento dos consumidores de produtos e serviços, o presente artigo relata sobre a gestão do conhecimento, analisando a importância dessa estratégia gerencial nas organizações. Existem dois modelos de gestão do conhecimento: o americano (com foco em tecnologias de informação) e o japonês (com foco nas pessoas e na socialização). Neste trabalho foi dado maior ênfase ao modelo japonês, tendo em vista que é um dos grandes desafios da atualidade a busca da compreensão do ser humano e os fatores que influenciam seus processos criativos, comportamentos e valores, os quais são de grande importância para a empresa. Para o desenvolvimento do trabalho a metodologia de pesquisa utilizada foi a revisão bibliográfica de autores que discorrem sobre o tema. Assim, constatou-se que gestão do conhecimento quando bem implementada na organização representa uma forte estratégia competitiva além de possuir um diferencial das demais, que no caso, é trabalhar com o que é mais valioso nos colaboradores, a capacidade criativa.

Palavras-chave: Gestão do conhecimento. Criatividade. Estratégia Organizacional. Diferencial Competitivo.

1 INTRODUÇÃO

As organizações brasileiras, ao longo dos últimos anos, têm convivido com constantes mudanças decorrentes da globalização, situação econômica mundial e da era da informação. Isso reflete diretamente no comportamento das pessoas. Para Luchesi (2012, p. 01), “fenômenos econômicos e sociais de alcance mundial, com a globalização da economia e a generalização do uso da tecnologia da informação são responsáveis pela reestruturação do ambiente e do modo de vida”.

Neste sentido, as organizações têm buscado novas estratégias para lidar com as constantes transformações sociais de modo a se manterem no atual mercado, competindo com as demais e, no caso das organizações públicas, garantindo a continuidade dos serviços públicos, ações estas que serão descritas aqui como prioridades, objetivos e finalidades das empresas.

Para o alcance destes objetivos organizacionais são necessárias diversas práticas no ambiente da empresa de modo a garantir a eficiência e eficácia das atividades desenvolvidas.

1 Licenciado em Matemática (UNIFESSPA), Licenciado em Ciências Naturais – Biologia (UEPA), Especialista em Administração e Gestão do Conhecimento (UNINTER), Assistente em Administração na Universidade Federal do Oeste do Pará.

2 Bacharel em Administração de Empresa (Unidade Superior Expoente), Especialista em Gestão Humano-Organizacional (Unidade Superior Expoente), Especialista em Docência em Ensino Superior (Faculdade Educacional de Araucária) orientadora de TCC do Grupo Uninter.

Dessa forma, pode-se citar práticas tais como: aprendizagem e cultura organizacional, gestão por competência, vantagem e inteligência competitiva, gestão do conhecimento, dentre outras práticas gerenciais que visam o desenvolvimento de potencialidades nas instituições. Assim, o presente trabalho pretende analisar e destacar a importância da gestão do conhecimento nas organizações, suas contribuições para o ambiente organizacional e alcance de objetivos e metas das instituições. Deste modo, o artigo é de revisão bibliográfica. Para tanto, através de pesquisas em livros, revistas e artigos, buscou-se embasamento em obras de autores que discorrem sobre o tema, tais como: Nonaka e Takeuchi, Davenport e Prusak, Quel, Myers, entre outros, confrontando os mais variados conceitos e definições, estabelecendo assim paralelos que evidenciem a necessidade de gerenciar o conhecimento produzido dentro e fora das organizações, os quais podem ser aproveitados nestes ambientes.

2 INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO SOB A ÓTICA ORGANIZACIONAL

Dentro da gestão do conhecimento vários conceitos se fazem necessários para a compreensão dos fluxos e processos de trabalho dentro de uma empresa. Assim, para a abordagem do tema proposto é fundamental o entendimento de estruturas menores que são partes integrantes do complexo em torno da gestão, pois, a empresa é um sistema composto por outros sistemas menores, nos quais estes são vistos “como um complexo de elementos em interação”, conforme afirma Bertalanffy (1977, p. 84).

No contexto atual, o qual é denominado era da informação/conhecimento, estamos o tempo todo sendo “bombardeados” das mais diversas informações. Para se constituir uma informação é necessária a existência de uma estrutura menor, chamada dado. Os dados podem ser definidos no âmbito organizacional como “um conjunto de fatos distintos e objetivos, relativos a eventos”, conforme Davenport e Prusak (2003, p. 2), o que sugere que dados são simples observações sobre fatos sem qualquer finalidade e podem ser facilmente quantificados e repassados para máquinas ou entre estas.

A partir dos dados é possível construir informações, pois, segundo Drucker (1999, p. 32), “a informação é um conjunto de dados organizados estruturadamente com relevância e propósito”. Isso implica que, transformar um dado em informação requer um processo ou uma sucessão de procedimentos lógicos relacionados, os quais são realizados para atingir o mesmo objetivo definido, conforme Stair (1998). Davenport e Prusak (1998, p. 5) reforçam que os “dados tornam-se informação, quando o seu criador lhes acrescenta significado”, no qual isso pode ocorrer por meio de cinco processos: contextualização; categorização; cálculo; correção e condensação.

Com as informações constituídas as pessoas que terão domínio sobre estas podem manipulá-las da forma que quiserem visando às finalidades da organização. Contudo, para que este processo seja eficaz, a manipulação da informação requer algo chamado conheci-

mento, o qual é definido por Probst, Raub e Romhardt (2002, p. 04) como “todo o conjunto de aprendizado e habilidades que indivíduos (não máquinas) usam para resolver problemas”. Corroborando com esta ideia, Luchesi (2012, p. 01) afirma que:

Conhecimento é o fato ou a condição do saber, obtido através da vivência, da experiência ou de uma associação. Todo este saber reside ou tem potencial para ser guardado na nossa mente, e/ou ser armazenado em uma organização, nos seus processos, produtos, serviços, sistemas e documentos.

Assim, o conhecimento pode ser entendido como um bem subjetivo que cada indivíduo pode ter, distinto dos demais, os quais, quando agregados ou compartilhados, tenham grande valor nos ambientes organizacionais aos quais os indivíduos estejam vinculados. Neste sentido, Nonaka e Takeuchi (1997, p. 30) afirmam que “tornar o conhecimento pessoal disponível para os outros é a atividade central da empresa criadora de conhecimento”.

Nesse contexto, existe ainda uma subdivisão do conhecimento, a qual o agrupa em duas categorias: conhecimento tácito e conhecimento explícito. Sobre a distinção entre esses dois tipos de conhecimento Fleury (2002, p. 139) relata que:

Conhecimento explícito, ou codificado, refere-se ao conhecimento transmissível em linguagem formal, sistemática, enquanto o conhecimento tácito possui uma qualidade pessoal, tornando-se mais difícil de ser formalizado e comunicado.

Com relação ao conhecimento explícito, em virtude de sua natureza formal e transmissível, este se apresenta como fácil de ser compartilhado e disseminado entre as pessoas, seja através de um texto, uma receita, fórmulas científicas, especificações de um determinado produto ou serviço, ou ainda, através de programas computacionais (NONAKA, 2000). Em se tratando do conhecimento tácito, este requer uma atenção especial em virtude de sua natureza de criação e valores envolvidos. De acordo com Tsoukas (2001, p. 01):

Não podemos operacionalizar o conhecimento tácito, mas podemos encontrar novas maneiras de falar, novas formas de interagir e novas maneiras de distinguir e conectar. O conhecimento tácito não pode ser “capturado”, “traduzido” ou “convertido”, somente exibido e manifestado no que fazemos.

Assim, surge uma grande missão dentro das organizações que é o compartilhamento e conversão do conhecimento tácito em explícito. É importante ressaltar que esses dois tipos de conhecimento estão presentes no ambiente organizacional, no qual, um complementa o outro e a interação entre eles é o principal meio de criação do conhecimento organizacional, de acordo com Santos (2001).

Esse entendimento é fundamental para a compreensão de que toda a estrutura organizacional é importante nas tomadas de decisões no ambiente de trabalho e produção de conhecimento, desde estruturas menores (como os dados) ao conhecimento produzido e gerido dentro da própria organização, tendo em vista que as mudanças ocorridas nestes ambientes

exigem que as informações tenham qualidade, conteúdo significativo e sejam confiáveis, para que se tenha suporte necessário nos processos decisórios. Dessa forma, torna-se indispensável a criação de mecanismos de gestão que sejam eficazes nestas ações de gerência.

2.1 Gestão Organizacional

O mercado atual de produtos e serviços, em função dos avanços tecnológicos e da expansão dos mercados consumidores, exige das organizações grande esforço para que estas se mantenham competitivas e atuantes, fornecendo o que delas se espera ou surpreendendo seus públicos-alvo com produtos e/ou serviços diferenciados. Sobre essa perspectiva, Terra (2000 apud KOROBINSKI, 2001) afirma que:

As empresas nacionais precisam rever suas práticas gerenciais, os valores fundamentais, as estruturas e processo para continuar sobrevivendo na 'Nova Economia', que exige mais criatividade, mais aprendizado, mais conhecimento, mais motivação, mais inovação e mais empreendimento.

Assim, o gerenciamento de uma empresa é um dos principais pilares para o seu funcionamento. Trata-se do setor central que define, organiza e distribui as tarefas, muitas vezes integrando as decisões aos demais setores, para que estes contribuam nesses processos. Assim, os resultados obtidos em decorrência do trabalho realizado passam necessariamente pelas práticas definidas pelo setor de Gestão da organização. Sobre esses resultados, Myers (1996) afirma que o desempenho da organização é resultado de uma combinação de fatores interagindo entre si, os quais são descritos como: estratégia, contexto organizacional e comportamento de cada indivíduo.

Com relação à formação de estratégias, Mintzberg e Waters (1985 apud SOUSA et al, [2009?]) afirmam que esta ocorre sob dois pontos de vista: o primeiro deliberado, no qual o foco está no planejamento, na direção e no controle da organização, com a função de fazer acontecer as ações da empresa; e, o segundo, emergente, focando na aprendizagem estratégica da empresa, na qual, ao passo que surgem novos cenários de mercado e atuação, decorrentes do ambiente competitivo, as empresas adquirem potencial para se desenvolver, ou seja, o contexto organizacional influencia diretamente na aprendizagem da empresa e, para isso, é fundamental a percepção e valorização do comportamento de cada colaborador, pois este deve ter função primordial neste processo de ascensão.

Dentro do contexto organizacional existem diversos modelos de gestão que compõem a estrutura organizacional como um todo, dentre os quais estão: Gestão estratégica (com foco no planejamento, nas estratégias), Gestão de pessoas (departamento que gerencia os recursos humanos), Gestão do capital intelectual (gerencia os bens intangíveis), Gestão de materiais (administra os recursos materiais), Gestão de finanças, Logística, Gestão patrimonial, Gestão de Tecnologias da informação, Gestão da informação e Gestão do conhecimento.

2.1.1 Gestão da informação

Tão importante quanto ter informações diversificadas e úteis para as atividades fins das organizações é poder gerenciar esses recursos, podendo ter suporte nas tomadas de decisões e de modo a otimizar os trabalhos e produtos e/ou serviço dentro das instituições. O conhecimento produzido no ambiente interno das organizações parte necessariamente de informações pré-existentes nestas e/ou informações externas. Assim,

As informações constituem um recurso importante para o funcionamento organizacional e compõem elementos ou recursos de entrada. O processamento ocorre com base nelas – tanto as internas quanto as externas -, e os produtos ou serviços que constituem elementos de saída certamente representam fontes de dados, com os quais a empresa se retroalimenta. As informações podem privilegiar a organização, tanto no seu funcionamento quanto no atendimento das necessidades que o ambiente apresenta e que ela pretende aprender. (MORAES; OLIVEIRA, 2015, p. 29)

Deste modo, evidencia-se a importância da informação para o funcionamento da organização, pois, a partir dela a organização tem mecanismos que contribuem para direcionar suas ações e ajudam nos processos decisórios, bem como possibilitam a criação de novas ideias para o que a organização deseja aprender.

Contudo, para que haja a eficácia destas ações, com relação às informações, é necessário que se tenha domínio sobre estas, de modo que a instituição seja capaz de selecionar as informações relevantes para seu propósito. Com isso, surge o papel da Gestão da informação, partindo da necessidade em organizar o que se tem de informação no ambiente organizacional.

Sobre esta abordagem, Moraes e Oliveira (2015, p.31) discorrem que:

A função administrativa gestão da informação é aquela que planeja, organiza, controla e toma decisões sobre o processo de desenvolvimento e criação de dados, a transformação deles em informação e a sistematização desta, o fluxo de informações na organização, a segurança da informação e o arquivamento e a manutenção da informação relevante à instituição.

Ou seja, é importante observar que o setor que gerencia a informação tem a incumbência de tratar desde a criação dos dados até todos os processos de conversão em informação e a forma como estas estarão disponíveis dentro da organização.

Com isso, para que se tenha eficiência e eficácia nestas ações, é necessário que:

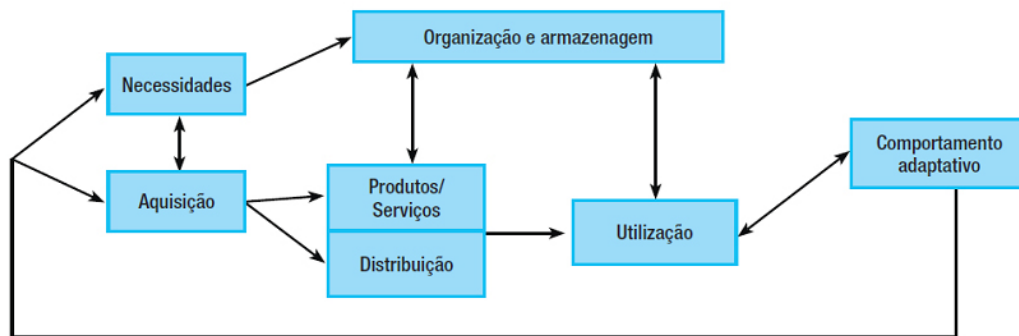
Se estabeleça um conjunto de políticas coerentes que possibilitem o fornecimento de informação relevante, com qualidade suficiente, precisa, transmitida para o local certo, no tempo correto, com um custo apropriado e facilidades de acesso por parte dos utilizadores autorizados”. (REIS, 1993, p. 20)

Tais práticas possibilitam a segurança e apoio das atividades da empresa, minimizan-

do assim as complexidades encontradas pelos gestores nas tomadas de decisão.

Para tanto, é necessário a existência de um fluxo de processos para gerir as informações e torna-las potencialmente úteis. Assim, Choo (2003) elaborou um fluxograma de processos dentro do ambiente de gestão da informação contendo sete procedimentos, os quais estão representados na figura abaixo:

Figura 1 - Ciclo da gestão da informação



Fonte: Choo (2003, p. 404).

A compreensão do fluxo dos processos envolvidos na gestão da informação permite aos gestores maior clareza nas ações e sequência lógica aos procedimentos adotados.

É importante ressaltar que a gestão da informação é diferente de tecnologia da informação, sendo que a segunda pode contribuir no processo de gestão, através de sistemas informatizados que são capazes de armazenar, processar e exibir resultados de entradas feitas pelos operadores destes sistemas, neste caso, os gestores.

Com relação aos sistemas de informação, estes se apoiam sobre três elementos fundamentais segundo Laudon e Laudon (1999): Organização – com a função de adaptar os sistemas visando suprir as necessidades dos membros e da estrutura organizacional; Tecnologia – é o caminho que os dados percorrem para conversão em informação e a consequente utilização pelas pessoas, sendo que esta tecnologia pode ser manual, hardware ou software computacional, dispositivos de armazenamentos e/ou tecnologias de comunicação; por fim, as pessoas – responsáveis pela criação e utilização dos sistemas informatizados visando sempre melhorar a produtividade e eficiência das pessoas envolvidas.

2.1.2 Gestão do conhecimento

No ambiente das organizações é comum haver equívocos com relação às práticas de gestão da informação e gestão do conhecimento. Diversas organizações acreditam estar praticando a gestão do conhecimento quando na verdade estão somente gerenciando a informação

O termo Gestão do Conhecimento é originário do inglês (Knowledge Management) e nos últimos anos tem sido objeto de grande estudo e aceitação no ambiente empresarial, por se mostrar uma forte tendência de gestão nas organizações. O conceito relativo a este termo “parte do princípio de que todo o conhecimento existente na empresa, no intelecto das pessoas, nos processos criados e nos departamentos existentes, é parte integrante da organização”, conforme Moura e Campanholo (2011, p. 01).

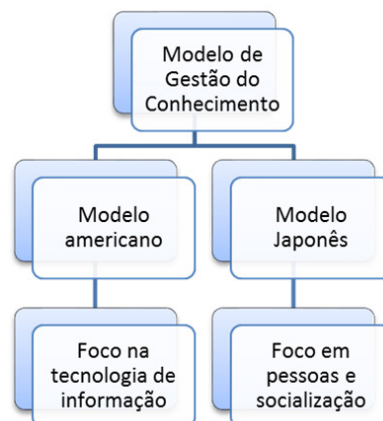
Quel (2006, p.48) complementa que: “o homem, neste processo volta a ser alavanca na sobrevivência das Instituições. Não mais aquela mão-de-obra puramente mecânica, mas um novo colaborador menos mecanicista e mais pensante”.

Partindo desse raciocínio surge um termo muito valioso nesta estratégia de gestão, trata-se da criação. Para Senge (1999 apud CABRAL, 2014), a capacidade de aprender antes dos concorrentes e de procurar disponibilizar serviços diferenciados é a única vantagem competitiva sustentável. Deste modo, produzir novos produtos, desenvolver novos processos, criar novos serviços, podem diferenciar uma empresa das demais do mesmo segmento, trazendo-lhe vantagens e agregando valor aos seus produtos ou serviços.

Assim, o processo de criação e inovação faz com que a empresa se desenvolva plenamente e seja possível gerenciar o conhecimento produzido, pois, este, necessita que haja criação entre os colaboradores, seja de forma individual ou coletivamente, de modo que, esses conhecimentos produzidos são trabalhados como patrimônio da empresa e são agregados aos bens intangíveis da organização. Com isso, a empresa criadora de conhecimento tem a missão de promover a interação entre o conhecimento individual de cada colaborador tornando-o disponível para os demais, conforme Nonaka e Takeuchi (1997).

Ainda de acordo com estes autores, existem dois modelos de gestão do conhecimento, os quais são descritos de acordo com seu foco: modelo americano, com foco na Tecnologia da Informação e o modelo japonês, com foco nas pessoas e na socialização, conforme demonstrado abaixo.

Organograma 1 - Modelos de Gestão do Conhecimento



Fonte: SILVA (2016 p. 6), adaptado.

Assim, este trabalho buscou analisar com ênfase no modelo japonês, ou seja, mais concentrado na forma como ocorrem as relações e interações entre as pessoas que colaboram nas organizações para a gestão do conhecimento.

3 GESTÃO DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL

No ambiente organizacional, tanto de empresas privadas quanto instituições públicas, um dos grandes desafios enfrentados pelos gestores diz respeito às estratégias que estes utilizam para conduzir os trabalhos. Estas estratégias necessitam serem competitivas para que lhes garantam alguma vantagem e os objetivos organizacionais sejam alcançados. Para isso, a gestão do conhecimento tem se mostrado uma tendência no meio empresarial como uma estratégia inovadora e que pode contribuir significativamente para o alcance de metas das organizações (NONAKA; TAKEUCHI, 1997).

Contudo, a inserção desta requer um certo grau de conhecimento e percepção da sua influência na organização. A complexidade em torno da inclusão da Gestão do conhecimento nas organizações faz com que haja vários enfoques na forma como esta estratégia é percebida e em função de sua importância para o ambiente organizacional.

De acordo com Sabbag (2007), a Gestão do conhecimento nas organizações é vista como um sistema integrado que objetiva o desenvolvimento de conhecimentos e competências coletivas, visando a expansão do capital intelectual das organizações e sabedoria das pessoas.

Dentro do ambiente organizacional é importante a compreensão da inserção da gestão do conhecimento em sintonia com outras estratégias que representem vantagens competitivas para a empresa. Segundo Costa (2007 apud BASSETTO, 2011, p. 27), “chama-se estratégia competitiva aquilo que um fornecedor decide fazer para que, na mente dos clientes ou consumidores, seus produtos ou serviços tenham alguma distinção e mereçam a preferência deles”.

Assim, para que seja implementada a Gestão do conhecimento na organização faz-se necessário o entendimento de como criá-la, pois, a “criatividade é a habilidade humana de gerar ideias novas e reconhecidamente valiosas, para a solução de problemas” (ALMEIDA, 2011, p. 37).

Para Nonaka e Takeuchi (1997, p. 82):

A dinâmica da criação do conhecimento organizacional, é um processo em espiral, que começa no nível individual e vai subindo, ampliando comunidades de interação que cruzam fronteiras entre seções, departamentos, divisões e organizações.

Além disso, é importante ressaltar o que afirma Cabral (2014, p. 20):

Os processos de criação e aprendizado individual, de forma análoga ao processo

organizacional, demandam e implicam em reinvenção pessoal, ou seja, estão associados às mudanças de modelos mentais, mapas cognitivos e de comportamentos, assim como à busca de grandes desafios e resoluções de tensões internas.

Assim, é essencial a percepção de que cada colaborador da empresa pode acrescentar com suas experiências, crenças, valores, entre outras competências, para o conhecimento coletivo do ambiente empresarial.

Dentro deste ambiente de implementação da gestão do conhecimento na organização é de fundamental importância ressaltar o uso das tecnologias de informação e comunicação disponíveis atualmente, pois estas são fundamentais para a condução dos processos e armazenamento dos ativos intangíveis produzidos na organização a partir dos conhecimentos dos colaboradores.

De acordo com Terra (2001 apud BASSETTO, 2011), a adoção dessa gestão estratégica de conhecimento pode representar para a organização vários benefícios, dentre os quais este autor cita: maior agilidade e capacidade de resposta, isso implica diretamente no aumento da produtividade de seus colaboradores; conseqüentemente, aumento da produtividade do negócio, quando bem implementada, além de contribuir para a melhoria das tomadas de decisão.

Somando-se a isso, é possível afirmar que a gestão do conhecimento se tornou um diferencial competitivo para as organizações, ao passo que ela:

Oferece nova modelagem para a gestão das organizações, sejam privadas ou públicas, na medida em que expõe novas práticas gerenciais, estruturas organizacionais diferenciadas e formas de organização do trabalho inovadoras. (GONÇALVES et al., 2012, p. 237)

Assim, é relevante considerar neste processo o que afirmam Nascimento e Neves (1999, p. 3) quando reforçam que em um sistema de gestão do conhecimento a “liberdade, criatividade, incentivo ao estudo, ao compartilhamento, transferência e criação de novos conhecimentos criam ambientes que, sustentados pela tecnologia, acenam com oportunidades de crescimento e retorno para todos”.

3.1 Metodologia

Com relação aos procedimentos adotados para a construção deste artigo, este possui um caráter de estudo bibliográfico sobre a importância da Gestão do Conhecimento nas organizações objetivando identificar a forma como esta tendência de gestão se apresenta no contexto das empresas e como ela pode contribuir para o alcance dos objetivos pretendidos no ambiente organizacional.

Deste modo, a metodologia utilizada para esse estudo foi a pesquisa de revisão bibliográfica, a qual embasou teoricamente o trabalho e deu suporte para as análises da conjun-

tura na qual a gestão do conhecimento se apresenta como uma alternativa que pode agregar valor às empresas que adotam esse tipo de estratégia. Sobre a técnica de revisão bibliográfica Gil (2010, p. 29) afirma que “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado [...] esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”. Somando-se a isso, Cordeiro, Molina e Dias (2014, p. 158) descrevem que este tipo de pesquisa é o “estudo organizado sistematicamente com base em materiais já publicados. São exigidas a busca de informações bibliográficas e a seleção de documentos que se relacionam com os objetivos da pesquisa”. Assim, a construção desse artigo consistiu na busca sistemática (mediante revisão bibliográfica) de materiais como livros, artigos, revistas, anais de eventos, internet, biblioteca do Polo de Apoio Presencial do Centro Universitário Uninter em Itaituba e biblioteca digital da Uninter na plataforma digital e levantamento de informações sobre as abordagens dos autores renomados que discorrem sobre o tema em questão.

Ressalta-se ainda um fator de grande importância neste processo que é a leitura, pois, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 19)

A leitura constitui-se em fator decisivo de estudo, pois propicia a ampliação de conhecimentos, a obtenção de informações básicas ou específicas, a abertura de novos horizontes para a mente, a sistematização do pensamento, o enriquecimento de vocabulário e o melhor entendimento do conteúdo das obras.

Para a abordagem do tema proposto e o alcance dos objetivos pretendidos com este artigo foram utilizadas obras de Nonaka e Takeuchi (1997), Davenport e Prusak (2003), Quel (2006), Myers (1996), Choo (2003), entre outros. Os quais possuem forte influência nas pesquisas sobre conhecimento e gestão do conhecimento nas organizações.

Deste modo, para a utilização dos autores acima citados foram adequados os seguintes procedimentos: delimitação do tema de estudo; pesquisa do material a ser utilizado (livros, revistas, anais de eventos científicos, etc...), leitura sistemática do material coletado; seleção dos autores que contribuem para o enriquecimento deste trabalho; análises dos tópicos propostos com interpretações e contribuições para a expansão das discussões acerca da importância da Gestão do Conhecimento nas organizações e, por fim, as considerações finais sobre o tema abordado. Com relação às análises do conteúdo, Severino (2007, p. 121) reforça que esta é “um conjunto de técnicas de análises das comunicações” e “Trata-se de compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto dos textos ou mensagens”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão entorno da gestão do conhecimento certamente levantará ainda bastante questionamentos sobre sua inserção no ambiente empresarial, contudo, é de grande valor perceber a influência desta em empresas consolidadas, em corporações que se mantêm no

atual mercado de trabalho competindo em igualdade ou com superioridade em relação às demais.

Contudo, além dos fatores de destaques citados ao longo do trabalho, é possível evidenciar características que podem representar benefícios para a organização com a adoção dessa estratégia, como por exemplo:

- ✓ Otimização do tempo de resposta na resolução de processos burocráticos e busca de informações;

- ✓ Possibilita ao gestor focalizar os campos de investimentos pontuais em capacitação e atividades estratégicas, com a otimização do tempo;

- ✓ Melhorias na comunicação entre os colaboradores.

Por consequência das ações de gestão do conhecimento e com os benefícios adquiridos é possível que haja uma maior qualidade nas atividades e expansão dos negócios da empresa.

Portanto, acredita-se que a gestão do conhecimento, quando bem implementada no ambiente organizacional, pode representar grande valor no que concerne à evolução e aprendizagem da empresa com relação às estratégias e criação em um sistema colaborativo, com a presença das tecnologias de informação e comunicação para melhorar ainda mais os resultados que se esperam. Além disso, é evidente a relação de aproximação entre esta estratégia gerencial e a cultura organizacional, pois, os bens (intangíveis) e serviços resultantes da gestão do conhecimento passam a agregar valor à empresa e se tornam patrimônio delas, além de servir para os colaboradores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mário de Souza. *Gestão do Conhecimento Para Tomada de Decisão*. São Paulo: Atlas S.A, 2011.

BASSETTO, Benedita Josepetti. *Gestão do conhecimento como diferencial competitivo nas organizações*. *Revista Eletrônica Administração: Gestão e Tecnologias*, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2011. Disponível em: <<http://docs.uninove.br/artes/sites/publicacaoofmr/pdf/adm/AOAD-M05A.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

BERTALANFFY, Ludwig von. *Teoria geral dos sistemas*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

CABRAL, Elisabete Azevedo. *Gestão do conhecimento nas empresas prestadoras de serviços: o caso do setor de telecomunicações*. *Revista Organização Sistêmica*, v. 5, n.3, p. 10–25, 2014.

CHOO, C. W. *A organização do conhecimento*. São Paulo: Senac, 2003.

CORDEIRO, Gisele do Rocio; MOLINA, Nilcemara Leal; DIAS, Vanda Fattori. *Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos*. 2. ed. Curitiba: InterSaberes, 2014.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. *Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual*. 12. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

_____. Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DRUCKER, Peter. Desafios gerenciais para o século XXI. São Paulo: Pioneira, 1999.

FLEURY, Maria Tereza Leme. As pessoas na organização. São Paulo: Gente, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Simone F. Rocha et al. Práticas e ferramentas de gestão do conhecimento no âmbito da administração tributária de Minas Gerais: oportunidade para uma política institucional. GeP - Revista de Gestão e Projetos. São Paulo, v. 3, n. 2, p. 235-259, 2012. Disponível em: <<http://www.revistagep.org/ojs/index.php/gep>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

KOROBINSKI, Raquel R. O grande desafio empresarial de hoje: a gestão do conhecimento. Perspect. cienc. inf., Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 107 - 116, jan./jun.2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. Sistemas de informação: com internet. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

LUCHESE, Eunice Soares Franco. Gestão do Conhecimento nas Organizações. São Paulo: CET Companhia de Engenharia de Trafego, 2012. Disponível em: <<http://www.cetsp.com.br/media/117897/nota%20tecnica%20221.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2016.

MORAES, Paulo Eduardo Sobreira; OLIVEIRA, Vanderleia Stece de. Gestão da informação e arquivística no contexto secretarial. Curitiba: InterSaberes, 2015.

MOURA, Arthur Alves de; CAMPANHOLO, Tarcisio. Tecnologia da informação aliada a gestão do conhecimento na melhoria da estratégia e desempenho organizacional. Revista Católica, ensino pesquisa, extensão. v.3, n. 5, jan/jul 2011.

MYERS, Paul S (Org). Knowledge Management and Organizational Design. USA: Butterworth-Heinemann, 1996.

NASCIMENTO, N. J.; NEVES, J. T. dos R. Uma investigação de sites e documentos sobre gestão do conhecimento na World Wide Web. In: SEMINÁRIO LATINO-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA, 8., 1999: Valência-Espanha, Anais... Valência, 1999.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. Criação de conhecimento na empresa. São Paulo: Campus, 1997.

NONAKA, I. A empresa criadora do conhecimento. In: Aprendizado organizacional: gestão de pessoas para a inovação contínua. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PROBST, G.; RAUB, S.; ROMHARDT, K. Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso. Porto Alegre: Bookman, 2002.

QUEL, Luiz Felipe. Gestão de Conhecimento: e os desafios da complexidade nas organizações. São Paulo: Saraiva, 2006.

REIS, Carlos. Planejamento estratégico de sistemas de informação. Lisboa: Presença, 1993.

SABBAG, Paulo Yazigi. Espirais do Conhecimento. Ativando indivíduos, grupo e organizações. São Paulo: Saraiva, 2007.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. Gestão do conhecimento: uma experiência para o sucesso empresarial. Curitiba: Champagnat, 2001.

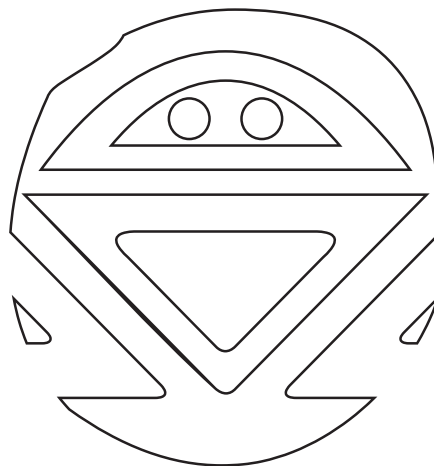
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Mônica Rodrigues da. Gestão do conhecimento estratégia para competitividade nas organizações. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 12. 2016. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_M_05.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

STAIR, R. M. Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1998.

SOUSA, Simone de et al. A Contextualização do Processo de Formação de Estratégias Organizacionais em uma Instituição de Educação Superior do Espírito Santo. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO DE TECNOLOGIA, 7., [2009?]. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/41_PDF%20Simone.pdf> Acesso em: 10 abr. 2016.

TSOUKAS, Haridimos. What is organizational knowledge?. Journal of Management Studies, v. 38, n.7, nov. 2001.



A EDUCAÇÃO COMO CONTRAPONTO AO FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO, A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE MORIN, MAFFESOLI, FLORES E VARELA

WHITAKER, Jussara¹

PESCARIA, Marília W.²

Resumo: O estudo discute a emergência de atores sociais alicerçados numa educação iminentemente humana, que contraria os valores impostos pela globalização, também chamada de mundialização, através de práticas cotidianas inseridas no espaço da escola, que valorizem os conhecimentos tradicionais, a solidariedade, a democracia plena e participativa, as experiências compartilhadas, e o repensar da pessoa em sua relação com o mundo, com irrestrita valorização da cultura originária onde estão imersos os valores e as crenças. A educação é o alicerce fundamental, o berço necessário onde tudo isto deve ser processado, de acordo com os ensinamentos apresentados por Morin na obra *Os sete Conhecimentos Necessários para a Educação no Futuro*, Flores e Varela no texto *Educação e Transformação - Preparemos o Chile para o Século XXI*. O autor Michel Maffesoli, contribui com a discussão, através da obra *O instante eterno*. O retorno do trágico nas sociedades pós modernas.

Palabras-chave: Educação humanizadora. Condição humana. Cultura. Globalização.

1 PALAVRAS INICIAIS

O século XXI é, sem dúvida, marcado pela amplitude do desenvolvimento tecnológico, envolvendo pessoas, corporações, instituições das mais diversas, desde as econômicas e financeiras, como as educativas, que incorporam um outro ritmo de vida e trabalho e também outras concepções ideológicas que diferem substancialmente da história até os anos de 1960.

Temos a impressão de que a partir da década de sessenta, marco da chamada pós modernidade é, literalmente, uma outra dimensão, onde o “aquí” em um instante seguinte se converte em um lugar distante, trazendo sociedades cada vez mais multiculturais e diversificadas.

Este movimento, parte da nossa recente história, é chamado de globalização, de mundialização, e tem sido discutido por diversos pensadores contemporâneos da América Latina e Caribe, como Arturo Roig, Hugo Biagini, Jacqueline Werner Altmann, Luciane Motta, Pablo Guadarrama, Iván Avello, uma vez que interfere decisivamente na educação dos seus povos. Além dos já citados, Horacio Cerutti, Alejandro Serrano, Beatriz Bosio, estão preocupados com a interrupção das culturas originais depois da formação de novos blocos geoeconômicos que afetam essencialmente as identidades dos grupos humanos, das culturas, o meio ambiente, a economia, os caminhos da educação e a construção da ciência

1 Socióloga. Professora da Faculdade do Tapajós. Doutora em Educação. Escritora. Membro do Conselho Editorial da Revista Boyrá.

2 Administradora. Pós Graduada em Controladoria, Auditoria e Perícia Contábil. Professora da Faculdade do Tapajós.

nos países mais pobres.

A vida não é a mesma, há uma desordem mundana, dura e cruel, onde o incontrolável foi instalado pela desarticulação do tempo e do espaço, pela ação tecnológica e comunicação instantânea. O ser humano já não é capaz de sustentar o tempo em suas mãos.

2 AS INCERTEZAS PROVOCADAS PELA GLOBALIZAÇÃO E O REPENSAR SOBRE A EDUCAÇÃO

A educação como processo de conhecimento também interessa para a globalização, uma vez que é o lugar ideal para a aprendizagem, para cursos e desenhos curriculares que respondam às necessidades globais, a formação de recursos humanos que são absorvidos pela força de trabalho para o grande capital. Há uma interpretação equivocada sobre educação pela globalização, - que é justamente a constituição de mão de obra à serviço dos países ricos- que diverge dos educadores latinos, onde ela é o espaço sagrado da sociabilidade humana, da criação artística, da expansão do conhecimento. O espaço de descobrimentos, de experiências, onde também se desenvolve o intelecto humano, por último, o lugar onde se processa o encontro entre homens e suas formas de viver.

Pois bem, se a globalização promove outras estruturas sociais, deseja uma educação que fortaleça seu papel globalizador no mundo, fabricando trabalhadores dos países mais pobres para servirem aos mais ricos, estamos, então, vivenciando uma outra relação social, é necessário repensar como e o que fazer da educação. Promover um exercício de descobrimentos de como buscar práticas educativas que possam se transformar em oportunidades de aprendizagem, reagir contra a intimidação imposta pelos movimentos culturais internacionalizadores, podem ser premissas importantes.

As regras globalizadas estão mudando o mundo, portanto há a necessidade de repensar uma outra aprendizagem no cotidiano da escola para valorizar as especificidades culturais e as peculiaridades humanas advindas das muitas etnias, entendendo a humanidade como um mosaico de múltiplas culturas planetárias. Exatamente por isto, que precisamos de um outro olhar sobre este novo mundo, onde as incertezas, são, talvez, a máxima expressão da certeza, tendo que aprender a “[...] ser mais preparado para o inesperado [...] que a história humana tem sido e segue sendo uma aventura desconhecida”, como nos ensina Morin (2001, p. 80). Ele também nos fala que o tempo cíclico era parte das civilizações tradicionais na época da modernidade. Se acreditava no progresso histórico e hoje, estamos experimentando a incerteza e a destruição do mito histórico do progresso, que mesmo sendo possível, é incerto.

Morin (2001, p. 82) faz uma interessante observação sobre as mudanças que tem ocorrido, que assim como a tecnologia de hoje, as mudanças transformaram as sociedades, seus valores, sua forma de vida, a exemplo, a invenção da bússula, da máquina à vapor, do

cinema e outras. O novo também assistiu a formação do capitalismo, o aparecimento das grandes religiões universais e tantas ideologias. “De todo modo, não há evolução que não seja prejudicial / reorganizadora em seu processo de transformação ou metamorfose”.

No entanto, não é somente a criação que oferece a transformação, também a destruição é responsável por ela, a aniquilação que promove outras novidades, como a indústria técnica, que afetou as civilizações tradicionais, nos fala Morin (2001). Ele recorda a conquista espanhola sobre as civilizações asteca e inca, ou no século XX, o desmoronamento do Império Otomano, o Império Austro-Húngaro, ou a inclusão das duas guerras mundiais que mudaram completamente as engrenagens históricas, sociais e culturais da humanidade.

Portanto, a desorden promovida pela inserção de uma nova ordem, pouco a pouco oferece uma outra organização, e o nascimento de um homem, de outros valores, e uma nova consciência, assim como uma experiência diferente, que provoca a aparição das incertezas.”- Nossa realidade não é outra mais que nossa ideia de realidade [...] o conhecimento é como navegar em um oceano de incertezas, entre os arquipélagos de certezas”. (ibid, p. 87).

Trazendo o tema da globalização, como parte da trama de uma nova ordem, e devolver o debate para a esfera da educação na América Latina, vamos verificar que a globalização deseja a homogeneidade da educação, na preparação profissional de pessoas para servirem ao capital, ou seja, a formação de profissionais capazes de trabalharem uma estrutura de mercado que aumenta a produtividade da tecnologia, para que esta tenha uma maior rentabilidade e competitividade.

Este enfoque, baseado na competitividade com os benefícios da acumulação do capital, tem atraído muitas incertezas sobre o mercado e para os trabalhadores latinos, para o emprego e o ingresso nele, uma vez que a educação - com ênfase no ensino superior - não prepara os menos favorecidos, é uma educação e um conhecimento para a elite. Na América Latina a globalização não permite que nas universidades o conhecimento seja destinado aos pobres e desfavorecidos.

Existe, então, a necessidade de recorrermos à uma ciência social crítica que promova uma educação libertadora, que garanta os valores democráticos, que prepare os cidadãos para que possam decidir sobre sua própria vida, que não fique subsidiada aos caprichos da internacionalização. Desde o processo da alfabetização, a educação deve preocupar-se de dotar os cidadãos para que saibam fazer a leitura de seus mundos, de suas culturas e compreender as engrenagens da sociedade onde vivem. Apesar da incerteza introduzida pela globalização, não há nenhuma razão para que fiquemos inertes diante deste fenômeno, pois junto com o discurso que denuncia, há de haver um outro que deve falar sobre a maior compreensão da vida, da expansão da multiculturalidade, a ser, assim, promovido pela educação. É a educação que deve proporcionar, mesmo diante da globalização, o asseguramento de um olhar crítico sobre a chegada das culturas dominantes, talvez, aprender a tirar partido da mundialização.

Flores e Varela (1994) afirmam que existe uma crescente inquietude e perplexidade que se acerca das pessoas e dos países, em razão das intensas mudanças que ocorrem por conta da globalização. O Ocidente está experimentando uma nova etapa, e há uma necessidade de reinventar o futuro. As transformações que ocorrem no campo do trabalho são muito mais rápidas do que a preparação dos profissionais e das carreiras, assim, o que se estuda está sempre em contradição com as necessidades do perfil profissional desejado pelas organizações mundializadas do trabalho.

Morin (2001) fala sobre as mudanças que se produzem na ordenação dos países, com a participação não somente de diferentes divisões geográficas, como também da imposição de outras culturais, outras relações sociais e religiosas, - já apresentado em parágrafos anteriores- e Flores e Varela também recordam que o desaparecimento da União Soviética é como uma advertência sobre as grandes mudanças:” [...] um cataclisma ocorreu naquela que parecia ser a segunda potencia mundial. Foi abaixo uma das colunas do sistema mundial (1994, p. 03) e a França e os Estados Unidos, conhecidos como os inventores da democracia, agora em razão de seus partidos políticos e da desconfiança popular em relação à classe política, colocam em dúvida os princípios da democracia representativa.

Todas as mudanças que desestabilizam as velhas formas culturais acabam interferindo e estando presente na educação. O espaço da escola recebe os impactos das mudanças e da reprodução das desigualdades, advindas da globalização, seja ela religiosa, étnica, política, social, e a inclusão de planos de estudo a partir da aprendizagem dirigida, que inclui a tecnologia, a robótica em particular, a telemática e a biotecnologia, que não estão disponíveis para todos, pelo contrario, se concentram em satisfazer as necessidades dos países ricos. (FLORES; VARELA, 1994).

Pois bem, os governos deveriam proporcionar ferramentas para a aprendizagem da tecnologia e garantir, pelas políticas públicas para o trabalho, o fomento de uma educação superior cada vez mais destinada a um maior número de pessoas, a universidade deve assumir verdadeiramente os ideais e os valores democráticos. Seria ingênuo pensarmos que a partir de somente nossos esforços, como educadores, possamos trabalhar tudo o que for produto cultural autêntico, porque o fenômeno da globalização é um fato consumado, assim, é necessário que ao lado de sua presença no mercado laboral, na orden econômica, na educação, preparemos os estudantes para a reflexão crítica.

A educação como ciencia das humanidades deve ser crítica e estar à serviço da emancipação dos povos, revolucionar as suas vidas, demonstrar os valores democráticos, preparando homens e mulheres para serem melhores em sociedade e a cultivarem suas culturas originais. A reflexão crítica implica na promoção de uma ideologia diferenciada da globalização, pois esta se preocupa em que as universidades tenham eficiência e competencia internacional, gastem menos recursos financeiros com isto, e seria muito melhor, para a mundiazalização se toda a educação fosse privatizada.

Perguntamos: como uma educação libertadora pode coexistir junto de um modelo político, social e econômico globalizado? A resposta, acreditamos, está na formação de um novo ser humano, promovida pela educação, o que nos leva à uma outra pergunta: que educação? É necessário que pensemos numa proposta educativa que inclusive - além do que já foi dito acima - prepare as pessoas para as mudanças. Recordando Morin (2001), ele nos afirma que quando sucede o inesperado, temos que ser capazes de revisar nossas teorias, do contrario, o novo é incorporado às velhas teorias, sem que estas estejam em condições de receber o novo.

Ele ainda afirma claramente que toda educação precisa conhecer as grandes perguntas sobre nossas possibilidades de conhecimento, é a pergunta que proporciona as condições sobre o que necessitamos saber. A indagação é o princípio do conhecimento, e tem uma estreita relação com o que o autor chama de condições neológicas, ou seja, aberta às teorias, pois são elas que despertam indagações sobre o homem, sobre o mundo, sobre o próprio conhecimento.

Nos parece que as perguntas sobre os conhecimento contribuem para que tenhamos uma diversificação dos nossos olhares sobre a vida e a ciência, e mais, aflora uma compreensão de que não há somente uma explicação sobre as coisas, e que todos estamos sujeitos ao erro ou à outras vertentes interpretativas.

Maffesoli (2000) se refere a pós modernidade como um período histórico onde existe uma sinergia entre os fenômenos absoletos com o desenvolvimento tecnológico, é exatamente isto que pode ser entendido como a característica da pós modernidade. Os velhos paradigmas já não satisfazem as necessidades do homem, caem em desuso e estão sendo renovados por outros, o que implica em um diferente momento histórico. É o encontro entre o que sempre existiu com o novo, ou seja, a tecnologia.

Morin (2001, p. 36) nos ensina que os modelos explicativos - os paradigmas - estão sujeitos aos erros, tanto em seu próprio desenho como na interpretação de seus conceitos, demonstrando esta premissa através do exemplo sobre o debate do paradigma cartesiano que imprime na ciência os contrastes binários que na atualidade não mais servem: homem/objeto, qualidade/quantidade, sentimento/razão, bom/mau. A perspectiva dualista não é mais possível. Há uma gama enorme de ideias e somente um olhar não interessa, por não ser mais possível.

Flores e Varela (1994, p. 11) ao discutirem sobre o paradigma cartesiano, mostram que no final do século XIX, quando na sociedade as mudanças eram mais lentas, havia um controle maior sobre a existência social e intelectual. Era possível termos uma ciência e uma tecnologia que falava em nome do progresso constante, e que o homem poderia controlar a produtividade funcional das coisas, a otimização da competitividade laboral e industrial, e manusear métodos sempre prontos para a organização da vida. De maneira muito apropriada, os autores fazem uma comparação entre o pensamento cartesiano e a vida: “no espaço

cartesiano se exacerbaram os métodos para organizar a vida, pretendendo resolver como seria tratado uma série de problemas colocados em fila” completando o pensamento, “[...] onde nossa sobrevivência era assegurada ao encontrar um nicho estável, onde nos amarrávamos.”

Neste nicho estável, estavam o trabalho, a carreira, e tudo se diluiu com as transformações das sociedades, com o constante movimento do mundo. No lugar do que parecia ser certo, apareceu a dúvida e o medo do que não se conhece, advindo da globalização. Assim, com um novo mundo desconcertado pela instabilidade, como educadores devemos propor uma educação que permita um maior envolvimento com a cultura e a identidade, porque assim há uma maior compreensão dos valores humanos, e de tudo o que é significativo para as comunidades, para os países. Pela imersão na cultura é possível se traçar um destino plural, criando as condições para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento.

Estamos falando de uma cultura de resgate pela educação frente à globalização, Flores e Varela (1994, p. 14) dizem ser um chamado para repensar nosso passado [...] a intervir em suas raízes [...] a reinventar a educação de nossa gente”. Portanto, os autores falam de um novo ator social que é ao mesmo tempo empreendedor, democrático e solidário, um homem preparado para o futuro, um agente de transformação.

Este homem deve ser prudente, aprender a trabalhar em equipe, ser sensível às situações de mudanças, e tirar vantagem pelo fato de conhecer a transformação em benefício de sua comunidade. Deve ter sensibilidade histórica significativa, entendendo que a inovação pode ser revertida em trabalho para muitos. Deve aceitar as diferenças e conflitos como parte do crescimento da sociedade, buscando a sabedoria do passado e os enfoques tradicionais. Os homens precisam construir seus mundos, e portanto, abertos às possibilidades. (FLORES; VARELA, 1994).

Parece-nos que os autores falam de um homem de diferentes atuações, adaptado às necessidades dos tempos, e Maffesoli (2000) nos diz que a pessoa emerge como pessoa a partir do nascimento da emoção, e a emoção é que faz com que ela assuma diferentes máscaras sociais, porque desempenha vários papéis em sua vida diária, nos grupos a que pertence. Portanto, são atores no exercício da dramatização. É importante que a educação se aperceba de tudo isto, e prepare os jovens para esta sociedade diferente, própria da pós modernidade, onde se instalou a globalização. Criar as condições para que se visualizem as mudanças.

Morin (2001) manifesta sua preocupação em relação à questão do sentido, afirma que toda informação deve ser ensinada em seu contexto com sentido, nada pode ser fragmentado, pelo contrario, deve sempre haver a intersecção entre o todo e as partes, estas que formam a organização, em última instância, a sociedade. A sociedade como um sistema organizado tem dentro de si as pessoas que se traduzem em seres ao mesmo tempo biológicos, psíquicos, emocionais, sociais, racionais, de maneira multidimensional, e esta mesma sociedade também tem diferentes dimensões tais como o histórico, o econômico, o religioso, que se

comportam em contínua interação e retroalimentação, o que reforça a compreensão da não fragmentação entre o todo e as partes.

Nesta multiplicidade, promovida pelas engrenagens históricas, sociais e econômicas, por exemplo, estão juntos os arquetipos da globalização, e para que possamos responder a esta investida global, devemos lançar mão da educação. Flores e Varela (1994), afirmam que ao promover uma mudança na educação, não podemos nos esquecer da necessidade que se faz em prol do nascimento dos agentes da transformação - a humanidade - que em primeiro lugar, deve recriar uma percepção ontológica que implique, necessariamente, na auto compreensão do ser humano.

A educação deve proporcionar as condições para que a humanidade entenda que é histórica, que constrói o significado de tudo e que é capaz de interpretar a vida, e dar sentido à ela. Os resultados das práticas sociais possibilitam a reinvenção das coisas sem perder a tradição, a memória história e cultural.

Morin (2001) assim como Flores e Varela (1994), apostam na condição humana, e no pleno conhecimento a partir da educação, no entanto, que ela tenha em conta a totalidade do homem, na promoção das partes com o todo. Os autores entendem que a formulação de perguntas e problemas são importantes para o crescimento humano, e que a educação necessita estar atenta a isto. O conhecimento é a tradução da nossa subjetividade, assim, está sujeito aos erros; também reconhecer a diversidade e entender a identidade, como questões necessárias e imprescindíveis. Ensinar os estudantes a buscarem novas ideias, trabalhar conhecimento prático, resgatar seu patrimônio histórico, geográfico, cultural, mesmo em tempos de globalização, são condições importantes na educação humanizadora. Que seja condenado o egocentrismo, o etnocentrismo, a indiferença em relação ao outro. Compreender a diversidade é conduzir a compreensão sobre nós mesmos e estarmos mais inteiros para a caminhada humanizadora.

3 CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS

Os ensinamentos de Morin (2001), Maffesoli (2000), Flores e Varela (1994), nos mostram a importância da educação, e que por meio dela a humanidade volta a ser mais humana. Fazendo uma interligação com a questão principal deste texto, que se refere a interferência da globalização na cultura dos povos, principalmente da América Latina, a humanização promove a sensibilidade para o reconhecimento das matrizes culturais. Também prioriza nossa identidade, mantendo as matrizes no cotidiano da vida através da educação, tal qual um autêntico exercício democrático.

O homem solidário de Flores e Varela (1994) sabe negar o etnocentrismo promovido pela globalização, sabe produzir o respeito e a dignidade, trabalhar uma educação que fomenta a visão crítica no contraponto do mito do progresso, discutindo o crescimento equi-

tativo para todas as nações. A educação de Morin (2001) tem como prioridade as perguntas sobre o homem e o mundo, porque trazem o conhecimento múltiplo, onde está incluída a ética, a ecologia, o conhecimento construído por nossos antepassados, evitando que se convertam em estereótipos exóticos, como deseja a globalização.

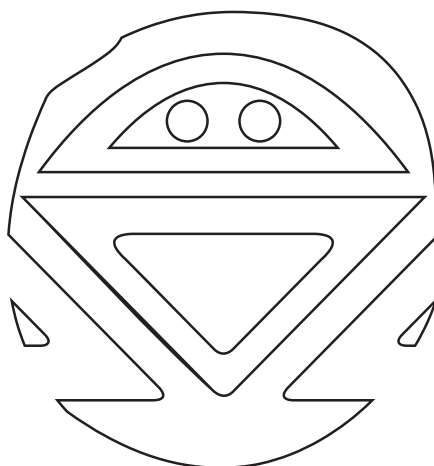
Não nos interessa somente a expansão mundial dominante dos mercados, não é suficiente para as sociedades. Haveremos, como educadores, de defender e promover a essência da espiritualidade das nações, onde se encontram suas crenças e valores, as suas experiências compartilhadas. Fazemos um esforço pelo trabalho humano, porque através dele está também a cultura material, o progresso de muitos, o desenvolvimento e oportunidades. A consciência cidadã para os educadores que desejam educar para a plenitude da condição humana.

REFERÊNCIAS

FLORES, Fernando L.; VARELA G. Francisco J. Educación y Transformación. Preparemos a Chile para el siglo XXI. Berkeley-París-Madrid: 1994 (mime).

MAFFESOLI, Michel. El instante eterno. El retorno de lo trágico en las sociedades posmodernas. Argentina: Paidós, 2001.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2001.



ALIMENTAÇÃO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: especiarias, temperos, cereais, vegetais e carnes como processos simbólicos das manifestações históricas

ROCHA, Raquel Peres

Resumo: O artigo discute o alimento enquanto patrimônio cultural, sendo esta questão verificadas nas diversas épocas históricas. Apresenta o ato de comer e a produção e diversificação dos alimentos, enquanto um componente da maneira de ser fazer das distintas comunidades ao longo do tempo. O ato de consumir o alimento está ligado às manifestações culturais simbólicas da época em que foi criado. Representam a própria dinâmica social dos grupos históricos, e mesmo quando se modifica, permanece junto à história do homem. As manifestações da culinária brasileira são chamadas ao artigo. Tem uma abordagem bibliográfica, de caráter qualitativo, buscando interpretar os fenômenos descritos na base bibliográfica do trabalho, com ênfase na micro história, enquanto gênero historiográfico.

Palavras-chave: Alimento. Cultura. Historiografia. Patrimônio histórico-cultural.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como foco discutir as relações sociais formadas entre as pessoas, através dos hábitos alimentares, entender quais são as dimensões sociais da comida, refletindo sobre suas origens e seus significados, e as mensagens que mesma pode expressar. O ser humano historicamente passou por vários processos em sua alimentação, na pré-história o mesmo era nômade, e também caçador e coletor. No qual se abrigavam em cavernas e viviam em comunidades primitivas. Nas sociedades antigas, o ato de comer era mais que se alimentar que manter o organismo vivo, era um ritual de repartir de dividir o alimento, dando origem a importância da hospitalidade e união nas refeições.

Ainda hoje quando as famílias se reúnem, na sua grande maioria, é em torno das refeições, como os almoços em família, e os jantares de datas comemorativas. A importância do alimento na vida das famílias, em várias sociedades é de grande importância, demonstrando inclusive através dessa alimentação hábitos, costumes e tradições culturais de um determinado grupo social.

2 A HISTORICIDADE DA ALIMENTAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA

2.1 A alimentação do homem durante a Pré História

Durante a Pré-História o homem se alimentava da coleta de frutos e raízes, da caça realizada em grupo, abrigavam-se em cavernas, contra o frio rigoroso do inverno e do ataque de animais ferozes. Os homens quando caçavam, compartilhavam os resultados dessas caçadas com os demais membros do grupo. Além do alimento que nutria o corpo, o que sobrava desses animais caçados, também era utilizado, pois seus ossos serviam de ferramentas bem

rusticas, feitas de formas manuais e suas peles serviam de vestimentas para as pessoas desses grupos.

Esse homem pré-histórico era caçador, coletor e nômade - sem moradia fixa - pois a busca constante de alimentos fazia com que o mesmo sempre mudasse de uma área para outra, em busca de alimentação e abrigo.

A partir do momento em que o homem dominou o fogo, deu um grande passo para o desenvolvimento e o estabelecimento de uma outra humanidade, e foi um salto importante para a cultura, pois ainda hoje existem muitas que reverenciam o uso de fogo em seus rituais e costumes tribais, rituais estes que estão ligados diretamente à hospitalidade, e algumas divindades. (FELIPE, 2014).

Quando o homem aprendeu a cozinhar os alimentos, surgiu uma profunda diferença entre ele e os outros animais. Cozinhando, descobriu que podia restaurar o calor natural da caça, acrescentar-lhe sabores e torná-la mais digerível; além disso, a cocção dos alimentos os tornaria mais fáceis de mastigar. Verificou também que as altas temperaturas liberavam sabores e odores e que a cocção retardava a decomposição dos alimentos. Acredita-se que ele procurava cozinhar os alimentos antes mesmo de descobrir o fogo, em fontes termais e gêiseres. (ibid, p. 2).

A importância do cozimento, conforme menciona a autora supracitada, é primordial nesse processo evolucionista da própria humanidade, pois na medida em que foi cozinhando os alimentos o homem pode conservar o calor natural da caça, pode descobrir novos sabores para melhorar sua alimentação, e descobriu a importância das altas temperaturas no processo de cozimento, que liberava cheiros, odores novos e texturas novas aos alimentos cozidos. A autora ainda comenta que antes mesmo do fogo, o homem já procurava cozinhar sua comida, em termas e gêiseres naturais. Além do uso do fogo para o cozimento dos alimentos, a invenção do arco e da flecha e do arremessador de lanças, criado pelo homem nesse mesmo período, é considerado de grande importância, pois o homem pré-histórico também passou a se organizar em comunidades e a formar os primeiros vilarejos.

Segundo Felipe (2014), foi com a fabricação de ferramentas, a arte de tecer, o cultivo da terra, o início da agricultura, que surgiu a necessidade do homem se estabelecer em torno das áreas cultivadas pelo mesmo, dessa maneira deixou de ser coletor para se tornar produtor de seu próprio alimento. Primeiramente se fixaram às margens dos rios Tigre e Eufrates, na antiga Mesopotâmia. Essas novas atividades permitiram com que o homem passasse a armazenar os alimentos que sobravam para iniciar as trocas com outras comunidades. Desde os primórdios da história do homem, o papel dos alimentos sempre foi importante como pode ser percebido acima, a forma como é preparado também vem mudando ao longo do tempo, dependendo da cultura de cada povo e de cada região.

2.2 A alimentação na idade dos metais

Na transição do homem da Pré-História para o início da chamada Idade dos Metais, iniciada por volta de 4500 a 4000 a.C., onde o homem passou a dominar novas técnicas de produção, deu início à metalurgia. A primeira foi a Idade do Cobre, também chamada de Calcolítico, e a Idade do Bronze. Os primeiros componentes do bronze naquela época, conforme menciona Navarro (2006), era o cobre, o arsênico e o estanho. A Idade do Bronze tem datação entre os períodos de 2400 a 2100 a.C. e a do Ferro inicia-se com o fim da idade do Bronze, prosseguindo até a formação da Civilização Romana.

Ventos fortes e o carvão vegetal existentes nos locais habitados por esse homídeos eram suficientes para produzir temperaturas de cerca de 1.200 oC adequadas para a transformação de óxidos de ferro em artefatos primitivos. Sítios arqueológicos desse período da Espanha, e onde existe grande quantidade de minério de ferro, dão mostras de terem sido intensamente minerados. O fato dessa tecnologia não ter progredido tem mais a ver com aspectos antropológicos do que técnicos: o Homem de Neandertal, que provavelmente dominou essa tecnologia, foi suplantado pelo Homem de Cro-magnon ao mesmo tempo mais valentes e primitivos na técnica de manipulação de matérias-primas para transformá-las em artefatos úteis. (NAVARRO, 2006, p.7)

Com o advento da Idade dos Metais, aconteceram grandes transformações no modo de vida dos seres humanos. Após o desenvolvimento da agricultura, a domesticação de animais, como bois, porcos e cabras entre outros, a caça também se modificou, uma vez que os homens passaram a caçar presas menores. As ações antrópicas desse homem tornaram-se mais intensas, o aumento da colheita favoreceu o aumento populacional e a sedentarização, proporcionou o surgimento da propriedade privada, como também o acúmulo de material, instigando a troca entre as comunidades próximas. Com o aumento populacional formam-se as primeiras tribos.

A partir dessas inovações em vários campos, a alimentação também se modifica e se adapta às essas transformações. É iniciada a plantação de cereais como o trigo e o centeio, que passam a ser usados na produção de pães, que por muito tempo foi uma das bases principais da alimentação de pessoas com poucas condições financeiras. Também se inicia a produção de bebidas e alimentos líquidos para serem utilizados nos cereais, através da maceração de raízes e grãos, que eram empregues nos ensopados da época.

2.3 A alimentação na Idade Antiga

Nas sociedades antigas, como a dos egípcios, a própria longevidade estava ligada diretamente aos alimentos. Os mesmos eram hábeis no manuseio das ervas finas e medicinais, e relacionavam a alimentação com a cura de certas doenças. Se alimentavam de massas, peixes, frutas, legumes, mel, bebidas entre outros.

Nas mais diferentes sociedades, os alimentos são não apenas comidos, mas também pensados; quer dizer, a comida possui um significado simbólico – ela expressa algo mais que os nutrientes que a compõem. A família, não se reproduz apenas biologicamente, nem reproduz apenas sua força de trabalho. Ela se reproduz também simbolicamente, e uma das dimensões dessa reprodução pode ser apreendida pelo modo de comer. (WOORTMANN, 2013, p. 06)

Os primeiros cereais cultivados pelos povos antigos foram o trigo, o milho, o arroz, e a cevada. Os antigos faraós já utilizavam o trigo como forma de pagamento. Os gregos e depois os romanos, também produziam trigo e os exportavam para o restante da Europa. No entanto, somente os nobres, os abastados os consumiam, e os pobres e os escravos da época, usavam somente a cevada.

Atualmente o trigo é produzido e consumido em todo o mundo e é a base da alimentação de várias sociedades. Porém, o arroz, tem sua origem provavelmente na China, por volta de 2800 a.C., era considerado uma planta de origem sagrada, consumida somente pelo imperador. A partir do Oriente, o arroz se espalhou para outras regiões do mundo e alimenta atualmente mais da metade da humanidade.

A mistura dos alimentos ao longo do tempo só foi possível a partir da comercialização que passou a ocorrer entre os continentes, a introdução de certas plantas, ervas e animais na alimentação cotidiana, foi acontecendo gradativamente. O comércio de grande porte, envolvia a troca de produtos comestíveis, como ervas finas, condimentos específicos, as especiarias, o azeite de oliva, a cevada, o trigo, o arroz, que contribuíram significativamente para a mudança na alimentação de várias regiões mundo. Em outros casos, essa alimentação foi se formando da própria mistura de ingredientes de determinados grupos sociais, como exemplo, temos o surgimento da feijoada no Brasil, que à princípio tem sua origem nas senzalas dos escravos africanos, que de início não era consumida nas mesas das famílias mais abastadas por ser considerado um alimento dos menos afortunados.

2.4 A alimentação na Idade Média

Abreu (2001) menciona que durante a Idade Média não houve muitas mudanças na alimentação da população. Ao contrário, ocorreu foi um retrocesso, com práticas alimentares consideradas primitivas, que estavam relacionadas diretamente com a fome e as penúrias sofridas pela população.

Durante toda a Idade Média a Europa teve contato com vários povos diferentes, entre os quais, com povos árabes, e através desse contato, puderam conhecer plantas comestíveis, e também o arroz, vegetais, frutas, e a cana de açúcar conforme menciona Abreu (2001). Isso permitiu a entrada de novos gostos e sabores por toda a Europa Medieval, sendo as especiarias relevantes na hora da alimentação.

Na Idade Média por volta dos séculos X e XV, os sabores e aromas eram importantes

na cozinha, porém, a apresentação dos pratos era mais. A maneira como apresentavam cada alimento à mesa, tinha seus significados. Fazer uma boa apresentação era tão importante quanto o prato ser agradável ao paladar. Nesse período, na cozinha medieval, os sabores que se destacavam eram os temperos, ou seja, as famosas especiarias, o doce do açúcar que havia sido introduzido devido ao grande comércio com outros povos da época, e o ácido proveniente do vinho, das frutas cítricas e do vinagre.

Segundo Franco Junior (2001), a aristocracia e o clero recebiam de seus camponeses pelo uso da terra, serviços prestados ou produtos agrícolas, assim eles podiam consumir tudo, o senhor feudal se fixava em vários pontos diferentes de seu feudo, onde podia consumir parte do que era produzido, teria alimentos o ano todo, independente de sua própria produção agrícola.

Franco Junior (2001) cita também que legumes e verduras estavam presentes no cardápio do homem medieval, porém não era muito variado, por exemplo, alguns legumes e certas verduras só eram consumidos por nobres, por ser de fácil digestão. O consumo de queijo era desprezado pelos nobres, por ser associado à loucura e ser considerado pouco saudável, ficando, assim, relegado ao consumo das classes pobres da época.

A alimentação principal da aristocracia medieval era carne de animais como vaca, carneiro, principalmente o porco. A caça de animais como o cervo, o javali, e a lebre também faziam parte da alimentação da nobreza. Ainda consumiam aves, como galinha, pato, ganso, cisne e pombo. Também se alimentavam de peixes de água doce, como carpa, sável, esturção, e os pescados no mar, como salmão, linguado, arenque, bacalhau. Todos esses alimentos eram assados, por ser considerada uma forma nobre de preparo. Os alimentos cozidos eram feitos pelos mais pobres que os cozinhavam para aproveitarem o suco da própria carne. O modo de preparo era diferente na cozinha dos nobres medievais, os pratos de carne e peixe eram sempre recheados, ou cobertos por molhos diferentes, que eram feitos a partir das famosas especiarias, como o alho, cebola, hortelã, alecrim, sala, e entre outros temperos, como cravo, noz moscada, pimenta do reino e etc. (FRANCO JUNIOR, 2001).

A bebida para acompanhar essas refeições era o vinho. Como as técnicas de estocagem eram precárias, ele devia ser consumido de preferência no mesmo ano de sua produção. A impossibilidade de adiar o consumo, sob pena de perder o vinho, a necessidade de um estimulante, em particular no inverno e nas regiões setentrionais, levava a ingestão de grandes quantidades de bebida: estimativamente, entre 2 e 3 litros por dia por pessoas nas camadas dirigentes. Todo senhorio procurava ter uma produção de qualidade para uso da nobreza local, mas os grandes vinhos, exportados para cortes monárquicas e papal, eram os produzidos em Borgonha e, desde as primeiras décadas do século XIII, no Bordelais. Os aristocratas preferiam os vinhos brancos suaves até meados do século XIII, a partir de quando, talvez por influência da burguesia, passaram a optar pelo tinto de Beaune e pelo licoroso de Languedoc, da Catalunha do Oriente. (ibid, p. 170).

O autor menciona, no que se refere a sobremesa, que era algo que ficava somente nas mesas dos aristocratas, ou seja, dos nobres daquele período. Eles consumiam frutas frescas

nas refeições, ou no intervalo delas. Comiam também frutas secas como passas, figos, amêndoas, nozes, ou algo doce como tortas ou bolos. Até meados do século XII, as sobremesas doces eram adoçadas com mel ou vinho licoroso, após esse período, começaram a adoçar com açúcar da cana, que chegava do Oriente. Porém, o mesmo era muito caro, o que dificultava o seu uso nas sobremesas, e passou a ser usado também como medicamento, e base para muitos outros medicamentos na Europa Medieval.

A burguesia que começava a se formar nesse período, basicamente seguia ou procurava imitar o cardápio dos nobres, consumindo carnes variadas, mas foi a partir do século XIV, que realmente surgiu uma culinária burguesa, com características próprias, mescladas por alimentos dos nobres e das classes mais pobres também.

Em contrapartida, relata Franco Junior (2001), a alimentação dos camponeses era condizente com as tarefas físicas que eles tinham que realizar, tendo em vista que os mesmos trabalhavam para manterem a si próprio, como às demais estratificações consideradas superiores, como os senhores feudais, o clero e a nobreza da época. Eles se alimentavam de cereais que eram preparados até ficarem em formas de papas ou mingaus, tendo como complemento os pães. O pão tinha toda uma simbologia, pois estava ligado diretamente a Deus encarnado na Terra, sendo inclusive, citado na oração do Pai Nosso. Se para a aristocracia e a nobreza, o pão era só um acompanhamento para os demais pratos, para os camponeses era a base principal de sua alimentação. Normalmente uma pessoa comia por dia, cerca de meio quilo de pão para poder aguentar os trabalhos. Na mesa dos abastados comia-se o pão apenas como acompanhamento, e nas mesas dos pobres como alimento principal, todos de uma forma ou de outra dependiam do pão para complementar suas dietas.

O acompanhamento da comida dos camponeses era baseado em legumes e verduras, estas deveriam ser cultivadas por eles, nos lotes que moravam que pertenciam aos senhores feudais. A carne era um alimento raro na mesa dos servos, pois não havia animais de grande porte o suficiente para alimentar todos da família, e quanto tinham como bois, eram utilizados nas atividades agrícolas, que ajudavam arando a terra, puxando troncos de árvores. Porém, eles criavam ovelhas para produzir leite e fabricar queijos. O principal fornecedor de carne para os camponeses vinha a criação de patos, galinha, e principalmente porcos, os camponeses na sua grande maioria podiam criar porcos, devido os cuidados dispensados a eles serem poucos. Quando os animais eram mortos, procuravam conservar a carne para ser consumida ao longo do inverno, eles conservam salgando esta carne, pois devido aos rigorosos invernos, precisavam de alimentos que fornecem bastante calorias.

Para os camponeses, beber água naquele período era considerado um perigo eminente, pois muitos rios, lagos e até mesmo os poços, tinham dejetos de animais e outras impurezas, dificultando o consumo da água. Portanto, acabavam consumindo o vinho, assim como nas classes superiores, porém, o vinho deles não era de boa qualidade, mas entre os riscos de consumir água contaminada e beber um vinho de baixa qualidade, eles preferiam

o vinho. Para que o vinho rendesse mais, eles misturavam água, e assim, além de terem um pouco mais de vinho, o rico da água contaminada era menor. Também foi criado os licores por monges em mosteiros, porém, era uma bebida que não estava ao alcance dos camponeses, somente dos nobres e clérigos. Havia a cerveja que não era popular em toda a Europa, somente no norte europeu. (FRANCO JUNIOR, 2001).

Para Abreu (2001), foram as cruzadas, que colocaram o continente europeu em contato com o Oriente Médio, e foi a partir desse contato que se estabeleceu um intenso comércio de alimentos entre os continentes. As ervas aromáticas e as especiarias eram utilizadas pelas classes dos nobres, dos aristocratas, para demonstrar sua riqueza e poder nos grandes banquetes que eles ofereciam. A partir do século XVI, Espanha e Portugal, iniciaram as grandes navegações, descobrindo novas rotas à países produtores dessas especiarias. Além de descobrirem novos alimentos, essas navegações passaram a comercializar entre si, ocorrendo uma grande mistura de sabores e odores, além de possibilitar trocas culturais, de hábitos culinários e novos conhecimentos na produção e o preparo dos alimentos.

2.5 Alimentação na idade moderna e contemporânea

Santos (2005) frisa que a alimentação das cozinhas locais, regionais, nacionais e inclusive internacionais, são o resultado da miscigenação cultural entre os países, onde as mesmas têm vestígios de trocas culturais. O ato de se alimentar não está ligado somente com o ato da pessoa se nutrir, em seu aspecto biológico. Segundo o autor, o alimento faz parte da história, devido às suas mudanças e permanências nos hábitos e práticas alimentares da sociedade, que representam a própria dinâmica social de um determinado grupo. Os alimentos não representam apenas a nutrição, comer é um ato social, pois esta ligada diretamente aos costumes, condutas específicas de um determinado grupo social. O mesmo menciona que nenhum alimento ao entrar em nossas bocas, pode ser considerado como neutro, pois o mesmo vem carregado de manifestações culturais e sociais da época em que foi criado. Portanto, para ele o que se come é tão importante, quando e onde se come, e quem irá comê-lo.

Na Idade Moderna, entre os séculos XV e XVIII, o pão continua como figura importante da alimentação da sociedade como um todo. A agricultura antes de subsistência na Idade Antiga e parte da Medieval, agora passam a ser para comercialização. Produtos como milho, arroz, batata, tornam-se muito importantes na alimentação dos povos do Ocidente.

Com o advento da contemporaneidade, as práticas agrícolas continuaram crescendo, os séculos XIX e XX são marcados pelo aumento das variedades dos alimentos. Surgem novas frutas e verduras que ajudam a compor a alimentação da população. O açúcar, por exemplo, que a princípio só era consumido pelas classes altas - as elites sociais - começa a se difundir entre as classes menores favorecidas. Há um aumento também no consumo de gorduras de origem animal e vegetal. Alguns hábitos na cozinha ainda permanecem desde

tempos remotos da origem da história do homem, como aquecer os alimentos com pedras quentes, pratica essa brasileira. Ou aquecer os alimentos em panelas enterradas e acender o fogo em cima, ou assar as carnes no calor das brasas, atividade esta que deu origem ao conhecido churrasco da atualidade.

No cenário atual, a alimentação tem passado por várias adaptações, pois até o cultivo dos alimentos tem sofrido modificações, alguns alimentos passaram a ser cultivados em determinadas condições, geneticamente modificados. Além da grande quantidade de produtos industrializados, que foram sendo introduzidos na alimentação da população mundial, sem deixar de mencionar o expressivo uso de alimentos congelados, pré-cozidos, e os enlatados produzidos pelas grandes indústrias, para atender a demanda de pessoas isoladas ou famílias que não tem tempo de cozinhar suas próprias comidas. Além dos serviços alimentícios oferecidos em fast foods, deliverys, selfservice, que são cada vez mais comuns nas cidades mundiais. Independentemente do mosaico geográfico, a comida em rede, como por exemplo o sanduiche, é o mesmo em todos os lugares, o que faz com que este produto não tenha mais as características de uma determinada região, fazendo com que aquele alimento perca sua identidade original. Porém, apesar disso, há em muitas regiões a permanências de certos pratos e certos alimentos, que insistem em manter suas origens, suas formas de preparo e maneiras de serem saboreados.

3 ALIMENTAÇÃO À MODA BRASILEIRA

3.1 Alimentação no Brasil colônia

No século XVI, quando os portugueses chegaram ao Brasil, os moradores nativos, denominados indígenas, tinham seus hábitos e costume alimentares. Hábitos esses que foram incorporados por ambos os lados, como também foram acrescentados e misturados novos sabores à cozinha brasileira, que começava ali a se formar. Apesar desse contato e a grande mistura que ocorreu nesse caldeirão cultural, muitos pratos se preservaram e mantiveram suas características originárias, tanto no Brasil quanto em Portugal.

A alimentação é um tema que está sempre presente nos estudos históricos, pois ela vem variando ao longo do tempo, de povo para povo, de sociedade para sociedade. Mas é algo que esta sempre se modificando ou permanecendo junto da história do homem. Os hábitos alimentares brasileiros, tem seu início com a história dos indígenas no Brasil Colônia, que após a chegada do colonizador europeu, recebeu mais alguns elementos, e fechando esse cenário, tem a chegada do negro escravizado, trazendo da África vários sabores e alimentos diferentes para completar o que conhecemos atualmente da culinária à moda brasileira.

Lopes (2009) menciona que quando Cabral chegou ao Brasil junto com sua comitiva e Pero Vaz de Caminha fez a famosa carta, considerada até hoje a certidão de nascimento do país, os mesmos se alimentaram de mandioca, palmito, pois era o alimento que acompanha-

va a carne e as frutas tropicais, da terra recém-descoberta. O autor esclarece que:

A filha de um chefe indígena engravidara sem contato masculino, como em sonho comunicara um homem branco ao pai furioso que se acalmou. Nasceu uma menina deslumbrante, de nome Mani, morta ao fim de um ano, sem doença e sem dor. Do tumulto surgiu um arbusto novo. A terra fendeu-se, como mostrando o corpo da menina morta. Encontraram raízes que eram as primeiras mandiocas, fortificantes e poderosas. Mandioca, de mani-oca, a casa de Mani. Para o indígena a farinha uí-pon, uí-puba amolecida pela infusão, darinha água, e a uí-atã, farinha de guerra, seca, dura, resistente, comum. Feita de mandioca crua, raspada e espremida à mão ou no cilíndrico tupiti, a prensa de palha contrátil, tecida e sensível. (LOPES, apud CASCUDO, 2004, p. 13).

A origem da palavra farinha é farina, e mandioca é de origem Tupi, também tapioca, e beiju, são de origens indígenas, sendo produtos provenientes da farinha de mandioca. Os principais pratos brasileiros tem como acompanhamento a farinha, como o mingau, a papa, o pirão que acompanham o peixe frito, ou cozido, servidos inicialmente pelos indígenas, que hoje compõe a alimentação dos ribeirinhos da Amazônia. Os portugueses utilizavam a farinha para engrossar seus caldos e sopas, da farinha também se produz os beijos de tapioca, temperados com canela, açúcar, leite entre outros. (LOPES, 2009).

A autora de referência relata que quem aproveitou o milho do Brasil, foram os portugueses, em bolos e canjicas e os africanos em seus angus, e munguzá. Pois a base da alimentação indígena tinha o pirão de farinha como um prato muito importante, que acompanhava a carne e os peixes servidos. Foi com os portugueses que os indígenas teriam aprendido a dissolver a farinha de mandioca em água quente, formando um tipo de mingau.

O milho fazia parte da alimentação dos indígenas, porém em proporções bem menores, do que as dos portugueses. Dos temperos que eram utilizados, sem dúvida a pimenta vermelha e amarela, foram uma das contribuições mais significantes para a culinária brasileira, que passou a ser consumida junto com a farinha, e misturada ao sal, proveniente da água do mar que era retirada através de árvores que os mesmos colocavam nas margens das praias, depois recolhiam e queimavam os troncos dessas árvores que após eram fervidas, restando o sal, que posteriormente era consumido nas comidas preparadas por eles. A autora menciona que muitos dos hábitos alimentares que hoje possuímos, vem dos indígenas desde o Brasil Colônia, entre eles comer peixes, e até o hábito de dormir em redes.

Alimentavam-se também conforme os costumes alimentares de seus ancestrais, como bicho-de-taquara, iças, caracóis, cogumelos e saúvas. Devemos aos nossos indígenas vários hábitos alimentares, como a alimentação à base de peixes, crustáceos, caças, moluscos, pimentas, abóbora, palmitos, caldo de peixe, apicultura, e também alguns costumes como a curtição de fumo, aspirar rapé, a rede para as sestras e para nos embalar nos momentos de sossego. (LOPES, 2009, p. 16)

No século XVI, a questão da alimentação no Brasil era complicada, pois os senhores de engenho davam preferência mais às plantações em suas terras, do que a criação de animais

como ovelhas e cabras, e os maiores como os bois, serviam para auxiliar a trabalhar nas terras. Conforme menciona Priore:

Na Bahia, grandes proprietários evitavam ter animais domésticos para que não atacassem a lavoura de cana ou tabaco. Não sobrava terra para pasto. Ovelhas e cabras eram consideradas inúteis. Os porcos, difíceis, pois rapidamente se tornavam selvagens. E o gado mais tinha era que sobrar na lide do engenho. Os senhores de légua de terras opulentas não tinham o que comer! Sofria-se da falta de farinhas. Por outro lado, a doçaria arredondava a gordura de frades e sinhás. (PRIORE, 2016, p. 243).

Segunda a autora, o padre Fernando Cadim se entusiasmou com a recepção que recebeu ao chegar no Brasil, foram vários banquetes nas casas de homens ricos e colégios dos padres. Porém, ao longo dos dias, o mesmo percebeu a real situação e comentou: “que era no vinho e depois na cachaça que se afogavam as magoas e a fome”. Através da fala desse padre, podemos perceber que a situação não era a das melhores em relação a quantidade de alimentos no Brasil Colônia. O bispo de Tucumã em visita ao Brasil no século XVII, mandara comparem peixe, frango e ovos, e quando os jovens voltavam, não tinham nada nas mãos porque não havia onde comprar esses produtos. Para se alimentarem, os jesuítas tiveram que criar seu próprio gado. Os lugares que tinham um pouco mais de provisões, era em Pernambuco e Bahia, pois quando chegavam de Portugal, passavam primeiro por lá.

Nesse período, devido à falta de carne bovina, a base da dieta dos colonos brasileiros era baseada em carne branca, ou seja, carne de peixes, que eram variadíssimos, assim, acaris, acarás, arraias, dourados, surubis, piabas eram consumidos. Ou seja, tudo ia parar na mesa dos brasileiros. Também apreciavam bastante as ovas de peixes, estas eram comidas em grande quantidade, eram vendidas nos mercados, assim como o fígado dos peixes. Uma iguaria muito apreciada era a carne do peixe boi, que na época não estava extinto, como hoje está. A carne do peixe boi, por ter o gosto da carne de vaca, caiu no gosto dos colonos, que era feita principalmente assada, pois segundo eles, exala o cheiro de porco quando era assado, também a comiam com leite e azeite jogado sobre ela. Além de saborearem muitos caranguejos conseguidos a beira-mar.

4 A ALIMENTAÇÃO COMO MEMÓRIA E LINGUAGEM SOCIAL E CULTURAL

4.1 A alimentação Como Expressão Cultural

A sociedade como um todo tem várias expressões culturais, como a dança, as artes, a religião, as vestimentas, e como não poderia ser diferente, a culinária. Também na História dos Annales, a culinária passa a fazer parte desse rol de expressões culturais. Conforme menciona Santos:

Em 1974, o lançamento da coletânea *Faire de l'histoire*, traduzida no Brasil como *História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos*, trouxe à tona novos

paradigmas da História. Na apresentação dessa coletânea, seus organizadores, Jacques Le Goff e Pierre Nora, reivindicavam para a nova História “a coexistência de vários tipos de história igualmente válidos” e defendiam o fatiamento da História, a micro história, em contraposição a uma história absoluta do passado. Historiadores como Jean Paul Aron e Jean Louis Flandrin deslocam o foco da história em migalhas para o comer e para aquele que come. Por meio desses novos paradigmas, os ensinamentos dos Annales, a comida deveria ser levada a sério pelos historiadores. (SANTOS, 2005, p. 14)

A micro história passa a ganhar força com a geração de Jacques Le Goff e Pierre Nora, que dizem que a alimentação também merece seu espaço nos estudos históricos, podendo partir da micro historia, que pode fazer uma abordagem mais específica de determinada região ou lugar, para registrar essas informações históricas.

O hábito de ingerir os alimentos vai além de apenas nutrir o corpo humano, esta ligado também a fatores sociais, religiosos, e principalmente culturais. Por exemplo, o homem da pré-história, comia tudo que estava acessível para sua sobrevivência naquele período. Diferente do homem moderno, que alguns são carnívoros, e outros são adeptos ao vegetarianismo.

Há também aqueles que atualmente se alimentam dependendo da religião que seguem, pois, o hábito de comer para algumas sociedades está ligado diretamente com a sua “entrada no céu”, ou seja, a salvação de sua alma. A própria criação do mundo, segundo a Bíblia dos cristãos católicos, cita que quando Deus criou o mundo, no paraíso, onde estava morando Adão e Eva, foram criadas duas árvores, uma do bem e a outra do mal. Pode-se perceber que a alimentação já chega na história do homem com bastante importância, e a escolha de Eva em provar do fruto proibido, ao comer a maçã, custou a humanidade sua expulsão do paraíso criado por Deus. Outro momento importante da alimentação em consonância com a religião, é aquele em que Jesus Cristo na última ceia junto com seus apóstolos, cita a famosa frase que até hoje é recitada nas missas católicas: “este é o meu corpo que é entregue a vós” se referindo ao pão, ao dividi-lo com seus discípulos, e completou, “aquele que comer da minha carne e beber do meu sangue, jamais terá fome novamente”. Eis a narração de mais uma passagem importante do papel da alimentação na história da humanidade.

Para muitos religiosos a carne de porco é proibida, no Egito é até mesmo abominada. Para alguns cristãos, é a representação De que Jesus ao expulsar espíritos de um determinado homem, os teria “jogado” em alguns porcos que por ali estavam, condenando os animas a morrerem em um precipício próximo, daí a origem de muitos não se alimentarem da carne desse animal. Porém, os romanos e os africanos eram adeptos da carne do animal em suas refeições, pois segundo eles, os ajudava a fortalecer o corpo de seus guerreiros e atletas.

Por exemplo, os Hindus, não se alimentam da carne de vaca, pois para eles a mesma é sagrada, inclusive alguns preferem a morte por fome, do que sacrificar alguns desses animais sagrados para eles, diferentemente do Brasil, que em todo o prato independente da classe social, está presente, variando na quantidade do seu uso, em razão dos padrões financeiros das famílias.

Os budistas, por exemplo, ao fazerem suas pescarias, não matam os peixes, esperam os mesmos morrerem sozinhos nos barcos, até poderem se alimentar deles. Diferente dos indígenas e moradores ribeirinhos da Amazônia, que ao terminarem as pescarias, já levam os peixes para o preparo. Ou os japoneses que preferem saborear alguns de seus peixes crus mesmo, preparando cardápios de sushis e outros com esses peixes.

Os africanos no século XVI, por exemplo, não se alimentam de galinha e galo, pois são animais oferecidos a oferenda de seus deuses, e não para se alimentarem diariamente. Costume esse que ainda permanecem em algumas religiões do Brasil, como candomblé, macumbas, xangôs etc.

Para alguns moradores da Amazônia é comum se alimentarem de macacos, e cobras, assim como para alguns moradores do Nordeste é usual comerem camaleões e até mesmo preás, alimento esses que em outras partes do Brasil é abominado, por não ser costume de outras regiões.

4.2 Os Festivais Amazônicos e a sua relação com a alimentação – a força da natureza

A região amazônica é conhecida mundialmente por suas características únicas, com uma beleza natural exuberante, por possuir uma flora e fauna riquíssimas, além de ter um grande potencial turístico, e farturas em alimentos naturais. Após a conquista do Brasil em 1500, os colonizadores se depararam com seus moradores nativos, como não sabiam seus nomes, os denominaram índios, independente de ao longo dos anos ser notado, que não eram todos iguais, pois existiam grupos e etnias diversificadas em todo o Brasil, porém todos ficaram conhecidos até hoje como povos indígenas. Os grupos indígenas marcaram a formação inicial do Brasil, e acabaram assimilando hábitos e costumes dos conquistadores europeus, mais notadamente portugueses e espanhóis. O contato entre esses indígenas e os colonizadores, foi um grande choque cultural, ocasionando numa perda identitária, que em muitas comunidades indígenas foi irreversível, perdendo inclusive a língua materna, hábitos seculares, formas de viver e se relacionar com a floresta. (BITAR, 2010).

A autora menciona que esse contato não ocorreu de forma pacífica, que ao longo dos anos da conquista, houve uma intensa disputa territorial entre os portugueses e espanhóis, além de disputarem com os próprios moradores nativos, culminando na morte de vários grupos indígenas. E também disputavam territórios com holandeses, ingleses e franceses, que insistiam em adentrar o território amazônico.

Os povos nativos são a matriz cultural primeira, a base de todos os saberes mais tarde herdados pelos imigrantes que se adaptaram à floresta. Deles vem o conhecimento das técnicas e dos materiais básicos para a habitação e transporte, a tecelagem, a cerâmica, os cuidados com a saúde, a alimentação. É impossível calcular a perda de conhecimentos decorrente da dizimação em massa que resultou na extinção de muitos povos indígenas. (PANNO, 2010, p. 35)

A autora acima menciona que é impossível de ser calculado o tamanho da perda dos conhecimentos devido esse grande massacre sofridos pelos povos indígenas, devido a ação do colonizador na Amazônia. Pois é desses povos que vem grande parte dos nossos conhecimentos atuais, como a cerâmica, os meios de transporte nos rios da Amazônia, que até hoje são de extrema importância, pois ainda há lugares na região, que você só chega se for de barco, até mesmo os hábitos alimentares ainda se mantem na região, como comer os peixes assados ou cozidos acompanhados do pirão de farinha de mandioca.

A relação do homem amazônico com a natureza é muito forte, pois dela ele tira seu sustento, como também navega por seus rios caudalosos, pratica seus hábitos milenares, e também comunga em uma atmosfera quase mítica com esse habitat exuberante. Na região amazônica, existem várias manifestações culturais. Como os cordões dos pássaros, as danças locais, como Carimbó e Lundu, e festivais que tem como foco principal elementos da natureza. Tais como os peixes, onças, jacarés, boto, e entre outros, tais elementos estão sempre presente nesses festivais.

A grande maioria das festas e tradições amazônicas tem sua origem em costumes indígenas, e outras são da época da colonização portuguesa. Também existem traços fortíssimos da contribuição cultural dos negros no Pará. Em Parintins, por exemplo, ocorre o festival dos bois, Garantido e Caprichoso, que teve seu início em 1913, que tem suas origens na brincadeira do bumba meu boi nordestino, levado para a região amazônica em 1988. Foi construído um “bumbódromo”, e a festa ganhou característica de espetáculo carnavalesco, devido as suas grandes alegorias, e a dimensão que festa acabou ganhando, inclusive um turismo vem para a região para participar dessa festa, além de ser transmitido ao vivo em alguns canais de televisão da região. No entanto, é preciso que se diga que o festival não constrói nenhum traço de desenvolvimento na região, criam-se situações passageiras de ocupação de hotéis, restaurantes, bares, no seu sentido provisório.

O festival de Parintins procura exaltar as belezas das terras amazônicas, onde as apresentações dos bois trazem elementos como as tribos indígenas, a cunhaporanga da aldeia, o Pajé, as letras das toadas, assim que são chamadas as musicas que dão o ritmo das apresentações, são voltadas para a proteção da floresta, dos seus rios, e animais. Como também retrata a vida do homem amazônico, dos costumes dos ribeirinhos e dos povos indígenas que habitam na região. Lendas da região também são recontadas, como a mãe d’água, o curupira e o boto, fazem parte do imaginário amazônico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar a pesquisa sobre a temática da alimentação e o seu papel na história, não tínhamos fartos conhecimentos sobre a área, embora existisse uma informação sobre a importância da alimentação para os povos das primeiras sociedades do mundo, como também

os povos que viviam no Brasil Colônia.

Os conhecimentos adquiridos na produção da pesquisa foram inúmeros, envolvendo conhecimentos sobre o a importância dos alimentos, até mesmo a forma como eles eram apresentados, a sua simbologia, até mesmo a questão de hábitos que são bem antigos, mas que ainda hoje permanecem na vida da sociedade moderna.

O ato de comer, não apenas como se alimentar, nutrir o corpo, vem carregado de uma historicidade, de traços sociais das diferentes sociedades, trazendo traços culturais fortíssimos na apresentação e preparação de certos alimentos. A comida também tem uma forte participação no contexto histórico, na vida do homem, em várias dimensões do cotidiano, e também pode ser vista como expressão de confraternização, celebração, rituais que tanto podem exprimir felicidade como tristeza. O ato de se alimentar vai muito além de nutrir o corpo humano, é um ato social, e acima de tudo cultural.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. Capítulos da história colonial. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BITAR, Eliana Freire. Amazônia – Um relato de sua (des) construção sociocultural. Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer - Goiânia, vol.6, n. 11, 2010.

CASCUDO, Luís da Câmara. História da alimentação no Brasil. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.

FELIPE, Marcia Reis. Alimentação na Pré-história. 2014. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/viverbem/2014/03/19/alimentacao-na-pre-historia/>. Acesso em: 13 dez. 2016.

FRANCO JUNIOR, Hilário. A Idade Média: nascimento do ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LOPES, Lilian Maria de Siqueira. A Alimentação no Brasil Colônia. Lins, SP: UNISALESIANO Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, 2009.

NAVARRO, R. F. A evolução dos Materiais. Da Pré-História ao Início da Era Moderna. Revista Eletrônica de Materiais e Processos, v. 11, N. 1, 2006. ISSN 1809-8797.

PANNO, Marcia. Revista Cultura Amazônica. Fundação Roberto Marinho, Instituto Antônio Carlos Jobim, Furnas Centrais Elétricas, Eletronorte e Eletrobrás. Rio de Janeiro, 2010.

PRIORE, Mary Del. História da gente brasileira: colônia. São Paulo: Leya, 2016. 1 v.

SANTOS, C. R. A. dos. A alimentação e seu lugar na História. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 42, p. 11-31, 2005.

WOORTMANN, Ellen F. A comida como linguagem, Revista Habitus, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 5-17, jan/jun, 2013.

QUESTÕES RELATIVAS À PROBLEMÁTICA JURÍDICA E AS RELAÇÕES HOMOAFETIVAS, EM ESPECIAL, A ADOÇÃO

VIEIRA, Antonio Marcio da Silva¹

Resumo: O presente artigo se constitui em uma revisão bibliográfica de concepções que se perderam com o passar do tempo e pelas visões mais contemporâneas que trata sobre a adoção por casais homoafetivos, uma temática polêmica marcada principalmente pelo confronto de ideias. Esse é um processo que possibilita reflexões e indagações sobre os preconceitos existentes ao longo da humanidade, mas que vem reduzindo gradativamente. O objetivo geral é evidenciar a possibilidade existente na lei para que os homoafetivos possam adotar uma criança, considerando que não existe lei específica que regulamente ou promova o veto desse tipo de procedimento. Conhecer os conceitos e opiniões de pesquisadores sobre a homossexualidade, a união homoafetiva, enfatizar o que a Psicologia deixa claro sobre o desenvolvimento de uma criança adotada por um casal composto por pessoas do mesmo sexo, os mitos e preconceitos da sociedade sobre o assunto. A homoafetividade existe na humanidade há várias civilizações, mas vem atraindo mais atenção ultimamente, devido às lutas pela garantia de direitos, principalmente o de poder constituir uma família por intermédio da adoção. A Psicologia deixa explícito que a orientação sexual do casal não interfere na construção do caráter de uma criança.

Palavras-chave: Homoafetividade. Família. Adoção. Preconceito.

1 INTRODUÇÃO

A adoção por casais homoafetivos é um assunto muito discutido na sociedade atualmente. Chama ainda mais atenção por que envolve o lado afetivo das pessoas, exigindo um posicionamento jurídico mais cauteloso. É um tema extremamente importante, considerando que a homoafetividade existe há várias civilizações, portanto, não se trata de um seguimento social sem representatividade. Sendo de fato uma prática realizada.

Apesar de não possuir legislação específica, a adoção por casais do mesmo sexo, ainda que de maneira tímida, está sendo reconhecida pelo judiciário brasileiro, uma vez que as relações homoafetivas estão sendo consideradas como entidades familiares cada vez mais sólidas.

A composição das entidades familiares não está sendo vista mais na singularidade, pois as mudanças na composição e construção familiar ultrapassaram os preconceitos e barreiras impostas pela sociedade que durante muito tempo caracterizou a família como sendo única e formadora através da concepção do matrimônio.

As transformações sociais no que diz respeito a famílias estão constantemente em um processo de evolução, uma vez que a união estável é as relações monoparentais estão ganhando cada vez mais espaço nas sociedades contemporâneas.

O entendimento de como funciona o processo de adoção requer o conhecimento sobre a família enquanto instituição social, homoafetividade, a constituição de 1988 – parte

¹ Jornalista. Professor de Comunicação e Expressão da Faculdade do Tapajós.

que trata da adoção. Além de legislações mais específicas como o Estatuto de Criança e do Adolescente (ECA) e a lei da adoção.

2 CONCEITO DE HOMOSSEXUALIDADE OU HOMOAFETIVIDADE

Segundo Brandão (2002) o termo “homossexual” foi utilizado pela primeira vez no ano de 1869 pela médica chamada Karoly Benkert, que redigiu uma carta para o ministério da justiça da Alemanha do Norte pela perseguição que os homens homossexuais vinham enfrentado devido às questões políticas da época. O significado da palavra homossexual não deriva do latim homo que quer dizer homem, mas sim do prefixo hómo que significa “semelhante”. A palavra sexual advém do latim “sexus” e em sua tradução é aquilo relativo ou pertencente ao mesmo sexo, concluindo que “sexualidades semelhantes”

Contudo Dias (2001) fala que esse termo quase não se usa devido aos estudos da medicina e da psicanálise que, durante muito tempo, consideraram a homossexualidade como uma doença. Assim era tratado como “homossexualismo” as pessoas que tinham essa manifestação afetiva pelo mesmo sexo, uma vez que o sufixo “ismo” remete ao termo doença.

Spencer (1999) ressalta que no ano de 1975 o homossexualismo foi inserido na Classificação Internacional das Doenças (CID) como sendo um transtorno sexual considerado assim como uma doença. A Organização Mundial de Saúde deferiu como desajustamento comportamental no ano 1985, no entanto não era o suficiente uma vez que ainda estava inserida no CID como doença.

A mudança desse termo só foi possível no ano de 1995 quando o “homossexualismo” deixou de ser considerado um distúrbio psicossocial, deixando de constar no CID como doença. Com isso, conseqüentemente, houve a mudança do sufixo “ismo” pelo sufixo “dade” que passou a significar modo de ser.

Dias (2001) dessa forma, afirma que a homossexualidade é considerada no máximo um transtorno de preferência sexual, não podendo assim ser considerada como uma doença ou distúrbio que envolva a patologia genética. E sim, somente uma orientação sexual diferente dos demais seres humanos.

Silva Junior (2011) relaciona a homoafetividade como sendo independentemente da vontade ou de opção de cada indivíduo. Segundo o autor, a homoafetividade é uma extensão emocional e sentimental do ser humano, daí surge o termo homoessência, que se refere a busca de preferências e opções que a pessoa melhor se identifica.

Desta forma, o conceito de homossexualidade está caracterizado pela predominância ou manifestações de desejos de pessoas do mesmo sexo biológico, mas, a escolha ou opção da orientação sexual não é tão simples assim.

Reforçando esta discussão, Freud (1978) especifica na sua teoria psicanalítica que os estudos relacionados aos fenômenos da sexualidade surgem na infância seguindo um proces-

so regular de aumento chegando a um nível máximo por volta do quinto ano de idade, após esse período ocorre uma estagnação.

Diante dessas especulações, fica evidente que o controle da opção sexual não vem rotulada ou caracterizada nos seres humanos que, passam entender e descobrir melhor como esse processo ocorre. O amadurecimento em sua maioria na adolescência vem ampliar o conhecimento sobre a orientação sexual após ter passado pelo estado de descobrimento e identificação na infância como afirma Freud (1978).

3 EXPLICAÇÕES SOBRE A ORIENTAÇÃO SEXUAL

As primeiras manifestações pelo desejo da orientação sexual perpetuam entre os 4 ou 5 anos de idade como afirma Costa (1994). Reforçando esse ponto, Claro (2002) faz a seguinte colocação em relação ao reconhecimento das primeiras manifestações de livre orientação sexual na infância, configurando que “[...] a sexualidade é uma característica própria, desenvolvida a partir da capacidade de seduzir e de ser seduzido – e por quem -”

Nesse sentido Freud (1978) faz a seguinte afirmação em relação ao desenvolvimento da orientação sexual:

A homossexualidade não é, evidentemente, uma vantagem, mas não há nada nela que se possa ter vergonha. Não é um vício, nem aviltamento, nem se pode qualificá-la como uma doença. Nós a consideramos como uma variação da função sexual, provocada por uma parada de desenvolvimento sexual (...).

Segundo Silva Júnior (2011) apesar de serem apontados os esclarecimentos científicos como sendo traços naturais da origem psíquica afetiva, a ciência não apresenta com clareza as possíveis causas que direcionem o desejo humano. Desta forma, não há caracterização científica fundamentada que comprove a opção ou escolha sexual do indivíduo. Assim não podemos medir ou tratar a orientação afetiva sexual como algo que seja anormal a sociedade. O autor reforça ainda esse ponto, esclarecendo que não há aspectos hormonais, genéticos, ambientais, neurofuncionais, psicológicos ou socioculturais que distinguem ou caracterizam a homoafetividade.

4 A FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE

Os estudos iniciais que procuram analisar a família como entidade firmadora de conceitos e regras, apontam vertentes que caminham ao longo do tempo e dentre as quais, podem ter criados mecanismos de preconceitos existentes nos dias atuais.

Segundo Eisler (1994 apud SILVA JUNIOR, 2011) no início da humanidade não havia uma relação de superioridade entre o homem e a mulher, pois ninguém obtinha propriedade e a desigualdade era um fator desconhecido. No entanto, anos mais tarde os estudos

apontam para uma já divisão primitiva do trabalho determinando e designando funções para ambos os sexos, enquanto a mulher cuida da casa e dos filhos o homem caça e pesca para o sustendo da família.

Com a descoberta de matérias primas e a produção intensiva das agriculturas a realidade familiar passa por uma nova conjuntura, pois o homem passou a escravizar outros homens e a mulher passou a se tornar propriedade do homem, podendo ser negociada ou vendida.

Prado (1995 apud SILVA JUNIOR, 2011) distingue o termo “família” de sua origem do latim que significa *famulus*, no qual corresponde a um conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor incluindo esposa, filhos, servos livres e escravos. A composição da família tem como a centralidade o pai que é o chefe e responde por todos os demais.

O domínio sobre os dispositivos econômicos e a religiosidade tornou a diferenciação de gêneros mais acirrada, influenciando na construção de paradigmas que rodeiam a estrutura familiar. O fator religioso teve maior poder influenciador na construção de unidade familiar. Assim, a formação de uma família era vista de maneira singular e única por meio do matrimônio visto como norma específica da igreja e no qual tinha uma supervalorização para a construção familiar.

Conforme os estudos indicados por Dantas (1991 apud SILVA JUNIOR, 2011), é o matrimônio que irá se opor a todas as formas de construção familiar livre, tornando-se um dispositivo dogmático e preconceituoso sobre a sexualidade. Desta forma tal união que não estabelecesse esse vínculo entre o homem e a mulher é contrária a lei natural ou lei divina da criação.

A partir do século XX há uma quebra no modelo familiar construído somente através do matrimônio, visto como principal item da igreja. As famílias passaram a ser construídas mesmo que diante de muitas barreiras impostas pela sociedade em sua pluralidade, não obedecendo a normas e regras impostas pela religião.

Após a reformulação da sociedade os impactos tecnológicos vindos após as guerras mundiais, a dignidade humana, as experiências científicas e genéticas entre outros fatores constituíram elementos primordiais para uma nova concepção e composição das famílias.

O artigo 16 do código civil amplia a compreensão das estruturas familiares na atualidade ao deixar claro que a família é um núcleo natural e fundamental da sociedade e tem o direito a proteção da sociedade e do estado.

Silva Junior (2011) argumenta que a maternidade e a infância têm direitos a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social.

Sendo assim, a livre orientação afetiva sexual possibilita que sejam reconhecidas as mais variadas realizações sendo elas a paternidade ou a maternidade distanciando o preconceito, pois o elo afetivo segundo Silva Junior (2011) é o traço mais importante para a cons-

tituição no qual reconhecem a tutela das entidades familiares. Desta forma o autor evidencia que toda e qualquer união movida pelo amor entre dois seres humano independentemente das suas orientações sexuais afetivos corresponde a uma teia familiar que merece respeito e tutela jurídica.

A lei Magna Brasileira de 1988 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhecida e promulgada em Assembleia pela Organização das Nações Unidas em 1948, vêm reforçar o que o autor fala a respeito dos direitos iguais para todos os indivíduos sem a distinção de gênero ou classe social e ainda de orientação sexual.

Analisar a estrutura familiar sendo os membros livres ou não da orientação sexual e fazer julgamentos equivocados, é retroceder na evolução social da sociedade e dos direitos plenos da humanidade, uma vez que segundo Silva Junior (2011) cada família tem sua composição própria. E não é a orientação sexual a causadora dos problemas sociais existentes atualmente.

A heterossexualidade na construção familiar onde o homem é o pai a mulher é a mãe não está isenta dos problemas ocasionados no seio familiar como qualquer outra composição familiar, pois os riscos do insucesso na dinâmica de uma família com dois pais ou duas mães ou na sua composição inicial são os mesmos vividos para quem tem ou não a orientação sexual afetiva delimitada.

5 A LEI DA ADOÇÃO

A nova lei da adoção sancionada nº 12.010/09 diz que o pleito de adoção pode ser formulado por qualquer pessoa acima de 18 anos, independente do estado civil, não há dúvida que independente de orientação sexual, basta atender todos os requisitos legais previstos para a ação (BRASIL, 2009).

O artigo 1.622 do código civil diz que a adoção não pode ser efetuada por duas pessoas, salvo se forem casadas ou viverem em união estável. Sendo assim, o reconhecimento de natureza familiar as uniões homoafetivas abriria o caminho para que os parceiros amorosos pudessem ter filhos por adoção. Com esse argumento observa-se a preocupação para que as decisões que tratem das relações familiares e os direitos da criança e do adolescente, priorizem o seu pleno e saudável desenvolvimento.

Um fato que chama atenção diz respeito à expressão família homoafetiva, segundo Silva Junior (2011). Esse termo se refere à aquela família constituída através do relacionamento amoroso entre pessoas do mesmo sexo.

No entanto, é importante destacar que no direito essa nova forma de construção familiar ainda não encontra amparo legal, apesar dessa trajetória seguir um caminho animador para os defensores da causa.

Santos (2011) enfatiza que a jurisprudência não reconhece a natureza de identidade

familiar as uniões homoafetivas, sob o argumento de que a constituição não contempla essa realidade.

Pelo que se entende, direito é aquilo que está previsto ou não vedado pela legislação. Partindo desse princípio, a constituição brasileira não beneficia e nem impede, portanto não existe veto quanto ao reconhecimento da natureza familiar às uniões homoafetivas. Santos (2011) vai mais além ao afirmar que:

[...] essas uniões são fatos sociais definidos pelas ciências psicológicas, biológicas, e sociológicas, que são ciências do ser. Uma vez estabelecido que as uniões entre homoafetivos são uma realidade social, cabe ao Direito, realizar juízo de valor, reconhecer a sua existência e regulamentar as suas conseqüências em termos de dever-ser.

Apesar do não reconhecimento da instituição familiar homoafetiva, o judiciário tem utilizado mecanismos para atender algumas demandas, um exemplo, o reconhecimento dos direitos patrimoniais, como ocorre com as uniões heterossexuais, o direito a partilha dos bens adquiridos pelos companheiros e o direito de receber benefícios previdenciários.

Isso leva a uma observação importante, mesmo havendo o preconceito, a tolerância e a compreensão se acentuaram do ponto de vista que a natureza sexual de um indivíduo não interfere na construção do seu caráter.

A homoafetividade, presente na sociedade desde as civilizações mais antigas, apresenta-se como algo diferente, estranho e anormal, sobretudo por causa dos preceitos religiosos enraizados na nossa cultura. A homoafetividade sempre foi associada ao pecado, ao erro, à conduta inadequada, razão pela qual tendemos a rejeitar comportamentos e tendências homoafetivas.

Nos últimos anos nota-se uma redução dos preconceitos. Não existe tanta resistência da sociedade, família ou a própria igreja em relação à pessoa que se declara homoafetiva. É importante retomar o ponto em que houve tentativa de criminalização das relações entre pessoas do mesmo sexo, onde a responsabilidade pela cura para a “doença” foi atribuído à Psicologia.

6 ALGUNS CASOS DE ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS

Mas essa polemica envolvendo a constituição familiar, as relações homoafetivas está além dos interesses das pessoas envolvidas, e ganha terreno em outras áreas, seja pela obtenção de prole, seja por meio de adoção ou inseminação artificial.

Um dos casos emblemáticos no país foi o da cantora Cássia Eller que até a sua morte teve uma relação homoafetiva que durou 14 anos com Maria Eugenia Vieira Martins, Cássia tinha um filho biológico, conhecido como “Chicão”, cujo pai faleceu antes do nascimento da criança.

Como a cantora era muito ocupada com o seu trabalho, Maria Eugenia praticamente cuidou do menino que até a chamava de “mãinha”. Com o falecimento de Cássia, seu pai postulou a tutelar do neto, provavelmente motivado por interesses financeiros, uma vez que não tinha afinidade com a criança.

No entanto, a justiça concedeu a guarda provisória a Maria Eugenia e, posteriormente, a tutelar definitiva, mediante acordo judicial. Hoje em dia muitos casais estão recorrendo à justiça a fim de garantir o direito de registrar os filhos, principalmente aqueles que foram gerados no processo de inseminação artificial, situação muito freqüente para casais homoafetivos femininos.

O processo de inseminação artificial ocorre da seguinte maneira, recorre-se a algum banco de sêmen para proceder à fecundação do ovulo de uma das parceiras que, implantado no útero, se desenvolver e produz uma criança.

Adriana Tito Maciel e Munira Kalil El Ourra fizeram tal procedimento, com uma única diferença, os óvulos de uma companheira foram inseminados artificialmente e, em seguida, aplicados no útero da outra. Nasceram dois filhos.

A partir de então as companheiras protocolaram na justiça de São Paulo um pedido de alvará judicial para registrar os filhos nos nomes das duas mães. O pedido foi indeferido pelo juiz, havendo possibilidade de recurso para o Tribunal de Justiça.

A questão ética que surge é o envolvimento de uma terceira pessoa no processo de reprodução, pois, atualmente se reconhece o direito da pessoa conhecer sua origem genética. O assunto ganhou amplo destaque na mídia recentemente através da novela “Amor a vida” exibida pela TV Globo. Na trama um casal homoafetivo ao ter dificuldade em adotar um filho, resolve utilizar o útero de uma amiga, para gerar o bebe através de fertilização in vitro. Saindo da trama e partindo para a realidade, a ausência de leis específicas sobre a reprodução assistida abre possibilidades. A resolução mais recente, de maio deste ano, do CFM (Conselho Federal de Medicina), ampliou as possibilidades de casais masculinos terem filhos.

De acordo com a notícia publicada no portal UOL, anteriormente, era possível utilizar um útero de substituição, somente de parentes de até segundo grau, ou seja, mães e irmãs. A nova resolução permite que parentes de até quarto grau, como tias, primas e sobrinhas gerem a criança.

Quanto à problemática abordada na novela o médico Paulo Gallo (2013), especialista em reprodução assistida, em entrevista ao mesmo portal, enfatiza que a possibilidade de uma amiga gerar a criança até existe, mas é remota e difícil, tornando todo o procedimento muito complexo.

No caso, de casais homoafetivos, é necessário conseguir óvulos através de ovodação anônima (de uma mulher que já esteja sendo submetida a um processo de reprodução assistida, uma vez que a doadora deve ter indicação de engravidar pela fertilização in vitro), utilizar o esperma de um dos parceiros, efetuar o procedimento de fertilização in vitro e

transferir os embriões para o útero de substituição de um parente de um dos parceiros masculinos, de até quarto grau, como expresso anteriormente.

É importante enfatizar que na mesma notícia, Walcyr Carrasco, por meio da assessoria de comunicação da TV Globo, afirmou que deixará claro que os atos da personagem na trama, como usar seu óvulo ao invés de um doado, não condizem com as normas do país. Paralelo a isso, a justiça de Porto Alegre, RS, autorizou duas mulheres de Blumenau, Santa Catarina Michele Kaners e Carla Regina Cumiotto, a registrar seus filhos gêmeos gerados por intermédio da inseminação artificial, em nome das duas mães.

Neste caso específico o que chamou a atenção foi o parecer desfavorável do Ministério Público, considerando que a justiça gaúcha é considerada mais avançada nessas questões. A união entre pessoas do mesmo sexo é um assunto espinhoso para algumas alas da sociedade, quando o assunto envolve a adoção de crianças o problema tende se agravar ainda mais. Uma pesquisa realizada em maio de 2011 pelo Conselho Nacional de Justiça revelou que existem 50 mil crianças e adolescentes em abrigos públicos no Brasil. O preocupante dessa história, somente quatro mil tem chances reais de conseguir um abrigo.

Apesar de existir um grande número de adolescentes e jovens sem família, os casais homoafetivos enfrentam muita dificuldade para conseguir adotar um filho. Isso se deve a questões burocráticas, o preconceito e a falta de sensibilidade de quem poderia garantir esses direitos.

Uma pesquisa do IBOPE realizada em 28 de julho de 2011 mostrou que 55% dos brasileiros são contra a adoção por casal composto por pessoas do mesmo sexo. A mesma porcentagem também é contra a decisão do Supremo Tribunal Federal de legalizar a união de homoafetivos.

A psicóloga Marina Vasconcellos, especialista em Psicodrama Terapêutico, Psicodramatista Didata e Terapeuta Familiar e de Casal, em entrevista ao portal terra diz que ainda há muito preconceito.

As pessoas acham que homossexuais são depravados, que têm uma vida desregrada, sem limites ou valores e com maus hábitos. Essa é uma imagem errônea. Segundo ela, há o preconceito de achar que pais homoafetivos irão passar a orientação sexual para as crianças e isso não existe.

A Psicologia dessa forma aponta o fato de que se esse pensamento predominasse não existiriam gays, já que eles teriam que adotar ou reproduzir o comportamento dos pais heterossexuais.

Outro fator que dissemina o preconceito é a idéia de que a criança necessita de referências masculinas e femininas. A Psicóloga afirma que isso é verdade, porém, não necessariamente essa referência deve vir do pai ou da mãe. Tanto é que os filhos criados somente pelas mães, cujos pais abandonaram, crescem sem problema algum. Ao que tudo indica o único fator prejudicial aos pequenos é o preconceito.

Falar que as crianças irão sofrer algum tipo de discriminação na escola ou qualquer outro lugar de interação é outra afirmação feita pelas pessoas que são contrárias a adoção. Esse tipo de situação pode até ocorrer. Para alguns especialistas quanto mais fatos desta maneira ocorrerem, menor será o estranhamento.

Silva Junior (2011) faz uma observação interessante ao recomendar uma volta ao tempo, recordar à época em que alguns filhos eram criados por mães solteiras, naquele período as críticas eram ferrenhas, os filhos eram submetidos a situações semelhantes, sendo que hoje em dia é algo natural para a sociedade e observado como capacidade de superação.

O fato de encontrar tantas barreiras para adotar fará com que o casal homoafetivo tenha como objetivo dar muito amor e carinho às crianças, assim também como dar a estrutura necessária para o seu desenvolvimento como o acesso à saúde e educação. O amor, afeto, incentivo e aceitação são listados como ingredientes essenciais no processo educativo.

7 A PROBLEMÁTICA JURÍDICA DA ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS

As recentes decisões em favor de casais homoafetivos para adoção de crianças levam em consideração o lado afetivo. Desta forma o dicionário Aurélio define a palavra afeto como sinônimo de afeição, simpatia, de amizade, amor, sentimento, paixão; no sentido psicológico afeto é o elemento básico de afetividade.

A afetividade por sua vez é a qualidade ou caráter do que é afetivo relativo ao afeto. Sendo assim em um sentido psíquico, afetividade é o conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob forma de emoções, sentimentos e paixões.

Santos (2011) afirma que a afetividade é, a um só tempo, um fenômeno psíquico e jurídico. De forma clara, existe um fenômeno – a afetividade, inerente a todos os seres humanos, desta forma acaba refletindo no mundo jurídico, portanto um valor que deve ser resguardado, protegido.

Para entendermos melhor como acontece esse reflexo é necessário compreender que o direito é a ciência do dever - ser, enquanto que a psicologia é a ciência do ser. Em se tratando especificamente de afetividade, as ciências psicológicas têm a função de fixar um conceito ou causa, restando ao direito, a partir da definição apresentada, promover a valoração em termos de dever - ser.

Santos (2011) vai mais além ao destacar que a se psicologia diz que a afetividade é inerente ao ser humano e determinante para a formação da personalidade, cabe ao direito atribuir sentido a essa afirmação, reconhecendo o valor da afetividade e exigindo as condutas necessárias à sua proteção.

Sigmund Freud (1978) através dos estudos sobre o narcisismo acabou descobrindo a importância do outro no processo de construção da subjetividade, ou seja, o processo afetivo. Esse pensamento foi denominado por ele como “primado da afetividade”.

Santos (2011) esclarece que a afetividade, dessa forma, constitui-se no elemento propulsor do psiquismo. É natural do ser humano a aptidão para afetar e ser afetado. A ausência do afeto impede o desenvolvimento do ego, que é a consciência de si mesmo; e do superego, que é consciência moral.

Santos (2011) faz uma observação importante, a ausência de estudos sérios sobre a dinâmica de vida dos parceiros homoafetivos que se dispõe a construir família, à semelhança daquelas constituídas por parceiros heterossexuais.

É necessário evidenciar que mesmo estando em uma época em que a liberdade sexual impera, o fato de praticar sexo, seja entre homoafetivos, seja entre heterossexuais, não tem nenhuma relação com a intenção de constituir família.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutir a adoção por casais homoafetivos, a finalidade não foi dar um ponto final, pois é um assunto que permite várias interpretações. O objetivo no processo de elaboração foi evidenciar os questionamentos existentes e subsidiar reflexões a partir das pesquisas realizadas dentro da Psicologia e do Direito.

É essencial destacar que o sonho de muitos casais homoafetivos, o de adotar uma criança, é possível do ponto de vista legal, considerando que a única exigência é atender aos requisitos básicos do Estatuto de Criança e do Adolescente, que por sua vez não proíbe a adoção de crianças por casais de pessoas do mesmo sexo.

A regularização do processo de adoção para essa entidade familiar servirá para amenizar o sofrimento de muitas crianças que hoje se encontram em milhares abrigos e orfanatos espalhados pelo país.

A partir dos argumentos apresentados é constatado que a nova família dessas crianças não tem que ser perfeita, o que deve prevalecer é a iniciativa em propiciar amor, atenção, ambiente saudável, um lar, tudo o que for preciso para o pleno desenvolvimento da criança que muitas vezes está fragilizada por ter esse direito negligenciado em outros momentos.

Todo cidadão tem direito de constituir uma família, desta forma para que os casais homoafetivos possam usufruir desse dispositivo é necessário considerar o que deve ser feito pelo melhor da criança. Preconceitos e mitos sobre a orientação devem ser banidos desse processo.

Para que ocorram as mudanças nas leis e os homoafetivos tenham os direitos garantidos, é fundamental uma transformação social e política, os julgamentos de valor, conservadorismo, os preconceitos devem ser excluídos para que se possa entender que um casal homoafetivo tem competência para proporcionar tudo o que for necessário a uma criança, assim como um casal heterossexual.

As recentes decisões de alguns magistrados da região sul do país mostram a necessi-

dade de legalização da adoção por homoafetivos. Mas, a principal barreira enfrentada ainda é o preconceito social. A Psicologia reforça tal posicionamento ao enfatizar que a orientação sexual não influencia na parentalidade.

Desta forma, a adoção de crianças por casais homoafetivos não é observado como algo prejudicial ao desenvolvimento social e intelectual do menor. O princípio de igualdade deve ser levado em consideração, os homoafetivos tem as mesmas condições dos heterossexuais em cuidar e oferecer o que for necessário ao filho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm>. Acesso em: 08 jul. 2016.

BRANDÃO, Débora Vanessa Caús. Parcerias Homossexuais: aspectos jurídicos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

CLARO, Priscila Del. Homossexualidade: as origens, os mitos e a realidade. In: revista à educação e família. São Paulo: Escala, 2002.

COSTA, Ronaldo Pamplona. Amor homossexual. In: Amor e Sexualidade: A resolução dos preconceitos. São Paulo: Gente, 1994.

DIAS, Maria Berenice. União homossexual, o preconceito e a justiça. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

FREUD, Sigmund. Esboço de psicanálise. In: Freud Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

GALLO, Paulo. Reprodução assistida: quebrando tabu, infertilidade. 2013. Disponível em: <http://acritica.uol.com.br/vida/Manaus-Amazonas-Amazonia-Reproducao-assistida-Quebrando-tabu-infertilidade_0_988701148.html>. Acesso em: 07 set. 2016.

SILVA JUNIOR, Enézio de Deus. A possibilidade jurídica de adoção por casais homossexuais. Curitiba: Juruá, 2011.

SANTOS, Romualdo Baptista Dos. A tutela jurídica da afetividade. Curitiba: Juruá, 2011.

SPENCER, Colin. Homossexualidade: uma história. Rio de Janeiro: Record, 1999.

**RESENHA SOBRE O GRUPO GLOBO E SOBRE O JN, SEU PRINCIPAL
TELEJORNAL.
OU
“GLOBO E VOCÊ, TUDO A VER”, JORNAL NACIONAL TUDO A VER COM O
PODER.**

ALVES, Fábio Carlos R.¹

WHITAKER, Dulce C. A.²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo contribuir para o contemporâneo cenário político-social brasileiro, no que tange à influência da mídia, mais precisamente a Rede Globo, no processo e na formação de opinião da tomada de decisões. Realmente a mídia é um quarto poder da República Federativa do Brasil? Traçaremos um breve histórico e buscaremos contextualizar, paralelamente, a relação entre o jornalismo da Rede Globo (atualmente Grupo Globo), leia-se Jornal Nacional (JN) e as principais decisões políticas, sociais e econômicas adotadas pela “sociedade brasileira”. Se a Globo exerce poder e influência, esse texto tentará demonstrar os caminhos, causas e consequências.

Palavras-chave: Mídia. Televisão. Grupo Globo. Jornal Nacional.

1 INTRODUÇÃO

Montesquieu na obra o “Espírito das Leis” criou o chamado sistema de freios e contrapesos, no qual os poderes instituídos pelo Estado serão independentes, mas harmônicos entre si. Um poder exerce uma espécie de contenção sobre outro poder. Assim, no Brasil os poderes são divididos pela função típica exercida por eles: Poder Executivo, tendo como função típica administrar a coisa pública; Poder Legislativo, tendo como função legislar e fiscalizar e o Poder Judiciário, tendo como função típica julgar ou aplicar a lei a um caso concreto.

Contudo, não é raro encontrarmos em trabalhos acadêmicos ou mesmo obter através do senso-comum, a indicação de outro poder: o Poder da Mídia, ou a Mídia como Quarto Poder. Será que a mídia tem todo esse poder? De qual poder estamos falando? Qual a envergadura desse poder? Quais as empresas representam esse poder no Brasil? Se a mídia possuir todo esse poder (ou mesmo parte do poder que lhe atribuem) deveria sofrer contenção por parte de outro poder, como no sistema de freios e contrapesos criado por Montesquieu? Ou a própria sociedade civil é capaz de ditar a programação de determinada rede de televisão?

Essa discussão é atual, pois muitos entendem que, qualquer, ingerência do Governo na mídia, por mínima que for, é nociva. Por outro lado, outros estudiosos entendem que a mídia é livre, mas que o Governo pode e deve interferir principalmente no conteúdo apre-

1 Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Doutorando em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente no Centro Universitário de Araraquara-UNIARA.

2 Socióloga, Pós- Doutora em Sociologia pela Universidade de Oxford. Professora da pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente –UNIARA. Co-editora da revista Retratos de Assentamento do Núcleo de pesquisa e Documentação Rural-UNIARA.

sentado.

Aqueles que entendem pela não intervenção do Estado (que somente existe para servir a sociedade), nos meios de comunicação, enaltecendo a mídia livre, o fazem com base nos “anos de chumbo”, ou melhor, dizendo, devido ao período de censura (1964-1985) proporcionado pelos militares.

Mas aqui há um paradoxo, que podemos trabalhar ao longo do artigo: se o Grupo Globo, antiga Organizações Globo, através da pessoa de seu fundador, Roberto Marinho, é acusada de manter, no mínimo, uma cumplicidade velada com a ditadura, e atualmente é a maior e mais influente rede de televisão do país, representante maior da ideologia burguesa hodierna, ao defendermos a ausência total de regulação da mídia, não estamos corroborando com o atual modelo desta poderosa Rede de Televisão?

Em outras palavras, não queremos a volta da ditadura e de seus métodos antidemocráticos, mas aceitamos passivamente que um de seus maiores apoiadores, o Grupo Globo, tenha toda a liberdade possível no conteúdo apresentado?

Como vivemos em uma sociedade capitalista, a tendência é tudo ser transformado em mercadoria. Dessa forma, a educação se transformou em mercadoria visando à formação da massa, a saúde, por meio dos seus contratos de adesão, também virou uma mercadoria. Enfim, mesmo os chamados serviços públicos não escapam à sanha de arrecadação de capital do capitalista.

Mas a mídia, que abarca os meios de comunicação em geral, também virou um produto massificado? A televisão produz em “série”, como se fosse uma linha de produção da mídia?

A programação televisiva tornou-se o produto de uma “indústria cultural” (Lins da Silva, 1985: 19). A televisão busca seu espaço no mercado de consumo proporcionando programas que se assemelham às mercadorias, pois produzidos em série, por profissionais que não reconhecem o próprio fruto de seu trabalho.

Assim podemos dizer que a programação televisiva criou algumas mercadorias que são altamente consumidas por nós telespectadores, como o Domingo do Faustão, o Programa Silvio Santos, as novelas em geral também são uma mercadoria muito consumida, o Programa do Ratinho, etc.

Mas, e o Jornalismo do Grupo Globo, mais especificamente o Jornal Nacional, é uma mercadoria?

O Jornal Nacional produz informação e as distribui por meio da comunicação televisiva. O que existe são os fatos, que após serem industrializados no “forno” do Jornal Nacional, podem, ou não, serem comunicados aos telespectadores.

Objetivando ilustrar a importância da isonomia da informação, vamos trazer um exemplo de flagrante omissão por parte do Jornal Nacional.

Em entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo, em 19 de outubro de 2015,

Paul Krugman (prêmio Nobel de Economia do ano de 2008) é questionado pela repórter (Giuliana Vallone) se a crise por qual passa o país é uma das piores da história recente do país.

O economista é enfático ao dizer que do ponto de vista político nossa situação é delicada, mas do ponto de vista econômico nossa situação não é tão desesperadora quanto à propalada. Utilizando sua experiência Paul Krugman diz, analisando o Governo da Presidenta Dilma Rousseff, que a “situação fiscal não é desesperadora e o país está longe de ter que imprimir dinheiro para pagar suas contas”. Sobre a taxa de câmbio Paul Krugman diz que está alta, mas longe dos níveis associados a crises graves.

Contudo, o Jornal Nacional se omitiu e não informou seus telespectadores da visão do prêmio Nobel de Economia sobre a situação econômica do país. Mas quais os motivos que levaram a essa omissão? Por que a Rede Globo de Televisão veiculou matérias em que criticava os atuais rumos da economia nacional, mas não noticiou visões divergentes da sua? Outro ponto crucial da economia e que é citado periodicamente pelo Jornal Nacional: a classificação de risco Standard & Poor’s. Não é raro o Jornal Nacional veicular a notícia, associando-a ao (mau) desempenho da economia brasileira: o país perde grau de investimento (concedido) pela agência de risco Standard & Poor’s.

Mas, o economista Paul Krugman, ao ser questionado justamente sobre possíveis perdas de grau de investimento da referida agência, afirmou que nos países desenvolvidos essas classificações de risco, não tem nenhum efeito. E mais, disse que essas sondagens geram mais manchete, sendo que o importante mesmo é a percepção dos investidores. Esse é um dado muito importante. Se o Jornal Nacional utiliza de forma tão trivial, notadamente no Governo Dilma Rousseff, a perda de grau de investimento do país, associando-a ao mau desempenho da economia, deveria, então, explicar aos seus telespectadores o que significa realmente essas explorações feitas pela agência Standard & Poor’s: nada, ou quase nada, segundo o próprio prêmio Nobel de Economia Paul Krugman, pois o mercado capitalista é dinâmico.

Como contraponto a este episódio, em 1º de outubro de 2014, o Jornal o Estado de São Paulo estampou manchete de primeira página intitulada: “Petistas nos Correios ajuda Dilma, diz deputado”.

Neste mesmo dia, em uma reportagem de aproximadamente quatro minutos, por meio do âncora Willian Bonner, o Jornal Nacional noticiou: “Um vídeo divulgado pelo site do Jornal O Estado de São Paulo, mostra um deputado do PT de Minas Gerais declarando que os petistas dos Correios ajudaram a conseguir votos para a Presidente Dilma no Estado (...)”.

A questão crucial não é avaliar se as análises do economista Paul Krugman são consistentes ou se o Jornal Nacional cumpriu seu papel em informar a questão do PT com os Correios, mas sim, buscar explicações sobre quais os motivos que levam o JN a informar a

matéria veiculada por um Jornal impresso, mas a deixar de veicular a matéria veiculada por outro Jornal impresso, de equivalência similar.

A situação de parcialidade do JN se acentua se constatarmos que as eleições de 2014 foram acirradas e quatro dias após a reportagem ocorreria o primeiro turno das eleições.

Dessa forma, partindo do pressuposto que a indústria cultural abarcou a produção de produtos standardizados, destinados massa de telespectadores, a análise dos produtos industrializados pela televisão, mormente o jornalismo ganha importância.

Ainda que a Internet, com centenas de sites multiplicadores de notícias, e as redes sociais, tenham absorvido um público significativo, a televisão ainda ocupa um expressivo espaço do tempo dos indivíduos, influenciando suas decisões e repercutindo em seu comportamento no trabalho.

A programação matutina da televisão inicia-se com telejornalismo, programas de culinária, programas de entretenimento em geral. A programação vespertina também se inicia com telejornais, mas geralmente também possui programas de entretenimento onde se explora a vida de “celebridades”.

Mas é a programação noturna, que possui os horários mais onerosos para inserções de comerciais, merchandising, durante a semana, e também os programas com custos de produção mais elevados.

Produzir um “Jornal Nacional”, diário, não é tarefa das mais banais: o Jornal Nacional possui jornalistas, chamados de correspondentes, nas principais capitais do país e nas maiores cidades, e esses correspondentes também estão presentes em diversos países do mundo, como os E.U.A, o Japão, a Inglaterra, a Itália, prontos para “dar a notícia” a qualquer momento.

Além dos repórteres correspondentes fixos, existem outros milhares de repórteres que trabalham como freelances, além dos técnicos, dos câmeras, e dos demais profissionais, trabalhadores, colaboradores do capital.

Assistindo ao Jornal Nacional é possível notar o grande número de colaboradores carregados ao longo do estúdio, que trabalham para este periódico televisivo.

Aliás, nos 50 anos do Grupo Globo, comemorados em 2014, o Jornal Nacional passou por remodelações, e os chamados âncoras passaram a se levantar de suas cadeiras e a interagir com outros profissionais e com o público.

Mas qual a importância de se estudar as matérias veiculadas no Jornal Nacional, e o próprio jornalismo do Grupo Globo, e as matérias omitidas de sua programação?

Em outubro de 2014, ao indagar um trabalhador, morador da periferia de Araraquara-interior de São Paulo- que cumpriu pena de 04 anos em regime fechado, atualmente exercendo a função de “pedreiro”, se a família dele, e ele próprio, assistiam ao Jornal Nacional, ele afirmou categoricamente: “Hoje em dia, os companheiros da obra, quando está terminando o dia de trabalho, e eles estão começando a arrumar as “coisas” para ir para casa, dizem: “Vou

ter que ir pra casa de novo assistir o Jornal Nacional”.

Essa frase simples demonstra que, apesar da enorme quantidade de informações tendenciosas oferecidas pelo Jornal Nacional, algumas pessoas do “povo”, essa categoria tão emblemática, sempre culpada pelas mazelas do país, “que não sabe votar”, como muitos afirmam, “que se aproveita do Bolsa Família”, como dizem outros, de alguma forma resistem a algo transmitido pela televisão.

Talvez o “povo” não entenda perfeitamente quais as forças operam e as ideologias dominantes, no sentido acadêmico dos termos, mas sente a força dessa ideologia, pois são os mais prejudicados por ela, trabalham muito para consumir bastante.

No domingo, dia 18 de outubro de 2015, a Rede Record de Televisão e a Rede Globo apresentam matérias jornalísticas distintas sobre um mesmo assunto: a utilização da fosfoetanolamina sintética no combate ao câncer. A referida substância ainda não possui aprovação formal pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

A discussão ganhou corpo depois que alguns juízes de direito concederam liminares, e outros negaram, para que pacientes possam ser tratados com a substância fosfoetanolamina, com estoques a serem providenciadas pela USP de São Carlos.

A matéria controversa chegou ao Supremo Tribunal Federal e, por meio do Ministro Luiz Edson Fachin, a substância foi liberada para um paciente do Estado do Rio de Janeiro, em estado terminal de vida, mas outros Tribunais passaram a conceder liminares com base na decisão do Supremo, o chamado efeito vinculante das decisões emanadas pelos tribunais superiores.

O programa Domingo Espetacular, da Rede Record, ouviu o químico e professor aposentado Gilberto Chierice, responsável pela sintetização da substância. Ademais, a matéria jornalística procurou entrevistar pacientes que estão em “tratamento” com a substância, não omitindo que há um longo percurso formal para a aprovação da substância.

Na reportagem do Fantástico, programa pseudojornalístico da Rede Globo, o apresentador deste programa de variedades foi enfático, logo no início da reportagem: “não dá para confiar neste suposto remédio”, e durante mais de sete minutos o médico Dráuzio Varella, uma espécie de showman da medicina, e antigo colaborador da Globo, chama a substância de “pílula mágica”, em um flagrante menoscabo jornalístico.

O médico-repórter explica que a substância havia sido experimentada em ratos e que o resultado seria positivo para um tipo de câncer de pele. Doutor Dráuzio critica a utilização da substância sem que todos os testes fossem realizados antes.

Quando chama a atenção para os efeitos colaterais dessa substância, o Doutor Dráuzio argumenta que até água tem efeito colateral, afirmando “se uma pessoa toma cinco litros de água vai passar mal”. Pela comparação nota-se como o médico espera ser recepcionado pelos telespectadores.

É cristalino como a reportagem do Fantástico é tendenciosa, quando vai falar da

substância e do químico que a sintetizou, o médico-repórter desfere críticas severas, mas quando, em uma espécie de acareação, vai falar do oncologista que procurou o químico Gilberto Chierice, objetivando a realização de demais testes com a substância, trata o referido oncologista como “um dos mais respeitados do país”.

Na reportagem do Fantástico se concede mais tempo para tentar provar o quanto é perigoso e letal iniciar um tratamento com essa substância, e assim desacreditar o químico Gilberto Chierice. O tempo dedicado a uma possível “defesa” da substância é mínimo, ou casos em que a substância minimizou o avanço do câncer, ou melhorou a qualidade de vida dos “pacientes”, ou mesmo diminui a dor dos doentes, sequer são cogitados. O Doutor Dráuzio Varella desqualificou completamente a substância fosfoetanolamina, em pouco mais de sete minutos de reportagem.

Nosso propósito não é indicar qual a melhor reportagem, ou se devemos aprovar o tratamento com essa substância. Mas tentar trazer subsídios para desvelar se há outros interesses por parte da Rede Globo e do médico responsável pela reportagem.

O modo de vida de nossa sociedade é o capitalista, representado pela burguesia que hoje chamamos de empresários. A ideologia amalgamada em todas as relações sociais de nossa sociedade, e diariamente reiterada nas escolas e na televisão, é a dos representantes da burguesia.

É possível que, por interesses particulares, até então desconhecidos, a Rede Globo e o médico Dráuzio Varella, tenham reproduzido a fala ideológica da burguesia, descredenciando a substância que ainda não foi aprovada, mas que é distribuída gratuitamente, e, ainda que tacitamente, defendendo a indústria farmacêutica, louvando os remédios consumidos em nossas farmácias?

Pois, qual a vantagem do Grupo Globo, pensando como empresa, em ver distribuir um remédio gratuito para a população? Na visão da Globo: qual a vantagem para seus anunciantes, que veiculam propagandas de produtos químicos sintetizados (drogas, remédios, medicamentos, agrotóxicos) e arcam com custos elevados?

O Grupo Globo entender pela aceitação da distribuição gratuita de uma substância, que poderia levar à cura do câncer, ainda que dependesse de outros estudos, é o equivalente aos deputados e senadores e os chefes do poder executivo, envolvidos com a indústria da seca, resolverem definitivamente esse problema. Não há interesse, pois, de um lado, a indústria farmacêutica lucra (isso mesmo, investe em pesquisa e na patente de organismos vivos, mas busca o lucro) com os pacientes acometidos por câncer e do outro lado há políticos sendo eleitos via indústria da seca.

Como objetivo geral do presente artigo, pretendemos analisar a polêmica que acompanha o papel da mídia televisiva e sua influência política, analisando alguns casos emblemáticos a nível nacional e mais especificamente na cidade de Araraquara.

Para os objetivos específicos temos como meta resgatar a história do Grupo Globo

desde sua ascensão via Grupo Time Life, até os dias atuais, mediante bibliografia especializada.

O Grupo Globo, antes denominado Organizações Globo, possui como fundador o jornalista Roberto Marinho, falecido em 2003.

Após a concessão do canal de rádio e televisão ao jornalista Roberto Marinho, a Globo seguia sem muitas novidades. Contudo, após um investimento de milhões de dólares, injetados pelo Grupo Time Life, as Organizações Globo modernizaram os seus equipamentos, contrataram os profissionais mais renomados, do mundo, e começou a escrever uma história conturbada.

O próprio acordo com o Grupo norte-americano Time-Life foi muito questionado à época, haja vista que nossa Constituição proibia esse tipo de investimento.

A ascensão da Globo e seu período de maior hegemonia, ocorreu justamente no período em que o país vivia um Estado de exceção, pois governado pelos militares.

As Organizações Globo são acusadas de manter uma convivência harmônica com os governos militares, e ainda mais grave, é acusada de contribuir com esse período nebuloso da história recente do país.

A pauta do Jornal Nacional era articulada de modo que as notícias veiculadas não entrassem em choque com os interesses dos militares. O Jornal Nacional mantinha o “povo”, seus telespectadores sedados por notícias onde a generalidade imperava, distante da realidade de opressão em que vivia o país.

Desde sua criação, o Grupo Globo é acusado de tráfico de influência e outras condutas antiéticas ou imorais. Assim, a ascensão e sedimentação do Grupo como a maior empresa midiática do país ocorreram justamente no período da ditadura.

Alguns episódios foram marcantes nessa trajetória: a animosidade histórica do jornalista Roberto Marinho com o político Leonel Brizola; as notícias tendenciosas do telejornalismo da Globo na cobertura das greves da categoria dos metalúrgicos no ABC, impregnando uma espécie de culpa aos grevistas; sua inércia no processo de redemocratização do país; a edição do histórico debate Lula x Collor, entre outros episódios em que o Jornal Nacional patrocinou uma “caça aos seus desafetos”. O “cartola” do futebol Eurico Miranda, o Pastor Evangélico Edir Macedo, são exemplos de perseguidos.

Voltando as greves dos metalúrgicos do ABC, que tinham como maior sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, ou simplesmente Lula. Talvez uma das figuras públicas mais casadas pela Rede Globo.

Em 2002 Lula foi eleito Presidente do país, com início de mandato em 01 de janeiro de 2003. Em 2006 foi reeleito. Em 2010 “bancou” a indicação de nossa primeira Presidenta, sendo que Dilma Rousseff fora reeleita em 2014.

De acordo com o introito deste artigo, é possível inferir que a eleição de um nordestino, ex-metalúrgico, com formação educacional modesta, responsável pelas maiores para-

lisações de trabalhadores no país, não fazia parte dos planos do Grupo Globo (leiam-se seus diretores, investidores e acionistas).

Contudo, com investimentos maciços no combate à fome e à pobreza, direcionando vultosos recursos para a implementação de políticas públicas voltadas ao arranjo social do país, o ex-Presidente Lula, que contava com apoio incontestável da população, não sentiu as investidas do jornalismo Global.

Contudo, mesma sorte não teve à atual Presidente do país, que após ter vencido as eleições de 2014, em um pleito democrático, não consegue governar o país, seja porque a oposição (PSDB e DEM) ainda não assimilou a derrota, seja porque a mídia (leia-se jornalismo da Globo), ao invés de explicar a população que houve um processo democrático de eleição e que, somente através de um processo legal de impeachment pode haver uma ruptura, prefere seguir com as críticas, aguardando o melhor momento para agir.

Dessa forma, ainda como objetivo específico, tentaremos captar atitudes e percepções de uma amostra de telespectadores em duas diferentes categorias sociais, com níveis baixo e médio na estratificação social. Ainda, tentar elaborar uma síntese compreensiva sobre as relações entre a televisão e seu público em tempos de Internet e Redes Sociais.

Se a programação jornalística, e de entretenimento, da Rede Globo de Televisão é uma mercadoria, os telespectadores são seus consumidores. Esses consumidores do conteúdo televisivo normalmente trabalham o dia todo e à noite seguem para suas “cavernas”, para terminar o dia em presença da família, ou de parte dela, e se deleitar com o conteúdo televisivo da maior rede de televisão do Brasil.

Assim, grande parte ao chegar em casa se depara com a novela das seis, quase sempre uma novela de “época” (época de quem, cara pálida)?

Terminada essa novela, que atualmente se chama “Além do Tempo”, começa um breve telejornal regional. Aliás, nesta novela das seis, da atualidade (outubro de 2015) o protagonista, homem rico e de muitas posses, se apaixona por uma mulher simples, e de categoria social mais baixa na escala da estratificação social. Outros personagens da novela retratam essa quase impossível realidade: personagens ricos apaixonados por empregadas domésticas.

Na novela das sete, quase sempre entremeada com personagens pitorescos e em forma de comédia, atualmente chamada I Love Paraisópolis, o operário-telespectador pode se deleitar com a banalização da violência, onde um dos protagonistas vive um “chefe do morro”, que não passa drogas a olhos vistos, mas que resolve os problemas dos moradores, uma espécie de Don Corleone de Paraisópolis.

Entre as novelas das sete e das oito, estrategicamente está posicionado o Jornal Nacional. A audiência deste telejornal ainda é significativa, com média entre 25 e trinta pontos no Ibope. Cada ponto no Ibope para a cidade de São Paulo significa aproximadamente 58.000 mil lares.

Após o Jornal Nacional inicia-se a novela das oito, uma mercadoria para ser consumida por adultos, haja vista a carga de sexualidade, violência, adultérios, e todo o tipo de trama que o adulto possa ser parte.

Voltando ao Jornal Nacional, não podemos nos esquivar da assertiva de que o Jornal Nacional ainda é um grande formador de opiniões, e que tentar entender como os telespectadores recebem e assimilam essas informações é de suma importância para tentar traçar um quadro mais detalhado sobre o poder exercido pelo Grupo Globo e sua mercadoria mais antiga.

Dessa forma, vamos acompanhar a programação jornalística do Jornal Nacional por seis meses, dividindo as matérias veiculadas em Política, Crime, Informações Gerais, Notícias Internacionais, etc. Essas notícias serão analisadas com um olhar crítico poliocular: são simples notícias ou a Rede Globo tem interesse em sua veiculação.

Ainda pelo acompanhamento da imprensa escrita e falada, vamos procurar relacionar as notícias de destaque do período e comparar se o Jornal Nacional as veiculou o simplesmente se omitiu, por interesses particulares.

Por outro lado, vamos aplicar entrevistas semi-dirigidas que passaram por procedimento analítico. Essas entrevistas são realizadas junto das amostras de telespectadores da cidade de Araraquara.

Assim, vamos procurar entender o funcionamento da máquina informática da Rede Globo, através de seus programas, como fonte de manipulação ideológica, focando no Jornal Nacional.

2 DE ORGANIZAÇÕES À GRUPO: HISTÓRICO DO GRUPO GLOBO

A indústria cultural brasileira possui como corolário a televisão. Ainda que nos primórdios o rádio tivesse a preferência de parte da população, com a intervenção da televisão, que transmitia o audiovisual, tomou conta dos meios de comunicação de massa.

No dia 29 de julho de 1925 é lançado o Jornal O Globo, de propriedade do pai do jornalista Roberto Marinho. Em maio de 1931 Roberto Marinho assume o cargo de diretor-redator-chefe de O Globo. Em 02 de dezembro de 1944 Roberto Marinho inaugura a rádio Globo. (site memória Globo)

E julho de 1957 o Presidente Juscelino Kubitscheck outorga a Rádio Globo concessão para instalação de um canal de televisão no Rio de Janeiro. Em abril de 1962 o então Presidente João Goulart outorga à Rádio Globo concessão para instalação de um canal de televisão em Brasília. (site memória Globo)

Nesse ponto, um episódio emblemático e que faria a diferença de ser a Globo líder de audiência já nos primeiros anos de sua fundação: o Grupo Time Life injeta dinheiro e transfere tecnologia para o Grupo Globo.

Mas o Código Brasileiro de Telecomunicações e o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão foram violados pela parceria Time-Life Rede Globo. Essa associação com capital estrangeiro era vedada pelas leis brasileiras no que tange aos meios de comunicação. Contudo, juridicamente o caso fora encerrado e a Globo isenta de culpa.

Como os militares não gozavam de popularidade, muito pelo contrário, elegeram a televisão como veículo propagador de suas políticas, e tendo o jornalista Roberto Marinho e a Rede Globo como o interlocutor com o povo. Ao lado do apoio financeiro realizado pelo Grupo Time Life, os militares criaram o sistema nacional de telecomunicações (RAMOS; BORELLI, 1991, p. 81) o Ministério das Comunicações em 1967, e o Plano Nacional de Telecomunicações com a repetição dos canais nacionais por estações (MATTELART, 1987).

Com a bancarrota das emissoras até então existentes, entre elas a Excelsior e Tupi, e aproveitando-se do momento de investimentos, que culminaram em aquisição de tecnologia e contratação de capital humano capacitado, a Rede Globo iniciou sua trajetória tão contestada.

Em setembro de 1969 estreia o Jornal Nacional. O Presidente Emílio Garrastazu Médici, em declaração de 1973, revela sua aprovação com os rumos do telejornalismo brasileiro:

Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se tomasse um tranquilizante após um dia de trabalho. (MATTOS, 1990, p. 17).

Esta declaração do general-Presidente Médici apresenta a passividade com o que o jornal Nacional (líder hegemônico de audiência) tratava os fatos no país, enquanto o país vivia um Estado de Exceção, o telejornalismo do Grupo Globo, desvirtuando o real, ocultando e informando o que interessava somente aos militares, mantinha o povo anestesiado.

O interesse dos militares em uma ascensão rápida e segura (leia-se controlada) da Rede Globo era incontestável. Por meio de uma programação voltada ao lúdico, ao mesmo tempo entremeando a ideologia capitalista, os militares virão no Jornal Nacional e em parte da programação da Globo os meios para atingirem seus objetivos.

A televisão por meio de sua programação lúdica, de personagens fictícios, que eram confundidos com a própria realidade pelos telespectadores, contribuía para manter o povo, o telespectador, o trabalhador, alienado da realidade da ditadura.

O telejornalismo por meio do Jornal Nacional informava, no sentido de determinação, formação da realidade, o suficiente para que o trabalhador voltasse ao trabalho, a labuta, no dia seguinte sem questionar sua própria condição de explorado.

As propagandas estimulavam o consumo em massa de mercadorias, o que impulsionava a industrialização do país, na visão dos militares. Estava montada a base de sustentação ideológica da ditadura, na qual a Rede Globo possuía grande importância.

O crescimento econômico do país foi centrado na rápida industrialização, baseada em tecnologia importada e capital externo, enquanto os veículos de comunicação de massa, principalmente a televisão, passaram a exercer o papel de difusores da produção de bens duráveis e não duráveis. (MATTOS, 1990, p. 13)

A Rede Globo, tendo à sua frente um jornalista, adotou uma técnica perfeita quando lançou o formato do Jornal Nacional: o inseriu entre duas novelas, atualmente a novela das sete e a das oito, sendo que o começo do Jornal pudesse se aproveitar da audiência da novela anterior e o final do telejornal pudesse se aproveitar da audiência da novela seguinte.

Como apresentadores do telejornal, os atuais âncoras, Roberto Marinho contratou profissionais que apresentavam uma compleição gélida em frente às câmeras, sendo que o caráter circunspecto, cordato, de suas faces, garantiria certa credibilidade na passagem das notícias. Ninguém deve se lembrar de ver um sorriso nos rostos de Cid Moreira ou de Sérgio Chapelin, durante o tempo em que estiveram à frente da “bancada” do Jornal Nacional.

Assim, com uma credibilidade que ninguém ousava discordar, informando somente o que não desagradava aos militares, o Jornal Nacional sobrevive até hoje, destilando a ideologia da classe dominante e contribuindo para manter a sociedade dócil. Contudo, com a “democratização” dos meios de comunicação, a Internet, e a agilidade das informações, a audiência do Jornal Nacional segue ruindo.

No final dos anos setenta e começo dos anos oitenta, as greves de metalúrgicos do grande ABC estavam na pauta dos jornalistas (LINS DA SILVA, 1985, p. 39). Mas como toda informação, tomado no conceito de imposição de formas, o Jornal Nacional informava da forma que interessava aos militares: desacreditava o movimento grevista, como vândalos e a indústria como vítima.

Talvez devido ao alto grau de subversão da lei e da ordem, os militares se preocupavam tanto com a edição e manipulação das notícias sobre os movimentos grevistas. Será que esses movimentos, noticiados de forma tão tendenciosa pela Globo, não abriram caminho para a redemocratização do país?

Em matéria da Revista Carta Maior, o jornalista Altamiro Borges relata alguns dos “crimes” cometidos pela onipresente Rede Globo, com base no livro “Mídia, crise política e poder no Brasil”, do sociólogo e jornalista Venício de Lima.

O primeiro caso lembrado por Venício de Lima ocorreu em 1982, já na fase de agonia do regime militar. Leonel Brizola, que retornou do seu longo exílio em 1979, candidatou-se ao governo do Rio de Janeiro. Sua candidatura não agradou à ditadura nem à direção da TV Globo – conforme denunciou um ex-executivo da empresa, Homero Sanchez. Segundo ele, Roberto Irineu Marinho, filho do dono e um dos quatro homens fortes da corporação, havia assumido o compromisso com o candidato do regime, Moreira Franco. Foi montado um esquema para fraudar a contagem dos votos através da empresa Proconsult, cujo programador era um oficial da reversa do Exército (BORGES, 2015, página eletrônica consultada em 21 de outubro de 2015).

Lara Crivelaro Bezzon (2005, p. 235) explica que durante as manifestações para Eleições Diretas em 1984, a Rede Globo envolveu-se e novas polêmicas quanto ao conteúdo noticiado: em 25 de janeiro manifestações pela redemocratização do país foram informadas pelo Jornal Nacional como simples comemorações do aniversário de São Paulo.

Enquanto os manifestantes reunidos escolheram justamente a data pelo feriado e significado deste, a reportagem da Rede Globo aproveitou-se dessa “brecha” e informou o que interessava aos militares.

Quando não era mais possível segurar a onda de redemocratização do país, a Rede Globo se rendeu, não teve outra forma a não ser veicular as informações conforme ocorriam nas ruas.

Meses depois, quando o Congresso Nacional se preparava para votar a Emenda Dante de Oliveira, que restabelecia a eleição direta para Presidente da República, o tempo fechou em Brasília. Em abril de 1984, a cidade foi ocupada pelas tropas comandadas pelo general Newton Cruz, comandante do Planalto, e as emissoras foram orientadas a enviar todo o material produzido para censura, resultando numa avalanche de fitas muito superior à capacidade de verificação dos funcionários. Nesse momento, já estava em marcha uma reação nos departamentos de jornalismo à orientação do estamento militar, que já não tinha o controle total da situação. A TV Gazeta de São Paulo pagou para ver. Exibiu a cobertura dos acontecimentos em Brasília e foi retirada do ar sem apelação. O poder militar estava enfraquecido, sem dúvida, mas ainda operante, conforme o jargão militar (SIMÕES, 2000, p. 86).

Marcou o início da redemocratização do país, a eleição, indireta, de Tancredo Neves, em 15 de janeiro de 1985. Contudo, como adoeceu gravemente, não tomou posse na data prevista (15 de março de 1985) vindo a falecer em 21 de abril de 1985. Tomou posse José Sarney, o então vice de Tancredo Neves (biblioteca da Presidência da República).

Na disputa eleitoral para a presidência da República, a Rede Globo de Televisão concorreu para um episódio que marcou de vez seu histórico parcial, tendencioso, e à trabalho da classe dominante: editou o último debate dos dois candidatos que chegaram ao segundo turno, concedendo ao candidato Fernando Collor de Melo maior tempo e as melhores performances do debate e ao candidato Luiz Inácio da Silva, tempo menor de aparição e as performances menos interessantes.

A rede Globo começou essa incursão realizando matérias jornalísticas com esse jovem político, então Governador do Estado de Alagoas. Na realidade o “fenômeno” agraciado com o pseudônimo de “caçador de marajás”, arrebato toda a imprensa.

No ensaio intitulado “Fenômeno Collor: caçador de marajás? A miopia da imprensa brasileira nas eleições de 1989 ainda é motivo de controvérsia entre estudiosos”, os autores apontam para as responsabilidades da imprensa nesse episódio:

A responsabilidade da imprensa na eleição de Collor ainda é motivo de debate entre estudiosos. O sociólogo Fernando Lattman-Weltman, em seu livro “A imprensa faz e desfaz um Presidente”, considera decisiva a atuação da mídia na

cobertura da campanha eleitoral de 1989 (GONTIJO, TOZATTO, CUNHA e LEMOS, extraído do site Puc Rio Digital, em 21 de outubro de 2015).

Em comemoração aos 50 anos da Rede Globo, o Jornal Nacional lançou uma série de entrevistas comemorativas e aproveitou para fazer um mea-culpa em alguns de seus “crimes”. Esse material também fora disponibilizado em vídeo. É incrível o cinismo de Willian Bonner ao dizer que a edição fora realizada como se fosse uma partida de futebol, minimizando a responsabilidade da Rede Globo no pleito.

Os responsáveis pela edição do Jornal Nacional afirmaram, tempos depois, que usaram o mesmo critério de edição de uma partida de futebol, na qual são selecionados os melhores momentos de cada time. Segundo eles, o objetivo era que ficasse claro que Collor tinha sido o vencedor do debate, pois Lula realmente havia se saído mal. Além disso, segundo o Ibope, a audiência total do debate – somadas todas as emissoras que compunham o pool – foi de 66 pontos, maior do que a do Jornal Nacional do dia seguinte, que apresentou 61 pontos. Isso significa que o número de pessoas que assistiu ao debate na íntegra foi maior do que o daqueles que viram a sua edição no JN. Mas o episódio provocou um inequívoco dano à imagem da TV Globo. Por isso, hoje, a emissora adota como norma não editar debates políticos; eles devem ser vistos na íntegra e ao vivo. Concluiu-se que um debate não pode ser tratado como uma partida de futebol, pois, no confronto de ideias, não há elementos objetivos comparáveis àqueles que, num jogo, permitem apontar um vencedor. Ao condensá-los, necessariamente bons e maus momentos dos candidatos ficarão fora, segundo a escolha de um editor ou um grupo de editores, e sempre haverá a possibilidade de um dos candidatos questionar a escolha dos trechos e se sentir prejudicado (MEMÓRIA GLOBO, extraído em 21 de outubro de 2015).

A Rede Globo vem perdendo índices de audiência todos os anos. Esses episódios de manipulação escrachada tendem a minar a legitimidade do Jornal Nacional e do Jornalismo da Rede Globo como um todo.

Ademais, a intensa informatização dos meios de comunicação, e a Internet como veículo propagador de informação, de uma forma ou de outra, ainda que de forma superficial, melancólica e também tendenciosa, acabam por levar mais informações ao eterno telespectador do Jornal Nacional.

Com informações chegando de várias fontes, o telespectador, ainda que de forma quase inconsciente, com o passar do tempo, percebe que nem tudo o que o Jornal Nacional diz é verdade e que algumas informações transmitidas por outros meios não são veiculadas neste Jornal. A própria concorrência dos jornais do SBT, da Rede Bandeirantes, da TV Cultura, ajudam nesta perda de legitimidade do Jornal Nacional como a voz incontestável do jornalismo nacional.

Grande mídia ainda fala, mas cada vez mais ouve. Os mais observadores talvez já constatem mudanças no jornalismo, televisivo ou não: visto que agora todos produzem algum tipo de informação, os telejornais precisam correr para se adaptar e a concorrer com as versões dos fatos vindas do “mundo lá fora”, e por isso menos associadas a este “padrão Rede Globo” de falta de transparência. Ou por que você acha, caro leitor, que cada vez mais as emissoras têm utilizado materiais gerados

pelos seus espectadores? Por outro lado, é preciso manter a sobriedade para não superestimar esta formação da “massa crítica” ou, mais arriscado ainda, acreditar no discurso fantasioso de que um maior acesso à comunicação signifique, necessariamente, uma melhor qualidade naquilo que se fala. Afinal, o discurso da desconfiança também pode ser raso e virar a regra. Basta ver que as opiniões do ódio continuam assaltando o espaço do debate consistente – razão que levou ao jornalista Leonardo Sakamoto a fechar os comentários em seu blog (leia mais aqui) – e Veja continua disparada como a publicação jornalística mais lida do país. Parafraçando o texto de Azenha: sim, os grandes veículos jornalísticos ainda falam, mas cada vez mais ouvem – porém, estejamos certos de que estão sempre bem propensos a adaptar o que escutam para os seus próprios interesses (MAURA OLIVEIRA MARTINS, jornalista e professora universitária, por Site Observatório da Imprensa, extraído em 21 de outubro de 2015).

Dizer que o telespectador está mais exigente se iguala a dizer que o consumidor está mais exigente, e não altera a condição de dominado, subalterno, servo da televisão, telespectador assíduo da programação televisiva e na ponta de cima a classe dominante, representante da burguesia, que pode até ouvir, mas ainda fala muita mais, e o discurso é o mesmo.

Margarethe Born Steinberger, no artigo intitulado “A ética do jornalismo latino-americano na geopolítica da pós-modernidade”, direciona o entendimento de que o jornalismo é ainda um dos bastiões do Iluminismo.

Numa concepção simplificada, da lógica pós-moderna, a utopia iluminista é apenas um resíduo no discurso jornalístico. As novas tecnologias, de um lado, e o alargamento dos preceitos éticos, de outro, permitiriam refabricar artificialmente a equação noticiosa: os fatos, o tempo e/ou espaço em que ocorrem, o interesse do público. Dentro dessa lógica, o jornalismo é um conjunto de artifícios e estratégias para construir a impressão de verossimilhança. E um instrumento temporário do pacto cultural e hibridizante com as classes populares (STEINBERGER, 2000, p. 184).

Se o Jornalismo e a própria Rede Globo entraram em uma crise de legitimidade, por parte dos receptores da notícia, é natural, como uma empresa capitalista, que busque alternativas para sair da crise e alavancar os negócios. Afinal, não podemos nos esquecer que o Grupo Globo e seus acionistas buscam o lucro, custe o que custar.

Em 1º de abril de 1996, Willian Bonner assumiu a bancada do Jornal Nacional, ao lado da jornalista Lilian Wite Fibe, dupla que trabalhou junto até 1998, quando Fátima Bernardes passou a dividir a bancada do Jornal Nacional, formando o casal JN (Site Memória Globo, extraído em 21 de outubro de 2015).

A busca pela revitalização do Jornal Nacional foi a tônica, haja vista que muitos dos episódios desastrosos atribuídos ao jornalismo, acabaram ficando impregnados em seus antigos âncoras, Cid Moreira e Sérgio Chapelin. Era como se trocar os âncoras, a página fosse virada. Mas o jornalismo da Globo patrocinou outros episódios grotescos de manipulação, mesmo após a morte de seu fundador.

Episódio que merece ser lembrado ocorreu em matéria veiculada sobre a morte do Jornalista Roberto Marinho. Willian Bonner começa a notícia agradecendo as manifestações

que geraram “um minuto de silêncio” em respeito à morte do referido Jornalista (matéria extraída do domínio <https://www.youtube.com/watch?v=PHhXEZE-i5Q>)

Assim agradeceu os jogadores e os juízes de futebol, ao povo, à Câmara dos Deputados (que interrompeu uma votação importante e guardou o minuto de silêncio), chamando o jornalista Roberto Marinho de “pai de todos”.

Em uma matéria de mais de quatro minutos Willian Bonner chama Roberto Marinho de pai por mais de uma vez, agradece o povo também por mais de uma vez, enaltece a vida e obra do jornalista falecida e fala da responsabilidade deixada por ele, no que diz respeito à ética jornalística.

Willian cita as empresas do Grupo Globo, como o “legado do nosso pai”: a Globo, o Globo (jornal, “onde tudo começou”), o Extra, o Diário de São Paulo, o Sistema Globo de Rádio, a Editora Globo, a Globosat e a Globo.com, “porque todos retratam e defendem o nosso país”, afirma Willian Bonner.

O âncora do Jornal Nacional afirma que é na Globo que o povo informa e se diverte. E mais adiante cita que a obra deixada por “nosso pai”, defende os valores democráticos e a cultura de nosso país.

Willian Bonner, nesta reportagem cita dezenas de vezes a palavra povo, buscando legitimar o “povo” como protagonista das decisões da Globo e maior beneficiário da família Marinho.

Já na parte final da carta lida por Willian Bonner, creditada aos filhos e à atual esposa do falecido jornalista, o âncora parece se emocionar, mas diz que vai terminar.

Terminado a leitura dessa ode ao jornalista Roberto Marinho, a câmera do Jornal Nacional vai ao fundo do cenário, local onde dezenas de jornalistas trabalham, mas nesse momento estão todos de pé em um silêncio profundo, e alguns visores mostram a face do jornalista.

Assim, por meio de uma concessão de serviço público o jornalista Roberto Marinho, saiu da vida para entrar na história.

Contudo, após ler essa apologia ao “grande pai” da Rede Globo, difícil é imaginar que alguns episódios que deslegitimaram o Jornal Nacional tenham mesmo ficado no passado, devido ao enraizamento dos valores de seu fundador.

Alguns episódios recentes reforçam as teorias de que o Jornal Nacional ainda carrega em seu espírito jornalístico, um ranço dos “velhos tempos”, em que o Doutor Roberto era reverenciado pelos Presidentes da República deste país.

Luiz Inácio Lula da Silva vence as eleições presidenciais no ano de 2002, com mandato a se iniciar em 01º de janeiro de 2003. Aquele mesmo indivíduo que no final da década de setenta e início da década de oitenta, se transformou no maior líder sindical da história do país e que, à frente de milhões de trabalhadores, fez estremecer as bases do militarismo.

Aquele mesmo indivíduo que sofreu com as edições dos debates presidenciais no ano

de 1989, realizados sob o pátio do Jornalismo da Globo.

Por outro lado, a Família Marinho, sempre se mostrou uma exímia representante da classe dominante: pelo acervo mantido no site da memória da Globo, tranquilamente você se depara com o Jornalista Roberto Marinho praticando automobilismo, hipismo, caça submarina. Em 1939 Roberto Marinho inicia sua coleção de obras de arte, sendo que participou de centenas de exposições em que apresentava seu acervo à elite nacional (Site Memória Roberto Marinho)

Em 2016, segundo dados divulgados pela ONG Oxfam (criada em 1942 em Oxford, Inglaterra), a Família Marinho, representada pelos irmãos, José Roberto Marinho, Roberto Irineu Marinho e João Roberto Marinho, possuíam uma fortuna estimada em R\$ 42 bilhões. Isso significa que cada irmão é dono de um patrimônio avaliado em aproximadamente R\$ 13,92 bilhões.

Ainda segundo a ONG Oxfam, o patrimônio acumulado pelos oito brasileiros mais ricos, em 2016, estava estimado em R\$ 285,8 bilhões. Essa riqueza acumulada corresponde à mesma riqueza que mais de 100 milhões de brasileiros possuem, em outras palavras, no Brasil, oito homens possuem a metade da riqueza correspondente à 100 milhões de brasileiros.

Você ainda acredita que o Grupo Globo (denominação atual, outrora Organizações Globo), é neutro em relação à escolha, e forma de publicação, das notícias veiculadas por seu jornalismo? As matérias veiculadas, divulgadas pelo Jornal Nacional não possuem, ou defendem, em seu bojo, ainda que imperceptíveis no cotidiano, os interesses da Família Marinho?

Ainda que a Rede Globo e seus colaboradores mais apaixonados, insistam que a Globo é o povo, que a Globo trabalha pela educação e cultura do país, a realidade é que a Rede Globo representa o maior oligopólio midiático do país, um dos maiores do mundo.

E toda essa produção de mercadorias da mídia, produzidas nas empresas da Globo, como os programas de entretenimento, as novelas, os telejornais, exploram o capital humano de seus colaboradores, e com a extração da mais valia, acumulam dinheiro e se enriquecem.

É até difícil de imaginar que o jornalista Roberto Marinho, ou os seus filhos e netos, tenham alguma “afinidade” por Luiz Inácio Lula da Silva, enquanto candidato e ocupando efetivamente cargos públicos, ou por Governos com tendência à esquerda, que tendem a investir na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Mas, diante da perda de legitimidade por parte do Jornalismo da Globo, nas eleições de 2002, o Jornal Nacional tentou buscar a igualdade de tratamento dos candidatos, como assevera no Site Memória Globo:

A eleição de Lula. Em 2002, houve eleição para Presidente da República. A partir de 1º de julho, o Jornal Nacional passou a acompanhar o dia a dia dos quatro principais candidatos: Anthony Garotinho, do PSB; Ciro Gomes, do PPS; José Serra, do PSDB e Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. A campanha dos candidatos do PSTU

(Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados) e do PCO (Partido da Causa Operária), sem representação na Câmara dos Deputados, era assunto do telejornal apenas quando acontecia algum fato relevante ou uma vez a cada 15 dias. O Jornal Nacional também levou ao ar reportagens de serviço. As matérias ensinavam o eleitor a votar, explicavam o papel do deputado e do senador, esclareciam o que é um projeto de lei ou uma emenda constitucional. Uma semana antes do segundo turno, o repórter Marcelo Canellas, explicou as relações entre o Poder Executivo e o Congresso, os limites do cargo de Presidente, entraves da política econômica, entre outros temas. A série de reportagens foi chamada de “O Poder do Presidente” e teve a coordenação de Teresa Cavalleiro e de Maria Thereza Pinheiro. Um marco da cobertura foram as entrevistas com os candidatos à presidência, ao vivo, na bancada do JN, entre os dias 8 e 11 de julho. A primeira foi com Ciro Gomes, seguido de Anthony Garotinho, José Serra e, por último, Luiz Inácio Lula da Silva. A sequência foi definida por sorteio. Os candidatos foram sabatinados por William Bonner e Fátima Bernardes, que seguiram regras negociadas com os assessores dos candidatos. A experiência foi inédita tanto para os candidatos quanto para o histórico do JN em eleições. Houve uma segunda rodada de entrevistas entre os dias 23 e 26 de setembro. Os candidatos tiveram 20 minutos para expor suas ideias e responder as perguntas dos apresentadores e do público, que participou pela internet. Mais uma vez, a ordem das entrevistas foi decidida por sorteio: Ciro Gomes foi o primeiro, seguido por José Serra, Anthony Garotinho e Lula. Em 7 de outubro, dia seguinte da votação, o Jornal Nacional foi ao ar com 99% das urnas apuradas. Lula e Serra disputariam o segundo turno. Naquela noite, os dois candidatos deram entrevistas, ao vivo, no JN sobre os novos rumos das campanhas. Lula foi entrevistado por Carlos Dorneles no Comitê Nacional do PT, em São Paulo, e Serra conversou com William Waack na produtora onde o candidato gravava os programas eleitorais. A partir do dia 8 de outubro, o JN passou a acompanhar o dia a dia da campanha dos dois candidatos em diversos estados. Nos dias 17 e 18 de outubro, Lula e José Serra voltaram a dar entrevistas, ao vivo, no Jornal Nacional, dessa vez, direto das cidades onde estavam. O segundo turno das eleições foi marcado para 27 de outubro. No dia seguinte, Fátima Bernardes anunciou: “A primeira edição do Jornal Nacional depois da maior eleição da história do Brasil vai ser especial.” E foi. Com o Presidente eleito sentado ao seu lado na bancada, Bonner apresentou o JN direto de São Paulo. Lula foi entrevistado pelo próprio Bonner e por Fátima Bernardes, que fazia perguntas do estúdio no Rio de Janeiro. O Presidente mais votado da história do Brasil, com 61,27% dos votos válidos, o equivalente a mais de 52.790.000 votos, falou sobre os rumos do país. Apesar da insistência dos entrevistadores, não quis adiantar nomes de futura equipe. No encerramento, foi apresentado um clip em homenagem ao Presidente eleito, com imagens das eleições ao som do Hino Nacional. Quando acabou o telejornal, todos da redação aplaudiram e foram cumprimentar Lula, o novo Presidente do Brasil. (MEMÓRIA GLOBO, extraído em 22 de outubro de 2015).

Apesar do esforço hercúleo do Jornalismo da Globo em tentar mudar sua imagem (manipuladora de informações), através de Willian Bonner, aquele mesmo que chama o jornalista Roberto Marinho de “pai de todos”, de “homem adorado pelo povo”, o âncora e responsável pelos debates presidências de 2002 e 2006, soa muito artificial.

Willian Bonner acredita que o Jornal Nacional produz um jornalismo de qualidade, em outras palavras ele está imerso em sua própria ideologia. Não consegue perceber que a própria forma de seleção das informações, as imposições de formas, as perguntas, as nuances de suas faces ao noticiá-las, estão envenenadas pela ideologia burguesa.

A mesma ideologia que omitiu os acordos com a Time Life na década de sessenta, que desvirtuou os reais motivos da greve dos metalúrgicos no final da década de setenta, que tentou fraudar as eleições ao Governo do Rio e prejudicar publicamente Leonel Brizola, que

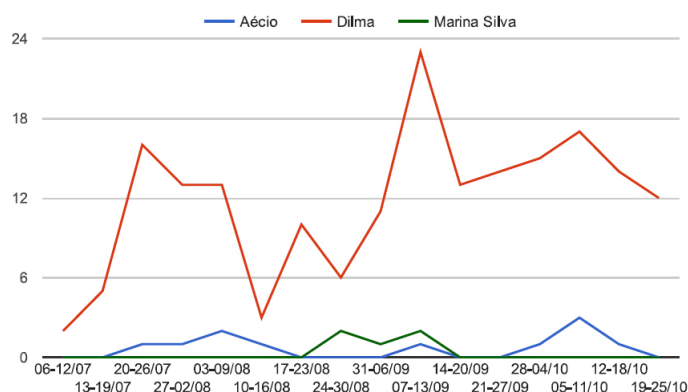
editou acintosamente o debate Collor e Lula em 1989.

A mesma Ideologia que hoje, efetivamente, derrubou uma Presidenta, democraticamente eleita, Dilma Vana Rousseff. Ou você dúvida que a Rede Globo de Televisão, por meio de seu principal veículo de imposição de formas, o Jornal Nacional, não seria capaz disso?

O LEMEP – Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública, coordenado por João Feres Júnior (Doutor em Ciência Política), mantido pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), criou o “Manchetômetro”. Essa ferramenta, de nome tão peculiar, operada por pesquisadores da UERJ, demonstra a parcialidade do Jornal Nacional. O gráfico abaixo representa a cobertura do Jornal Nacional no que tange aos candidatos da corrida presidencial.

A legenda do Gráfico, *ipsis litteris*: No gráfico abaixo temos o número de matérias contrárias a cada candidato ao longo do tempo, dividido em semanas, tomando como começo da série o início do período oficial de campanha, 6 de julho. Visando retratar a intensificação da politização da cobertura às vésperas do primeiro turno da eleição, optamos por agregar sob o rótulo Dilma as codificações Dilma, PT, Governo e Economia; sob o rótulo Marina, as codificações Marina, Eduardo Campos e PSB; e sob o rótulo Aécio, Aécio e PSDB.

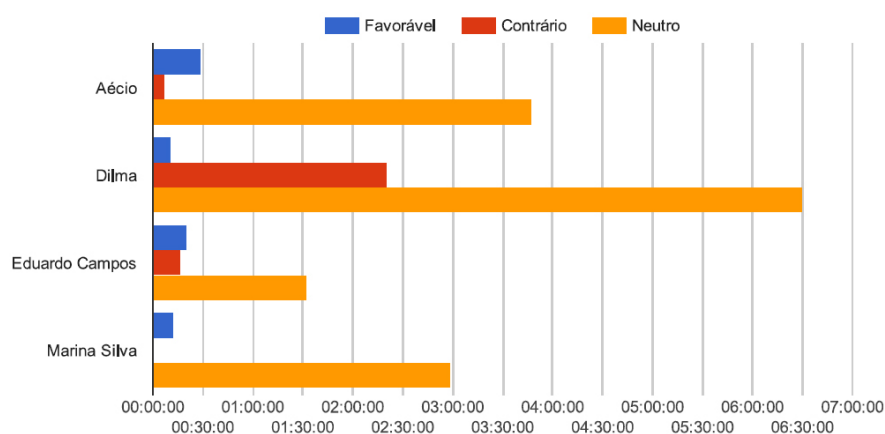
Ilustração 1 - Matérias contrárias a cada candidato ao longo do tempo.



Fonte: Acervo do autor.

No Gráfico abaixo os pesquisadores computam o agregado, do tempo das notícias favoráveis, contrárias e neutras para cada candidato:

Ilustração 2 - Tempo das notícias favoráveis, contrárias e neutras para cada candidato.



Fonte: Acervo do autor.

Os gráficos apontam que o Jornal Nacional dedicou muito mais tempo para falar de Dilma, do PT, do Governo e da Economia, mas em relação aos demais candidatos, também dedicou mais tempo em transmitir notícias desfavoráveis da candidata Dilma.

A veiculação desmedida de matérias desfavoráveis relacionadas à Dilma, seu partido e seu Governo, é mera questão algébrica, ou às informações são impostas formas, conforme o alvitre do Jornal Nacional?

O Grupo Globo, através do Jornal Nacional, trabalha em favor da classe dominante, reforçando, sempre que possível, a ideologia burguesa impregnada em nossa sociedade, ou, como diz o apresentador Willian Bonner, está apenas produzindo um jornalismo de qualidade, conforme ensinou o “pai de todos”, o jornalista Roberto Marinho?

3 A TELEVISÃO, A CULTURA, A IDEOLOGIA

Para entender a televisão não podemos nos ater apenas à dicotomia emissor-receptor, na qual o emissor transmite a informação que apenas lhe interessa e o receptor absorve passivamente seu conteúdo.

Os meandros existentes entre a programação televisiva e os telespectadores são muito mais complexos e sofrem pressões de diversos grupos: dos proprietários da emissora, dos receptores das informações, dos jornalistas que produzem as matérias veiculadas, e de outros grupos organizados da sociedade e entidades de classe, como a CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil ou a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

José Manuel Morán (1982, p.07) em artigo publicado nos Cadernos Intercom, ao trabalhar com as contradições e perspectivas da televisão brasileira preleciona:

O sistema televisivo reflete o grau de hermetismo ou de participação do sistema político. Reflete também as lutas internas pelo poder, os interesses conflitantes de grupos. Certas notícias podem ser veiculadas, porque reforçam a posição de

determinados grupos em detrimento de outros, ou preservam interesses pessoais fortes (...).

As lutas pelo poder são emblemáticas, pois o poder em nossa sociedade se combina com os interesses dos grupos dominantes. Os grupos mais fortes, que ideologicamente detêm o poder, e aliena os dominados são os grupos empresariais, sempre preocupados com a arrecadação de dinheiro de suas categorias.

Morán (1982:8) tenciona um ponto importante dessa discussão pelo poder a ser exercido na televisão, ao afirmar que os meios de comunicação, por serem serviços de utilidade pública, pertencem a todos. As chamadas frequências ou ondas do rádio e da televisão estão presentes no ar, e pertencem à coletividade.

Contudo, a realidade é outra, pois de um lado os proprietários dos meios de comunicação estão cada vez mais ricos (a família Marinho, dona do Grupo Globo, possui significativa fortuna, na casa dos bilhões e figuram entre os mais ricos do país), e do outro lado a sociedade pouca influência na programação das televisões.

Por outro lado, é notícia o que os proprietários das televisões disserem que é notícia. Apesar de esta afirmação ser relativizada nos dias de hoje, pela abertura da Internet e das Redes Sociais como propagadores de “informações”, ainda há informações que depois de trabalhadas pela televisão, tendenciam aos seus próprios interesses ou de grupos.

Então, o que é a notícia? Se a notícia veiculada pelos meios de comunicação, em especial o telejornalismo, é aquela que interessa aos grupos dominantes, então a notícia já nasce envenenada pela ideologia burguesa.

Vamos nos ater a uma reflexão: o programa de transferência de renda denominado Bolsa Família.

Não é raro reportagens do Jornal Nacional citando exemplos de fraudes no programa Bolsa Família. Contudo, é raríssima uma reportagem do Jornal Nacional informando dos benefícios desse programa, como por exemplo, garantir alimentação básica, garantir um substrato mínimo de dignidade à pessoas que recebem o benefício, além de garantir que as crianças beneficiadas estejam na escola.

Em reportagem do Jornal Nacional, disponibilizada no site deste telejornal no dia 25 de maio de 2013 (<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/05/caixa-admite-ter-disponibilizado-saque-do-bolsa-familia.html>), foi divulgada a notícia de que a Caixa Econômica Federal antecipou o pagamento do Bolsa Família, devido à uma série de boatos sobre seu fim. A reportagem deixa claro que houve uma confusão generalizada por parte do Governo.

Em outra reportagem, Willian Bonner anuncia a notícia: “A Polícia Federal descobriu uma fraude no Bolsa Família, na região de fronteira com o Uruguai, entre os beneficiários do programa foram identificados até estrangeiros e gente que já morreu”, e entre suas palavras permeiam em seu rosto sinais de desaprovação ao programa. Reportagem publicada em 16 de dezembro de 2013, no site <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/12/>

[policia-federal-descobre-uruguayos-e-ate-mortos-recebendo-bolsa-familia.html](#).

O programa Bolsa Família, levando-se em consideração que nasceu da unificação do Bolsa Escola, do Bolsa Alimentação e do Auxílio Gás, que faz parte de uma Política Pública de transferência de renda, pode-se dizer que seu embrião fora gestado no Governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas ganhou incremento de investimentos no Governo Lula, e mantido no Governo Dilma.

O Bolsa Família possui uma vinculação forte com os Governos de Lula e Dilma, assim, quando o Jornal Nacional veicula somente informações de fraude, omitindo o singular resgate da dignidade humana de milhares de beneficiados, não cumpre o papel que se espera de um jornalismo isento.

Outro episódio polêmico ocorreu devido a um possível empréstimo do BNDS – Banco Nacional do Desenvolvimento Social – objetivando saldar dívidas do Grupo Globo. O Grupo sempre negou esse empréstimo, mas, de qualquer forma, existiram negócios entre o referido Banco, mantido com dinheiro público, e a poderosa emissora:

O boato de que o BNDES teria emprestado dinheiro para salvar a Globopar provavelmente está relacionado a dois episódios. O primeiro diz respeito ao fato de que o BNDES – sócio da Globo Cabo desde 1999 – acompanhou o aumento de capital realizado por todos os sócios da empresa em 2002. O banco injetou mais R\$ 156 milhões, e a operação – que em outras circunstâncias seria considerada corriqueira – acabou gerando polêmica. (SITE MEMORIA GLOBO, extraído em 22 de outubro de 2015).

A televisão também é vista como veículo de educação constante da sociedade. Além de seu mote econômico, que busca angariar dividendos para seus acionistas, a televisão pode exercer um papel de educador das massas?

Moacir Gadotti, no artigo intitulado A Televisão como Educador Permanente das Classes Trabalhadoras, entende que:

Ao lado dessa função principal, que é a função econômica, de sustentação do capital, a televisão é, igualmente, e por esse mesmo motivo (econômico), uma indústria cultural, cuja função básica é difundir, reproduzir e legitimar as ideias da cultura dominante, inculcar sua ideologia. (GADOTTI, 198, p. 66)

Mas nesse ponto há um dilema posto: a televisão educa a massa de telespectadores (incluído os trabalhadores), ou simplesmente as manipula e aliena, mantendo-as, enquanto classe dominada, subalternos e obedientes?

Talvez não seja um dilema, mas uma dupla manipulação, como se houvessem duas camisas de força invisíveis, mas eficientes, à serviço da classe dominante: a televisão e a escola.

Para Gadotti (1982), a classe dominante prepara a educação, a cultura e o lazer para as classes dominadas, para a grande massa dos trabalhadores, e por meio de controles políti-

cos, e conforme o meio de manipulação, quais sejam a televisão ou a escola a ideologia vai sendo dosada.

Na escola a sedimentação ideológica é mais vagarosa, pois realizada em diversos ciclos, separados por anos e idade do manipulado, mas na televisão a ideologia invade rapidamente a vida das pessoas, com conteúdos mais atuais e invasivos. Na escola, ao contrário, algumas matérias das humanidades, como a História se encarrega de manter a classe subalterna sempre dócil e com medo do que possa acontecer.

Podemos trazer à tona exemplos clássicos de “heróis” nacionais e regionais, retratados nos livros de história, mas que tiveram um fim trágico: Zumbi dos Palmares, Tiradentes, Antônio Conselheiro, Lampião e seu “bando”, o jornalista Vladimir Herzog representando todos os mortos e torturados pela ditadura. Ser “herói” e revolucionário no Brasil pode ser perigoso.

A educação de massa no Brasil reveste-se de um poderoso aparelho estatal-ideológico de dominação. Inclusive, há previsão de abandono intelectual previsto no artigo 246 do Código Penal: “deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar”, com pena prevista de detenção ou multa.

O tempo livre do trabalhador também é apropriado pelo capital. Se o trabalhador decide passar a noite em sua casa, estará cercado por uma programação “didaticamente” criada para sua domesticação pelo capital. Ou acompanhará, religiosamente, as novelas, ou não perderá um capítulo do Jornal Nacional. Se ousar, poderá partir para outros programas de “entretenimento”, onde a exploração do infortúnio alheia é o mote.

Neste artigo vamos realizar uma análise, ainda que perfunctória, do Grupo Globo e de uma de suas principais mercadorias, vendida diariamente há mais de quarenta anos, o Jornal Nacional.

3.1 Conceito de Cultura

A Socióloga Dulce Whitaker (2002) busca harmonizar esses dois conceitos “tão antagônicos”, quais sejam cultura e ideologia. Whitaker observa que o conceito de cultura foi criado pelos antropólogos, que pretendiam entender outros modos de vida, outras sociedades, que não a sociedade dita ocidental, à qual pertenciam. Dessa forma, o conceito de cultura surgiu para derrubar a tendência que o indivíduo tem de menosprezar a forma de viver de outros povos. Tenta-se com ele combater o etnocentrismo do homem ocidental.

O conceito de cultura migra da Antropologia para a Sociologia. Desse modo, os sociólogos começam a utilizar o referido termo como “uma grande ideia unificadora de compreensão da maneira de ser do outro” (WHITAKER, 2002). O ser humano nasce apenas com rica herança genética. Com a internalização da cultura presente na sociedade é que o ser humano se humaniza, desenvolvendo a herança genética que fora apenas potencialidade,

conforme lembra Whitaker (2002).

Nesse diapasão, a cultura possui inúmeras formas de manifestação no seio de um povo, tais como a magia, a técnica, a arte (o lúdico), a moral, a religião, o direito, a filosofia, a política, e muitas outras formas, a depender da sociedade estudada. E essas formas de manifestação são multiplicadas por outras diversas atividades como a música, o teatro, a televisão, as manifestações religiosas, os conceitos éticos e morais, as leis, as relações criadas e difundidas entre as pessoas de uma determinada sociedade.

Assim, conforme o escólio de Whitaker (2002), o ser humano se humaniza quando em contato com aquele todo complexo e global de juízo de valores, de práticas, de modos de ser da cultura material e espiritual. Assim, o ser humano é uma categoria da cultura, embora seja também uma categoria da natureza. Se Kaspar Hauser, ao nascer, tivesse sido inserido em uma alcateia, na certa teria adquirido os hábitos de vida e comportamentos dos lobos. Ou se tivesse sido criado em um ambiente familiar, de certo teria adquirido o modo de vida e comportamentos do ser humano, tido como homem médio.

3.2 Conceito de Ideologia

Marx e Engels (1980), ao justificarem a forma de estudo do conceito de ideologia, afirmando que tal estudo não partirá do que os homens dizem, imaginam ou pensam, menos ainda daquilo que são nas suas palavras, no pensamento, na imaginação ou em representações, mas sim, afirmam os autores, que o estudo partirá dos homens e de sua atividade real. Assim, as fantasmagorias e ilusionismos criados no cérebro humano partem de situações desenvolvidas no espectro das repercussões ideológicas deste processo vital real, ou seja, as relações sociais de produção.

Para Whitaker (2002), o conceito de ideologia, tal como proposto por Marx e Engels (1980), é diametralmente oposto ao conceito de cultura. Segundo tais autores, a ideologia inverte os homens e suas relações, como em um processo histórico de vida.

Desse modo, o conceito de ideologia, tal como elaborado por Marx e Engels (1980), seria para desmistificar, desmascarar, denunciar, desvelar a sociedade ocidental e consequentemente o sistema de produção imposto pelo modo de produção capitalista. (WHITAKER, 2002). Se o conceito de cultura surge para auxiliar na compreensão e aceitação de outras sociedades, o conceito de ideologia possui um caráter desvelador e de recusa, ou seja, não aceitação, pois ao tentar compreender o sistema de produção capitalista é preciso desmascará-lo e denunciar sua exploração.

A ideologia não é simples de ser entendida. É um complexo de ideias, que varia no tempo e no espaço, segundo interesses da classe dominante. Há pessoas que se debruçaram sobre os conceitos de cultura e ideologia e afirmam que são semelhantes mesmo sem querer não conseguem diferenciá-los. Entretanto, aqui cabe uma diferenciação: a ideologia como

falsa consciência e a ideologia como visão de mundo.

A ideologia como falsa consciência permeou os estudos marxistas até o início do século XX. A falsa consciência seria derivada da percepção que a classe dominante e o sistema propõem para as ideias e relações que mantinha com o proletariado, mantendo este dominado (MARX, 1980). Contudo, de acordo com os ensinamentos de Lênin e de Gramsci (WHITAKER, 2002) elaborou-se o conceito de ideologia como visão de mundo, que não vamos abordar aqui, uma vez que adotamos o conceito de ideologia como falsa consciência.

Assim, fenômenos tão antagônicos, cultura e ideologia, fazem parte da nossa sociedade e estão presentes na nossa vida. A televisão, devido ao seu alcance e popularidade entre a massa, torna-se o veículo de comunicação mais propício para divulgação de cultura, mas é claro que o interesse da classe dominante prevalece e a carente cultura que é dedicada ao proletário chega eivada de forte carga ideológica. Podemos dizer que o ser humano, nos dias atuais, é um homem ideologizado, haja vista sua subserviência ao processo industrial capitalista.

Para Marx (1978, p.16), o homem torna-se cada vez mais pobre e precisa cada vez mais do dinheiro para apossar-se do outro. Cada geração explora os materiais, os capitais e as forças produtivas que lhes foram transmitidas pelas gerações que a precederam no tempo e no espaço. O modo de produção, a priori, também é transmitido, contudo cada nova geração elabora seu próprio modo de produção. A transformação e o aproveitamento da economia preconizada na geração anterior a uma nova realidade é determinante para designar os novos rumos do modo de produção desta sociedade.

[...] Ora, quanto mais as esferas individuais, que atuam uma sobre a outra, aumentam no decorrer desta evolução, e mais o isolamento primitivo das diversas nações é destruído pelo aperfeiçoamento do modo de produção, pela circulação e a divisão do trabalho entre as nações que daí resulta espontaneamente, mais a história se transforma em história mundial. (MARX, 1978, p.16)

Com este pequeno introito histórico, procuramos argumentar que Marx (1980) elaborou conceitos distintos, mas convergentes, quais sejam o conceito de ideologia e a ideia do comunismo. E influenciou gerações de cientistas, pesquisadores, políticos. No parágrafo seguinte retratamos um exemplo ímpar da manipulação que a ideologia capitalista é capaz de criar.

Em entrevista do filósofo e psicanalista Slavoj Žižek ao programa Roda Viva exibido em fevereiro de 2009, há uma passagem que faz referência ao conceito da Ideologia. Maria Rita Kehl, psicanalista e escritora, aproximadamente aos cinquenta minutos de entrevista pergunta à Žižek sobre a “moral do gozo”, como uma forma de agenciamento de poder, mas que em suas obras Žižek diz que pode ser tirânica e levar a uma culpa generalizada em relação ao que é ofertado. Ela questiona se essa culpa generalizada avocada pelas pessoas pode ser traduzida no aumento do número de casos de depressão na sociedade hodierna. Žižek argumenta:

(...) Como a Ideologia funciona hoje? Não creio que a forma predominante de ideologia hoje se reporte a você como uma grande causa ideológica. “Sacrifique-se pelo seu país, pela sua liberdade”. Trata-se de uma espécie de hedonismo espiritual vago. Hoje se espera que você seja verdadeiramente você, que desfrute de uma vida agradável. E o paradoxo é que o prazer em si se transforma em um dever. Não sei qual sua experiência aqui. Mas muitos dos meus amigos psicanalistas me dizem que hoje um paciente típico sente uma profunda ansiedade, não porque ele tenha prazeres ou desejos proibidos, que violam as proibições da sociedade. E então você vai ao analista, e o analista permite que você se livre das proibições opressivas, e você pode desfrutá-las. Não. Eles se sentem culpados por não conseguirem ter prazer. Eles procuram o analista como alguém que lhes permitirá isso. Aqui vemos como Lacan estava certo, ao dizer que o significado máximo do superego é ter prazer. A maior das injunções do superego é ter prazer. Prazer como dever. Por isso, acho que a tarefa do psicanalista hoje não é lhe ensinar a ter prazer. Mas algo muito preciso. Permitir que você se livre da ordem do superego de ter prazer. A mensagem deveria ser muito precisa. Não é que você não deva ter prazer. Mas lhe é permitido não ter prazer. Prazer não é uma obrigação. (ZIZEK, 2009).

Zizek (2009) conclui sua resposta dizendo que essa obrigação de alcançar o prazer leva sim pessoas à depressão melancólica. E finaliza articulando que essa questão está relacionada ao capitalismo atual. E pergunta, por que a Coca-Cola é o objeto máximo de desejo? E, ele mesmo responde: “Porque é uma bebida estranha que, basicamente, não mata sua sede, mas o deixa com mais sede ainda”. Quanto mais você bebe, mais você tem que beber. É uma bela reprodução do paradoxo fundamental do superego, finaliza o autor.

Mas, em uma sociedade pautada pelo consumo e pela individualidade, tais passagens ilusórias escapam ao senso comum. Estamos muito preocupados em ter alguma coisa, ter um novo celular, ter um novo equipamento tecnológico, consumir nosso dinheiro, seja por compras virtuais, seja nos templos de consumo do capitalismo, o Shopping Center.

Com o aprofundamento das relações capitalistas, já no século XX, a televisão adquire importância, pois esse meio de comunicação está presente na vida das pessoas, como nenhum outro. Se já houve no país a “época de ouro do rádio” atualmente vivemos a época de ouro da televisão. Aliás, há várias décadas a televisão é a responsável por entreter, informar, ensinar, fazer rir e fazer chorar, estabelecer modas, discutir assuntos polêmicos para a sociedade (drogas, homossexualismo, violência doméstica). Mas acima de tudo objetiva dominar, mantendo a massa de telespectadores “domesticada”, sem motivos para esboçar reação frente à dominação engendrada no meio social.

Nesse ínterim, a Internet também ganha um espaço considerável. As propagandas na rede mundial de computadores possuem características diferentes se comparadas às propagandas televisivas. A Internet é um meio de comunicação mais dinâmico, mais instantâneo: da mesma forma que o “internauta” possui acesso a diversos sites em questões de segundos, ele pode encerrar os sites de propagandas e fechar as diversas propagandas que se abrem à sua frente, sem ao menos perceber do que se trata naquele momento. A televisão condiciona o telespectador a ficar sentado e olhando-a como se fosse um ser estático. Nesse sentido, as propagandas da televisão tendem a ser mais eficientes, no sentido de provocar no con-

sumidor uma sensação de que se comprar determinado produto, certa mercadoria, será um indivíduo mais feliz, mais completo.

A classe dominada possui a sensação de que está no poder. E a televisão ajuda a materializar essa sensação. Por meio dos mais diversos tipos de programas de entretenimento, por meio das telenovelas, do direcionamento de propagandas, onde os assuntos e temas são de grande interesse, a televisão tenta solidificar a impressão de que quem está no controle é a classe dominada, a classe de trabalhadores.

Programas diários ou semanais, telejornais, telenovelas, propagandas, contribuem para tornar a sociedade alienada. O modo de produção capitalista venceu. A massa de trabalhadores acredita que está devidamente empregada e ainda possui a falsa percepção de que consome de acordo com suas necessidades. Por que mudar?

A publicidade, por meio de propagandas televisivas (comerciais, ou um termo mais antigo: os reclames), criadas por agentes humanos que transbordam talento, dose cultura e ideologia, como se fossem conceitos idênticos, e insere na mente dos consumidores que eles necessitam consumir, adquirir certa mercadoria: “Meu vizinho comprou um carro novo, eu que sou trabalhador, mereço um carro como o dele também!”.

Mas, quais os reais interesses da classe dominante? Manter-se no poder, continuar no controle e na propriedade dos meios de produção e comunicação, enriquecer cada vez mais: são vários os fatores que norteiam os objetivos e atitudes da classe dominante. Para manter-se rica e opulenta, a classe dominante precisa explorar (aqui entra o modo de produção capitalista), e oprimir, de forma sutil, a classe dominada, a massa de trabalhadores.

4 AS TEORIAS DA INFORMAÇÃO – COMUNICAÇÃO

Chomsky (1996) sintetiza o ideal, na visão da classe dominante, do que seria uma sociedade domesticada, obediente aos interesses do capital, qual seja, a pessoa e seu aparelho de TV. A pessoa devotada à televisão tende a ficar isolada do mundo que a cerca. O que lhe é apresentado na TV corresponde “à verdade” (e a cada dia o computador se solidifica ao lado da televisão). Dessa forma, com a apresentação de telenovelas (a maior rede de televisão aberta do Brasil atualmente conta com seis telenovelas, aproximadamente cinco horas de sua programação), programas de variedades (que proliferaram nos últimos anos), jornais doutrinados seguindo a cartilha institucional dos interesses dos seus proprietários (grandes empresários capitalistas), a mídia e seus dirigentes (altos executivos que buscam o mesmo que qualquer grande executivo, o lucro) contribuem para tornar a sociedade cada vez mais alienada e alijada da vida real.

Luci Mara Bertoni (2008) nos ensina que a televisão é o instrumento mais eficaz da indústria cultural. A diversão (programas de variedades) é valorizada pelo trabalhador. Este possui meios escassos de se entreter e assim adotou a televisão como um amuleto, pode-se

dizer que a televisão faz parte da família do trabalhador.

Nesse diapasão, a televisão tornou-se o meio mais rápido e eficaz de fazer um produto vender. Afinal as corporações estão produzindo, quebrando recordes de eficiência e desempenho, e precisam criar as necessidades para seus produtos serem consumidos. Assim produzirão mais e seus acionistas ficarão satisfeitos. Contudo, os acionistas nem sempre assistem televisão para se entreter, possuem seus próprios meios de diversão, afinal como classe dominante são diferenciados.

Pierre Bourdieu (1997) traduz com clareza a força da televisão. Bourdieu observa que se não podemos dizer nada na televisão (sem que nos sejam impostas certas regras) então dever-se-ia concluir que deveríamos nos abster de falar nela! Bourdieu ressalta que as pessoas (escritores, intelectuais, artistas) buscam ser vistos na televisão, almejam ser percebidos pelos jornalistas e pelo grande público. Mesmo que seu discurso seja pré-concebido, direcionado, com tempo limitado, ser percebido é mais importante do que fazer valer suas ideias por elas mesmas.

Bourdieu (1997) afirma em sua obra “Sobre a Televisão” que as notícias de variedades são uma espécie elementar de “fatos-ônibus”, ou seja, fatos que interessam a todo mundo, mas que não chocam ninguém, fatos que formam consenso, não dividem opiniões, mas que também não tocam em nada de importante. Refletindo sobre tais fatos Bourdieu argumenta:

(...) Ora, o tempo é algo extremamente raro na televisão. E se minutos tão preciosos são empregados para dizer coisas tão fúteis, é que essas coisas tão fúteis são de fato muito importantes na medida em que ocultam coisas preciosas. Se insisto nesse ponto, é que se sabe, por outro lado, que há uma proporção muito importante de pessoas que não leem nenhum jornal; que estão devotadas de corpo e alma à televisão como fonte única de informações. A televisão tem uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população. (BOURDIEU, 1997, p. 46).

Guardadas as devidas proporções, as lições de Bourdieu (1997) podem ser estendidas aos espetáculos televisivos proporcionados pela espécie propaganda, do gênero da publicidade. Para Bourdieu (1997) existem pessoas “devotadas de corpo e alma à televisão como fonte única de informações”; Bertoni (2008) observa que a televisão “se tornou um dos veículos de comunicação de fácil acesso que adentra os lares das diversas camadas sociais da população brasileira”. Isso para os empresários torna-se uma oportunidade de apresentação de suas mercadorias e os publicitários são contratados para aproveitar essa oportunidade baseada na concentração de telespectadores.

Os meios de comunicação e, em especial a televisão, são os instrumentos utilizados para tentar moldar a mente do consumidor. Este, por estar inserido no processo ideológico do sistema de produção capitalista e, conseqüentemente alienado mentalmente, não compreende que está sendo direcionado para o consumo, pensa que a sua vontade é própria. Contudo

está preso às imagens invertidas inseridas pelo sistema capitalista, que mal consegue desmistificar.

Bourdieu (1997) assinalava que a televisão é o veículo de massa de maior envergadura, no que tange ao público atingido, e dizia o sociólogo que há pessoas devotadas de corpo e alma à televisão como única fonte de informações. Mas como o sistema dominante é quem dita as regras para vivermos em sociedade, também é esse sistema quem estabelece os entretenimentos aos quais a classe trabalhadora pode ter acesso. Pode não ser interessante para a classe dominante coexistir com uma classe de operários que saiba pensar e questionar.

Assim há a falsa consciência, que se apodera de todas as classes sociais e manipula a classe dominada, na qual se imagina que os programas exibidos por esse veículo de comunicação em massa, a televisão, estão sendo transmitidos porque eles escolheram seu conteúdo e que são programas adequados ao seu estilo de vida, o que não é verdade. É a classe dominante, detentora dos meios de produção e porque não dizer detentora dos meios de comunicação, quem estabelece o entretenimento e o lazer à classe dominada.

Os programas exibidos pela mídia televisiva possuem uma grande diversidade: programas de variedades apresentam assuntos que interessam a todos, geram consenso, mas não geram uma discussão aprofundada de ideias. Esses programas são um misto de jornalismo, com comentários sobre o andamento das novelas, comentários sobre esportes (principalmente futebol), assuntos que geram interesse na coletividade, mas que, pela própria dinâmica e falta de tempo dos programas, são discutidos de forma superficial. O que nos chama a atenção, além do fetiche que esses programas encarnam nos seus produtos na forma de “merchandising”, é a generalidade das informações, que pouco ou nada agregam à vida do indivíduo.

Whitaker (2005), em artigo intitulado *A Comunicação Televisiva e as Metamorfoses da Ideologia* explica parte de sua visão sobre a televisão.

A TV – enquanto veículo de comunicação que ao mesmo tempo apreende, revela, e oculta o real – pode ser acusada (ou absolvida) de todos os males da contemporaneidade, dependendo obviamente do recorte feito pelo pesquisador, do seu ângulo de análise e do próprio tema da investigação escolhido a partir da infinita rede de relações estabelecida por esse poderoso instrumento de divulgação da Indústria Cultural. (WHITAKER, 2005, p.31).

Para desvelar ideologicamente as manifestações envolvidas, as intenções subjacentes encontradas no fenômeno da indústria cultural, mormente a TV, é necessária uma compreensão realizada à luz da Sociologia, embasada nas mais diversas relações e contradições presentes nos fenômenos televisivos. (WHITAKER, 2005)

A televisão é meio de diversão e entretenimento mais acessível ao trabalhador, ou seja, a massa de trabalhadores pode ser tranquilamente manipulada por esse veículo de comunicação. Nessa esteira, a classe dominante manipula as informações que chegarão ao tra-

balhador. O jornalismo televisivo opera a favor dos interesses das corporações. Salienta-se que tal interesse por vezes se sobrepõe aos interesses do Estado.

O atual modelo organizacional das corporações de mídia e entretenimento possui como eixo central a formação de oligopólios (Moraes, 2001, p.13) no Brasil o maior exemplo é a Rede Globo de Televisão, que faz parte do atual Grupo Globo.

Mas qual o papel da informação na comunicação televisiva?

A informação pode ser visual, escrita, ou simplesmente falada. O cinema apresenta informações visuais de maneira contundente. Para Gilbert Cohen-Séat e Pierre Fougeyrollas, citados no artigo “A Forma da Sociedade de Informação”, de autoria do Professor Gabriel Cohn, “a informação visual se apresenta como um conjunto de técnicas entre todas as demais, na medida em que elas dão forma à representação que nossos contemporâneos fazem de si mesmos e do mundo”.

Para esses escritores a informação deve ser tomada em seu conceito aristotélico, qual seja informação como imposição de formas. Para Gabriel Cohn (2000:21), a sociedade da informação é sobre determinada pela informação – como determinação de formas a serem comunicadas.

A distinção fundamental que está em jogo aqui é a de que a comunicação tem a ver com conteúdo e com sua circulação, ao passo que a informação não se refere a conteúdos, mas sim ao modo como estes entram (ou não) na circulação. Nestes termos, a informação não diz respeito à transmissão de conteúdo. Seu domínio é o da seleção daquilo que terá valor significativo e que, com base nesse valor, comporá o campo dos conteúdos aptos a integrarem a comunicação. (COHN, 2000, p. 22).

Se a informação é uma determinação de formas, que passa pela “ação produtiva” dos meios de comunicação, então ela é transformada em uma mercadoria, com vida própria.

A transmissão das informações que sobreviverem ao crivo selecionador das informações pode ser feita por alguns dos produtos oferecidos pela programação das emissoras, como telejornais, novelas, programas de “entretenimento”.

Estamos presenciando a Sociedade Capitalista da Informação (COHN, 2001, p.25). “uma sociedade em que as determinações regidas pela produção e reprodução do valor são sobre determinadas pela informação (...)”. As informações, como imposições de formas, revestem-se com uma modelagem emitida pela classe dominante da sociedade capitalista.

Barbero (2001, p. 30) citando Lipovetsky para trazer outra mudança engendrada na sociedade moderna:

Mas será somente nos anos sessenta que a lógica do processo de secularização conduzirá à completa dissolução da “forma religiosa do dever”: à entrada na sociedade do pós-dever, que “desvaloriza o ideal de abnegação, estimulando sistematicamente os desejos imediatos, a paixão do ego, a felicidade intimista e materialista”. E, se nas camadas médias e altas o individualismo se alia com o puro consumismo, nos setores baixos, os guetos, a droga e a violência são sua expressão.

A imposição de formas transmitida pelos veículos de comunicação, de natureza ideológica-capitalista, encontra um grupo de telespectadores sedentos por liberdade, sob o espectro de um individualismo exacerbado, são capazes de beijar a própria imagem.

Entretanto Barbero (2001, p. 34) salienta que essa “reaproximação” do mundo, traz consequências na forma de percepção das informações pelos indivíduos:

Entender essas transformações exige, em primeiro lugar, uma mudança nas categorias com que pensamos o espaço. Pois, ao transformar o sentido do lugar no mundo, as tecnologias da informação e da comunicação – satélites, informática, televisão – estão fazendo que um mundo tão intercomunicado se torne, entretanto, cada dia mais opaco (BARBERO, 2001, p. 34).

O autor entende que essa “opacidade”, significa que a única dimensão realmente mundial é o mercado, e se a liberdade dá lugar ao domínio, a cooperação cede espaço à competitividade: é a mundialização do mercado capitalista à custa da imposição de formas, manipulando informações e reduzindo novamente o mundo a um pequeno mercado muito lucrativo, no qual se alguns milhões de pessoas sofrem com as consequências dessa exploração, como fome, morte precoce, epidemias, falta de água potável, esses são meros efeitos colaterais desse perfeito sistema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado, sempre o mercado ditando as regras. O lucro, sempre o lucro à frente de todos os princípios que regem a vida em nossa sociedade de produção.

Alguns poucos conglomerados mundiais, administrados por algumas poucas famílias, detém o monopólio do que é notícia e do que não é notícia no mundo, inclusive no Brasil.

Os empresários da comunicação, os barões da mídia, como os demais empresários capitalistas, possuem o acúmulo de riqueza através do lucro, como principal meta.

Seus telejornais e demais mercadorias, como telenovelas, mesclam ideologia e cultura, e, ao mesmo tempo em que destilam o veneno, aplicam o sedativo. Ou seja, induzem seus telespectadores a terem as mais complexas emoções humanas, seja de tristeza ou de felicidade, mas, de modo que a sensação final seja a de tranquilidade, de seres devidamente sedados pela ideologia de seus idealizadores – proprietários dos meios de comunicação.

REFERÊNCIAS

BARBERO, Jesus Martín-. O Medo da Mídia – Política, Televisão e os novos modos de representação. In: DOWBOR, L. et al (Org.). Desafios da Comunicação. Petrópolis: Vozes, 2001.

BEZZON, Lara Crivelaro, Whitaker, Dulce Consuelo Andreatta. A Cultura e o Ecossistema – Reflexões a Partir de um Diálogo. Campinas: Alínea, 2006.

BOURDIEU, Pierre. Sur La Télévision. Sobre a Televisão. Tradução, Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1997.

COHN, Gabriel. A Forma da Sociedade da informação. In: DOWBOR, L. et al (Org.). Desafios da Comunicação. Petrópolis: Vozes, 2001.

GADOTTI, Moacir. A Televisão como Educador Permanente das Classes Trabalhadoras. Cadernos Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação. São Paulo: Cortez, 1982.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. Muito Além do Jardim Botânico. Um Estudo sobre a Audiência do Jornal Nacional da Globo sobre Trabalhadores. In: DOWBOR, L. et al (Org.). Desafios da Comunicação. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARINHO, João Roberto. Democracia é Liberdade de Expressão. Publicação CONAR – Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária, 2012.

MARX, Karl. Capítulo Inédito d’ O Capital: resultados do processo de produção imediato. Porto: Escorpião, 1975.

MARX, Karl; ENGELS, F. Ideologia Alemã. 4. ed. Lisboa: Presença, 1980.

_____. Os Pensadores. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MATTOS, Sérgio. O Impacto da Revolução de 1964 no Desenvolvimento da Televisão. Cadernos Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação. São Paulo: Cortez, 1982.

MONTESQUIEU, Barão de La Brède e de. Do espírito das Leis. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

MORÁN, José Manuel. Contradições e Perspectivas da Televisão Brasileira. Cadernos Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação. São Paulo: Cortez, 1982.

WHITAKER, Dulce C. A.; FIAMENGUE, Elis C. Assentamentos de Reforma Agrária: Uma Possibilidade de Diversidade Agrícola. In: BOTTA FERRANTE, Vera L. S. (Org.). Retratos de Assentamentos. Araraquara: Programa de Pós-graduação em Sociologia FCL/UNESP/ NUPEDOR/CNPq, ano VI, n. 8, 2000.

WHITAKER, D. C. A.; BEZZON, L. C. A Cultura e o Ecossistema: reflexões a partir de um diálogo. Campinas: Alínea, 2005.

_____. Comunicação Política e Sociedade. Campinas: Alínea, 2005.

WHITAKER, D. C. A. A comunicação televisiva e as metamorfoses da ideologia. In: BEZZON, Lara C. (Org). Comunicação Política e Educação. Campinas: Alínea, 2005.

REFERÊNCIAS FILMES E DOCUMENTÁRIOS

Entrevista de André Trigueiro com Hélio Mattar, diretor-Presidente do Instituto Akatu em dezembro de 2004. Disponível em <<http://www.akatu.org.br/Temas/Consumo-Consciente/Posts/GloboNews-realiza-programa-especial-com-o-Akatu>>. Acesso: 25 maio 2012.

Entrevista com David Harvey. BBC NEWS. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=W8zz8GN5Vkl&hd=1>>. Acesso em: 10 de maio de 2012.

Entrevista com David Harvey. TV Caros Amigos Revista. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=zb0uIdsiMjc&hd=1>>. Acesso em: 15 maio 2012.

Debate Noam Chomsky e Michel Foucault. “On Human Nature” Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=3wfNI2L0Gf8&hd=1>>. Acesso em: 05 jun. 2012.

Filme “A Espiritualidade e a Sinuca – Somos 1 só”. Produzido por SESCTV e TV Cultura. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=MdKATVfkyT8&hd=1>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

Filme “As Corporações” (Mark Achbar, 2002). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=w3JB99zqgAc>>. Acesso em: 15 de Abril de 2012.

Filme “O Enigma de Kaspar Hauser” (Werner Herzog, 1974). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=9bnug0gS2wQ>> Acesso: 10 set. 2012.

Filme “Notícias da Antiguidade Ideológica: Marx, Eisenstein, O Capital” (Alexander Kluge). Trecho do Filme que o filósofo Peter Sloderdijk discorre sobre o Fetichismo da Mercadoria.

Filme RSA Animate – Crises of Capitalism. David Harvey. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=qOP2V_np2c0&hd=1>. Acesso em: 05 jun. 2012.

Filme-documentário “A Servidão Moderna” (Jean-François Brient & Victor León Fuentes, 2007). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Ybp5s9ElmcY>>. Acesso em: 13 jul. 2012.

Filme-documentário “Consumo: Qual o Limite” (Ricardo Bruini, 2009). Disponível em: <<http://meioambiente.culturamix.com/projetos/documentario-consumo-qual-o-limite>>. Acesso em: 07 abr. 2012.

Letra da música Another Brick in the Wall da Banda Inglesa Pink Floyd, 1979. Escrita por Roger Waters. Disponível em: <<http://letras.mus.br/pink-floyd/1807746>>. Acesso em: 16 maio 2012.

Normas Internacionais ISO. Disponível em: <www.iso.org>. Acesso em: 01 set. 2012.

Programa Globo Cidadania. Arte Corporal e Dança. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globocidadania/videos/t/globo-universidade/v/danca-integra/2484531/>>. Acesso em: 10 out. 2012.

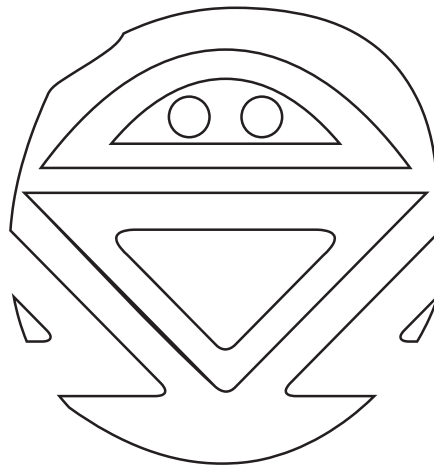
Programa Globo Cidadania. Economia Verde. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globocidadania/videos/t/globo-ecologia/v/economia-verde-integra/2483947/>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

Programa Roda Viva. Entrevista Noam Chomsky, 1996. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=6HvZfzHhW5k>> Acesso em: 08 maio 2012.

Programa Roda Viva. Entrevista Oliviero Toscani, 1995. Disponível em: <<http://www.roda-viva.fapesp.br/materia/9/entrevistados/>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

Programa Roda Viva. Entrevista José Saramago, 2003. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=QCACUZly3DM>>. Acesso em: 25 maio 2012.

Programa Roda Viva. Entrevista Slavoj Zizek, 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=boRoSOrP5a0>> . Acesso em: 15 set. 2012.



DOENÇAS CAUSADAS POR PROTOZOÁRIOS INTESTINAIS NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA (MÉDIO RIO TAPAJÓS), PARÁ, BRASIL

BRITO, Jéssica Leandro de ¹

FROTA, Jossehan Galúcio da²

Resumo: As enteroparasitoses causadas por protozoários são um grave problema de saúde pública, podendo levar ao óbito. Na região do Município de Itaituba, não existem estudos sobre as doenças causadas por parasitas intestinais e por esse motivo, pretende-se conhecer as principais doenças, descrever seus agentes etiológicos do grupo dos protozoários e seus aspectos epidemiológicos dos casos registrados no município. Este trabalho foi realizado no Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Municipal de Itaituba, Estado do Pará, no período de 05 de outubro a 09 de novembro de 2016. Das 215 amostras examinadas nesse estudo, 45,1% foram diagnosticadas com algum tipo de parasita protista intestinal. As doenças registradas nessas amostras foram: amebíase, seguida de blastocistose e giardíase. Foram encontradas seis espécies de protozoários. Das amostras positivas, 64,9% foram registradas no sexo feminino e 35,0% no masculino. Cerca de 73,2% dos casos estavam monoparasitadas e 26,8% poliparasitadas. Em relação a faixa etária, foram identificadas pessoas infectadas entre 01 e 80 anos de idade, sendo a prevalência maior entre indivíduos de 21 a 30 anos (18,4%), e a menor entre indivíduos de 71 a 80 anos (4,0%).

Palavras-chave: Protozoários. Blastocistose. Amebíase. Endoparasitoses. Itaituba/Pará.

1 INTRODUÇÃO

Os protozoários englobam todos os organismos que apresentam carioteca (Eucariotas), os quais são formados por apenas uma célula e que possuem a forma de cisto e/ou trofozoíto de comprimento variando de 8 a 200 micrômetros (μm). (SOGAYAR; GUIMARAES, 2010; FERREIRA; FORONDA, 2015; VITOR, 2010).

Esses micro-organismos para completar seu ciclo biológico podem ou não precisar de um hospedeiro intermediário (REY, 2015c). Podem se reproduzir de forma sexuada ou assexuadamente (CIMERMAN; CIMERMAN, 2010b) e se alimentar sintetizando (autótrofos) ou não (heterótrofo ou saprozoico) seu alimento (VITOR, 2010).

Algumas dessas doenças causadas por protozoários são transmitidas pelo sangue, pele e mucosa, como é o caso da malária (*Plasmodium*), doença de chagas (*Trypanosoma cruzi*), Leishmaniose (*Leishmania*), toxoplasmose (*Toxoplasma gondii*) (BRAGA; FONTES, 2010; GENARO; REIS, 2010; MICHALICK; GENARO, 2010; REY, 2015d; FERREIRA, 2015) outras são causadas por contato sexual, como a tricomoníase (*Trichomonas vaginalis*) que é uma doença com grande prevalência no mundo (CAVASINI; FERREIRA, 2015). Também há aquelas doenças transmitidas pelo contato com as fezes de pessoas contaminadas, como a amebíase, balantidióse, giardíase, blastocistose, toxoplasmose e outros (FERREIRA; FORONDA, 2015).

¹ Enfermeira, Itaituba, Pará. Jessyk_leandro@hotmail.com

² Biólogo (Doutor em Zoologia), Itaituba, Pará. jgfrota@gmail.com

Nesse estudo restringimos nossa pesquisa às doenças causadas por protozoários intestinais identificados por meio do exame parasitológico de fezes. Alguns protozoários podem causar diversas infecções que afetam a saúde humana (FERREIRA, FORANDO 2015) e essas infecções são responsáveis por mais de um milhão de morte por ano. (FERREIRA et al., 2006).

Entre as infecções mais frequentes podemos destacar o desconforto abdominal, diarreia, náusea, febre, vômito, perda de peso, entre outros (CIMERMAN, CIMERMAN, 2010b; AGUIAR, 2013; FERREIRA; FORONDA, 2015).

Nas últimas décadas, apesar do Brasil ter melhorado a qualidade de vida de sua população, as doenças causadas por parasitoses intestinais ainda são endêmicas em diversas regiões do país, constituindo um problema proeminente de Saúde Pública (BELO et al., 2012).

A prevalência de parasitas intestinais está associada a vários fatores, como: o nível socioeconômico, as precárias condições de saneamento básico, aos hábitos de higiene, poluição fecal da água e de alimentos, contato com animais e outros (CASTRO; BEYRODT, 2003; ASTAL, 2004; GAMBOA et al, 2003). Situações essas que são bem evidentes no Município de Itaituba, permitindo o surgimento de muitas doenças. Na região do médio Rio Tapajós, especialmente no Município de Itaituba, não há estudos sobre essas doenças geradas por parasitas intestinais do grupo dos Protozoários e nem dados epidemiológicos relacionados. Os poucos registros, são primários e subestimados, o que impede a elaboração de medidas de controles específicos e direcionados às populações mais suscetíveis. Baseados nessas informações, “quais as principais doenças causadas por protozoários intestinais que atingem atualmente a população humana no Município de Itaituba?”.

O objetivo do presente estudo é conhecer as principais doenças, seus agentes etiológicos do grupo dos protozoários que habitam a luz intestinal nos seres humanos e descrever o perfil epidemiológico (sexo, idade, profissão, renda familiar, etc.) das pessoas infectadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Classificação do grupo protista

O grupo Protozoa é dividido em sete filos, mas a parasitologia humana só tem interesse em quatro principais grupos (Ciliados, Flagelados, Rizópodos e Esporozoários), que são classificados principalmente quanto ao modo de locomoção em meios aquáticos (VITOR, 2010).

Os protozoários englobam todos os organismos protistas, eucariotas, constituídos por uma única célula. Apresentam as mais variadas formas, processos de alimentação, locomoção e reprodução (VITOR, 2010).

Entre os protozoários que causam doenças que afetam a saúde humana e que são

identificados por exame parasitológico de fezes, podemos destacar a *Entamoeba coli*, *Entamoeba histolytica*, *Endolimax nana* e *Iodamoeba butschlii*, que causam amebíase (SILVA; GOMES, 2010); a *Giardia lamblia*, *Giardia duodenalis* e *Giardia intestinalis*, que causam a giardíase (CIMERMAM; CIMERMAM, 2010); e o *Blastocystis hominis*, que provoca a blastocitose (MATOS et al, 2010).

2.2 Doenças causadas por protozoários intestinais

Várias doenças podem ser causadas por protozoários intestinais. Entre essas podemos destacar as mais frequentes para a nossa região, como a amebíase, balantídiase, blastocitose e giardíase. Essas doenças foram as mais registradas por Alves et al. (2003), Velásquez et al (2005), Martins et al (2009), Oliveira-Filho et al (2012), Albino et al (2015) e Santos-Júnior et al (2016).

2.2.1 Amebíase

A amebíase é uma infecção causada pelos protozoários das espécies *Entamoeba histolytica*, *Entamoeba coli*, *Endolimax nana* e *Iodamoeba butschlii*, que pode ou não apresenta manifestações clínicas (REY, 2015b). A amebíase é uma doença comum de regiões tropicais ou subtropicais tendo como fator favorável não só o clima, mas principalmente as condições precárias de saneamento básico e ao baixo nível socioeconômico da população que mora nessas regiões (SILVA; SALLES; SALLES, 2010).

No Brasil foram encontrados prevalências altas de amebíase em lugares como Manaus, Belém, João Pessoa e Porto Alegre, e relativamente alto nos Estados da Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A África e Ásia, são os continentes onde há maior índice de amebíase (REY, 2015b).

A prevalência de amebíase intestinal no Brasil deve ser reavaliada, por acreditar-se que há superestimativa desta protozoonose em decorrência de métodos classicamente empregados no diagnóstico, não diferenciarem a forma patogênica da não-patogênica (PÓVOA et al., 2000). Embora existam várias espécies de amebas que são naturais do homem, mais somente a *Entamoeba histolytica*, tem atividade patogênica. Segundo Silva e Gomes (2010), as diferentes espécies de amebas se distinguem uma das outras pelo tamanho do trofozoíto e do cisto, pela estrutura e números dos núcleos nos cistos e pela forma das inclusões citoplasmática (vacúolos nos trofozoítos e corpos cromatóides nos cistos).

O ciclo biológico desta doença inicia quando cistos maduros são ingeridos através de alimentos, água ou mãos com fezes contaminadas, a ação ocorre no intestino delgado onde os trofozoítos são liberados migrando para o intestino grosso onde se multiplicam por divisão binária e geram cistos, ambos os estágios são eliminados com fezes, porém, a forma cís-

tica é mais resistente devido ser protegida por suas membranas, podendo sobreviver dias ou semanas no meio externo, os trofozoítos são vulneráveis, destruídos rapidamente e quando ingeridos não resistem ao ambiente gástrico. Em alguns casos de indivíduos assintomáticos os trofozoítos localizam-se no lúmen intestinal, outros invadem a mucosa intestinal ou ainda através da corrente sanguínea alcançam fígado cérebro e pulmões causando graves manifestações patológicas (MALHEIROS, 2013a).

2.2.2 Blastocistose

É uma infecção causada pelo protozoário *Blastocystis hominis*, que tem sido frequentemente registrado nas amostras fecais (VELÁSQUEZ et al, 2005). Os sintomas atribuídos a essa doença incluem diarreia, dor abdominal cólicas ou desconforto, náuseas e febre, além desses a relatos de outros sinais e sintomas como leucócitos em fezes, sangramento retal, eosinofilia, hepatomegalia e esplenomegalia, erupções cutâneas e pruridos (MATOS et al, 2010).

A característica marcante do *Blastocystis* é o pleomorfismo, isto é, capacidade de apresentar várias formas de acordo com o local diagnosticado. Geralmente as formas vacuolar, granular e ameboides são observadas no trato intestinal dos hospedeiros, enquanto os cistos, no ambiente externo (MALHEIROS, 2013b).

O ciclo biológico de *B. hominis* é composto por apenas um estágio denominando cística (cisto). O ciclo inicia-se quando os seres humanos e os animais estão infectados por cistos de origem fecal, que se desenvolvem em forma vacuolar no intestino grosso. Em seres humanos, a forma vacuolar divide-se por fissão binária e pode evoluir para a forma amebóide ou granular. Em seguida, a forma vacuolar transforma-se em cistos no intestino dando início a um novo ciclo (MALHEIROS, 2013b).

2.2.3 Balantidíase

É uma patologia causada pelo protozoário *Balantidium coli*, o seu local habitual é a superfície mucosa do intestino grosso, especialmente na região cecal e no sigmoide do ser humano e de alguns animais, os suínos são considerados os hospedeiros mais comuns, porém já foi detectado em outros animais embora com ocorrência menos frequente. Sua transmissão é fecal-oral, na maioria dos casos é assintomática, mas em alguns indivíduos podem apresentar diarreia intermitente, ou disenteria, que pode ou não ser intensa, tenesmo, enterorragia, úlceras na mucosa intestinal e localizações extra-intestinais (pulmões, peritônio e trato urogenital) (ROCHA, 2013; REY, 2015a).

Esse parasita tem ciclo de vida direto, com transmissão fecal-oral, ou seja, saem nas fezes de um hospedeiro e entram no próximo organismo pela boca (ROCHA, 2013). O ciclo

inicia quando os seres humanos ingerem cistos existentes em verduras ou água contaminada com excrementos de suínos e potencialmente de diversas outros animais (roedores, primatas não humanos e eventualmente cães e gatos). Esses cistos viram trofozoítos e são liberados no intestino delgado e colonizam o intestino grosso onde reproduzem-se assexuadamente através de um processo chamado de fissão binária e finalmente se encistam, tanto trofozoítos quanto cistos são eliminados nas fezes de humanos contaminados, porém só a forma cística é infectante para os próximos hospedeiros (FERREIRA; FORONDA, 2015; ROCHA, 2013; REY, 2015a).

2.2.4 Giardíase

A giardíase é causada pelo protozoário *Giardia lamblia* e causa normalmente desconforto abdominal e diarreia, acometendo humanos, animais domésticos e silvestres (AGUIAR, 2013). Em grande quantidade na luz do intestino grosso, a giardíase pode desencadear um quadro de esteatorréia (gordura nas fezes) náuseas, vômito e perda de peso (CIMERMAN; CIMERMAN, 2010a; FERREIRA; FORONDA, 2015).

O ciclo deste protozoário é composto de duas formas cisto e trofozoíto. o ciclo é simples e direto fecal-oral, pode acontecer diretamente pelo contato com as fezes de indivíduo ou animal contaminado, ou indiretamente por alimentos ou água contaminados com cistos do protozoário. A exposição do cisto ao ambiente ácido do estômago acicata seu rompimento e, a partir de cada cisto, ocorre a liberação de dois trofozoítos. Esses trofozoítos irão se aderir à mucosa superficial do intestino delgado, e por um processo de fissão binária cada trofozoíto se dividirá em dois trofozoítos. Quando estiverem em direção ao cólon, alguns trofozoítos se transformaram em cisto e em poucos dias poderão ser observados nas fezes (AGUIAR, 2013).

2.3 Diagnóstico das doenças

O diagnóstico pode ser clínico ou laboratorial. O clínico baseia-se na sintomatologia, diarreia, irritabilidade, insônia, náuseas, vômitos com perda de apetite, acompanhado ou não de emagrecimento, dor abdominal entre outros, porém, podem ser confundidos devido à grande semelhança dos sintomas comuns a várias outras doenças intestinais, para a comprovação é necessário o diagnóstico laboratorial (SOGAYAR; GUIMARÃES, 2010).

Não existe um método que possa identificar todas as formas parasitárias ao mesmo tempo, alguns são mais gerais, permitindo o diagnóstico de vários parasitos intestinais, outros são específicos para identificar um parasita em especial (ROCHA; MELO, 2010).

O exame parasitológico de fezes está entre o diagnóstico laboratorial mais utilizado, existindo vários métodos para a detecção de cistos e trofozoítos nas amostras fecais, entre

eles, o Método Direto (utilizado nesse estudo), Método de Sedimentação (conhecido por Hoffman, Pons e Janer), o Método de Faust (SACRAMENTO, 1940), entre outros

Em alguns casos de amebas pode se fazer o diagnóstico utilizando de raio x, cintilografia, ultrassonografia, e tomografia computadorizada esses métodos podem mostrar com clareza a localização o número e a evolução do abscesso causado por estes protozoários em 95% dos casos (SILVA; GOMES, 2010).

2.4 Profilaxia e controle

De acordo com Brasil (2010), Cimerman e Cimerman (2010a), e Silva, Salles e Salles (2010), as medidas de controle e prevenção assemelham se entre as espécies de verminoses em um contexto geral se dá pela realização de alguns cuidados para evitar as possíveis fontes de infecção como: ingerir vegetais cozidos, lavar e desinfetar bem verduras cruas; higiene pessoal e na manipulação de alimentos; desenvolver atividades de educação em saúde com relação a hábitos pessoais de higiene; lavar as mãos depois de usar o banheiro, antes das refeições e o uso de calçados; evitar a contaminação do solo mediante a instalação de sistemas sanitários para eliminação das fezes, especialmente nas zonas rurais; combater os artrópodes (moscas e baratas); não usar excrementos como fertilizantes em hortas.

2.5 Tratamento

Os medicamentos tanto na forma aguda quanto na crônica, pertencem a duas categorias: os que atuam na luz do intestino (luminal) e as do agem nos tecidos invadidos pelos protozoários patogênicos (MALHEIROS, 2013a). As medicações que agem na luz do intestino têm o composto dicloracetamida, são praticamente atóxica para o homem e não tem contra-indicações, os principais produtos em uso são, teclosan, furamida ou diloxamida, etofamida e clefamida, a dosagem para os adultos é de 3 a 6 comprimidos por dia (dependendo droga), durante 5 a 10 dias, para as crianças prescreve-se doses menores geralmente sob a forma de suspensão. Esses medicamentos agem sobre os trofozoítos que se encontram na luz do intestino, porém não destroem os cistos (MALHEIROS, 2013a; REY, 2015b).

Os nitroimidazois (Metronidazol, Tinidazol, Ornidazol, Nimorazol/nitrimidazina) agem eficazmente contra amebas que invadem os tecidos, por ser absorvido facilmente pelo intestino, porém, devido a absorção ser rápida não chega em quantidade suficiente ao intestino delgado sendo recomendado incluir dicloracetamidas no tratamento para obter eficácia (REY, 2015b).

2.6 Diagnóstico e intervenção de enfermagem à endoparasitoses

De acordo com a Aben (2008), atualmente, os enfermeiros são os principais responsáveis por realizar o diagnóstico e tratamento, conforme protocolos estabelecidos, para problemas comuns na infância, como escabiose, verminose, cólica, diarreia, dermatite amoniacal ou de fralda, miliária, pediculose, monilíase oral, febre inicial, com indicações claras de quando se deve realizar o encaminhamento para profissional médico da atenção básica ou de outro ponto de atenção. Conforme Brasil (2005), as atribuições básicas do profissional enfermeiro, frente a as enteroparasitoses são:

- Realizar consulta e procedimentos de acordo com as normas legais de cada profissão, solicitar exames complementares prescrever medicações e encaminhar quando necessário a outros serviços;
- notificar surtos de enteroparasitoses à área de vigilância epidemiológica, quando do conhecimento e/ou acesso à informação;
- estabelecer protocolos padronizados para terapêutica das principais enteroparasitoses;
- participar das ações de planejamento com as áreas integrantes da equipe de investigação epidemiológica, com vista ao estabelecimento de estratégias e definição das medidas de controle frente aos casos e aos surtos de enteroparasitoses;
- formular hipótese diagnóstica do agente etiológico, com base na história clínica;
- realizar tratamento e acompanhamento de portadores de enteroparasitoses, de acordo com hipótese diagnóstica e normatização técnica;
- solicitar exames complementares de acordo com hipótese diagnóstica e orientação técnica;
- utilizar informações sobre ocorrência de enteroparasitoses como critério para a disponibilização de medicamentos para atendimento aos portadores de enteroparasitoses;
- disponibilizar e dispensar os medicamentos específicos ao tratamento das enteroparasitoses;
- orientar os pacientes quanto às medidas de prevenção e controle de enteroparasitoses ;
- desencadear medidas de prevenção e controle de comunicantes, quando indicado;
- participar das discussões e conclusões da investigação epidemiológica, para elaboração do relatório final;
- capacitar e/ou apoiar a capacitação de recursos humanos;
- realizar ou apoiar o desenvolvimento de pesquisas técnico-científicas específicas;
- envolver os agentes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e Programa de Saúde da Família.

A equipe de enfermagem tem papel fundamental no trabalho da Vigilância Epidemiológica, proporcionando através do seu conhecimento e ações, a prevenção detecção e tratamento dos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual ou coletiva e no controle das doenças ou agravos (COFEN, 2017).

3 METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido através de pesquisa de campo de caráter descritivo e abordagem quali-quantitativa, com coleta de dados primários e secundários. Realizada entre 05 de outubro a 09 de novembro de 2016 no Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Municipal de Itaituba (HMI), que presta serviço a comunidade das 7 às 12 horas para coleta e entrega de matéria a serem examinados, e entrega dos resultados de exames das 14 às 17 horas, funcionando de segunda a sexta.

A análise foi feita com auxílio de um técnico do laboratório do HMI que fez a análise diária das amostras que chegavam ao laboratório. Foram registradas informações como, agente etiológico (menor táxon), forma do agente etiológico (cisto ou trofozoíto), faixa etá-

ria do infectado, sexo, renda familiar e bairro onde moram.

Foram obtidas 215 amostras por meio do método Direto, que é uma técnica amplamente utilizada nas rotinas laboratoriais, por se enquadrar como um método geral, simples, de baixo custo, realizado em curto espaço tempo e que permitiu o diagnóstico de vários parasitas intestinais. Esse método consiste em colocar de duas a três gotas de salina a 0,85% em uma lamina de microscopia, tocar com a ponta de um palito em vários pontos das fezes transferindo uma pequena porção para a lamina, em seguida espalhar as fezes fazendo esfregaço e examinar com as objetivas de 10x e/ou 40x, de modo que a espessura do esfregaço não impeça a passagem de luz, e para a identificação de cistos de protozoários e larvas de helmintos corar a preparação com lugol (ROCHA; MELLO, 2010).

Segundo Zwarg (2013), para melhor eficácia no Método Direto, recomenda o uso da solução salina por oferecer meio adequado a manutenção temporária de trofozoítos e protozoários, pois a água comum de tornei pode provocar alterações osmóticas nesses parasitas levando a deformidade e rompimento celulares; evitar o excesso de fezes na lamina, pois, o ideal é que a preparação fique translúcida; o uso da lamínula, pois, ela melhora a visualização por reduzir os movimentos de turbilhonamento além de evita o contato do preparo com a objetiva do microscópio; evitar o excesso de luminosidade, pois, impede o contraste adequado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das 215 amostras analisadas nesse estudo, um total de 97 (45,1%) foram diagnosticadas com algum tipo de parasita protista intestinal. Dessas amostras cerca de 73,2% (n=71) apresentaram apenas um tipo de parasita (monoparasitadas) (Tabela 2) e 26,8% (n=26) apresentaram mais de um parasita (poliparasitadas) (Tabela 3). O resultado tanto para as amostras monoparasitadas quanto para poliparasitadas foi semelhante para as *Endolimax nana* (62,2%; n=47), seguido de *Blastocystis hominis* (18,3%; n=13) e *Entamoeba coli* (7,0%; n=5).

Tabela 1 – Espécies de protozoários intestinais registrados em cada amostra. Entre parênteses encontram-se as respectivas porcentagens (%). F, feminino e M, Masculino.

	Número total de parasitas (%)	Sexo		Amostras monoparasitadas
		F	M	
<i>Endolimax nana</i>	69 (55,2)	50 (72,5)	19 (27,5)	47 (66,2)
<i>Blastocystis hominis</i>	28 (22,4)	13 (46,4)	15 (53,6)	13 (18,3)
<i>Entamoeba coli</i>	9 (7,2)	7 (77,8)	2 (22,2)	5 (7,0)
<i>Giardia lamblia</i>	8 (6,4)	5 (62,5)	3 (37,5)	4 (5,6)
<i>Iodamoeba butschlii</i>	8 (6,4)	5 (62,5)	3 (37,5)	1 (1,4)
<i>Entamoeba histolytica</i>	3 (2,4)	2 (66,7)	1 (33,3)	1 (1,4)
<i>Total</i>	125	82	43	71

Fonte: Dados da pesquisa. 2016.

Estudo feito por Basso et al. (2008) em escolares no Município de Caxias do Sul, encontrou resultados superiores onde houve 58% de positividade nos exames analisados. Lodo et al. (2010) em estudo realizado na cidade de Bom Jesus dos Perdões no interior paulista foram analisadas 2.524 amostras fecais, destas 15,69% (n=396) foram positivas para um ou mais enteroparasitas.

Em Manaus (Estado do Amazonas), um estudo com 362 pessoas, indicou que 37,3% das amostras estavam contaminadas por protozoários (VISSER et al., 2011).

Estudo feito com 310 idosos que frequentaram um ambulatório geriátrico e também, moradores de duas instituições de longa permanência (ILP) em Porto Alegre (Rio Grande do Sul), mostrou que a prevalência de enteroparasitos foi de 12,9% (ELY et al., 2011).

No Município de Conde (Paraíba), Oliveira-filho et al. (2012) registraram resultados inferiores de 42,1 % de positivities nos exames parasitológicos.

Jesus et al (2013) em um estudo realizado no Bairro do Buritizal, em Macapá (Amapá), registraram de um total de 144 amostras, cerca de 75,6% das amostras com presença de enteroparasitas.

Em um estudo na comunidade ribeirinha do Município de Igarapé Miri (Estado do Pará), mostrou que dos 91 indivíduos que realizaram exame coproparasitológico, cerca de 94,5% foram positivos, sendo que destes 37,5% dos pacientes estavam monoparasitados, 33% biparasitados e 24,2% apresentavam-se poliparasitados (SILVA et al., 2014).

Em uma pesquisa realizada pela Universidade Estadual da Paraíba envolvendo 827 pacientes, foram encontradas parasitas em 24,6% das amostras analisadas (ALBINO et al., 2015).

Santos-Júnior et al (2016) realizaram uma pesquisa no Município de Juazeiro do Norte (Ceará), e de 72 amostras de um Laboratório de Análises Clínicas, cerca de 9,4% (n= 14) apresentaram parasitoses intestinais.

Nota-se que os maiores percentuais estão registrados para a região Norte e Nordeste, encontrados por Visser et al (2011) (Amazonas), Oliveira-Filho et al (2012) (Paraíba), Jesus et al (2013) (Amapá) e registrado no presente estudo, no Município de Itaituba (Pará).

A prevalência de parasitas intestinais está associada ao nível socioeconômico, as precárias condições de saneamento básico e aos hábitos de higiene (CASTRO; BEYRODT, 2003). Segundo Frei; Juncansen e Ribeiro-Paes (2008) as infecções por verminoses ocorrem por causa de três fatores: as condições do hospedeiro, o parasito e o meio ambiente. Em relação ao hospedeiro os fatores que contribuem são: idade, estado nutricional, genética, cultura, comportamento e profissão. Já no que diz respeito ao parasita é levado em conta a resistência ao sistema imune do hospedeiro e os mecanismos de defesa vinculados às transformações bioquímicas e imunológicas observada ao longo do ciclo de cada parasito.

O poliparasitismo parece ter uma associação mais comum, principalmente, entre as espécies não patogênicas, como foi detectada nesse estudo e também evidente em outros (ver

LODO et al., 2010; SILVA et al, 2010a).

Fontes et al. (2003), em Barra de Santo Antônio, litoral norte de Alagoas, realizou uma pesquisa com 1.020 alunos de 8 escolas da rede pública local. Dos, 938 (92%) exames positivos, cerca de 18,2% (n= 171) apresentaram monoparasitismo e 81,8% (n= 767) para poliparasitismo com até 8 diferentes espécies.

Em estudos na cidade de Bom Jesus dos Perdões, interior paulista, foram encontrados 28 casos de poliparasitismo entre as associações encontradas estão, *Entamoeba coli*/*Endolimax nana* (17,9%; n= 5), *Giardia lamblia*/*Endolimax nana* (7,1%; n= 2), *Entamoeba coli*/*Endolimax nana*/*Giardia lamblia* (3,5%; n= 1), *Iodamoeba butschlii* (3,5%; n= 1) (LODO et al, 2010).

No Município de Chapadinha (Maranhão), de 3.933 amostras de fezes analisadas, um total de 33,2% (n= 1.301) foram positivas para enteroparasitos por protozoários e helminto. No total das amostras positivas, cerca de 75,9% (n= 988) apresentaram apenas um parasita e 24,1% (n= 313) apresentaram mais de um parasita, constituindo as poliparasitadas (SILVA et al., 2010a).

Tabela 2 – Associações de duas ou mais espécies de protozoários (poliparasitismo). Entre parênteses encontram-se a porcentagem (%).

Espécies identificadas	Número de amostras poliparasitadas (%)	Sexo	
		M	F
<i>Blastocystis hominis</i> + <i>Giardia lamblia</i>	1 (3,8)	1	0
<i>B. hominis</i> + <i>Iodamoeba butschlii</i>	1 (3,8)	0	1
<i>Endolimax nana</i> + <i>I. butschlii</i>	3 (11,5)	1	2
<i>E. nana</i> + <i>G. lamblia</i>	3 (11,5)	1	3
<i>E. nana</i> + <i>B. hominis</i>	12 (46,2)	4	8
<i>E. nana</i> + <i>Entamoeba coli</i>	2 (7,7)	0	2
<i>I. butschlii</i> + <i>Entamoeba histolytica</i>	1 (3,8)	0	1
<i>B. hominis</i> + <i>I butschlii</i> + <i>E coli</i>	1 (3,8)	0	1
<i>E. coli</i> + <i>E. nana</i> + <i>I. butschlii</i>	1 (3,8)	1	0
<i>I. butschlii</i> + <i>E. histolytica</i> + <i>B. hominis</i>	1 (3,8)	1	0
<i>Total</i>	26	9	18

Fonte: Dados da pesquisa. 2016.

Foram registradas seis espécies de protozoários intestinais na forma cística e quatro dessas podem causar doenças. As mais frequentes são amebíase, causada por *Endolimax nana* (patogênica quando em alta prevalência e intensidade; ver TOLEDO et al, 2009) responsável pela positividade de 55,2% (n= 69) das amostras; seguida de Blastocistose, causada por *Blastocystis hominis* com 22,4% (n= 28); *Entamoeba coli* (não patogênica) com 7,2% (n= 9) (Tabela 1). As espécies com as menores frequências foram *Giardia lamblia* (Giardiase) e *Iodamoeba butschlii* (não patogênica) ambos com 6,4% (n= 8) e *Entamoeba histolytica* (amebíase) com 2,4% (n= 3) de amostras positivas (Gráfico 1). A espécie de *Balantidium*

coli não foi registrada nesse estudo.

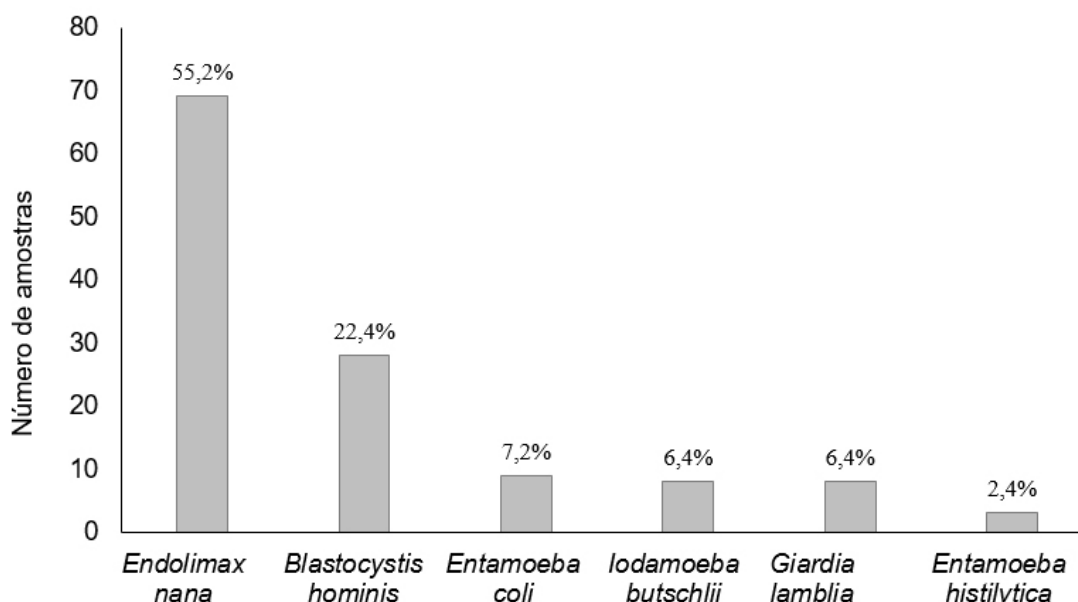
Andrade et al. (2008) estudaram a Comunidade Quilombola no Município de Bias Fortes (Estado de Minas Gerais), e das 312 amostras, 96 (30,7%) foram positivas para protozoários e 54 continham parasitoses mistas (helmintos e protozoários). Entre os protozoários encontrados destaca-se também *E. nana* (27,6%; n= 86), seguida de *E. coli* (24,4%; n= 76), *G. lamblia* (10,6%; n= 33) e *E. histolytica* (6,4%, n= 20). Lodo et al (2010) também encontraram resultados semelhantes na cidade de Bom Jesus dos Perdões, São Paulo, após análise de 2.524 amostras, obtendo um maior índice de infecção pelo protozoário *E. nana* (44,7%; n= 177).

Resultados diferentes, da pesquisa aqui realizada, foram encontrados por Jesus et al. (2013), em Macapá (no Amapá), onde observaram a maior prevalência de protozoários das espécies *E. coli* (22,2%) e *G. lamblia* (21,5%), seguido da *E. nana* (20,1%), *E. histolytica* (19,4%), *B. hominis* (5,5%) e *I. butschlii* (0,6%).

Estudo realizados no Município de Juruti (Pará), mostraram infestações por bactéria, protozoários e helmintos em 263 casos de diarreia aguda e 69 controlados (ausência de diarreia nos últimos 15 dias) (LOUREIRO et al, 2010). Esses autores registraram maior incidência de *B. hominis* 37,3% (n= 98), seguida de *E. histolytica* 22,8% (n= 60), *E. nana* 16,7% (n= 44), *E. coli* 9,5% (n= 25) e *G. lamblia* 8,4% (n= 22).

Espécies de *Entamoeba* foram mais frequentes (36,3%) no Município de Igarapé Miri (Pará), seguido de *G. intestinalis* (24,2%) e *I. butschlii* (23,1%) (SILVA et al, 2014).

Gráfico 1 – Prevalência das espécies de protozoários intestinais encontradas no estudo.

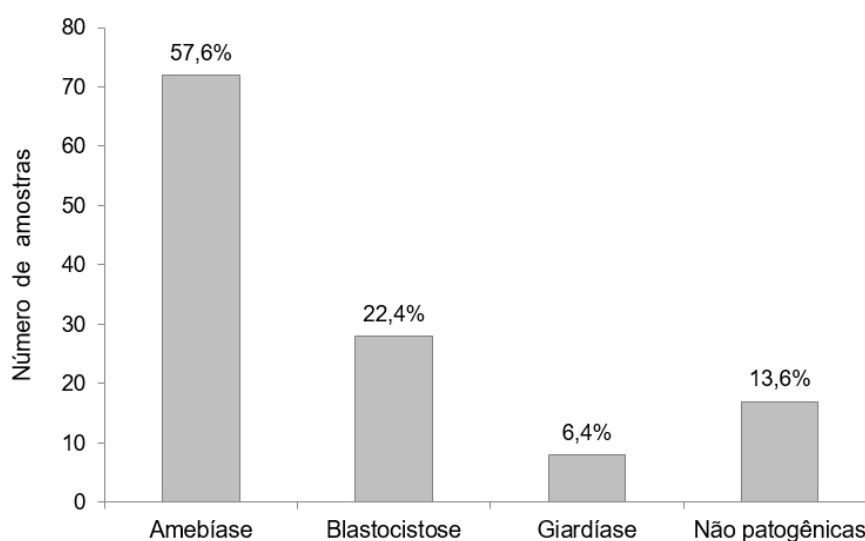


Fonte: Dados da pesquisa. 2016.

Podemos observar que em alguns estudos, as espécies mais frequentes não são patogênicas, ou seja, aquelas que não geram doenças, permanecendo assintomáticas no organismo humano. Das amostras poliparasitadas, cerca de 46,2% estavam compostas por *E. nana* e *B. hominis* (Tabela 2).

A amebíase (*Entamoeba histolytica* e *Endolimax nana*) foi a doença com maior incidência (57,6%; n= 72), seguida de blastocistose (22,4%; n= 28) e giardíase (6,4%; n= 8) (Gráfico 2). Esse resultado se deve não somente a uma grande quantidade de agentes etiológicos que causam amebíase, mas também as condições precárias de higiene, moradia, falta de saneamento básico, água tratada entre outros, estão entre os fatores agravantes.

Gráfico 2 – Doenças causadas por protozoários intestinais.



Fonte: Dados da pesquisa. 2016.

Amebíase também está sendo registrada em vários estudos como uma doença frequente (ANDRADE et al., 2008; LODO et al., 2010; SILVA et al., 2014).

Normalmente, apenas a espécie *Entamoeba histolytica* é considerada patogênica ao homem, pode causar sérias complicações intestinais como, escavação e ferimentos na mucosa intestinal e causando disenteria amebiana, manifestada por diarreia muco sanguinolenta intermitente, febre, desidratação e septicemia secundária que se não tratada pode levar ao óbito (CIMERMAN; CIMERMAN, 2010b). Além do intestino este protozoário também tem potencial para invadindo a corrente sanguínea, e diversos órgãos como, fígado, coração e até o cérebro causando complicações fisiológicas severas, a chamada amebíase extraintestinal (SILVA; GOMES, 2010).

Estudos recentes evidenciam o protozoário *Endolimax nana* apesar de não ser patogênico ao ser humano, quando em alta prevalência e intensidade, pode estar associada a sintomas de diarreia em crianças (TOLEDO et al., 2009).

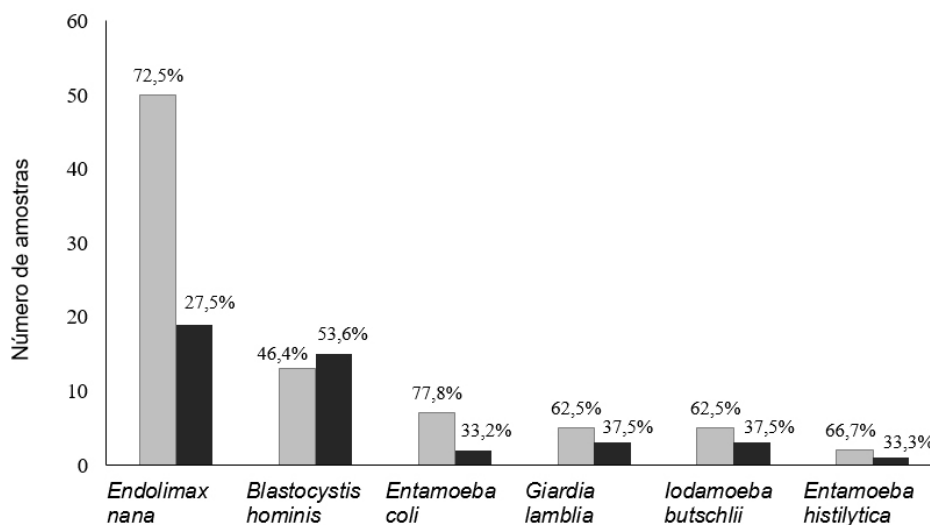
A patogenicidade do protozoário *Blastocystis hominis* é controversa, embora a in-

fecção por este protozoário seja extremamente comum há quem o considere um parasita ou um comensal que habita o cólon humano sem causar lesões significativas, embora muitos indivíduos infectados apresentem diarreia, náuseas, dor abdominal, flatulência ou anorexia. A infecção é mais comum em populações estudantes, em indivíduos assintomáticos, entretanto indivíduos imunocomprometidos, quando infectados parecem mais suscetíveis a doença. (FERREIRA; FORONDA, 2015).

A giardiase apresenta diversas manifestações clínicas que varia desde individuo assintomático tanto adultos quanto crianças, até pacientes sintomáticos que podem apresentar os sintomas mais comuns como, quadros diarreicos, esteatorréia, desconforto abdominal, podendo haver também náuseas, vômitos e perda de peso (VIANA, 2011; FERREIRA; FORONDA, 2015).

Em relação ao sexo, dentre os exames parasitológicos, a positividade de enteroparasitas foi maior entre as pessoas do sexo feminino com 63 (65,0%) de casos positivos e 34 (35,0%) do sexo masculino (Tabela 1; Gráfico 3).

Gráfico 3 – Espécies de protozoários intestinais registrados por sexo. Barra preta: sexo masculino, e barra cinza: sexo feminino.



Fonte: Dados da pesquisa. 2016.

Endolimax nana foi a mais frequente nas mulheres com 50 (60,9%) casos positivos em comparação aos casos positivos nos homens com 19 casos (44,1%), já para a espécie *Blastocystis hominis* a prevalência foi maior entre o sexo masculino com 15 (%) casos positivos para 13(%) do sexo feminino, as demais espécies encontradas o sexo feminino predomina com maior incidência (Tabela 1).

Oliveira-Filho et al (2012) em Município de Conde (Paraíba), encontraram resultados semelhantes referente ao sexo, onde 32,5% foram do sexo masculino e 67,5% do sexo feminino.

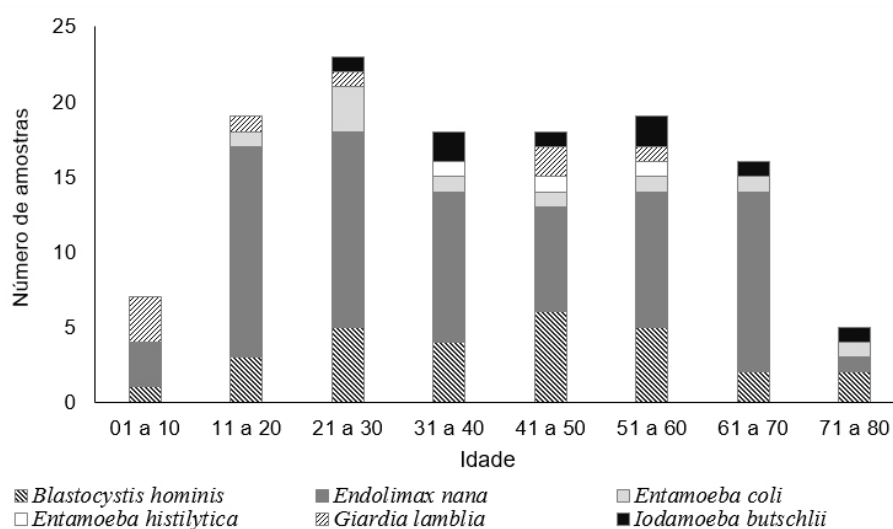
Um estudo com 144 agricultores da feira do produtor rural do Bairro do Buritizal, em Macapá (Amapá), mostrou que das amostras analisadas, 34,7% (n= 50) eram do sexo masculino e 40,9% (n= 59) do sexo feminino (JESUS et al, 2013).

Silva et al. (2014) após estudar 91 indivíduos no Município de Igarapé Miri (Pará), encontraram maior prevalência de parasitoses intestinais no sexo feminino (60,5%) e menor no masculino (39,5%).

Nosso estudo e os demais aqui analisados mostram que o sexo feminino é o mais atingido. Esse resultado por estar subnotificado, pois, segundo Travassos et al. (2002), as mulheres, culturalmente buscam mais os serviços preventivos de saúde que os homens. Esse fato tem se explicado pelas diferenças na forma como homens e mulheres expressam a doença e que podem está associado aos diferentes papéis sociais que assumem em cada sociedade (TRAVASSOS et al, 2002).

Em relação a faixa etária, foi identificado pessoas infectadas entre 01 e 80 anos de idade (Gráfico 4). A prevalência de parasitismo foi entre os pacientes de 21 a 30 anos com 18,4% (n= 23). A faixa etária com menor frequência foi de 71 a 80 aos com 4,0% (n= 5). Os protozoários *Endolimax nana* e *Blastocystis hominis* foram registradas em todas as idades e todos os parasitas foram observados entre a idade de 41 e 60 anos.

Gráfico 4 – Espécies de protozoários intestinais registradas nas amostras analisadas por idade.



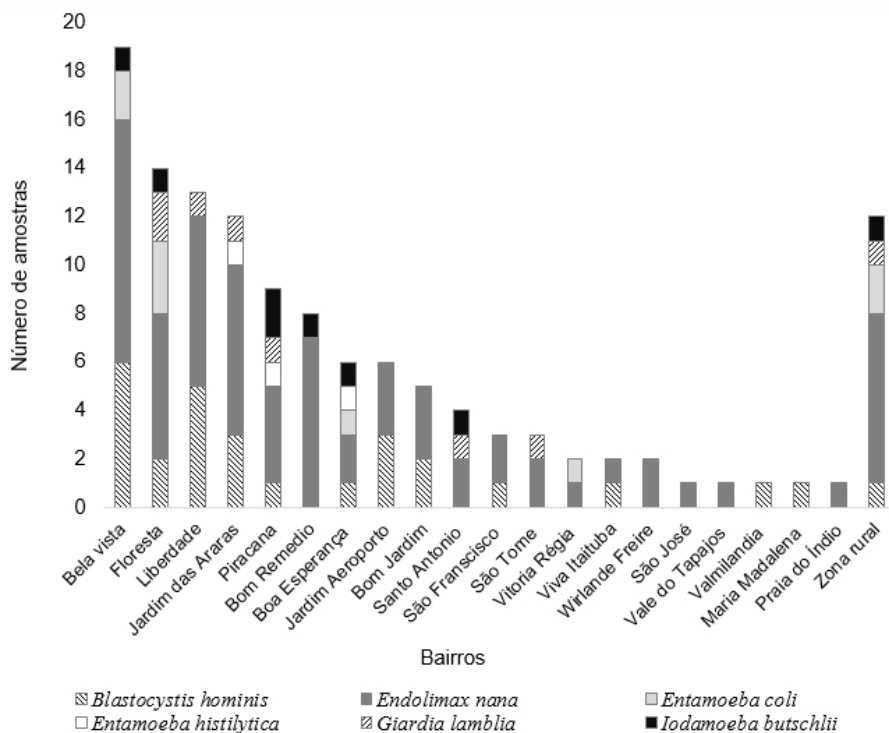
Fonte: Dados da pesquisa. 2016.

Resultados diferentes foram encontrados por Silva et al. (2010a) no Município de Chapadinha (Maranhão), ao analisar 3.933 amostras, notaram que a faixa etária mais atingida está entre 11 e 20 anos, com um total de 391 infectados. Identificaram ainda, que a *Entamoeba coli* (n= 567) foi o parasita mais frequente em todas as faixas etárias, seguido da *Entamoeba histolytica* (n= 496).

Em relação aos bairros, a maior incidência ocorreu no Bairro Bela Vista com um total

de 15,2% (n= 19) de casos positivos. Seguida dos Bairros Floresta com 11,2% (n=14) casos, Liberdade com 10,4% (n=13) e Jardim das Araras com 9,6% (n=12) casos, os demais casos tiveram menor frequência (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Espécies de protozoários intestinais registradas nos bairros do Município de Itaituba, Estado do Pará.



Fonte: Dados da pesquisa. 2016.

Em relação aos protozoários frequentes em cada bairro o parasita *Endolimax* mana destacou-se com prevalência nos 19 dos 21 bairros presentes na pesquisa.

As espécies patogênicas ao homem foram registradas em 16 dos 22 bairros analisados, estes bairros não contam com saneamento básico e água tratada, a estrutura asfáltica é inexistente ou incompleta na maioria das ruas. Esses fatores estão intimamente ligados a incidência de doenças causadas por protozoários intestinais nesses bairros.

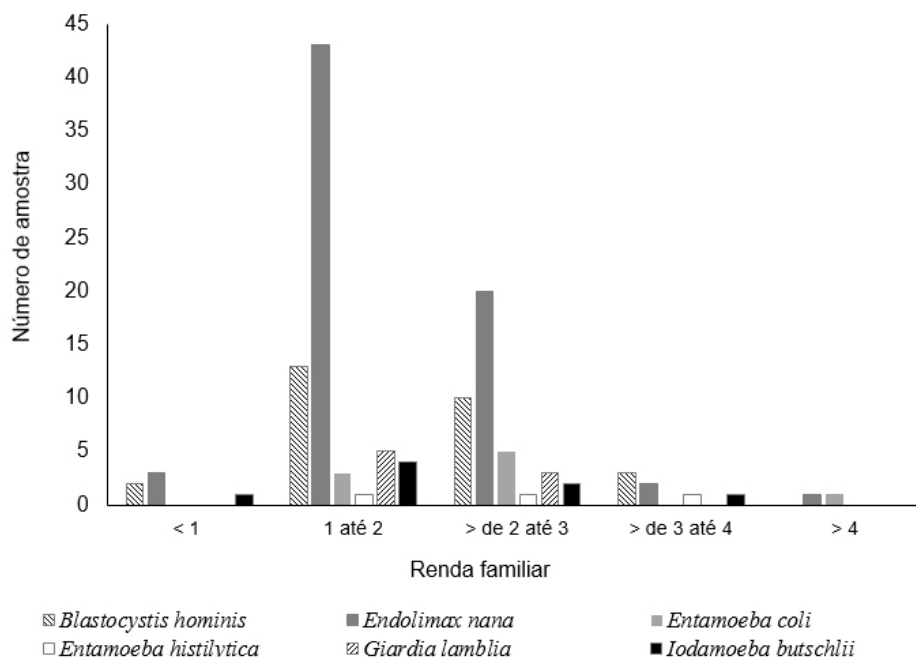
Os bairros com maior variedade de espécies foram: Floresta, Piracana e Boa Esperança, que apresentaram cinco tipos agentes etiológicos podendo proporcionar todas as doenças registradas (amebíase, blastocitose e giardíase).

Em relação a renda família destaca-se indivíduos com maior percentual de parasitose os com renda de 1 até 2 salários mínimos, e menos atingidas os com renda familiar entre 4 a 5 salários como mostra o (Gráfico 6). A espécie *Endolimax nana* está presente em todas as rendas analisadas, mas com maior prevalência entre pessoas de renda familiar de 1 até 2 salários, seguido das de > 2 até 3 salários mínimos.

Segundo Gomes et al (2010) existe uma relação entre pobreza e saúde, milhões de

peças que vivem em países pobres morrem anualmente, ocasionado por doenças que podem ser prevenidas ou tratadas. Os países de média e baixa renda sofrem com incidência de doenças, principalmente com as parasitárias e infecciosas, que respondem por 25% da carga total de enfermidades, enquanto nos países ricos essa taxa é em torno de 3%.

Gráfico 6 - Espécies de protozoários intestinais registradas por renda familiar do Município de Itaituba, Estado do Pará.



Fonte: Dados da pesquisa. 2016.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram encontradas seis espécies (*E. nana*, *B. hominis*, *E. coli*, *G. lamblia* e *I. butschlii* e *E. histolytica*) de protozoários intestinais que podem causar doenças. As doenças mais frequentes foram amebíase, seguida de blastocistose e giardíase.

As doenças causadas por protozoários intestinais ainda são muito comuns devido à deficiência em saneamento básico, condições de higiene precárias, carência em educação sanitária da população entre outros fatores agravantes. Os resultados obtidos neste estudo apontam que os casos de doenças causadas por protozoários no Município de Itaituba podem estar associados à deficiência na infraestrutura do município, pois a ausência de saneamento básico colabora para a disseminação de parasitos intestinais, atingido principalmente os menos favorecidos.

Foi detectado uma baixa porcentagem de poliparasitismo nos indivíduos parasitados. Os parasitos foram mais evidentes no sexo feminino. Esse resultado pode estar associado à maior prevenção por parte das mulheres e aos diferentes papéis sociais que assumem em cada sociedade.

O estudo possibilitou observar que a maioria das pessoas que se apresentaram parasitadas eram residentes do Bairro Bela Vista, seguido dos bairros Floresta, Liberdade e Jardim das Araras, estes bairros entre outros não contam com estrutura asfáltica completa, rede de água tratada nem esgoto eficientes, o que é claro contribui para a maior incidência de parasitas nesses bairros.

É carente estudos a respeito da prevalência de enteroparasitas na população itaitubense e com base no exposto neste estudo pode se perceber que a frequência é significativa de protozoários causadores de doenças, e de acordo com os dados coletados, sugere-se que medidas de saneamento básico e de educação sanitária possam ser providenciadas à população. Além de criar um programa de ação em saúde, enfatizando a importância da profilaxia e do controle de doenças causados por esses protozoários para que a população seja sensibilizada quanto a necessidade de seguir as medidas de higiene, sendo essa a forma mais segura e eficaz contra as infecções parasitárias.

Trabalhos como estes devem ser realizados continuamente, não só no Município de Itaituba, mas em todos os municípios para se verificar o perfil epidemiológico das populações a fim de intensificar as ações de vigilância sanitária.

REFERÊNCIAS

ABEN. Aben-Edição Extra-Ato Médico. Rio de Janeiro: Virtual Books, 2008. Disponível em: <http://www.abennacional.org.br/home/extra3_20082013.htm>. Acesso em: 07 jan. 2017.

AGUIAR, J. M. Giardíase. In: ROCHA, A. (Org.). Parasitologia. São Paulo: Rideel, 2013. p.135 - 141.

ALBINO, S. L. et al. Prevalência de enteroparasitos em idosos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENVELHECIMENTO HUMANO. 4., Anais... Campina Grande do Centro de Convenções Raymundo Asfora, 2015. v. 2, n.1, 2015.

ALVES, J. R. et al. Parasitoses intestinais em região semi-árida do Nordeste do Brasil: resultados preliminares distintos das prevalências esperadas. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 667-670, 2003.

ANDRADE, E. C. et al. Prevalência de parasitoses intestinais em comunidade quilombola no Município de Bias Fortes, Estado de Minas Gerais, Brasil. Epidemiologia e Serviços de Saúde. Brasília, v. 20, n. 3, p. 337-344, 2008.

ASTAL Z. Epidemiological survey of the prevalence of parasites among children in Khan Younis governorate, Palestine. Parasitol Res., v. 94, p. 449-51, 2004.

BASSO, R. M. C. et al. Evolução da prevalência de parasitoses intestinais em escolares em Caxias do Sul, RS. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical. Rio Grande do Sul, v. 41, n. 3, p. 263-268, 2008.

BELO, V. S. et al. Fatores associados à ocorrência de parasitoses intestinais em uma população de crianças e adolescentes. Revista Paulista de Pediatria, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 195-201, 2012.

BRAGA, E. M.; FONTES, C. J. F. Plasmodium - Malaria. In: NEVES, D. P. et al. (Org.). Parasitologia Humana. 11. ed. São Paulo: Atheneu, 2010. p. 143-161.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano nacional de Vigilância e controle das Enteroparasitoses. Brasília, DF, 2005.

_____. Ministério da saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso. 8. ed. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde. 2010.

CASTRO, C. G.; BEYRODT, C. G. P. Ações de enfermagem na prevenção de parasitoses em creches. Revista de Enfermagem UNISA, Santo Amaro, n. 4, p. 76 - 80, 2003.

CAVASINI, C. E.; FERREIRA, M. U. Trichomonas vaginalis e Tricomoníase. In: FERREIRA, M. U. (Org.). Parasitologia contemporânea. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015. p. 95-100.

CIMERMAN, B.; CIMERMAN, S. Giardíase. In: CIMERMAN, B.; CIMERMAN, S. (Org.). Parasitologia humana e seus fundamentos gerais. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010a. p. 28-33.

CIMERMAN, B.; CIMERMAN, S. Protozoários. In: CIMERMAN, B.; CIMERMAN, S. (Org.). Parasitologia humana e seus fundamentos gerais. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010b. p. 25-27.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Parecer de conselheiro Nº 259/2016. 2016. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/parecer-de-conselheiro-2592016_46252.html>. Acesso em: 08 jan. 2017.

ELY, L. S. et al. Prevalência de Enteroparasitos em Idosos. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 637-646, 2011.

FERREIRA, M. U. Toxoplasma gondii e toxoplasmose. In: FERREIRA, M. U. (Org.). Parasitologia contemporânea. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015. p. 23 - 32.

FERREIRA, M. U.; FORONDA, A. S. Protozoários intestinais. In: FERREIRA, M. U. (Org.). Parasitologia contemporânea. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015. p. 57 - 71.

FERREIRA, H. et al. Estudo epidemiológico localizado da frequência e fatores de risco para enteroparasitoses e sua correlação com o estado nutricional de crianças em idade pré-escolar: Parasitoses intestinais e desenvolvimento infantil. Publicatio UEPG: Ciências Biológicas e da Saúde, Ponta Grossa, v. 12, n. 4, p. 33-40, 2006.

FONTES, G. et al. Influência do tratamento específico na prevalência de enteroparasitoses e esquistossomose mansônica em escolares do município de Barra de Santo Antônio, AL. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical. Uberaba, Minas Gerais, v. 36, n. 5, p. 625-628, 2003.

FREI, F.; JUNCANSEN, C.; RIBEIRO-PAES, J. T. Levantamento epidemiológico das parasitoses intestinais: viés analítico decorrente do tratamento profilático. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, v. 24, n. 12, p. 2919-2925, 2008.

GAMBOA, M. I. et al. Distribution of intestinal parasitoses in relation to environmental and sociocultural parameters in La Plata, Argentina. J. Helminthol. v. 77, p. 15-20, 2003.

GENARO, O.; REIS, A. B. Leishmaniose Tegumentar América. In: NEVES, D. P.; MELO, A. L.; LINARDI, P. M.; VITOR, R. W. A. (Org.). Parasitologia Humana. 11. ed. São Paulo:

Atheneu, 2010. p. 47-64.

GOMES, P. D. M. F. et al. Enteroparasitos em escolares do distrito Águas do Miranda, município de Bonito, Mato Grosso do Sul. *Revista de patologia tropical*. Goiânia, Goiás, v. 39, n. 4, p. 299-307, 2010.

JESUS, J. S. et al. Prevalência de enteroparasitoses em agricultores da feira do produtor rural do bairro do buritizal, Macapá, Amapá, Brasil. *Revista de biologia e ciências da terra*. Macapá, v. 13, n. 2, 2013.

LODO, M. et al. Prevalência de enteroparasitas em município do interior paulista. *Revista Brasileira de Crescimento Desenvolvimento Humano*. São Paulo, v. 20, n. 3, p. 769-777, 2010.

LOUREIRO, E. C. B. et al. Detecção de bactérias enteropatogênicas e enteroparasitas em pacientes com diarreia aguda em Juruti, Pará, Brasil. *Revista Pan-Amazônica de Saúde*. Ananindeua, Pará, v. 1, n. 1, p. 143-148, 2010.

MALHEIROS, A. F. Amebíase. In: ROCHA, A. (Org.). *Parasitologia*. São Paulo: Rideel, 2013a. p. 25-39.

_____. Blastocistose. In: ROCHA, A. (Org.). *Parasitologia*. São Paulo: Rideel, 2013b, p. 40-48.

MARTINS, L. P. A. et al. Avaliação inicial da prevalência de algumas enteroparasitoses na comunidade de Palmital, município de Berilo-MG. *Revista de Medicina*. Minas Gerais, v. 19, n. 1, p. 26-31, 2009.

MATOS, C. L. et al. Blastocistose. In: CIMERMAN, B.; CIMERMAN, S. (Org.). *Parasitologia Humana e seus fundamentos*. 2. ed. São Paulo: Atheneu. 2010. p. 191-198.

MICHALICK, M. S. M.; GENARO, O. Leishmaniose Visceral Americana. In: NEVES, D. P. et al (Org.). *Parasitologia Humana*. 11. ed. São Paulo: Atheneu, 2010. p. 67-83.

OLIVEIRA-FILHO, A. A. et al. Perfil enteroparasitológico dos habitantes de uma cidade do Nordeste Brasileiro. *Revista Brasileira de Clínica Médica*. São Paulo, v.10, n. 3, p. 179-82, 2012.

PÓVOA, M. M. et al. Diagnóstico de amebíase intestinal utilizando métodos coproscópicos e imunológicos em amostra da população da área metropolitana de Belém, Pará, Brasil. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 843-846, 2000.

REY, L. *Balantidium coli* e Balantidíase. In: REY, L. (Org.). *Parasitologia: parasitos e doenças parasitárias do homem nos trópicos ocidentais*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015a. p. 192-206.

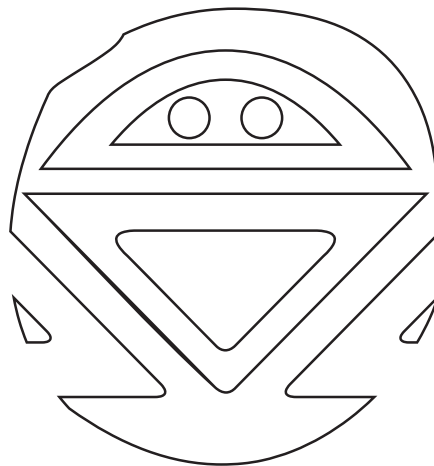
_____. *Entamoeba histolytica* e amebíase: II A Doença. In: REY, L. (Org.). *Parasitologia: parasitos e doenças parasitárias do homem nos trópicos ocidentais*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015b. p. 165-180.

_____. Os ciclos parasitários e a teoria dos focos naturais. In: REY, L. (Org.). *Parasitologia: parasitos e doenças parasitárias do homem nos trópicos ocidentais*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015c. p. 67-76.

_____. *Toxoplasma gondii* e toxoplasmose. In: REY, L. (Org.). *Parasitologia: parasitos e doenças parasitárias do homem nos trópicos ocidentais*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015d. p. 192-206.

- ROCHA, A. Balantídiase. In: ROCHA, A. (Org.). Parasitologia. São Paulo: Rideel, 2013. p. 50-56.
- ROCHA, M. O.; MELO, R. T. Exame parasitológico de fezes. In: NEVES, D. P. et al (Org.). Parasitologia Humana. 11. ed. São Paulo: Atheneu, 2010. p. 455-464.
- ROCHA, M. O.; MELO, R. T. Exames parasitológicos de fezes. In: NEVES, D. P. et al. (Org.). Parasitologia Humana. 12. ed. São Paulo: Atheneu, 2011. p. 509 – 522.
- SACRAMENTO, W. Observações sobre processos de enriquecimento de ovos e larvas de helmintos e de cistos de protozoários, nas fezes, com especial referência ao Método de Faust. Revista de medicina. São Paulo, 1940.
- SANTOS-JÚNIOR, J. G. A. et al. Anemia associada às parasitoses intestinais de Pacientes atendidos em um laboratório de Análises clínicas no município de Juazeiro do Norte-ce Revista interfaces saúde, humanas e tecnologia. v. 3, n. 9, p. 06-09, 2016.
- SILVA, A. M. B. et al. Ocorrência de enteroparasitoses em comunidades ribeirinhas do Município de Igarapé Mirim, Estado do Pará, Brasil. Revista Pan-Amazônica de Saúde. Ananindeua-PA, v. 5, n. 4, p. 45-51, 2014.
- SILVA, E. F.; GOMES, M. A. Amebíase: Entamoeba histolytica/ Entamoeba dispar. In: NEVES, D. P. et al. (Org.). Parasitologia Humana. 11. ed. São Paulo: Atheneu, 2010. p. 127-138.
- SILVA, E. F.; SALLES, J. M. C.; SALLES, M. J. C Amebíase. In: CIMERMAN, B.; CIMERMAN, S. (Org.). Parasitologia humana e seus fundamentos gerais. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010. p. 113-125.
- SILVA, F. S. et al. Frequência de parasitos intestinais no município de chapadinha, Maranhão, Brasil. Revista de patologia tropical. Goiânia-GO, v. 39, n. 1, p. 63-68, 2010a.
- SOGAYAR, M.I.T.L.; GUIMARÃES, S. Giardia. In: NEVES, D.P. et al (Org.). Parasitologia Humana. 11. ed. São Paulo: Atheneu, 2010. p. 121-126.
- TOLEDO, M. J. O. et al. Avaliação de atividades de controle para enteroparasitos em uma aldeia Kaingáng do Paraná. Revista de Saúde Pública. São Paulo, SP, v. 43, n. 6, p. 981-990, 2009.
- TRAVASSOS, C. et al. Utilização dos serviços de saúde no Brasil: gênero, características familiares e condição social. Revista Pan-americana de saúde publica. Washington, US, v. 11, n. 6, 2002.
- VELÁSQUEZ, V. et al. Elevada prevalência de blastocistose em pacientes do Centro de Saúde de Soledade, Estado Anzoátegui, Venezuela. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical. Anzoátegui, v. 38, n. 4, p. 356 - 357, 2005.
- VIANA, S. G. F.; SOGAYAR, M. I. T. L. Giardia. In: NEVES, D. P. et al (Org.). Parasitologia Humana. 12. ed. São Paulo: Atheneu, 2011. p. 129-136.
- VISSER, S. et al. Estudo da associação entre fatores socioambientais e prevalência de parasitose intestinal em área periférica da cidade de Manaus (AM, Brasil). Rev. Ciência & Saúde Coletiva. Manaus, v. 16, n. 8, p. 3481-3492, 2011.
- VITOR, R. W. A. Protozoa. In: NEVES, D. P. (Org.). Parasitologia Humana. 11. ed. São Paulo: Atheneu, 2010. p. 33 – 35.

ZWARG, T. Técnicas e métodos laboratoriais para diagnóstico de doenças parasitárias. In: ROCHA, A. Parasitologia. São Paulo: Rideel, 2013. p. 377 – 402.



ORIENTAÇÃO SEXUAL: Diretrizes curriculares e prática docente

ALVES, Patrícia¹

Resumo: O Presente estudo teve a intenção de averiguar o cumprimento ou não do que prescrevem os Parâmetros Curriculares Nacionais quanto à Orientação Sexual, o seu tratamento de forma transversal e a prática docente. O objetivo principal do trabalho foi avaliar “se” e “como” a sexualidade está sendo abordada do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, nas escolas da rede pública, localizadas na periferia da Cidade de Montes Claros – MG. Interessa-nos compreender a percepção dos professores, sujeitos desta pesquisa, da atual situação da Orientação Sexual nas escolas investigadas. Além disto, interessa-se detectar o preparo destes para o diagnóstico das ações e atitudes apresentadas. Buscamos também conhecer as formas como a instituição escola tem abordado o tema sexualidade, e como os alunos têm assimilado tais informações. Este é um aspecto extremamente importante na formação global das pessoas, sendo assim, não pode ser negada ou ignorada, daí a relevância de conhecermos os mecanismos criados pela escola para lidar com o tema. Verificamos que grande parte dos educadores não domina as abordagens das Diretrizes apontadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o que dificulta a dinâmica do trabalho.

Palavras-chave: Sexualidade. Educação. Desenvolvimento. Infância. Personalidade.

1 INTRODUÇÃO

A questão educacional, além de amplamente discutida, tem-se tornado objeto de diversas considerações, tanto do ponto de vista teórico, quanto das articulações práticas que mantém com a vida social. Face a essas considerações, a escola precisa de abertura para intervir no comportamento da criança, assumindo o que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96, quando menciona a formação integral. Esse tema vincula-se ao exercício da cidadania uma vez que propõe o desenvolvimento do respeito a si e ao outro, e contribui para garantir os direitos básicos a todos, como a saúde, a informação e o conhecimento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades.

Partindo da análise crítica da situação escolar, o presente estudo tem a intenção de refletir sobre a orientação sexual dinamizada em seu contexto. A investigação insere-se no enfoque misto de pesquisa quantitativa e qualitativa no campo da Fenomenologia, cuja proposta é investigar o cumprimento do que prescrevem os Parâmetros Curriculares Nacionais quanto à Orientação Sexual nas Escolas e seu tratamento de forma transversal. O objetivo principal foi verificar como a sexualidade está sendo abordada pelos professores. A problemática da investigação foi: A orientação sexual, nas séries iniciais do ensino fundamental, nas escolas públicas de Montes Claros, é trabalhada de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, contribuindo para a formação integral dos alunos?

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES; Mestre e Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Santa Fé – UCSF. Atualmente é Professora nas Faculdades FAVENORTE e FACOMP; Especialista da Educação Básica.

A investigação foi realizada em escolas públicas da cidade de Montes Claros e, para tal foram utilizados dois instrumentos: uma entrevista semiestruturada, que teve a função de investigar os conhecimentos dos professores em relação ao trabalho com o tema, além de verificar seu grau de espontaneidade acerca das intervenções pedagógicas necessárias durante o processo de formação das crianças; análise do Projeto Político-Pedagógico das Instituições, para verificar a articulação da proposta e sua adequação ao fazer pedagógico dentro da sala de aula.

A discussão foi embasada em posicionamentos de três autores versados no tema: Sigmund Freud (1980), Michael Foucault (1990) e Pierre Bourdieu (1975). Em Freud buscamos a compreensão para o termo “Sexualidade”. Seu posicionamento contribuiu substancialmente para a ampliação da visão, do comportamento e postura social acerca da sexualidade infantil no século XX. Após as descobertas de Freud, a sociedade vem, pouco a pouco, familiarizando-se e compreendendo as diferentes formas de expressão da sexualidade infantil. Em Pierre Bourdieu, procuramos o respaldo na noção de habitus, que, de certa forma, explica as dificuldades encontradas pelos professores para mudar uma prática que vem sendo construída há muito tempo sobre o trabalho com a sexualidade na escola. Na perspectiva de Foucault, trouxemos reflexões sobre o discurso - não só o discurso daquilo que é dito, mas também o não-discurso, o não-dito, o excluído do discurso. Segundo ele, toda exclusão discursiva desafia o nosso compromisso com a verdade. Foucault questiona a onipotência do discurso e, ao mesmo tempo, sua fragilidade.

2 EDUCAÇÃO SEXUAL: CONCEITOS, PROCESSOS E PRÁTICAS SOCIAIS

A economia mundial encontra-se em acelerado processo de globalização. Grandes volumes de capital migram de um país para outro, com a velocidade das telecomunicações, em busca de melhores oportunidades. As fronteiras econômicas vão perdendo o significado, e a função que tiveram até hoje, ou seja, a idéia de desenvolvimento nacional autônomo já não faz mais sentido. O elemento fundamental e decisivo de todo este quadro é a acelerada mudança de paradigma em curso, no momento.

A noção de desenvolvimento está atrelada a um contínuo de evolução, em que o indivíduo caminha ao longo de todo o ciclo de vida. Essa evolução, nem sempre linear, dá-se em diversos campos de existência, tais como afetivo, cognitivo, social e motor.

Esse caminhar contínuo não é determinado apenas por processos de maturação biológicos ou genéticos. O contexto sócio-cultural é fator de máxima importância no desenvolvimento humano. Na visão de Vygotsky (1998), os seres humanos nascem “mergulhados em cultura”, e é claro que esta será uma das principais influências no desenvolvimento. Embora ainda haja discordâncias teóricas entre as abordagens sobre o grau de influência da maturação biológica e da aprendizagem com o meio no desenvolvimento, o contexto cultural é o

palco das principais transformações e evoluções dos seres humanos. Pela interação social, aprendemos e nos desenvolvemos, criamos novas formas de agir, ampliando nossas ferramentas de atuação neste contexto complexo, durante todo o ciclo vital.

Durante todo esse processo, a educação básica assume um papel de transcendental importância. Sendo assim, a escola deve buscar acompanhar essa transformação histórico-social para atender às necessidades dos alunos na construção de sua identidade como pessoa e cidadão atuante e participativo. Isso significa que deve incorporar em sua prática a educação afetivo-sexual, cujos alicerces se firmam numa visão de mundo, de pessoa e de educação, que, assumida como referência teórica, inspira uma postura ética de compromisso com a formação integral do educando.

Não se pode negar ou simplesmente ignorar a sexualidade. Ela existe e faz parte do nosso dia-a-dia. Está inserida nas sociedades do mundo inteiro e apresenta-se sob as formas mais diversificadas e, para cada uma delas, existe um conjunto de variáveis físicas, mentais e psico-sociais que contribuem para a formação integral das pessoas.

A educação sexual é, na realidade, um processo e um sistema de transmissão de conhecimentos, e exerce influências no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois, além de sua potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer, que é uma necessidade fundamental. Manifesta-se desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento humano, sendo construída ao longo da vida. Indissociavelmente ligado a valores, o estudo da sexualidade reúne contribuições de diversas áreas, como Educação, Psicologia, Antropologia, História, Sociologia, Biologia, Medicina e outras. Se, por um lado, sexo é uma expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais), a sexualidade entendida de forma bem mais ampla é expressão cultural. Cada sociedade desenvolve regras que constituem parâmetros fundamentais para o comportamento sexual das pessoas.

Segundo Roudinesco (1991) no Dicionário de Psicanálise a sexualidade é definida não somente como um prazer dependente do funcionamento da parte genital e, sim, a toda uma série de excitações que envolve o ser humano desde a infância, não podendo ser reduzida à satisfação de uma necessidade fisiológica, como, por exemplo, alimentar, respirar, dormir.

Como é sabido, a psicanálise atribui uma grande importância à sexualidade no desenvolvimento da vida psíquica do ser humano. Ao se falar em sexualidade infantil, pretende-se reconhecer não somente a existência de excitações ou de necessidades genitais precoces, mas também a busca de satisfação de um prazer, como, por exemplo, a sucção. Nesse sentido, os psicanalistas falam das fases da vida em que atitudes sexuais são pertinentes, como a fase anal e a fase oral.

Essa ampliação do campo da sexualidade nos remete inevitavelmente a Freud para entender a relação humana, estabelecida entre o sujeito/sujeito, sujeito/objeto de desejo, su-

jeito/contexto social.

Para Freud (1980), a maneira como somos, como pensamos, como nos vemos e como nos comportamos é produto de uma relação entre consciente e inconsciente. Somos, portanto, dirigidos por determinações alheias a nossa vontade, por serem comandadas por nosso eu interior. O funcionamento intelectual da criança é regido pela tensão entre o princípio do prazer e o princípio da realidade, isto é, pela busca inconsciente do prazer ilimitado e pelos limites da realização possível.

Segundo Mielnik (1990, p. 15), “como todo e qualquer setor da cultura humana, o setor do sexo torna-se necessário à intervenção do ambiente educativo, estabelecendo-se, assim, as fontes e causas do sistema educativo peculiar a cada criança”. De um lado, encontramos a sociedade organizada, empenhada em transmitir à criança conhecimentos certos ou errôneos (noções, imagens, superstições, ameaças, crendices, boatos, informações) referentes ao sexo; do outro, teremos a criança seguindo as próprias inclinações e pendores de sua personalidade.

O alvo desejado no preparo sexual da criança é o de conseguirmos que o indivíduo obtenha um desenvolvimento psico-sexual normal, atingindo a maturidade com bom ajustamento sexual. A escola, por sua vez, não está apenas encarregada de transmitir instrução: ler, escrever e contar, mas também é responsável por formar grande parte de sua personalidade, e todos reconhecem a influência importantíssima do professor sobre seus alunos.

O respeito que devotamos ao corpo humano não deve excluir os órgãos genitais e os fenômenos biológicos da fecundação. A criança deve aprender a considerar os órgãos genitais com a mesma seriedade e importância direcionada a outros órgãos. Sendo assim, não deve haver embaraço ou timidez em se tratando de perguntas que abordem regiões do corpo humano. Não respondendo com escassez nem exagero ao que foi perguntado, está-se instruindo a criança, o que abordará uma noção justa e comedida da importância, seriedade e respeito com que se deve encarar os assuntos do sexo. Jamais se deve prejudicar a pureza infantil desrespeitando sua avidez de saber ao se ignorar a forma, totalmente isenta de maldade, como pergunta.

Muitas manipulações e experiências infantis, no terreno sexual, são consideradas como manifestação de imoralidade, indecência, taras ou vícios sexuais. Segundo Isaac Mielnik (1990, p. 24), “tal atitude é digna de lástima, pois demonstra ignorância e pode traumatizar o bom desenvolvimento da criança. Frequentemente, tais manipulações, apalpações e experiências não passam de fases transitórias e normais do processo de desenvolvimento psico-sexual infantil”. Essas atividades devem ser consideradas e valorizadas pelo que realmente significam, não apresentando as implicações sexuais que teriam os mesmos atos, se praticados por adultos. Muito se poderia conseguir, se os educadores procurassem melhorar suas fontes de conhecimentos, passando a encarar tais situações infantis com naturalidade.

É muito interessante para a criança praticar a autoanálise, conhecer o seu corpo, as

suas sensações. O sexo não é, certamente, o único ou o mais importante setor a vida humana, contudo é bastante necessário e destacado para fazer parte na formação de uma personalidade sadia e equilibrada (MIELNIK, 1990).

A educação sexual contribui para manter elevados os princípios da ética, da moral e do respeito humano, além de buscar o equilíbrio entre a valorização do prazer e a ação cooperativa e voluntária. Aprendendo a conviver, sabendo de que maneira ajudar os demais, organizando-se em ações voluntárias para atender a uma causa justa, o aluno estará aprendendo a dar voz ativa, ainda que simbólica, a seus sonhos e a seus devaneios, o que contribuirá para uma ampla compreensão da realidade onde está inserido.

3 INFÂNCIA E SEXUALIDADE: UM OLHAR CUIDADOSO

Os contatos de uma mãe com seu filho despertam nele as primeiras vivências de prazer. Essas primeiras experiências sensuais de vida e de prazer não são essencialmente biológicas, mas se constituirão no acervo psíquico do indivíduo; são o embrião da vida mental do bebê. A sexualidade infantil se desenvolve desde os primeiros momentos de vida e segue manifestando-se de forma diferente em cada momento da infância.

Inicialmente, Freud acreditava que a sexualidade humana só se desenvolvia na puberdade, período em que o organismo poderia procriar. Entretanto, ele começou a rever essas questões com estudos sobre a sexualidade infantil. As pulsões sexuais são vividas livremente pelas crianças e experimentadas à parte, não havendo ainda um objeto sexual. A pulsão sexual, tal como vemos em ação em um adulto, é composta de pulsões parciais, cuja ação se observa nas preliminares do ato sexual. Cada pulsão se liga ao prazer extraído do órgão a que estiver vinculado. A título de ilustração, podemos citar: olho, no caso da contemplação; genital próprio, no caso da masturbação; boca, no caso da sucção do polegar; ânus, no caso da defecação (KUPFER, 1997).

Entretanto, na ausência do objeto sexual, a pulsão sexual não possui outros fins senão os propriamente sexuais e é passível de sublimação. É aí que interessa ao educador, cuja interferência, segundo Freud, terá seu papel primordial. É muito comum crianças ainda bem pequenas descobrirem o prazer na manipulação do próprio corpo. Os adultos devem ter em mente que a masturbação é normal e faz parte do processo do autoconhecimento. Realmente é difícil lidar com situações como essas. Não se deve olhar os atos infantis comparando-os com os dos adultos. A criança não faz nenhuma relação com o “sexo em si”, ela apenas sente prazer. Mais tarde poderá sentir-se culpada por ter sido desaprovada, e essa culpa poderá ser levada para sua própria experiência sexual.

A criança que tem idade para perguntar também tem idade para ouvir. Os pais nunca devem dar respostas imaginárias e irrealis, como, por exemplo: se a criança perguntar como nasceu, e o pai responder que foi a cegonha que trouxe, ao invés de falar a verdade, na lin-

guagem adequada para cada idade. Freud coloca os pais como pessoas incompetentes para a tarefa da educação sexual, preferindo que eles não se ocupem dessa tarefa. Para ele, os pais esqueceram-se da sexualidade infantil e, se esqueceram, é porque houve repressão (KUPFER, 1997). Se houve repressão, inevitavelmente algum recalque ainda permanece.

Pais que tiveram uma educação rígida normalmente possuem dificuldade em lidar com esse tipo de assunto. Muitos possuem uma sexualidade problemática, mal resolvida e não sabem como ajudar seus filhos. Na visão de Suplicy (1983), a grande maioria dos pais busca uma receita, uma resposta fácil para baixar sua ansiedade diante da situação que estão vivendo. No entanto, se por um lado podemos encontrar aqueles pais que fingem nada estar acontecendo, com receio de enfrentar a situação, de outro estão os superprotetores, que querem saber tudo sobre o filho. Os pais devem ter em mente que não existe uma receita pronta. Para falar de sexo com crianças, é preciso, antes de tudo, criar um ambiente favorável, onde ele se sinta seguro, tendo liberdade sem correr o risco de ser reprimido.

Foucault (1990), demonstrou como funcionaram e funcionam as práticas discursivas: ora estimulando, ora reprimindo as práticas sexuais. O sexo e seus efeitos são fáceis de decifrar; em compensação, sua repressão pode ser mais facilmente analisada. E a causa do sexo, sua liberdade e o direito de falar dele encontram-se ligados à causa política.

Os temas trazidos por Foucault (1994), entre eles o discurso, o dito e o não dito, a hipótese repressiva são importantes para analisar a implantação do tema transversal relacionado à sexualidade nas escolas, uma vez que o falado, assim como o silêncio, escondem e evidenciam práticas adotadas nas escolas por alunos e professores em relação ao tema “sexualidade”. É nesse sentido que, de um modo geral, os pais precisam ficar atentos aos discursos que são dirigidos a seus filhos, no intuito de não reprimir as linguagens que expressam sua sexualidade.

4 SEXUALIDADE SEGUNDO OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: A VALORIZAÇÃO DOS TEMAS TRANSVERSAIS

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são documentos estabelecidos como norteadores do Sistema Educacional Brasileiro, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. Abordam, em um documento específico, o tema “Orientação sexual” como tema transversal a ser trabalhado a partir das séries iniciais do ensino fundamental, abordando uma temática muito associada à quebra de preconceitos, crenças, tabus ou valores singulares. Para que o trabalho possa se efetivar de forma coerente com a visão pluralista, é necessário que as diferentes crenças e valores, as dúvidas e os questionamentos sobre diversos aspectos ligados à sexualidade encontrem espaço para se expressar.

O ponto de partida é um curso inicial, que aborda os passos básicos para a implantação de trabalhos que enfoquem Orientação Sexual nas escolas, incluindo postura, metodo-

logia, aspectos biológicos, psicológicos e temas sociais polêmicos. Procura gerar reflexão, ajudando o educador a lidar com suas dificuldades, barreiras e preconceitos frente ao tema da sexualidade. Trata, também, de discutir a sexualidade na infância e na adolescência e procura trabalhar dinâmicas de atuação em sala de aula. Supõe um trabalho contínuo, sistemático e regular, que acontece ao longo de todo o processo escolar. Deve começar na Educação Infantil e se estender até o final do Ensino Médio. Pressupõe a capacitação, reciclagem e acompanhamento do trabalho dos educadores, caracterizando um espírito de formação permanente.

Segundo os PCN's (1997), deve-se articular a abordagem do tema por meio de diálogo, reflexão e da possibilidade de reconstruir informações, pautando-se sempre pelo respeito a si próprio e ao outro. Para isso, o documento viabilizou o tema por meio da transversalidade, que significa que a concepção, quanto aos objetivos e conteúdos propostos pelo tema, encontram-se contemplados por diversas áreas do conhecimento. Dessa forma, estará impregnando toda a prática educativa. Cada uma das áreas tratará da temática por meio de sua própria proposta de trabalho. Ao se apresentarem os conteúdos de Orientação Sexual, serão explicitadas as articulações mais evidentes de cada bloco de conteúdo com as diversas áreas. O trabalho de Orientação Sexual implica o tratamento de questões que nem sempre estarão articuladas com as áreas do currículo – seja porque trata de questões singulares que necessitam de um tratamento específico, seja porque permeiam o dia a dia na escola das mais diferentes formas, surgindo de maneira emergente e exigindo do professor flexibilidade, disponibilidade e abertura para trabalhar tais questões.

As indicações e propostas dos PCN's representam mais um desafio para a escola, que, até então, trabalhava, na maioria das vezes, de forma descomprometida e desvinculada da realidade. Os Parâmetros buscam também romper com essas concepções e práticas tradicionais e com a visão de que o aluno chega à escola como um ser inanimado, como uma folha em branco, sem conhecimentos advindos de sua experiência existencial, o que denota, provavelmente, que existem possibilidades para a construção de um trabalho educativo que contemple as diferenças e que contribua para formar cidadãos inseridos e comprometidos com o meio em que vivem, visualizando possibilidades de transformá-lo.

Conseqüentemente, no Ensino Fundamental, os PCN's preconizam que a abordagem do tema precisa contribuir para que ocorra a valorização dos conhecimentos que a integram na dimensão de que são essenciais também para a formação do cidadão. E, ainda, preconizam que precisa ser valorizada a pluralidade de etnias existente no Brasil, reconhecendo-se a diversidade de traços, crenças, saber e fazer, o que expressa a necessidade da inserção desta pluralidade no processo ensino-aprendizagem.

A proposta dos Parâmetros é que a Orientação Sexual oferecida pela escola aborde as repercussões de todas as mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pela sociedade. Trata-se de preencher lacunas nas informações que os alunos possuem e, principalmente,

criar a possibilidade de formar opinião a respeito daquilo que lhe foi apresentado. A escola, ao oferecer tais informações, possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus.

De acordo com Araújo (2003), há três formas diferentes de se entender a relação entre os conteúdos tradicionais e os transversais. Uma primeira forma seria que essa relação deve ser intrínseca, ou seja, não tem sentido haver distinções claras entre conteúdos tradicionais e transversais. Um professor de matemática, por exemplo, jamais poderia trabalhar o seu conteúdo de matemática desvinculado da construção da democracia e da cidadania. A segunda maneira seria entender que a relação entre disciplinas tradicionais e transversais pode ser feita pontualmente, através de módulos ou projetos específicos, com os quais os professores de diferentes áreas abririam espaço para algum tema transversal em suas aulas. Uma terceira maneira seria integrando interdisciplinarmente os conteúdos tradicionais e os temas transversais, ou seja, entendendo que a transversalidade só faz sentido dentro de uma concepção interdisciplinar de conhecimento.

O que essas três formas de conceber o trabalho transversal na educação têm em comum é que todas defendem a concepção de manutenção das disciplinas curriculares como eixo longitudinal do sistema educacional, cabendo aos temas transversais girar em torno desse eixo ou impregná-los.

Na obra *Temas Transversais em Educação: Bases para Uma Formação Integral*, Busquets et al (2000) trazem grandes contribuições para a compreensão das origens dos Temas Transversais na educação. Os Temas Transversais foram discutidos originalmente na Espanha, onde foram publicadas obras de referência para os educadores interessados em conhecer as origens da estrutura curricular das escolas ocidentais e, ao mesmo tempo, entender o significado do conceito de transversalidade. A discussão a respeito dos temas transversais na educação surge de questionamentos realizados por alguns grupos politicamente organizados em vários países sobre o papel da escola dentro de uma sociedade plural e globalizada e sobre os conteúdos que deveriam ser abordados nessa escola. Agora, essa discussão também faz parte do cotidiano dos educadores brasileiros. Nessa perspectiva, vê-se na escola uma porta aberta para que problemas e práticas sociais sejam tratados com o intuito de se garantir a igualdade de direitos para todos. Portanto, a educação escolar, hoje, não é apenas ensinar o aluno a ler e a escrever, como outrora se fazia, mas educar para a cidadania.

Para a escola atingir essa nova função social, torna-se necessária a inclusão dos Temas Transversais na estrutura curricular da escola. O tratamento desses temas deve ocorrer de forma sistematizada e organizada, de maneira que sejam abordados seus aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais.

Para Busquets et al. (2000), a interdisciplinaridade envolve perceber que um conhecimento mantém um diálogo constante com outros conhecimentos, pois não estão fragmentados. Em algum ponto eles estabelecem relação de aproximação entre si.

A abordagem dos Temas Transversais requer que essa nova prática pedagógica passe também a existir na sala de aula, em que as partes de um todo precisam ser estudadas e compreendidas no seu conjunto, onde a existência de um elemento justifica e explica a existência e o funcionamento de outro elemento, numa visão que comporta os conhecimentos construídos nas várias disciplinas.

Portanto, as disciplinas escolares envolvem conhecimentos que devem ser abordados de maneira integrada, numa visão global que permita ao aluno ver o mesmo objeto de conhecimento sob várias perspectivas. A interdisciplinaridade deve ser vista como eixo integrador de todas as disciplinas, permitindo compreender um fenômeno sob vários pontos de vista.

A reforma do Ensino Fundamental prevê uma abordagem pedagógica que facilite a ponte entre a teoria e a prática e, nessa perspectiva, deve-se trabalhar o conteúdo científico de forma contextualizada, retirando o aluno da condição de espectador, envolvendo-o no estudo participativo de dimensões tanto da vida pessoal, como da social e da cultural. Trabalhar com o conhecimento contextualizado implica ter que abordar os temas transversais no processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Yus (1998, p. 24), “a escola necessita se abrir para a vida, deixar-se penetrar por ela, empapar-se de sua realidade e fundamentar toda a sua ação nessa realidade cotidiana”. Nesse sentido, o cotidiano do aluno deve ser visto como um conjunto de conhecimentos importantes, que deverá ser utilizado pelo professor como ponto de partida e suporte para subsidiar o tratamento do conteúdo curricular. Buscar a interface conteúdos curriculares/cotidiano do aluno traz uma grande riqueza para o processo ensino-aprendizagem, além de motivar o aluno a uma aprendizagem sólida e com significados reais.

5 EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: O PAPEL DOS EDUCADORES VERSUS PRÁTICA DOCENTE

A educação escolar não pode selecionar setores de atividade. Deve ser, antes de tudo, uma educação integral, unitária. A Orientação Educacional desenvolve papel de articulação e interação entre toda a comunidade escolar, observando-se, ainda, sua atuação como elemento integrante do grupo de gestão escolar, no processo de desenvolvimento do projeto político-pedagógico. Ressalta-se que é imprescindível um trabalho de conhecimento e reconhecimento das demandas sociais, políticas que interferem nas relações e organizações de vida dos alunos. Nesse sentido, ao Orientador Educacional compete organizar o processo educativo pedagógico integrado à realidade sócio-cultural, favorecendo o desenvolvimento do ser cidadão.

A percepção e a leitura são ponto de partida para a análise, porém faz-se necessário, ainda, intervir, projetar e planejar ações que contribuam para a construção deste “ser social”. Nenhuma informação solicitada pelas crianças deve ou pode ser ignorada pelos professores.

Assim como se ensina Ciências ou Matemática, com simplicidade e honestidade, também deve ser ensinada a sexualidade. Como se fala em respiração, digestão, circulação, pode-se e deve-se falar de produção, como sadia satisfação da curiosidade inata a respeito da origem humana e de seu desenvolvimento.

Sob outro prisma, a escola deve tomar a si parte da formação moral das crianças. Os professores transmitem aos alunos muito de si mesmos: hábitos, filosofia de vida, crendices, tabus, o que reporta ao currículo oculto, ou seja, ao que não está explícito nos programas ou currículos formais. Devem também buscar a efetivação de uma educação escolar numa perspectiva verdadeira em todos os sentidos.

Considerando esses aspectos, constantemente surgem novidades no campo da orientação sexual, contrapondo-se à situação antiga, em que havia unanimidade de teorias e atitudes. O professor das séries iniciais, mercê de sua situação ímpar, como técnico em pedagogia, interessado na formação dos seus alunos, vê-se constantemente solicitado a funcionar como orientador em inúmeras situações e vivências psicológicas da vida cotidiana. Na verdade, essas situações não fogem as de ordem sexual, em que o professor fará valer seu bom senso e seu respeito pela criança, para fornecer esclarecimentos que contribuam para a melhoria e desenvolvimento do espírito dela.

A educação sexual que a criança recebeu em casa traz o cunho, a marca, a propriedade específica e particular dos pais (...). Os pais educam as crianças quase sempre a partir do ponto de vista “subjetivo”: meu filho, minhas ideias, o que eu acho, o que eu penso, etc”. O professor formador deve encarar as situações de modo “objetivo”. Sua orientação visa, pois, o preparo da criança, não dentro de uma situação subjetiva e específica e, sim, geral, ampla e principalmente levando em conta o contexto social. A escola funciona como uma pequena sociedade, e as relações infantis escolares podem ser consideradas como o embrião de reações e atitudes sociais. (MIELNIK, 1990, p.22)

Os professores devem evitar emitir seus próprios juízos de valor e opiniões como verdades absolutas. Sabemos que é impossível ficar totalmente isentos de opinar, e nem devemos, mas é importante que as questões sejam lançadas, refletidas, discutidas, sem que apenas uma resposta fique como a correta. Esclarecer os limites também faz parte do papel do orientador, que deve mencionar algumas questões importantes como o que se pode fazer em locais públicos e privados para que a intimidade seja preservada. Isso cabe principalmente às crianças que ainda não possuem essa noção bem definida.

Deve existir também uma efetiva parceria, ou seja, os pais não devem delegar e restringir este assunto apenas ao âmbito escolar. Nesse sentido, é necessário que a escola dê um retorno aos pais do que está sendo visto, as reações dos alunos, temas que estão em pauta, convite para assistirem a debates juntamente com os alunos; e esteja sempre aberta aos pais para orientá-los no caso de não saberem como lidar com os questionamentos dos filhos.

Educação sexual não significa apenas passar informações sobre sexo. Significa também o contato pessoa-pessoa, transmissão de valores, atitudes, comportamentos. É impor-

tante observar se esses educadores estão preparados psicologicamente para falar sobre sexo, já que muitos não possuem a própria sexualidade bem resolvida, tendo problemas ou angústias em relação ao sexo. Assim, em seu discurso, certamente passarão um tom de frustração e inquietação. As pessoas encarregadas de orientação sexual na escola devem ter autenticidade, empatia e respeito.

A escola na sociedade escolarizada é um locus cultural extremamente importante para a definição dos rumos do desenvolvimento, e a intervenção pedagógica é essencial na definição do desenvolvimento do sujeito. Ao trabalhar a totalidade do aluno, além de considerar sua relação com a escola e a sociedade, com seus determinantes econômicos e políticos, é relevante contemplar a dimensão da sexualidade infantil, negada historicamente. A escola deve propiciar interações necessárias para que a sexualidade se desenvolva em uma dimensão afetiva e prazerosa, rompendo com a tradição judaico-cristã de negação do corpo e dos desejos. É preciso usar a Pedagogia do bom senso, tão discutida por Paulo Freire. É preciso estar atento ao que falar, como apresentar, discutir e “mexer” com questões muitas vezes trazidas através da história de vida dos alunos e do próprio professor.

De acordo com Edward Murray (1971), a emoção pode ter tanto efeitos organizadores como desorganizadores sobre o comportamento. Pode perturbar o comportamento corrente, mas pode também gerar novas formas de comportamento, no sentido do objetivo. Não se pode ignorar que as reações emocionais em termos de organismo são aprendidas, ou seja, a cultura escolhe algumas formas mais adequadas a determinadas situações ou tipo de pessoas (idade, sexo, posição social).

Trabalhar com Orientação Sexual implica ampliar um conhecimento mais profundo dessas questões. O desenvolvimento do trabalho não pode ser de forma meramente conteudista ou informativa, pois se faz necessário reconstruir e ter um entendimento maior de nossas próprias crenças e valores, de nossos conceitos e preconceitos, trabalhar um novo olhar. Entender o processo histórico e social que trouxe para a escola a temática, mesmo que seja de forma transversal.

O papel do professor no processo de Orientação Sexual é muito importante, pois não se restringe apenas ao domínio de uma área ou campo de conhecimento. Desse modo, é necessário ter acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. Os professores necessitam entrar em contato com suas próprias dificuldades diante do tema, com questões teóricas, leituras e discussões referentes à sexualidade e suas diferentes abordagens. A formação deve ocorrer de forma continuada e sistemática, propiciando a reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual.

Na percepção de Kupermann (1999), o professor precisa dispor do acolhimento suficiente de modo a permitir a emergência da confiança necessária à abordagem franca das

questões e dificuldades vividas no âmbito da sexualidade. É importante que reconheça como legítimas e lícitas, por parte das crianças e dos jovens, a busca do prazer e as curiosidades manifestas acerca da sexualidade, uma vez que fazem parte de seu processo de desenvolvimento. Isso significa que, para a realização de um consistente trabalho de Orientação Sexual, é necessário que se estabeleça uma relação de confiança entre os envolvidos. Os professores precisam se mostrar disponíveis para conversar a respeito dos temas propostos e abordar as questões de forma direta e esclarecedora, exceção feita às informações que se refram à intimidade do educador. Informações corretas do ponto de vista científico ou esclarecimentos sobre as questões trazidas pelos alunos são fundamentais para seu bem-estar e tranquilidade, para uma maior consciência de seu próprio corpo e elevação de sua autoestima.

A obra “A Reprodução”, de Bourdieu e Passeron (1975), mostra como a escola está organizada para produzir as concepções, os valores, enfim, a ideologia dos grupos sociais dominantes, de uma tal maneira que todas as atividades pedagógicas que se realizam no âmbito do aparelho escolar estariam condenadas a contribuir para o fortalecimento da ordem social em vigor. Esses autores nos mostram que a escola não é uma instituição neutra, mas, sim, uma estrutura a serviço das classes dominantes – o que se pode perceber pela análise dos conteúdos que ela privilegia

Uma das grandes preocupações que esses dois autores têm tido com o sistema de ensino está relacionada à dimensão social que esse sistema fornece para a formação de um habitus. Em suas palavras:

(habitus) são sistemas de disposições duráveis e transferíveis, estruturadas e estruturantes do agente². O habitus, enquanto produto da história, orienta as práticas individuais e coletivas. Ele tende a assegurar a presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada indivíduo sob a forma de esquema de pensamento, percepção e ações, contribuem para garantir a conformidade das práticas e sua constância através do tempo (BOURDIEU; PASSERON, 1975, p. 61).

A cultura escolar, na condição de uma das agências formadoras do habitus, propicia aos indivíduos a ela submetida um corpo comum de categorias de pensamento, de código comum, de percepção e apropriação que tendem a funcionar como forma de classificação dos homens e das coisas. O saber escolar separa os indivíduos que estiverem expostos à ação daqueles que, por razões diversas, foram excluídos de sua influência sistemática e contínua. Isso significa dizer que o sistema escolar proporciona aos sujeitos muito mais do que esquemas de pensamentos particulares e distintos; oferece um sistema complexo de disposições, capaz de funcionar como estruturas classificatórias, possíveis de serem aplicadas nas mais diversas situações.

Segundo Bourdieu (1975), Habitus é o conjunto de disposições estruturantes no agente, segundo a maneira pela qual ele interiorizou as estruturas objetivas que viveu num processo de socialização determinado. Essas disposições estruturam as categorias de percep-

² Bourdieu utiliza a denominação “agente” em lugar de “indivíduo”.

ção que, por sua vez, orientam a ação do agente. A capacidade de determinação do habitus sobre o comportamento do agente é ainda maior quando ele se encontra inserido em estruturas objetivas compatíveis com o habitus interiorizado, o que reforça sua estruturação. Em contrapartida, um habitus interiorizado durante um dado período de socialização pode ser reforçado ou enfraquecido por outros processos vivenciados pelo agente.

Segundo Ortiz (1980), Bourdieu descreve os mecanismos pelos quais a escola mantém a herança cultural e compreende, assim, o fracasso e o sucesso escolar, deixando de tratar como dons naturais aquilo que é assimilado culturalmente.

Ao abordar os fundamentos teóricos de Bourdieu (1975) para o campo escolar, observamos que existe uma nítida diferença entre as perspectivas dos alunos e as dos professores quanto ao tema sexualidade. Aquilo que os alunos necessitam receber como orientação sexual não está sendo feito pelos professores, que, de certa forma, detêm o controle do processo pedagógico na escola. Através da pesquisa realizada, detectamos uma grande dificuldade dos docentes em lidar com as manifestações acerca do tema sexualidade e, mesmo sem querer, transmitem aos educandos seus preconceitos, ao mesmo tempo em que se limitam a falar do sexo apenas como função reprodutiva, deixando de lado as outras formas de manifestação da sexualidade.

Ao se tratar das concepções dos profissionais entrevistados, notamos divergências quanto à sua articulação pedagógica em relação ao tema sexualidade no espaço escolar e as respostas dadas. Em relação aos objetivos investigados, levantamos os seguintes pontos sobre os entrevistados e sua prática dentro da sala de aula, de acordo com as hipóteses do trabalho:

a) a respeito da percepção dos entrevistados quanto à influência do desenvolvimento da sexualidade para a formação da personalidade do indivíduo, 90% dos profissionais investigados consideram de grande importância para a formação de uma personalidade equilibrada; apenas 10% disseram que acreditam ser importante até certo ponto; para eles a sexualidade deve levar em conta a maturidade da criança. Caso não seja necessário, o professor não deve evidenciar o tema para não despertar o interesse das crianças;

b) quanto à postura mais freqüente dos educadores frente às manifestações e dúvidas de seus alunos em relação à sexualidade, 75% dos entrevistados demonstraram ter dificuldades na abordagem do tema, sentem-se inseguros, pouco à vontade, o que indica uma postura inflexível em relação ao sexo e à sexualidade. A naturalidade anunciada em algumas respostas pelos professores fica apenas no âmbito do discurso, ou seja, não é transportada para a prática pedagógica dentro da sala de aula;

c) a respeito da compreensão dos entrevistados acerca dos PCN's, a pesquisa revelou uma má formação por parte dos docentes para o desenvolvimento desse tipo de trabalho com os alunos, e muitos deles acabam usando o temor pelas famílias dos alunos como justificativa para o não desenvolvimento do tema em sala de aula. Quanto à compreensão acerca

das diretrizes educacionais propostas pelo PCN's, constatamos que 15% dos entrevistados demonstraram ter conhecimento; 35% demonstraram não ter nenhuma compreensão, e 50% revelaram compreender muito pouco;

d) quanto à aplicação dos PCN's dentro da sala de aula, a pesquisa demonstrou que apenas 10% dos entrevistados compreendem a proposta de trabalho, em especial o volume 10, que aborda a "Orientação Sexual". Constatou-se que todos os professores que compreendem a proposta aplicam as diretrizes em sala de aula. Os professores que não conhecem ou não compreendem a articulação pedagógica dos PCN's, conseqüentemente não a aplicam;

e) 90% dos professores investigados não entendem verdadeiramente o conceito de transversalidade e não conseguem realizá-lo no contexto da Orientação Sexual;

f) mesmo não compreendendo as propostas curriculares evidenciadas pelos PCN's, todos os entrevistados disseram que não é possível ignorar a sexualidade da criança e dar ênfase às demais habilidades, em especial ao desenvolvimento cognitivo. Disseram que a sexualidade faz parte do desenvolvimento integral do indivíduo, sendo assim precisa ser direcionado dentro da escola. Isso demonstrou incoerência com o primeiro item da entrevista, o que comprova pouca segurança na abordagem do tema.

Ao contrário da prática predominante, a escola deve informar, problematizar e debater os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, buscando não a isenção total, o que é impossível, mas um maior distanciamento das opiniões e aspectos pessoais dos professores para empreender essa tarefa. Isso porque, na relação professor-aluno, o professor ocupa lugar de maior poder, constituindo referência para o aluno.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade atual vem passando por um contínuo processo de mudança estrutural em direção à sociedade da informação. Nesse contexto, a sexualidade infantil ganha cada vez mais espaço nas discussões e estudos científicos. Ela é fundamental para a formação da personalidade, pois é uma necessidade básica do ser humano, estritamente relacionada aos pensamentos e ações. As instituições sociais, dentre elas a instituição escolar, ajudaram a validar representações e discursos acerca da sexualidade; assim, é importante ressaltar que os sujeitos envolvidos nesse processo não cumprem aquilo que é prescrito através desses discursos. Isso foi claramente observado durante as entrevistas, nas posturas adotadas pelos professores.

Foucault (1990) questiona as práticas discursivas, não somente daquilo que é dito, mas também o excluído do discurso. De acordo com sua fala podemos dizer que, quando a instituição escolar observa comportamentos ou conceitos adquiridos que não se enquadram em padrões aceitáveis e não se pronuncia perante tal, esta se torna omissa, o que reforça este mesmo comportamento. Além disso, Foucault questiona a onipotência do discurso e chama

de “hipótese repressiva” as perspectivas de análise em geral feitas ao sexo, a que ele se opõe. Ele é contra a idéia da hipótese repressiva e afirma que a repressão ao sexo só estimulou ainda mais suas manifestações.

Mas, por que parece tão difícil fazer a inserção da “Orientação Sexual” na escola, mesmo depois de todo amparo legal para que isso aconteça? Bourdieu (1975) utiliza a noção de habitus, que, de certa forma, explica as dificuldades encontradas pelos professores em mudar uma prática que vem sendo executada há muito, sobre o trabalho com a sexualidade na escola. Observamos, durante a investigação, que existe um elo entre os conceitos incorporados pela escola, como locus de uma luta simbólica, estabelecida entre dominadores (docentes) e dominados (alunos). Nesse confronto, os dominadores têm conseguido impor suas verdades, seus tabus, sua crença acerca da sexualidade aos alunos.

Concluí-se que a abordagem do tema sexualidade pelos professores das séries iniciais do ensino fundamental nas escolas públicas da cidade de Montes Claros não tem atendido às necessidades de formação integral dos educandos e aos objetivos propostos nas diretrizes curriculares. Constatamos, na postura docente, que é considerada a importância do trabalho acerca do tema sexualidade, mas prefere-se não fazê-lo; é adotada uma postura pouco flexível, pois os profissionais se sentem, em muitos casos, constrangidos com tal abordagem; têm pouca preparação para o desenvolvimento de um trabalho consciente com o tema sexualidade, o que dificulta a articulação de uma prática coerente e transformadora; alguns desconhecem as diretrizes propostas pelos PCN's.

Os resultados desta pesquisa apontam que, no primeiro momento, é necessário que exista um planejamento e uma ação pedagógica sistemática, o que envolve espaço no currículo escolar. Pouco adianta um trabalho voltado apenas para o conhecimento do corpo ou para a higiene, como acontece freqüentemente. O trabalho de Orientação Sexual deve acontecer de forma permanente com os educandos, e o canal de debates e questionamentos deverá estar sempre aberto. Isso só acontecerá se o professor se sentir à vontade para abordar a questão; se o professor estiver em contato permanente com o tema, lendo, estudando, discutindo; se houver apoio de toda equipe pedagógica para a realização do trabalho.

Por fim, é importante refletir que o conhecimento escolar é dinâmico e não uma mera simplificação do conhecimento científico, que procura adequar-se à faixa etária dos alunos. O conceito de educar vai muito além do ato de transmitir aos alunos conteúdos acumulados historicamente.

O homem é um ser que precisa de orientação e informação. A diversidade atual exige dos profissionais da educação posturas mais amplas e, para tanto, é imprescindível a construção de um currículo articulado, a partir de experiências significativas. A ele compete dominar cientificamente e politicamente o conhecimento sobre o processo educativo. Seu objeto de formação e atuação é o trabalho pedagógico no interior da escola ou fora dela. O ensino será, então, sua base obrigatória, apoiada no conhecimento, o que irá viabilizar a dinâmica

do o fazer pedagógico.

É urgente que se pense na desconstrução da fragmentação dos conteúdos disciplinares, substituindo-o por um conhecimento significativo e globalizado que permita a integração do educando a seu contexto social. Para que isso aconteça, é inevitável a mudança do habitus cultivado tão severamente na instituição escolar.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ulisses. Temas Transversais e Estratégias de Projetos. São Paulo: Moderna, 2003.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1975.

BRASIL. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, 1996.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais. Ministério da Educação e Desporto. Brasília-DF, 1997.

BUSQUETS, Maria Dolores et al. Temas Transversais em Educação: bases para uma formação integral. São Paulo: Ática, 2000.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

_____. História da Sexualidade II: o uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 5. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1994.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREUD, Sigmund. Obras Completas. Volumes: VII, XIII, XVIII, XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

KUPFER, Maria Cristina. Freud e a Educação: o mestre do impossível. São Paulo: Scipione, 1997.

KUPERMANN, Daniel. Sexualidade e Educação. Rio de Janeiro: Gryphus, 1999.

MIELNIK, Isaak. Educação Sexual na Escola e no Lar: da infância à adolescência. 10. ed. São Paulo: IBRASA, 1990.

MURRAY, Edward. Motivação e Emoção. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1971.

ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu: sociologia. 2. ed. São Paulo: Ática, 1980.

ROUDINESCO, Elisabeth. Dicionário de Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

SUPLICY, Marta. Conversando Sobre Sexo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

VYGOTSKY, Levi Semenovich. A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

YUS, Rafael. Temas Transversais: em busca de uma nova escola. Porto Alegre: Artmed, 1998.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: uma análise situacional na Rede Municipal de Ensino do Município de Itaituba.

SILVA, João Diogo Rego¹

Resumo: Este artigo tem a finalidade de analisar a EJA - Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Ensino do Município de Itaituba, no período de 2008 a 2015, utilizando como referências dez escolas localizadas na zona urbana, identificando o grau de escolaridade dos professores que atuaram na EJA, as disciplinas que mais reprovaram e a média de alunos por turma. O porquê do ensino apresentar baixo rendimento e alto índice de abandono escolar. Nesse período do estudo é percebido o crescimento da escolaridade dos professores, a valorização profissional, no que tange a melhoria salarial, progressão na carreira, hora atividade e concurso público, dando segurança para carreira profissional, entretanto, os avanços na carreira não refletem nos resultados do ensino. Como metodologia, adotou-se a pesquisa ação, visto que ela auxilia no entendimento dos problemas coletivos, permitindo a intervenção na prática, por meio de observações, discussões e análises das vivências escolares, ajudando na interpretação de sua realidade.

Palavras-chave: Rendimento. Educação de Jovens e Adultos. Formação de professores.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos – EJA, é preconizada pela Lei 9394/96 no artigo 37 “[...]será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 1996). Até o final do 2006, o ensino da EJA era um programa do FNDE - Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, o município recebia uma verba federal e complementava com a Contrapartida do FPM - Fundo Participação do Município para fazer a manutenção do ensino. Era comum o atraso dessa verba para o município e conseqüentemente o pagamento do professor recebia o seu provento com atraso de até vinte dias após os cinco uteis previstos em lei para o pagamento do servidor público.

Isso acontecia quando o FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, foi instituído pela Emenda Constitucional n.º 14, de setembro de 1996, e passou a vigorar em 1º de janeiro de 1998. Só atendia os alunos matriculados na 1ª a 8ª série do ensino fundamental. Com a criação do FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação em 2007, substituindo o Fundef, a educação básica passou a ser atendida com repasse financeiro para a educação infantil, ensino fundamental e EJA. A educação básica passou a ser atendida na integralidade anterior ao FUNDEB ficando de fora dessa manutenção financeira a educação infantil e a modalidade da EJA.

Diante desses fatos, podemos entender que em se tratando da valorização profissional no período, a EJA já possuía uma deficiência, culturalmente os professores efetivos não

¹ Licenciado em Pedagogia com habilitação em Gestão. Especialista em Educação. Técnico Educacional na SEMED Itaituba.

queriam a sua lotação vinculada na EJA ou ficavam apenas com complementação da carga horaria ou simplesmente a preferência era do professor contratado. Outro problema observado até o ano de 2008 era a carga horaria do professor. Ele poderia atingir a média de até 280 horas mensais, sem a hora atividade, tempo destinado ao planejamento docente. O professor que complementava a carga horaria na EJA chegava no período noturno completamente cansado e sem motivação para dar uma aula diferente.

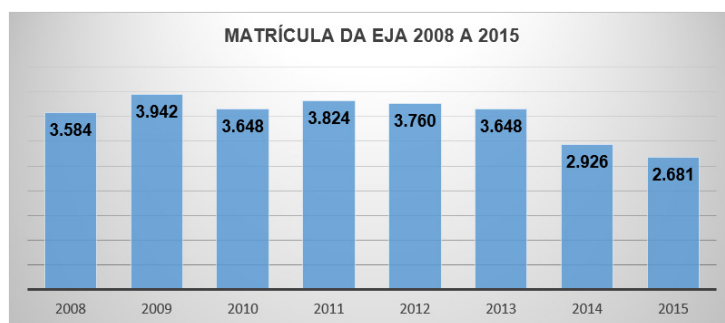
O reflexo disso era alto índice de abandono dos alunos por se tratar de uma clientela que dependia de uma metodologia diferenciada, por tratar-se de uma clientela de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental na idade regular e que a maioria desses adultos estavam sem frequentar a escola a mais de dez anos, agora com família e emprego, tinham que conciliar com o estudo.

Em 2008 a Coordenação da EJA fez a primeira Polarização da EJA, essa tomada de decisão estabelecia a oferta a modalidade e ensino nas escolas municipais na zona urbana por bairro. Anterior a essa tomada de decisão, qualquer escola poderia oferta a EJA. As turmas ficavam fragmentadas com poucos alunos e no final do ano letivo o abandono escolar acentuado provocava o termino do ano letivo com a media de três alunos. É percebido na evolução de aprovação que de cada dez alunos regularmente matriculados apenas três chegavam ao final do ano letivo. Com a Polarização, o objetivo era concentrar o maior número de alunos em determinadas escolas. Além e das estruturas escolares, era considerado a composição da equipe administrativa e pedagógica (diretor, vice diretor, técnico educacional e secretario escolar), responsável para acompanhar e monitorar os resultados do ensino. Infelizmente sem muito êxito, a proposta de Polarização não funcionou pois permaneceu os mesmos índices de abandono e baixo índice de aprovação. Uma segunda tentativa foi feita em 2015, onde os resultados dessa ação ainda não estão inclusos.

2 MATRICULA DA EJA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

O gráfico abaixo demonstra a evolução do censo escolar da EJA nos anos de 2008 a 2015, mostrando uma ligeira queda nos anos de 2014 a 2015.

Gráfico 01 – Matrículas de 2008 a 2015



Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador.

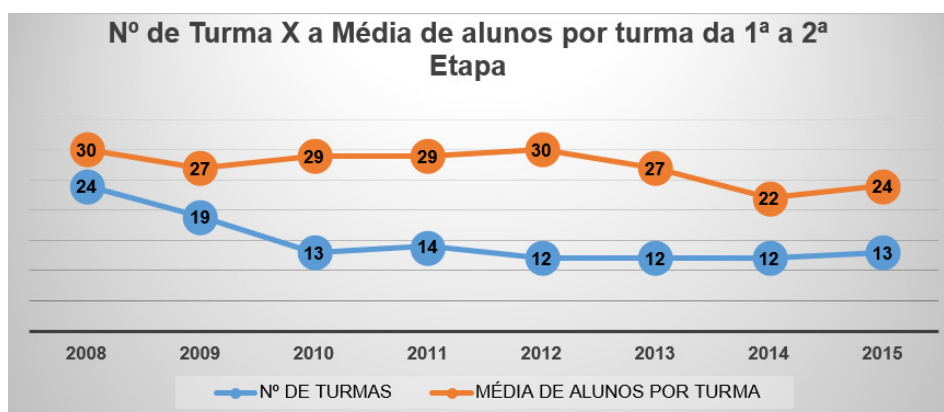
Dos fatores que provocam essa queda, primeiramente foi oferta da modalidade através da EJA-Personalizada, criado na rede municipal em 2005 para atender os alunos que não podiam frequentar a escola em tempo integral; segundo a oferta do ensino através do Programa Projovem Urbano pela rede estadual de ensino; terceiro a oferta da modalidade por instituição privada que oferecem o ensino fundamental através do nivelamento de estudo com o ensino médio, aula uma vez por semana.

Podemos destacar que a redução do censo escolar está vinculada aos alunos na faixa etária de 30 a 40 anos que procuram as instituições privadas pois não conseguem conciliar o estudo com o trabalho com o trabalho. O estudo também analisou que a média da frequência escolar EJA fica em torno de 45% apenas para aqueles trabalhadores que não liberados pelas empresas chegam horário de tolerância da escola. Sempre a empresa vem primeiro lugar. Uma política que precisa ser trabalhada pois um trabalhador escolarizado faz a diferença dentro da empresa.

2.1 A média de alunos por turma

Os gráficos abaixo demonstram o número de turmas e média dos alunos por turma nos anos de 2008 a 2015 na 1ª e 2ª etapa do ensino da EJA. É percebido que o número de aluno reduz ano a ano mais praticamente o número de turma se mantém. Um ponto muito criticado no fracasso escolar da EJA estava relacionado às turmas superlotadas, primeiro temos que entender que uma turma superlotada é uma turma acima de quarenta alunos, sendo que podemos analisar no gráfico que essas turmas ficaram abaixo de quarenta alunos. A portaria de lotação da EJA especifica que o número de alunos por turma de 1ª etapa é de de 25 alunos mínimo, 30 alunos no máximo. Na 2ª etapa no mínimo 30 e máximo de 35 alunos.

Gráfico 02 - Número de turmas e média de alunos por turma das primeiras etapas

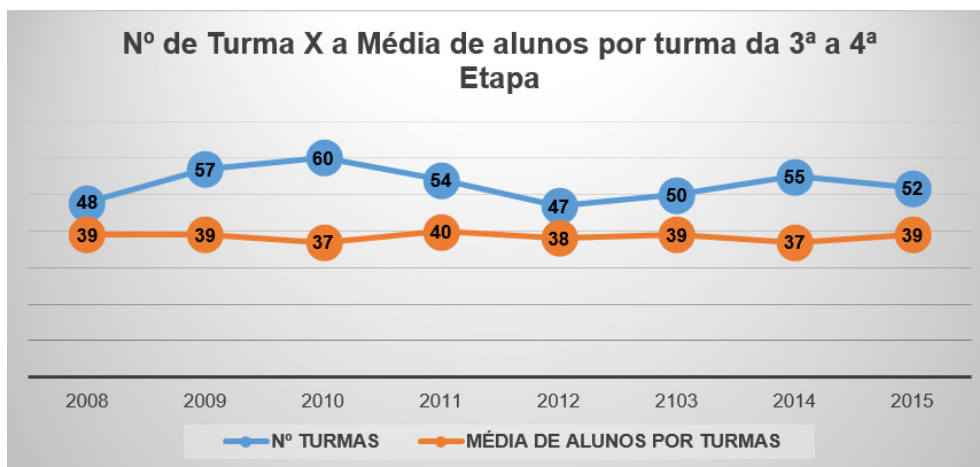


Fonte: Relatório Final das escolas pesquisadas nos anos de 2008 a 2015.

A portaria de lotação especifica na 3ª e 4ª etapa o mínimo de 35 a 40 alunos no máxi-

mo, sendo que apenas, segundo o gráfico em 2011 atingiu a média de 40 alunos por turma.

Gráfico 03 – Número por turma e média de alunos por turma nas últimas etapas



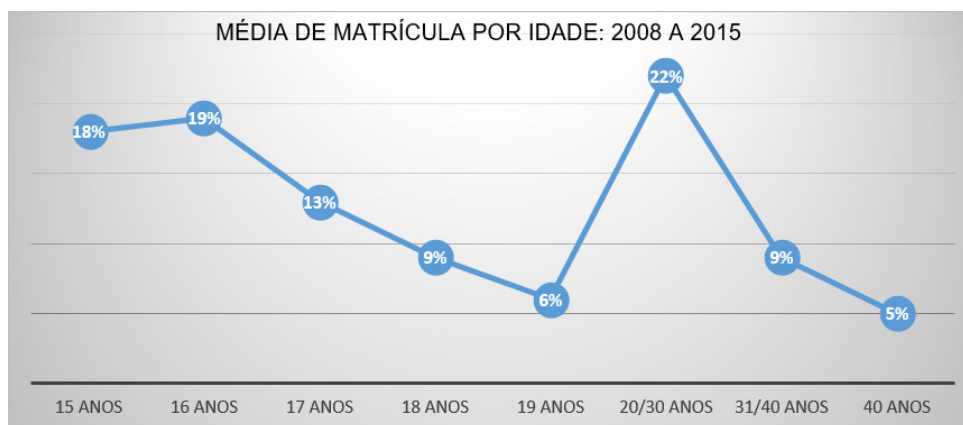
Fonte: Relatório Final das escolas pesquisadas nos anos de 2008 a 2015.

Então, podemos descartar que o fracasso escolar do aluno esteja relacionado à superlotação de alunos por turma, pois com certeza isso seria um fator que afetaria diretamente a qualidade do ensino e o seu resultado final. Na acitação abaixo, percebemos a importância do espaço físico, para que o professor possa direcionar metodologias de sala de aula, e no caso da EJA, não houve a superlotação, conseqüentemente, ocorrendo espaços que poderiam ser utilizados no emprego de ações diferenciadas, que talvez resultassem numa melhor construção do conhecimento.

Quando o professor tem oportunidades para trabalhar com a turma em grupos ou em círculos, os alunos têm a chance de participar muito mais, tendo um espaço de debate e desta forma o professor pode fazer uma avaliação real dos seus alunos. Sabemos, que o aluno não é mais passivo, receptáculo das informações, ele é ativo aprendiz, construtor do seu conhecimento (OZORIO, 2003, p. 34).

O quadro abaixo demonstra a Média de Matrícula por idade de 2008 a 2015, explicitando claramente que a matrícula apresenta um percentual significativo entre os alunos de 15 a 16 anos, chegando à média de 37%. Isso significa, que esses alunos não estão concluindo o ensino fundamental na idade regular. Os estudos comprovaram que os alunos que terminaram a etapa com sucesso estão entre a média de idade 20 a 40 anos de idade.

Gráfico 04 – Média de matrícula por idade



Fonte: Setor de Estatística da SEMED.

O perfil do aluno que não concluiu o ensino fundamental no regular, geralmente possui uma frequência, porém apresenta problema de indisciplina e ausência dos pais na escola. Isso agrava quando o conselho de classe não é atuante ou simplesmente não existe na escola. Qual o motivo da ausência dos conselhos escolares e do colegiado escolar de classe para discutir as situações pedagógica, metodologia de ensino, tipos de avaliação, trabalhos extra classe que interferem diretamente no resultado final do aluno?

O conselho de classe é um organismo destinado a analisar e deliberar questões relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem. Debater o aproveitamento global individual das analisando especificamente as causas do abaixo e alto rendimento das mesmas. Discutir e apresentar sugestões que possam aprimorar o comportamento disciplinar da(s) turmas(s) (ITAITUBA, 2012, p. 21-22).

3 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES QUE ATUAM NO ENSINO DA EJA

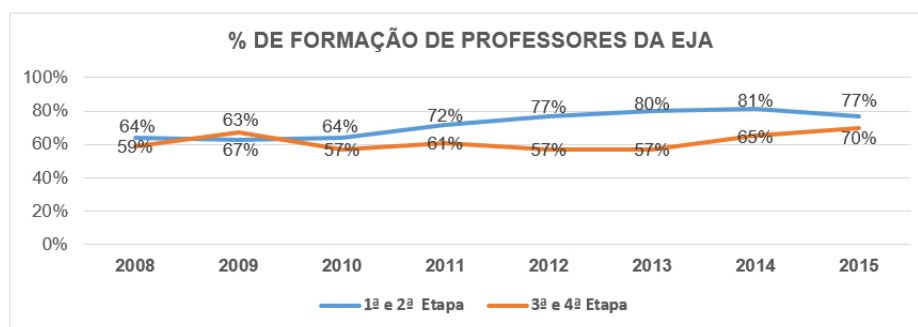
A rede municipal de ensino já ofereceu no período de 1999 a 2014 quatro concursos públicos (1999, 2004, 2007 e 2014) chegando a média de ter no quadro de professores efetivos o percentual de 80% de concursados na rede municipal de ensino. Todavia, devido a implantação da hora atividade no ano de 2009, regulamentada no Plano de Carreira, o percentual do tempo destinado à hora atividade, o tempo para o planEJAmento da docência e outras atividades correlatas ao exercício do Magistério, primeiramente foi de 25%, hoje é destinado em 33%. Com essa política de valorização profissional houve a necessidade de contratação de professores temporários para suprir o tempo da hora atividade, contudo, o número de contratação aumentou de 30% para 50%, mesmo com a realização do concurso público em 2014.

O número de professores efetivos no ano de 2015 correspondem a média apenas de 50%, para suprir a carência são necessárias as contratações dos professores temporários. A implementação de um novo concurso público deve analisar o censo escolar, pois o município

vem perdendo gradativamente o percentual de 15% alunos na rede municipal de ensino por ano, aliás, correção, não seria perda de alunos, todo ano saem da rede municipal cerca de três mil alunos que concluem o ensino fundamental e EJA. A matrícula de novos alunos na Rede Municipal cresce apenas 5% no Ensino Infantil.

A ilustração abaixo mostra o percentual de professores que atuaram na EJA nos anos de 2008 a 2015 na 1ª e 2ª Etapas e 3ª e 4ª Etapa, onde pode ser observado o crescimento do número de professores que atuaram na 1ª e 2ª etapa, que exige a formação de escolaridade mínima do Magistério e a graduação em Pedagogia. Hoje, o município possui no seu quadro efetivo de professores com formação em Magistério apenas 42 professores. No ano de 2008 com 64% e fechando em 2015 com 77% de professores licenciados plenos em Pedagogia. Mesmo com crescimento da graduação, podemos apontar que o número de professores com o Magistério ainda é um número inexpressivo, considerando que a oferta do curso de graduação em Pedagogia acontece em diferentes instituições de ensino superior público e privado no município de Itaituba. A formação dos professores que atuam na 3ª e 4ª etapas iniciou com 59% no ano de 2008 e chegou ano de 2015 com 70%.

Gráfico 05 – Formação de professores



Fonte: Relatório Final das Escolas Municipais pesquisadas nos anos de 2008 a 2015.

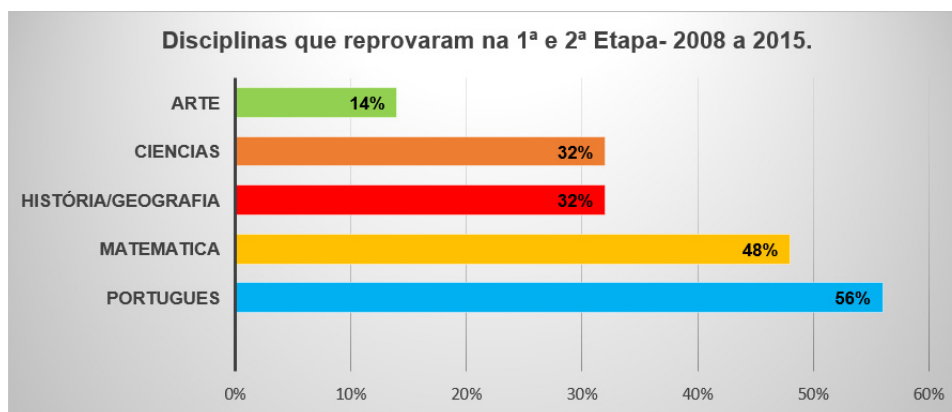
Os 30% que atuam na EJA são supridos por estudantes de diferentes áreas e pedagogos que atuam em caso de carência nas disciplinas de ensino da arte, história, geografia e religião. Daí a importância de fortalecer a formação continuada dos professores que atuam diretamente no ensino da EJA.

A formação do educador é um processo, que acontece no interior das condições históricas que ele mesmo vive. Faz parte de uma realidade concreta determinada, que não é estática e definitiva. É uma realidade que se faz no cotidiano. Por isso, é importante que este cotidiano seja desvendado. O retorno permanente da reflexão sobre a sua caminhada como educando e como educador é que pode fazer avançar o seu fazer pedagógico. (CUNHA, 2004, p. 24).

3.1 Disciplinas que mais reprovaram na 1ª e 2ª etapa de 2008 a 2015

O quadro abaixo demonstra o percentual das disciplinas que mais reprovaram nos anos de 2008 a 2015, podemos destacar que as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática são as de maior índice de reprovação. A formação de exigência do professor para atuar nas 1ª e 2ª etapa da EJA é o Magistério (extinção) ou licenciado pleno em Pedagogia.

Gráfico 06 - Disciplinas que mais reprovaram na 1ª e 2ª etapas

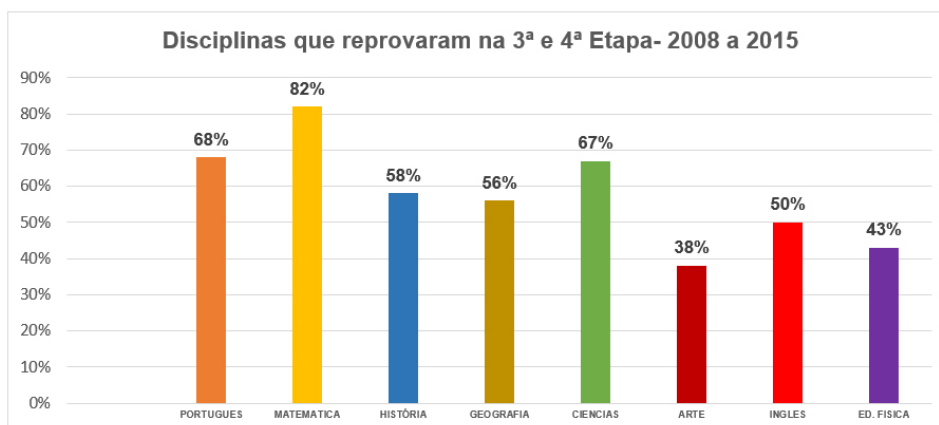


Fonte: Relatório anual das escolas municipais.

3.2 As disciplinas que mais reprovaram na 3ª e 4ª etapa EJA em 2008 a 2015

O gráfico abaixo demonstra as disciplinas que ;mais reprovaram na 3ª e 4ª etapas da EJA no período de 2008 a 2015. Com destaque para três delas: Matemática (82%), Língua Portuguesa (68%) e Ciências (67%).

Gráfico 07 - Disciplinas que mais reprovaram – 3ª e 4ª etapas



Fonte: Relatório anual das escolas municipais.

4 A EVASÃO ESCOLAR

Entre os mais graves problemas enfrentados pela EJA, está o da evasão escolar, que provoca preocupação e carece de inovação de estratégia de ensino, revisão da metodologia de ensino, forma de avaliação e formação continuada específica para os professores atuarem no ensino da EJA. A SEMED precisa assumir a responsabilidade de trazer pra si a responsabilidade de resolver as situações adversas que atingem diretamente a evasão no ensino da EJA. Os dados estatísticos apontam para uma oscilação que se encontra atualmente entre 50% a 60% do abandono escolar. Esse percentual está entre a zona urbana e rural, mostrando que não há diferença onde está a matrícula escolar, são números elevados e preocupantes em relação ao número de matrículas anuais no Município, isso significa que de cada dez alunos matriculados na EJA, cinco deixam a escola antes do término do ano letivo. Para combater essa evasão um dos princípios seria, segundo Ribeiro (1999) transformações na qualidade das práticas de educação de jovens e adultos, dando certo à medida que se profissionalize o pessoal dedicado a essa área.

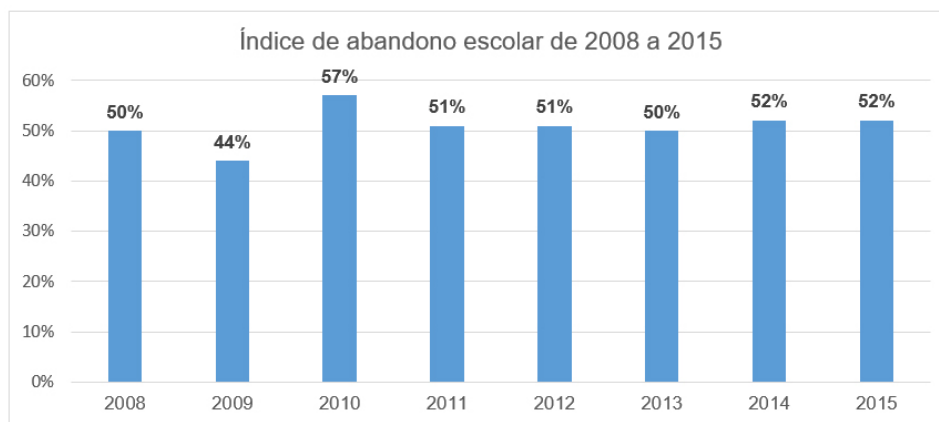
De acordo com o gráfico abaixo da estatística do índice anual da evasão escolar 2008 a 2015, inúmeros fatores tem contribuído para tal situação. Esses fatores oscilam face aos elementos sociais, econômicos e políticos, que culminam em fatos como emprego, desemprego, casamento, e outros movimentos populacionais provocados pela implantação de grandes projetos. O aluno sai da escola para a procura de emprego, devido a baixa escolaridade, são usados como mão de obra braçal temporária, sendo dispensados em pouco tempo, uma vez que passa a fase de estruturação física da empresa são dispensados e muitos não retornam à escola. Além de questões estritamente familiares, porém que repercutem no âmbito social, como prostituição, gravidez precoce e drogas.

No esforço de encontrar alternativas que fossem capazes de oferecer soluções, houve em 2008 a primeira polarização da EJA com objetivo de ofertar este ensino em escolas que estejam em pontos estratégicos, evitando a oferta de turmas com baixa demanda, pois o resultado final era catastrófico para o ensino. Em 2015 ocorreu uma segunda polarização, cujo resultado só será possível mensurar: daqui a mais ou menos três anos. Hoje existe a oferta da EJA em apenas nas seguintes escolas da zona urbana Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Gonzaga Barros, Escola Municipal de Ensino Fundamental Brig^o Haroldo Coimbra Veloso, Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Jose de Anchieta, Escola Municipal de Ensino Fundamental São Francisco das Chagas, Escola Municipal de Ensino Fundamental Eng^o Fernando Guilhon, Escola Municipal de Ensino Fundamental Joaquim Caetano Correa e Escola Municipal de Ensino Fundamental Everaldo Martins (Distrito de Miritituba).

O Segundo gráfico mostra resultados sobre a evasão escolar de 2008 a 2015, e fazendo um paralelo entre dados gerais da zona urbana e rural, podemos perceber que a

diferença entre elas são quase inexistentes. Podemos concluir que a problemática da evasão aflige toda rede de ensino.

Gráfico 08 – Abandono escolar 2008/2015



Fonte: Setor de Estatística da SEMED.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos ofertada nos anos de 2008 a 2015 na Rede Municipal de Ensino no município de Itaituba, mostra que esta modalidade de ensino enfrenta deficiência na gestão e nos aspectos de cunho pedagógico, que interferem diretamente no processo de ensino e aprendizado e, conseqüentemente, no sucesso do aluno. É preciso concretizar ações de intervenção nos aspectos pedagógico e didático e promover formação continuada dentro do plano pedagógico que implique no monitoramento de intervenção constante, ou seja, a gestão do ensino da EJA precisa superar os baixos índices do ensino e projetar alternativas que provoquem mudanças profundas para a continuidade da oferta dessa modalidade de ensino.

Esse estudo teve intenção de apresentar o diagnóstico e propor alternativa que oriente a tomada de decisão. Como alternativa, nos referimos a concretização de um amplo debate, alicerçado em diagnósticos reais, que deva ser feito pela comunidade escolar, envolvendo técnicos, professores, alunos, para que esta situação possa ser minimizada.

Mesmo a EJA apresentando avanços, conforme estudo, que mostra a redução do número de alunos por turma, o crescimento de professores qualificados por área, a melhoria de infra estrutura escolar e a oferta de merenda escolar na EJA, o problema da evasão escolar persiste sem ao menos haver perspectiva de queda desses números.. Os perfis do aluno da EJA apresentam realidades bem complexas, tendo muitas dificuldades econômicas e sociais, acometidas pelo desemprego, trabalho árduo, cansaço, e outros. Com relação a matrícula escolar na rede municipal, pode reduzir ainda mais o número de alunos, em virtude da oferta do ensino por instituição privada.

Sabemos que uma transformação completa exigiria um outro tipo de estruturação social e econômica a nível de país, outras políticas públicas educacionais, no entanto, a mudança não se faz sem a educação, e mesmo que possa parecer utópico, é sim necessário que a comunidade escolar rediscuta o papel da EJA, para não só trazer o aluno, mas sobretudo fazer com que ele permaneça.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 21 set. 2016.

CUNHA. Inovações: conceitos e práticas. In: CASTANHO, Sérgio; CASTANHO, Maria Eugênia L. M. (Org.). Temas e textos em metodologia do ensino superior. 3. ed. Campinas: Papirus, 2004.

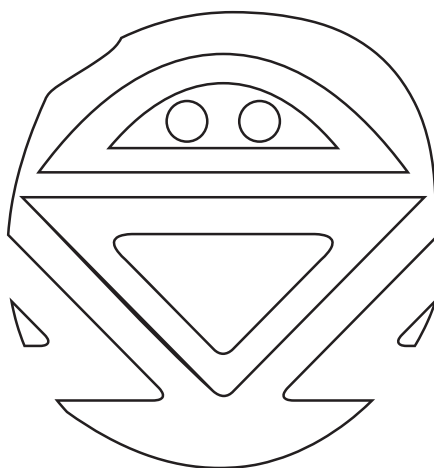
ITAITUBA. Secretaria Municipal de Educação. Regimento Escolar das Escolas Públicas Municipais de Educação Infantil, Ensino Fundamental do Município de Itaituba. 2012.

OZORIO. Verônica de Araújo. Excesso de alunos em sala de aula não combina com qualidade educacional. Revista Nova Escola. jun./jul. 2003. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/suavoz/0071.html>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

Portaria nº 017/2014-GAB/SEMED. Dispõe Sobre os Procedimentos para o Processo de Lotação do Ano Letivo/2015 das Escolas Públicas e Cedidas da Rede Municipal de Ensino.

RIBEIRO, Vera Masagão. A formação de educadores e a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico. Educação e Sociedade. Campinas, v. 20, n. 68, p.184-201, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

SEMED. Estatística Inicial e final da Educação de Jovens e Adultos. Itaituba.2008 a 2015. Relatório Final das Escolas municipais que ofertaram educação de jovens e adultos. 2008 a 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Downloads/nota_tecnica_metodologia_de_filtragem_2008_a_2015.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2016.



PRINCIPAIS BARREIRAS A IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL EM UMA EMPRESA DO SETOR INDUSTRIAL NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA/PA.

MULLER, Fabiano Hector Lira¹

FALCÃO, Adriane Ribeiro²

Resumo: A Gestão Ambiental dentro das organizações tomou grandes proporções nos últimos anos principalmente com a evolução tecnológica e os avanços da globalização, desta forma, este trabalho teve como objetivo avaliar as dificuldades de implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) em uma empresa do setor industrial do município de Itaituba/Pa. Esta empresa trabalha com a fabricação de tijolos e telhas de barro, buscando identificar quais as ações já implantadas e o que pretende ser aperfeiçoado no sistema de produção da empresa, apontando as principais dificuldades identificadas pela direção para essa implantação, que é de suma importância para garantir o melhor desempenho no processo produtivo da empresa e valorização na imagem junto a sociedade gerando um ciclo de vida dentro da própria organização e deste modo evitando a degradação e poluição do meio. Foi utilizado para o embasamento teórico algumas bibliografias que trabalham sobre a temática, que deram suporte para a construção do trabalho científico, também foi usado como procedimentos metodológicos a realização de uma pesquisa de campo com cunho exploratório com aplicação de uma entrevista semi estruturada com o sócio/administrador da empresa em questão, com o intuito de conhecer melhor a realidade e melhor retratar e expor as barreiras enfrentadas.

Palavras-chave: Gestão ambiental. Preservação. Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A implementação de práticas ambientais corretas e a adoção de políticas com foco em desenvolver não só o econômico, mas também o social e a preservação ambiental em qualquer organização, refletem uma postura interessante e necessária na atualidade, pois podem influenciar de maneira direta na reputação da empresa no mercado. O dinamismo cada vez maior das empresas junto ao mercado aliado a uma maior cobrança por parte da população consumidora, se juntam em prol de uma discussão focada em desenvolver atividades de maneira ambiental e socialmente aceitas, direcionando ações com o intuito de promover o desenvolvimento econômico e sustentável demonstrando engajamento das empresas com o meio ambiente em que está inserida

Essa aceitação da sociedade consumidora cada vez mais exigente e ligada em produtos de melhor qualidade que tenham origem certificada mostra que o mercado precisa se adaptar a esta realidade onde os produtos tenham origem comprovada e que sigam padrões de sustentabilidade o que resultará certamente em valorização da empresa perante a sociedade.

Em função disto, justifica-se a realização desta pesquisa para verificar quais são os

1 Licenciado Pleno em História (Faculdade de Itaituba - FAI), Especialista em Gestão Ambiental e Ecoturismo (Faculdade do Tapajós - FAT). Professor da Faculdade do Tapajós.

2 Bacharel em Administração (Faculdade do Tapajós).

benefícios para a empresa Cerâmica Tarumã resultante da implantação de um Sistema de Gestão Ambiental - SGA, que está de acordo com o objetivo deste trabalho que é esclarecer quais estas principais barreiras encontradas pela empresa em questão para a implantação do SGA, o que acabou por gerar a problemática norteadora deste trabalho: Quais as principais barreiras à implantação do SGA em uma empresa do setor industrial no município de Itaituba/Pa?

A metodologia está embasada em autores como Barbieri (2009), Dias (2011), Belo (2009), Severino (2010), os quais serviram de base para esclarecer o tema em questão e aprofundar a discussão sobre a relação entre as práticas administrativas adotadas na empresa alvo desta pesquisa exploratória e as principais barreiras para a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental, informações estas que foram obtidas através da pesquisa de campo.

2 ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE

De acordo com a resolução 306 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) de 2002, “meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”, é através da interação desse conjunto de fatores de ordem física, química, biológica, que é possível o desenvolvimento das mais variadas formas de vida em nosso planeta.

Conforme nos afirma Jacobi (2003), com o aumento da pressão ambiental tanto por parte da sociedade quanto por parte dos setores governamentais responsáveis pela fiscalização, aliada a exigência do mercado consumidor por empresas ambientalmente corretas, estas passaram a ver como obrigação a adoção de políticas de preservação, controle e recuperação ambiental para seguirem competitivas no mercado e garantirem desta forma a continuidade de suas operações.

A necessidade de abordar o tema da complexidade ambiental decorre da percepção sobre o incipiente processo de reflexão acerca das práticas existentes e das múltiplas possibilidades de, ao pensar a realidade de modo complexo, defini-la como uma nova racionalidade e um espaço onde se articulam natureza, técnica e cultura. Refletir sobre a complexidade ambiental abre uma estimulante oportunidade para compreender a gestação de novos atores sociais que se mobilizam para a apropriação da natureza, para um processo educativo articulado e comprometido com a sustentabilidade e a participação, apoiado numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de diferentes áreas de saber. (IBID, 2003, p. 191).

E é justamente por ser um tema complexo e que abrange vários atores nesse processo, que as questões ambientais não devem ficar restritas somente aos ambientalistas ou as organizações não governamentais, tais questões são cada vez mais presentes no dia a dia das pessoas, e a população não pode e não deve ficar a margem deste assunto, sendo direito de todos, o uso de um meio ambiente equilibrado, assim sendo, e visando atender cada dia mais

as tendências de mercado é que as empresas devem direcionar suas praticas administrativas visando se adequar e acompanhar o que esse cenário econômico cada dia mais competitivo e restritivo pede.

Mucelin e Bellini (2008) ao tratarem sobre a questão do lixo e seus impactos no ecossistema urbano nos informam que até o século XX as consequências ambientais geradas pelas empresas eram inevitáveis nos processos industriais o que resultava em vários impactos ambientais, alguns deles sentidos ainda hoje em várias regiões do mundo e que a poluição é um problema bastante frequente de nossa sociedade, já que quanto mais alto o grau de desenvolvimento tecnológico de uma sociedade, maior é a sua ação predatória sobre o meio natural, seja poluindo os recursos hídricos, seja por poluição sonora, por poluição atmosférica causada pela emissão de partículas solidas em suspensão, por gases tóxicos, etc.

A enorme capacidade de intervenção do homem na natureza ao mesmo tempo em que provocou grandes danos ambientais, também ofereceu em muitas situações os meios para que a humanidade afastasse a ameaça imediata que estes danos poderiam causar, o que possibilitou a adoção de técnicas e políticas ambientalmente mais sustentáveis. (BELO, 2009, p. 02).

Dessa forma, o desenvolvimento sustentável prevê o uso de forma racional dos recursos naturais, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico, ou seja, ele tem como proposta, além de valorizar esses indicadores, enaltecer a necessidade de se criar mecanismos para que as atividades econômicas desenvolvidas hoje possam ser aproveitadas pelas gerações futuras.

Assim sendo, é cada vez mais notório que empresas empreendam mudanças de valores e até ideologias frente as pressões exercidas pelo ambiente externo das organização, mudanças estas que acabam por influenciar sua performance no mercado.

Esse reconhecimento social dos problemas socioambientais tem cobrado das empresas uma mudança de conduta e, aos poucos e com diferentes níveis de intensidade, o comportamento reativo tem sido substituído por uma nova linguagem de responsabilidade ambiental que, nos setores de ponta do universo empresarial passou a ser encarada como uma questão de sobrevivência. (SILVA; LIMA, 2013, p. 02)

Essa mudança no comportamento reativo tem se tornado uma tendência entre as organizações que tem como política instalada, a preocupação com meio ambiente que por sua vez, tornou-se uma das principais bandeiras já que não dá para esperar o problema acontecer para somente depois procurar uma forma de corrigir, é preciso trabalhar preventivamente e aplicar boas práticas de gestão ambiental, evitando que os problemas venham a acontecer, ou seja, ter uma visão proativa.

Nesse sentido, faz-se necessário uma mudança na cultura das empresas para que a dimensão ambiental possa ser verdadeiramente incorporada e tratada como uma forma de

tornar-se diferenciada no mercado uma vez que parece ser necessário que os setores empresariais sejam capazes de ver esse novo contexto em que o meio ambiente é muito importante, como um desafio estimulante para sua competitividade econômica e crescimento no mercado.

2.1 Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

A obra de Moura (2014), tras o entendimento de que a percepção da questão ambiental evoluiu nos últimos anos e as empresas perceberam que o uso eficiente dos recursos naturais mostra sua postura responsável em relação ao meio ambiente, trazendo ganhos efetivos para o negócio e essas mudanças de atitudes por parte das empresas, só tiveram início após a década de 70, isso porque a sociedade entendeu que havia necessidade de mudança diante dos desastres ambientais e alertas de cientistas em relação as ameaças dos desequilíbrios causados pelo homem na natureza.

Ao implantar um sistema de gestão ambiental, alinha-se às ações para basicamente ser a ordenação das atividades humanas para que estas produzam o menor impacto possível sobre o meio, sendo que esta organização vai desde a escolha das melhores técnicas até o cumprimento da legislação e a alocação correta de recursos humanos e financeiros.

Sistema de Gestão Ambiental é o conjunto de responsabilidades organizacionais, procedimentos, processos e meios que se adotam para implantação de uma política ambiental em determinada empresa ou unidade produtiva. É o método empregado para levar uma organização a atingir e manter-se em funcionamento de acordo com as normas estabelecidas, bem como para alcançar os objetivos definidos em sua política ambiental. (DIAS, 2011, p. 104).

As organizações que adotam um sistema de gestão ambiental, obtém certa vantagem competitiva como forma de reconhecimento do mercado e sua valorização como uma organização ecologicamente correta, visto como um processo dinâmico e que deve resultar numa melhoria sempre contínua do desempenho da organização em matérias ambientais.

Para Barbieri (2009, p. 153):

Um sistema de Gestão Ambiental (SGA) requer a formulação de diretrizes, definição de objetivos, coordenação de atividades e avaliação de resultados. Também é necessário o envolvimento de diferentes segmentos da empresa para tratar das questões ambientais de modo integrado com as demais atividades empresariais [...]. Qualquer SGA requer um conjunto de elementos comuns que independem da estrutura organizacional, do tamanho e do setor de atuação da empresa.

Com base nesse autor a implantação requer planejamento, esforço, determinação, execução, controle, recursos financeiros, humanos e materiais, pois os investimentos se referem ao tempo das pessoas, aos materiais, instrumentos, equipamentos e eventuais serviços de terceiros, esses investimentos necessários retornarão como benefícios de várias formas:

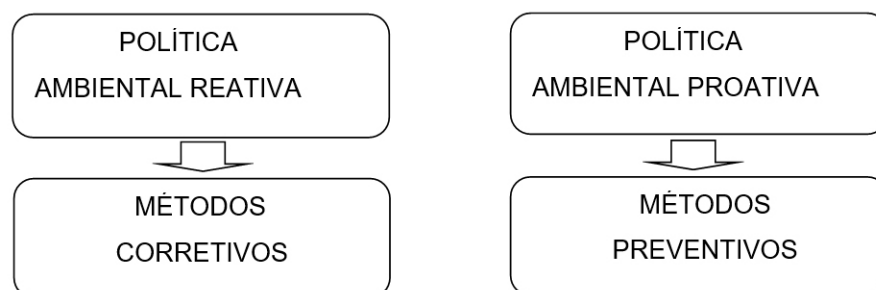
imagem da organização, novos mercados, redução do desperdício, aumento da produtividade, e essa gestão ambiental exigirá uma nova atitude dos empresários e administradores, de modo que eles incluam esse sistema ambiental no processo gerencial da empresa, não importando o seu tamanho.

Segundo Dias (2011, p. 102) “gestão ambiental é a expressão utilizada para se denominar a gestão empresarial, que se orienta para evitar, na medida do possível, problemas para o meio ambiente”. A gestão ambiental norteia o setor empresarial nas tomadas de decisões, garantindo a responsabilidade ambiental e adequando seu compromisso com o meio ambiente atendendo as exigências das legislações vigentes.

Ao tomar essas novas atitudes inserindo o planejamento de ações ambientais no processo administrativo, passa-se a pensar a organização de maneira estratégica fazendo um mapeamento de suas fraquezas e potencialidades. “As ameaças a empresa serão identificadas após a análise do ambiente externo, sendo suas vulnerabilidades e potencialidades identificadas após a análise do ambiente interno” (MOURA, 2014, p. 87).

Para minimizar os impactos negativos que as empresas causam à sociedade e ao meio ambiente, o SGA utiliza os métodos corretivos e também métodos preventivos que possibilitam a organização fazer com que consigam “reduzir ou controlar a poluição, os quais podem incluir reciclagem, tratamento, mudanças no processo, mecanismos de controle, uso eficiente de recursos e substituição de materiais” (FREITAS, 2005, p. 32).

Ilustração 01 – Métodos corretivos e métodos proativos.



Fonte: Dias (2011, p. 103).

Política ambiental reativa esta ligada aos métodos corretivos e tem como finalidade solucionar os problemas ambientais eliminando ou reduzindo os impactos ocasionados pelas atividades das empresas. Já a Política ambiental proativa está ligada aos métodos preventivos e tem como finalidade o planejamento prévio dos efeitos ambientais, na qual estuda as causas e a forma de eliminação dos impactos causados ao meio ambiente, como ratifica Dias (2011, p. 103) ao tratar sobre o assunto afirma que “para conseguir alcançar o desenvolvimento sustentável, é necessário que as medidas corretivas sejam substituídas por políticas preventivas que atuem sobre as origens dos problemas”. Ao adotar a política proativa as empresas obtêm varias vantagens e benefícios, pois perante os órgãos públicos e a sociedade,

ela está em destaque em relação a outras empresas que não adotam o método, tendo assim bons resultados econômicos e financeiros.

Moura (2014) ao falar sobre Sistemas de Gestão Ambiental nos faz entender que estes podem ser aplicados a qualquer atividade econômica, em organizações públicas ou privadas, de pequeno, médio ou grande porte, especialmente naqueles empreendimentos que apresentam riscos de provocar impactos negativos ao meio ambiente e, sobretudo, possibilita a uma organização, controlar e minimizar os riscos ambientais de suas atividades.

A decisão sobre a necessidade, ou não, de implantação de um sistema de gestão ambiental deve ser feita analisando-se, [...], se isso vai atender ou não a uma ‘necessidade dos seus clientes’ e avaliando-se, também, de que forma esse sistema irá colaborar para auxiliar no cumprimento da legislação ambiental. A implantação de um SGA é uma das melhores formas para conseguir obter melhorias de desempenho ambiental em uma organização. (IBID, 2014, p. 75-76)

Ainda conforme o autor, fica claro que para alcançar os objetivos o SGA depende das organizações se conscientizarem e adotarem os métodos alternativos e viáveis para as soluções dos problemas ambientais buscando a permanente melhoria da qualidade ambiental dos serviços, produtos e ambiente de trabalho, pois, essas empresas dentro da legalidade podem evitar multas, ações judiciais e principalmente alcançar mercados consumidores.

Queiroz (2005) informa que os cuidados com o meio ambiente nos últimos anos vêm se tornando alvo de preocupação, na tentativa de fazer algo a respeito, já foram tomadas várias medidas com o objetivo de uniformizar ações sobre o meio ambiente. A International Organization for Standardization (ISO), constituído em 1947, com sede em Genebra, e que conta com mais de cem membros, representando cada um de seu país de origem e que tem a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) como um de seus membros fundadores, criou um sistema de normas, a ISO 14000, segundo Valle (2002, p.137) “[...] constitui, provavelmente, o conjunto de normas mais amplo que já se criou de forma simultânea”.

Ainda conforme o autor, essa norma trata da gestão ambiental, porém não impõe a medição da poluição ou a padronização de produtos uma vez que é voluntária e que conta com um sistema orientado para aprimorar o desempenho da organização tendo em vista a melhoria contínua da sua gestão ambiental não sendo deste modo meramente um conjunto de normas técnicas. O Sistema ISO é responsável pela maioria de normas que beneficiam o mundo, promovendo qualidades desejáveis dos produtos e serviços que possam atender as expectativas de um modo geral e com baixo custo garantindo equilíbrio e proteção ambiental.

As normas ISO 9000 e ISO 14000 provocaram uma verdadeira revolução na forma de atuação dos sistemas de qualidade, em todo o mundo, padronizando formas de trabalho mais eficazes, além de permitirem a mobilidade de profissionais entre áreas industriais e de serviços completamente diferentes, colaborando significativamente para a obtenção de melhorias de desempenho nas áreas de qualidade e ambiental das organizações (MOURA, 2014, p. 67)

O mesmo autor ao tratar sobre as normas ISO 14000 diz que apesar de não definirem critérios específicos, esta discrimina os requisitos norteadores da política e objetivos quanto aos aspectos ambientais e alguns termos que são perfeitamente proporcionais com a gestão econômica da empresa não importando assim o seu tamanho, assim sendo, a Certificação ISO 14000 passou a ser vista como uma ponte de acesso para as exportações a mercados mais exigentes.

Percebe-se nas palavras do autor acima que a implantação dessa norma não é tarefa fácil, e por isso existem empresas especializadas que são responsáveis por fazer a Certificação de empresas, uma vez que o certificado se tornou uma estratégia para o crescimento das empresas já que é impossível ignorar a questão ambiental e a norma ISO 14001 é um facilitador pois coloca todos os requisitos para que as empresas estejam sempre em dia com seus requisitos legais, que não esteja sujeita a multas, para que não tenha passivos legais que possam diminuir o valor dela no mercado.

A ISO 14001 conforme Pombo e Magrini (2008) é a norma que define as diretrizes para o uso do SGA com a qual as empresas poderão obter um certificado e para isso passarão por auditorias externas realizadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, INMETRO e pelo Sistema Brasileiro de Certificação - SBC, entidade certificadora do Brasil, essas auditorias podem ser de certificação, de manutenção da certificação e de recertificação.

Ainda conforme os autores, no Brasil a norma ISO 14001 passou a se chamar NBR ISO 14001, onde NBR significa: “Norma Brasileira Regulamentadora” e é uma sigla que a ABNT coloca hoje no nome de todas as suas normas. A norma 14001 é aplicável em qualquer tipo de organização, empresa, indústria, hospital, escola, estabelecimento comercial, etc., e é aplicável a todas as suas atividades, serviços e produtos.

A norma ISO 14001 define que a organização deve estabelecer e manter procedimentos para identificar os aspectos ambientais de suas atividades, produtos ou serviços que ela possa controlar, dentro do escopo de seu sistema de gestão ambiental e sobre os quais se presume que ela tenha influência. Deve, ainda, levar em conta os desenvolvimentos novos ou planejados (em novos produtos ou novas instalações), afim de determinar aqueles que tenham ou possam ter impactos significativos sobre o meio ambiente. (MOURA, 2014, p. 103-104)

Para que a empresa possa obter o SGA que possa ser certificado é necessário que ela siga algumas exigências e estabeleça alguns requisitos como a melhoria continua do desempenho ambiental dentro das organizações. O certificado da norma NBR ISO 14001 foi implantado no Brasil em 1996 e passou por uma revisão em 2004 no sentido de deixar mais claros os requisitos de implantação ou aprimoramento do SGA, já que a Certificação da ISO é exigida internacionalmente, pois facilita a exportação para outros países, ou seja, sem ela a organização encontrará dificuldades para exportar produtos de uma empresa brasileira.

Este requisito é explicado por Guarnieri (2011) em sua obra que trata sobre Logística

Reversa que nos faz entender ao tratar sobre o Ciclo de Melhoria Contínua, também conhecido como Ciclo PDCA, que com o passar do tempo percebeu-se seus ótimos resultados ao serem aplicados no Sistema de Gestão com o objetivo de atingir resultados de forma eficiente e ágil, então, o ciclo PDCA tem por princípio tornar mais claro os processos envolvidos na execução da gestão, uma ferramenta da qualidade que propicia uma constante revisão dos processos e sistemas a fim de atingir um melhor resultado, ou seja, a organização não se acomoda e luta constantemente na otimização dos seus processos .

Assumir um compromisso com a ‘melhoria contínua’ não pode ser uma declaração vaga, sem consequências. [...] a melhoria contínua está incorporada as ações empresariais, como os investimentos realizados em melhorias nos processos industriais, treinamentos, modificações em produtos, com melhoria do desempenho ambiental da organização. (MOURA, 2014, p. 82)

Assim sendo, é importante que as organizações ao pensarem suas ações levem em consideração também a possibilidade, ou necessidade, de implantar um bom Sistema de Gestão Ambiental uma vez que este trabalha em conjunto com os demais setores da administração fazendo uma varredura das fraquezas e destacando as potencialidades da empresa para enfrentar o mercado cada vez mais concorrido na atualidade.

3 METODOLOGIA

Visando atingir o objetivo de identificar as principais barreiras para implantação do uso de um Sistema de Gestão Ambiental em uma empresa do setor industrial no município de Itaituba/Pa, inicialmente foi realizado um levantamento para definir os principais autores que seriam utilizados, sendo escolhidos livros, artigos, periódicos e monografias que serviram de fundamentação na construção científica.

Foram utilizadas obras de autores que tratam sobre as temáticas abordadas no trabalho, tais como Barbieri (2009), Dias (2011), Belo (2009), Severino (2010), Moura (2014), etc, os quais serviram de base para esclarecer o tema em questão e aprofundar a discussão sobre a relação entre as práticas administrativas adotadas na empresa alvo desta pesquisa exploratória e as principais barreiras para a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental na mesma.

Foi escolhida uma empresa do setor industrial por nome Cerâmica Tarumã e que trabalha na fabricação de tijolos e telhas de barro, fundada em 18/03/1986 no município de Itaituba/PA conta com um quadro de 35 funcionários e tem a frete o Srº.Fabrizio Priante Schuber de 44 anos de idade que está a 07 (sete) anos atuando na função de Sócio Administrador.

Na empresa foi realizado uma pesquisa de campo para uma melhor observação do ambiente organizacional onde foi realizado uma entrevista semi estruturada com o sócio e

administrador da empresa com o intuito de saber como estão sendo trabalhadas as práticas de gestão ambiental e/ou se existe alguma dificuldade para a implantação destas práticas no processo gerencial/administrativo.

Entrevistas estruturadas são aquelas em que as questões são direcionadas e previamente estabelecidas, [...]. Aproxima-se mais do questionário, embora sem a impessoalidade deste. Com questões bem diretivas, obtém, do universo de sujeitos, respostas também mais facilmente categorizáveis, sendo assim muito útil para o desenvolvimento de levantamentos sociais. (SEVERINO, 2010, p. 125)

A pesquisa adotada foi de cunho exploratório que de acordo com Triviños (2013, p. 109) “permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. O pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica [...]”, os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa permitiram obter as informações necessárias para se conseguir as respostas para os questionamentos que deram o norte na realização deste trabalho.

Com os dados em mãos, realizou-se uma análise das informações coletadas com base em uma abordagem qualitativa uma vez que é necessário fazer uma discussão num contexto mais amplo. A abordagem qualitativa permitiu o levantamento de informações que serviram de apoio para a análise e discussão dos dados que vieram a responder as questões norteadoras. Para Polit; Becker e Hungler (2004, p. 201). “a pesquisa qualitativa tende a salientar os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, para apreender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando o fenômeno”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) garante a redução de efeitos nocivos para o meio ambiente e garante uma diminuição dos custos e além de assegurar que estas se destaquem perante outras organizações gerando competitividade que permite reduzir os custos de produção, elimina desperdícios e minimiza as perdas da produção.

Durante a pesquisa de campo o empresário Fabrício Schuber deixa claro o seu entendimento sobre o assunto em questão e afirma que as práticas quando bem implantadas resultam em benefícios, tanto que os produtos da organização são comercializados em outras cidades por se tratarem de produtos de qualidade.

Quanto à implantação de um SGA na empresa o proprietário afirma que sua empresa ainda o está em processando, mas ressalta que os resultados econômicos esperados são bastante positivos e uma vez implantado, contribuirá com melhorias em sua atividade possibilitando retorno do capital investido já que a médio e longo prazo isso trará retorno deste capital aplicado na melhoria do desempenho da empresa.

Entre as práticas já locadas destacam-se a adequação à legislação ambiental tendo

todas as licenças em dia, redução dos resíduos durante a produção principalmente em função da aquisição de maquinários mais modernos, reaproveitamento dos materiais, conscientização dos colaboradores através de palestras e capacitação além de economia de energia através da melhoria do processo produtivo e de boas práticas no dia a dia.

Quanto às principais barreiras a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental na empresa, destacou-se alguns pontos, entre eles: A aquisição de insumos para os fornos que ainda são a lenha e demandam uma grande quantidade de lenha que tem um preço elevado; O alto custo de aquisição de um forno novo para a queima dos tijolos e telhas, que de acordo com o entrevistado irá causar uma redução de 72% no custo com o insumo além de ter uma pequena geração de resíduos; Aquisição de equipamentos mais modernos para agilizar e aumentar a produção reduzindo desperdícios pois estes tem um custo muito elevado; e manter profissionais qualificados já que ainda é pequena a quantidade de profissionais com qualificações específicas no município de Itaituba/Pa.

Este trabalho servirá como base para futuros estudos que levem em consideração a implantação de Sistemas de Gestão Ambiental em empresas do município de Itaituba/Pa sejam elas de pequeno, médio ou grande porte pois trata-se de uma temática em evidencia na atualidade e que pode ser um ponto de diferencial competitivo no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BELO, Carvalhar Diego: Degradação ambiental e escassez de recursos: análise comparada das mudanças sócio-ambientais ocorridas entre os pescadores dos municípios de São Fidélis e São João da Barra após o acidente da Cataguases papel - UENF, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. Resolução nº 306 de 5 julho de 2002. Estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para a realização de auditorias ambientais. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=306>>. Acesso em: 03 dez. 2015

_____. Associação Brasileira De Normas Técnicas. NBR ISO 14001: sistemas de gestão ambiental: Requisitos com orientações para uso. Rio de Janeiro, 2004.

DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FREITAS, Francisco de Assis. Uso do conceito prevenção da poluição no contexto da norma iso 14001: o caso da fábrica de fertilizantes nitrogenados da Petrobras. Dissertação de Mestrado em Sistemas de Gestão da Universidade Federal Fluminense. 2005. Disponível em: < http://www.teclim.ufba.br/site/material_online/dissertacoes/dis_francisco_de_a_freitas.pdf> Acesso em: 03 dez. 2015.

GUARNIERI, Patrícia. Logística reversa: em busca do equilíbrio econômico e ambiental. Recife: Clube de autores, 2011

JACOBI, Pedro et al. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de pes-

quisa, v. 118, n. 3, p. 189-205, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2016

MOURA, Luiz Antonio Abdalla de. Qualidade e gestão ambiental: sustentabilidade e ISO 14001. 6. ed. Belo Horizonte, Del Rey, 2014.

MUCELIN, Carlos Alberto; BELLINI, Marta. Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. *Sociedade & natureza*, v. 20, n. 1, p. 111-124, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v20n1/a08v20n1>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

POLIT, Denise; BECK, Cheryl Tatano; HUNGLER, Bernardette. Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

POMBO, Felipe Ramalho; MAGRINI, Alessandra. Panorama de aplicação da norma ISO 14001 no Brasil. *Gestão & Produção*, v. 15, n. 1, p. 1-10, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v15n1/a02v15n1>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

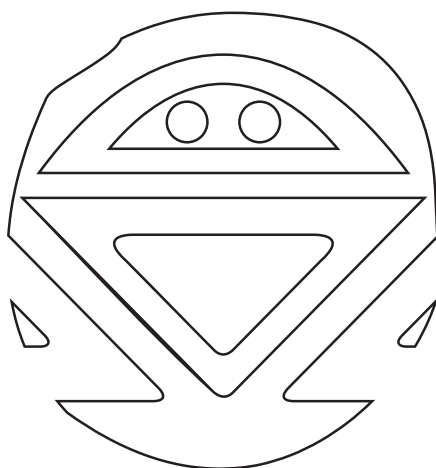
QUEIROZ, Fábio Albergaria de. Meio ambiente e comércio na agenda internacional: a questão ambiental nas negociações da omc e dos blocos econômicos regionais. *Ambiente & Sociedade*, v. 8, n. 2, p. 125-146, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v8n2/28608.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. cortez. 2010

SILVA, Danielly Ferreira; LIMA, Gustavo Ferreira da costa. Empresas e meio ambiente: contribuições da legislação ambiental. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, v. 10, n. 2, p. 334-359, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas. 2013.

VALLE, Cyro Eyer do. Qualidade ambiental: ISO 14000. São Paulo: SENAC 4 ed. revista e ampliada, 2002.



ATIVIDADES FÍSICAS NA TERCEIRA IDADE: Uma Análise da Saúde do Idoso na Praça Celso Matheus em Itaituba- Pará.

CONCEIÇÃO, Márcio Silva¹

GOULARTE, Tatiane²

Resumo: O tema em estudo reproduz os profissionais atuantes na área da saúde e que prestam assistência de enfermagem aos idosos mais precisamente em relação as atividades físicas. Foi realizado uma pesquisa de campo do tipo qualitativo na cidade de Itaituba-Pa na Praça Celso Matheus, onde foi utilizado questionário estruturado de auto preenchimento. Participaram da pesquisa dez (10) idosos de ambos os sexos que realizam atividades físicas neste local. Foi realizado levantamento bibliográfica para avaliar os benefícios das atividades físicas na terceira idade, precauções que os profissionais precisam ter ao avaliar os exercícios que serão praticados e a importância da assistência de enfermagem atuantes na terceira idade. Após avaliação do questionário foi possível perceber as mudanças fisiológicas do organismo e assim compreender as dificuldades que os idosos apresentam em iniciar e se manter nas atividades e os inúmeros benefícios que são atribuídos às atividades em grupo tanto físico como psicologicamente. Foi possível perceber a necessidade da realização de educação continuada para conscientização dos idosos para que estas ações possam diminuir os efeitos da idade, promovendo conhecimento para que tenham o interesse no autocuidado pois, aquele que não possui conhecimento acerca do assunto é impossível pô-lo em prática. Sendo assim, a enfermagem tem participação especial no processo de educação na terceira idade, coordenar, assistir e construir projetos que auxiliem os idosos e outros profissionais para que esses possam avaliar os benefícios em si próprio e não desista das atividades para que este construa relacionamentos interpessoais inserindo novamente na sociedade, podendo compartilhar com o grupo suas vivências.

Palavras-chave: Atividade Física para Idosos. Assistência de Enfermagem na Terceira Idade. Saúde do Idoso.

1 INTRODUÇÃO

A expectativa de vida tem aumentado nos últimos anos, contribuindo para o aumento na proporção de idosos. Com os avanços na saúde e na tecnologia, a qualidade de vida tem sido alvo de projetos no mundo todo com objetivo de proporcionar conforto a essa população. Idosos são acima de 60 anos de idade e para esse grupo a enfermagem tem participação fundamental no gerenciamento de programas para o envelhecimento saudável (SANTOS et al, 2011).

A terceira idade até pouco tempo era assistida na recuperação e reabilitação da saúde, o que gerava gastos altos com medicações, internamentos hospitalares principalmente no setor de UTI. Hoje a terceira idade tem seu espaço em programas, mas ainda algumas pessoas sentem dificuldade na adesão às diversas estratégias.

Atualmente estratégias são abordadas para promoção, proteção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, os profissionais trabalham para estimular o autocuidado e a

1 Mestre em Bioengenharia pela Universidade Camilo Castelo Branco – UNICASTELO. Docente da Faculdade de Itaituba. Professor da Pós-graduação da Faculdade do Tapajós, Pa.

2 Enfermeira da Unidade Básica de Saúde Edson Botelho, UBS-SEMSA.

adesão aos programas de cuidado integral ao indivíduo que visa manter a terceira idade em movimento na tentativa de evitar as doenças oportunistas atuando no seu bem-estar (FREITAS et al, 2011).

Os exercícios físicos estão relacionados à autoestima, aceitação pessoal, independência e a motivação são os maiores pontos positivos as atividades realizadas em grupo, o idoso compartilha suas dificuldades e percebe ao seu redor que outras pessoas também estão vivendo esse momento. Mas a desistência durante o percurso é considerável, por isso os profissionais precisam estar atentos as atividades que os mantenham no programa (MEURER et al, 2012).

É importante avaliar as dificuldades da terceira idade como mudanças no padrão do sono, perda do cônjuge, sentimentos de inutilidade, falta de apoio familiar ocasiona baixa auto estima podendo levar a depressão. É fundamental chamar a atenção dessas pessoas para contribuir na sua adaptação a esse momento e mantendo-o em movimento (FERREIRA; TAVARES, 2013).

Neste contexto, o planejamento deste trabalho foi realizado com intuito de conhecer as dificuldades existentes na terceira idade para que possamos realizar assistência de enfermagem com objetivo de manter a adesão nos programas de promoção da saúde para garantir a qualidade de vida dessa população. Com o aumento da qualidade de vida surgiram outras preocupações na área da saúde como o bem-estar no envelhecimento. Projetos têm sido realizados no intuito de gerar interesse da população idosa para garantir a promoção da saúde gerando autocuidado, independência, procurando manter o idoso nas atividades, pois o abandono das atividades é frequente. Os profissionais precisam ter conhecimento sobre as dificuldades existentes na terceira idade para que possamos construir estratégias que vão proporcionar mudança no estilo de vida consequentemente beneficiando na qualidade do dia a dia dessa população. Assim a presente pesquisa teve como principal objetivo analisar a saúde do idoso em uma praça pública do Município de Itaituba-Pa.

2 TERCEIRA IDADE

A população idosa tem sido crescente nas últimas décadas conforme aumento na expectativa de vida do brasileiro, e sua qualidade de vida vem sendo discutida e ampliada. Surgiram então, programas para que os idosos tenham mais conforto nessa fase da vida, onde os movimentos ficam mais lentos, aumentando desequilíbrio e doenças. Esse processo de envelhecer ou de aumentar a expectativa de vida também gera impacto sobre o sistema de saúde populacional (CHAIMOWICZ, 2009).

Conforme a expectativa de vida aumenta, consequentemente aumenta a preocupação com o cuidado ao idoso, cuidados especiais em casas de repouso e até mesmo nos custos gerados, pois essa faixa etária apresenta mais gasto com medicações e a tendência é que se

posicionem à margem, como se não tivessem mais utilidade. Atualmente temos um cenário de mudanças no estilo de vida, com incentivos a praticarem exercícios físicos e largar o chamado sedentarismo (BENEDETTI; PETROSKI, 2011).

Os autores Mazo et al (2009) apontam os dados demográficos do Brasil em que a faixa etária da terceira idade vem aumentando significativamente, para essa população programas vem sendo discutidos para que esse envelhecimento seja com qualidade de vida, principalmente na prevenção das doenças e para promoção da saúde, para que o idoso tenha qualidade de vida a longo prazo.

Esse processo de chegada a terceira idade além de tantas mudanças físicas, também passa por transformações locomotoras de lentidão, dores, perda da força muscular que trazem dificuldades como subir e descer escadas, levantar-se da cadeira, ter reflexo rápido e manter o equilíbrio em obstáculos. Para esse processo a atividade física tem mostrado resultados positivos em sua independência, trazendo benefícios positivos para a qualidade de vida do idoso (PEDRINELLI et al, 2009).

A falta de atividades físicas traz consequências para toda a população, não precisa ser idoso para ser considerado sedentário, mas, outras dificuldades são geradas conforme a idade, os autores Scher et al, (2008) citam o aumento da pressão arterial como um problema que normalmente acrescenta na terceira idade nos problemas de saúde causando outros problemas como hipertensão, problemas de circulação entre outros onde a atividade física mostra efeitos positivos. O exercício físico mostra resultados para idosos que praticam alguma atividade na diminuição da PA sistólica, assim como risco para doença cardiovascular comparado a idosos que não fazem atividades.

O autor Chaimowicz (2009) relaciona o aumento de idosos em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nos países desenvolvidos, o índice de mortalidade na terceira idade começou a diminuir devido às mudanças na alimentação, programas de saúde em habitação, reformas sanitárias. Nos países em desenvolvimento a expectativa de vida aumentou conforme a evolução de imunizações, antibióticos.

O mesmo autor à cima, relata que houve um aumento dos idosos na faixa etária de 80 anos, ou seja, o idoso do próprio grupo de idosos. Esses precisam mais de medicamentos, dispõem mais de assistência médica, mais dependência da família e com isso causa um impacto na sociedade, pois se trata de uma faixa etária que não oferece mão de obra sendo assim, um impacto para a economia.

2.1 Envelhecimento no brasil

As mulheres apresentam maior expectativa de vida do que para os homens. Isso porque os homens são mais expostos ao tabaco, ao etilismo, assassinatos, acidentes e doenças como câncer de pulmão e cardiovascular, enquanto mulheres tem maior exposição ao

câncer de mama e ovários/útero. Por outro lado, as mulheres são mais atingidas por demência e depressão, elas podem viver mais tempo, porém, com menos qualidade de vida (CHAIMOWICZ, 2009).

O Brasil se preocupa com o envelhecimento de qualidade da população, a saúde vem planejando ações de promoção, prevenção de doenças e acesso aos atendimentos facilitados. Entre tantos estudos à respeito da saúde do idoso, o assunto que tem se destacado é a atividade física na terceira idade para o envelhecimento saudável, a atividade diária contribuindo para prevenção de doenças coronárias, diabetes, hipertensão entre outras, que contribui para a diminuição do índice de mortalidade (MAZO et al, 2009).

Os idosos têm direito a receber auxílio financeiro previdências, chamado de aposentadoria. Nós temos um sistema atual de família, onde muitas vezes os adultos mais jovens saem para trabalhar e o idoso cuida da casa, na maioria das vezes, cuidam dos netos enquanto suas filhas ou noras vão trabalhar e seu dinheiro da aposentadoria também entra como ajuda financeira na renda e na manutenção do uso de medicações da idade. Por outro do aumento da expectativa de vida, o governo precisa direcionar a contribuição para aumento dos gastos com aposentadoria (CHAIMOWICZ, 2009).

2.2 Característica populacional da terceira idade

O aumento na expectativa de vida é consequente da diminuição da mortalidade infantil, o óbito infantil é o maior desafio para quem quer chegar aos 60 anos de idade. No Brasil a taxa de fecundidade caiu e famílias que antes tinham cerca de seis filhos passaram a três filhos e hoje, 2,2 filhos por mulher. Consequentemente a população jovem diminuiu e a população idosa aumentou (CHAIMOWICZ, 2009).

O mesmo autor acima, relata que a expectativa de vida para os homens chegará a 70 anos e das mulheres 76 anos até 2020, a proporção passará de 5% para 10% da população idosa. Nessa população idosa há outra preocupação, o grupo mais idoso que se refere a 80 anos ou mais, esta é uma característica crescente que causa impactos econômicos no sistema de saúde e mudanças na rotina familiar. Uma das doenças mais comuns em idosos acima de 85 anos é a demência (CHAIMOWICZ, 2009).

Como vimos, as mulheres têm expectativa de vida maior que os homens, essa é uma tendência mundial. Esses dados se referem às causas de mortalidade masculina por terem maior exposição a de risco como álcool, tabaco, acidentes de trabalho, homicídios e aumento do número de óbitos por câncer de pulmão e cardiovasculares. Espera-se que até 2020 serão 100 mulheres para cada 66 mulheres na faixa etária de 75 a 79 anos (CHAIMOWICZ, 2009).

2.3 As fragilidades da terceira idade

O aumento da perspectiva de vida da população contribui para o planejamento familiar, mas também significa enfrentamentos diferenciados devido a proporção de população na terceira idade. Algumas mudanças fisiológicas são inevitáveis e faz parte do processo de envelhecimento, porém, a qualidade de vida dessa faixa etária pode ter contribuições significativas no cuidado. A queixa mais comum são as alterações no padrão de sono habitual (SANTOS et al, 2013).

A incidência de quedas em idosos é um importante problema de saúde pública, pois, as complicações e custos para o sistema de saúde são altas devido as fraturas de quadril e as consequências são a perda de independência do idoso e da autonomia. As fraturas de quadril elevam os índices de morbidade e mortalidade e alto número de internações hospitalares do SUS (ROCHA et al, 2010).

Várias modificações ocorrem entre os idosos, as causadas no padrão do sono e repouso causam consequências na capacidade de adaptação, no humor, no desempenho, no psicológico e no sistema imunológico. As queixas na dificuldade no padrão de sono são o despertar precoce, dificuldade para continuar dormindo o que aumenta a sonolência durante o dia aumentando a frequência de cochilos (SANTOS et al, 2013).

Mudanças frequentemente causadas pela longevidade também ocasionam dificuldades psicológicas como perda do cônjuge, dificuldades financeiras, falta de apoio familiar, as morbidades e que podem levar a depressão, o que leva a baixa alta estima, hipocondria, inapetência e problemas no padrão do sono, sentimentos de inutilidade e pensamentos de suicídio (FERREIRA; TAVARES, 2013).

2.4 O estatuto do idoso

O aumento da expectativa de vida do brasileiro representa um grande desafio para os governos bem como para a sociedade civil. O implemento das políticas públicas e a efetiva garantia dos direitos sociais da pessoa idosa, certamente assegurará um envelhecimento saudável e com dignidade. Segundo preceitua o parágrafo único, inciso I, do artigo 3º do Estatuto do Idoso “é garantido ao idoso o atendimento preferencial e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviço à população”. Este direito é também assegurado pela Lei n.º 10.048/00 e pelo Decreto n.º 5.296/04 que a regulamentou. Ele assegura às pessoas idosas serem atendidas antes de qualquer outra, depois de concluído o atendimento que estiver em andamento em estabelecimentos públicos e privados prestadores de serviços à população como hospitais, clínicas, supermercados, cinemas, teatros, dentre tantos outros (BRASIL, 2013).

3 METODOLOGIA

3.1 Descrição detalhada do ambiente de pesquisa

A praça pública Celso Matheus localizada no bairro Boa Esperança, com um terreno medindo 8,160 metros quadrados, possui 3 quadras de areia sendo, 2 de voleibol e 1 para futebol de areia. As de voleibol possuem cada uma, a medida de 350 metros quadrados, sendo que a de futebol mede 1,127 metros quadrados. Também enquadram em suas características dois balanços e 10 aparelhos de musculação priorizando a terceira idade.

3.2. Procedimentos para coleta de dados

3.2.1 Tipo de pesquisa

Esta pesquisa é do tipo descritivo, com análise qualitativa. Tem como finalidade, descrever a importância das atividades físicas para qualidade de vida oferecida para idosos. Para Severino (2007) estudo descritivo, é descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como a aplicação de um questionário contendo 10 questões subjetivas para os idosos conforme anexo.

Utilizamos como instrumento de dados o levantamento de pesquisa bibliográfica da literatura já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas, imprensa escrita e eletronicamente, disponibilizada na Internet. Foram identificadas as produções científicas médico e de enfermagem sobre Atividade Física na Terceira Idade com abordagem principal para uma análise da saúde do idoso.

3.3 População em estudo

O grupo em estudo trata de uma população que constituiu precisamente de idosos à cima de 60 anos de ambos os sexos que praticam atividade física. A área a abordada na pesquisa foi à saúde, precisamente atividade física na terceira idade, com ênfase em cuidados e assistência de enfermagem a idosos equiparando-a as necessidades de se manter em movimento, com abordagem para a realidade que vivenciam os idosos e os profissionais no estudo em questão.

3.4 Amostragem

Todas as amostras para este estudo foram realizadas através da análise de busca das referências bibliográficas das Bases de Dados: Bireme, Lilacs, Scielo, BVS e literatura, avaliados pela acadêmica para agregar conhecimento a comunidade acadêmica, com o foco na

assistência individualizada e nas possíveis dúvidas à respeito do tema. Com as experiências vividas pelos enfermeiros e equipe técnica, bem como os fatores que afetam diretamente o trabalho da equipe de enfermagem sobre os benefícios das atividades físicas para idosos.

3.5 Roteiro de coleta de dados

A pesquisa buscou seguir um roteiro norteado por: 1 – Análise dos profissionais que atuam diretamente nos cuidados dos idosos que praticam atividade física.

2 – Análise de pesquisa bibliográfica para levantamentos das informações.

3 – Análise das informações e elaboração de resultados dos dados adquiridos com o estudo.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Quanto à pesquisa a mesma foi direcionada dez (10) participantes. Os dados foram coletados e estão distribuídos através de quadro para uma melhor compreensão sobre a opinião e conhecimento em relação ao tema abordado.

Os quadros abaixo indicam de que forma as etapas de desenvolvimento da pesquisa ocorreu e também cada situação ocorrida no indivíduo caso seu IMC (Índice de Massa Corporal) estivesse elevado.

Quadro1- Análise de IMC.

RESULTADO	SITUAÇÃO
Abaixo de 17	Muito abaixo do peso
Entre 17 e 18,49	Abaixo do peso
Entre 18,5 e 24,99	Peso Normal
Entre 25 e 29,99	Acima do peso
Entre 30 e 34,99	Obesidade I
Entre 35 e 39,99	Obesidade II (Severa)
Acima de 40	Obesidade III (Mórbida)

Fonte: Brasil, 2012.

Questão 2 - Discriminação quanto ao processo individual de questionamentos pessoais.

DISCRIMINAÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
IDADE	70	68	70	69	64	63	65	62	62	63
SEXO	F	F	F	F	M	F	F	M	M	F

DISCRIMINAÇÃO	PESO	62
IDOSO: 1	ALTURA	1,55
SEXO: F	CÁLCULO IMC	25.81
IDADE: 70	RESULTADO IMC	SOBREPESO

Fonte: Dados da Pesquisa, Março/ 2016.

Com o parecer do quadro acima vimos que o idoso 1 do sexo feminino e faixa etária de 70 anos está acima do seu peso ideal, ou seja, para esse individuo ficar com seu peso normal ele precisará perder 4 quilos e atingir a meta de 58 quilos. Essa meta poderá ser alcançada se o individuo manter suas atividades físicas em dia e controlar sua alimentação com os devidos padrões.

Quadro 3- Discriminação por individuo.

DISCRIMINAÇÃO	PESO	79
IDOSO: 2	ALTURA	1,60
SEXO: F	CÁLCULO IMC	30.86
IDADE: 68	RESULTADO IMC	OBESIDADE GRAU 1

Fonte: Dados da Pesquisa, Março/ 2016.

Já o idoso 2 também do sexo feminino com 68 anos está com seu IMC muito elevado, onde já se encontra em obesidade grau 1 que é um grande risco para sua saúde, baseado na pesquisa esse indivíduo deve então se cuidar melhor, para assim aumentar sua expectativa de vida, pois além da sua idade estar ultrapassada a sua altura acaba sendo desproporcional para o seu peso.

Quadro 4 - Discriminação por indivíduo.

DISCRIMINAÇÃO	PESO	72
IDOSO: 3	ALTURA	1,60
SEXO: F	CÁLCULO IMC	28.12
IDADE: 70	RESULTADO IMC	SOBREPESO

Fonte: Dados da Pesquisa, Março / 2016.

O idoso 3 com 70 anos é do sexo feminino e precisará perder 9 quilos para manter sua saúde em boa qualidade, isso é um dos mecanismos importantes para garantir melhor a sua saúde. A obesidade ainda costuma ser um dos grandes desafios para toda a população está educada com o seu estado de bem estar e assim se cuidar melhor.

Quadro 5- Discriminação por indivíduo.

DISCRIMINAÇÃO	PESO	62
IDOSO: 4	ALTURA	1,60
SEXO: F	CÁLCULO IMC	24.22
IDADE: 69	RESULTADO IMC	PESO NORMAL

Fonte: Dados da Pesquisa, Março / 2016.

O idoso 4 também do sexo feminino está com a idade de 69 anos, como percebemos na tabela acima, seu peso está normal e isso é de suma importância, pois a prática de atividade física promove a melhora da composição, a diminuição de dores articulares, o aumento de densidade mineral óssea, a melhora da utilização de glicose e a melhora do perfil lipídico são de grande valia para o auto cuidado.

Questão 6 - Quanto tempo você gasta executando seus exercícios diários?

Idoso 01	Meu treino costuma demorar uma hora e meia
Idoso 02	Não tenho o tempo exato
Idoso 03	Cerca de cinquenta minutos
Idoso 04	Uma hora caminho e depois faço exercício nos aparelhos
Idoso 05	Quarenta e cinco minutos todos os dias
Idoso 06	Duas horas porque às vezes fico conversando com colegas
Idoso 07	Gasto uma hora de exercícios e dez minutos de alongamento
Idoso 08	Em torno de uma hora e meia
Idoso 09	Só trinta minutos porque só executo corrida
Idoso 10	Uma hora mesmo sem forçar muito meu corpo

Fonte: Dados da Pesquisa, Março / 2016.

De acordo com o quadro acima alguns indivíduos gastam muito tempo em suas atividades diárias, em quanto outros talvez excedam o limite de tempo adequado para a sua faixa etária. O profissional enfermeiro contribui para fortalecer a cultura de saúde e deixar de promover somente o tratamento dos doentes. Porém, ainda encontra-se profissionais com dificuldade em aproximar-se das práticas que conduzem a promoção da saúde, o impedindo de olhar para o idoso em particular limitando seus conhecimentos na saúde mesmo que coletivamente, pois cada pessoa possui uma limitação e se tratando de idoso com determinadas patologias, é preciso mudar hábitos que foram impostos pela doença estimulando conquistas pessoais através da programação individual das atividades (PINHEIRO et al; 2012).

Questão 7 - Você tem algum problema de Saúde?

Idoso 01	Dores na coluna, hipertensão.
Idoso 02	Osteoporose.
Idoso 03	Diabetes, colesterol alto.
Idoso 04	Diabetes.
Idoso 05	Hipertensão, e dor nas articulações.
Idoso 06	Apenas quero sair do sedentarismo.
Idoso 07	Labirintite, escoliose, hipertensão, dores no joelho.
Idoso 08	Hipertensão, osteoporose, insuficiência renal.
Idoso 09	Colesterol alto.
Idoso 10	Diabetes e hipertensa.

Fonte: Dados da Pesquisa, Março / 2016.

O quadro 13 mostra que apenas um indivíduo se considera sedentário, e diz que não apresenta qualquer outro tipo de doença, enquanto os outros indivíduos apresentam vários problemas de saúde. Nesta reflexão podemos analisar a importância do serviço de serviço e o papel estratégico dos profissionais que agregam conhecimento de novas formas de se comportar perante a integralidade da saúde, através da análise do indivíduo, seja qual for sua prática terapêutica, orientando e ouvindo para compreender as necessidades das pessoas aforando ações de promoção à saúde, prevenção dos fatores de risco, assistência de enfermagem aos danos e a reabilitação no processo saúde-doença (VELLO et al; 2014).

Questão 8 - O que melhorou em sua vida depois da prática de atividade física?

Idoso 01	Mais de 70% de minha dor na coluna.
Idoso 02	Melhorou tudo, minha respiração agora e melhor.
Idoso 03	Sinto-me mais ativo para os meus afazeres de casa.
Idoso 04	Hoje em dia me sinto mais disposta.
Idoso 05	Meus exercicios me ajudaram com a minha pressão
Idoso 06	Estou bem melhor me sinto mais flexível.
Idoso 07	Aliviaram as dores, e minha pressão controlo com remédios.
Idoso 08	Sinto-me melhor depois que comecei a fazer exercicios.
Idoso 09	Não vamos dizer que melhorou 100% mais amenizou muito.
Idoso 10	Estou disposta agora para praticamente tudo.

Fonte: Dados da Pesquisa, Março / 2016.

Com dados do quadro acima praticamente 100% dos idosos entrevistados afirmam que depois que começaram a praticar atividades físicas suas vidas melhoraram bastante, comparando a vida que levavam sem a pratica de exercicios fisicos. O autocuidado é a categoria em que o cuidado é voltado para sí próprio com isso, a mudança no estilo de vida para que possa levar a vida da melhor forma respeitando suas necessidades físicas, espirituais e mentais (FREITAS et al; 2011).

Questão 9 - Você gosta de praticar atividades físicas?

Idoso 01	Gosto bastante, mas antes odiava me exercitar.
Idoso 02	Estou passando a gostar.
Idoso 03	Sim, ainda mais agora que to vendo resultados.
Idoso 04	Sim, desde mais nova mais às vezes parava de praticar.
Idoso 05	Gosto de praticar diariamente.
Idoso 06	Comecei a gostar.
Idoso 07	Sim, porque se eu parar eu posso me prejudicar.
Idoso 08	Estou gostando me sinto bem.
Idoso 09	Sim, fico muito disposto com qualquer que seja o exercício.
Idoso 10	Gosto sim mais tem dias que falto.

Fonte: Dados da Pesquisa, Março / 2016

Com dados do quadro acima vimos que alguns desses indivíduos passaram a gostar de praticar atividades físicas, depois que tiveram resultados em aspecto saúde, lazer, e convívio com demais pessoas, mais também percebemos que o maior número de indivíduos entrevistado assumiram que gostam de fazer seus exercícios diários. Desse modo, os profissionais de saúde representam uma estratégia importante para alcançar a integralidade da saúde tanto individual quanto na coletividade.

Questão 10 - Você tem acompanhamento de um profissional qualificado na área nas práticas de seus exercícios?

Idoso 01	Sim do professor de musculação da academia.
Idoso 02	Sim, de um professor de educação física.
Idoso 03	Não, costumo ir com vizinhas.
Idoso 04	Não assisto o bem-estar e faço o que eles mostram.
Idoso 05	Não só meu filho que vai comigo.
Idoso 06	Sim do professor da academia.
Idoso 07	Não vou por minha conta mesmo fazer meus exercícios.
Idoso 08	Sim de um personal trainer.
Idoso 09	Não só de amigos que pratica comigo.
Idoso 10	Não costumo ir com minha filha.

Fonte: Dados da Pesquisa, Março / 2016

De acordo com dados dos entrevistados apenas quatro, desses indivíduos tem acompanhamento de um profissional qualificado na área, já os outros fazem atividades físicas por conta própria alegando saber, o que estão fazendo. Estudos relatam que o menor percentual de idosos participando de atividades funcionais pode ser devido a necessidade de auxílio de outras pessoas. Outros idosos preferem aderir as atividades em grupo por conta própria pois, se trata do local em que eles dividem suas dificuldades, um local de socialização inclusive para pessoas que perderam seus cônjuges. (DIAS; TAVARES, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi pesquisado e observado constatamos a relevância da presente pesquisa, que é fruto de um trabalho de estudo, no qual se dedicou a analisar como vem sendo desenvolvida a prática de atividade física na terceira idade.

Pretendemos com esse trabalho colaborar com a saúde do idoso de forma reflexiva e de utilidade da importância de se trabalhar a assistência de enfermagem em praças públicas, visto que o público alvo são indivíduos da terceira idade. Na presente pesquisa percebemos o envolvimento de todos no processo de cuidados com a saúde do idoso, onde os mesmos reagiram de forma positiva às perspectivas da pesquisa, o que se torna indispensável ressaltar a forma como esse olhar é visto por muitos profissionais da área, visto que essa iniciativa foi uma forma de sensibilizar os profissionais dessa área a acreditar que a prática de educação não é somente a prática de esportes básicos como o de costume, mas sim para o bem estar social, físico e mental das pessoas a qual necessitam.

Assim, chegamos à conclusão que a maioria dos idosos até seguem as regras, mas não conseguem cumprir com algumas etapas que são necessárias para se ter uma boa saúde. Percebeu-se que a maioria dos idosos que cumprem com suas jornadas é por algum tipo de recomendação médica, outros não, buscam melhoria em sua própria saúde. Os que estão acima do seu peso, na maioria das análises são por não possuírem uma boa alimentação. Foi verificado também que a autoestima é um dos fatores que leva o idoso à prática de atividades físicas bem como da auto-determinação, que está associada aos benefícios da melhora da saúde. A maioria quer participar de programas de saúde, mas nem sempre o ambiente que o idoso é inserido pode ser um forte influenciador.

Portanto podemos citar diversos fatores, mas um instrumento persistente no trabalho foi a visita domiciliar, uma intervenção realizada nas ações de saúde.

REFERÊNCIAS

BENEDETTI, T. R. B.; PETROSKI, E. L. Idosos Asilados e a Prática de Atividade Física. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde. Santa Catarina-SC, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria da Política de Saúde. Brasília Ministério da Saú-

de, 2012.

_____. Ministério da Saúde. Cartilha do idoso. Acessibilidade e Atendimento Prioritário à Pessoa Idosa Secretaria da Política de Saúde. Brasília Ministério da Saúde, 2013.

CERVO; BERVIAN. Metodologia Científica: Uma análise crítica da pesquisa. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Saraiva, 2007.

CHAIMOWICZ, F. Saúde do Idoso. Coopmed. Belo Horizonte-MG, 2009.

DIAS, F. A.; TAVARES, D. M. S. Fatores Associados à Participação de Idosos em Atividades Educativas Grupais. Revista Gaúcha de Enfermagem. Uberaba-MG, 2013.

FERREIRA, P. C. S.; TAVARES, D. M. S. Prevalência e Fatores Associados ao Indicativo de Depressão Entre Idosos Residentes na Zona Rural. Revista escola enfermagem, USP. São Paulo-SP, 2013.

FREITAS, P. S. S. et al. A Percepção dos Usuários Sobre a Oferta de Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças: o caso de uma operadora de autogestão. Rev. De Saúde Coletiva, Rio de Janeiro-RJ; 2011.

MAZO, G. Z.; MEURER, S. T.; BENEDETTI, T. R. B. Motivação de Idosos para a Adesão a um Programa de Exercícios Físicos. Psicologia para América Latina, 2009.

MEURER, A. G. Idosos em movimento, mantendo a autonomia: promovendo a saúde em ambiente multicultural. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v.17, n. 1, p. 93, set., 2010.

MEURER, S. T.; BENEDETTI, T. R. B.; MAZO, G. Z. Teoria da Autodeterminação: compreensão dos fatores motivacionais e autoestima de idosos praticantes de exercícios físicos. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, UFSC. Santa Catarina-SC, 2012.

PEDRINELLI, A.; GARCEZ-LEME, L. E.; NOBRE, R. S. A. O Efeito da Atividade Física no Aparelho Locomotor do Idoso. Revista Brasileira Ortopedia. São Paulo-SP, 2009.

PINHEIRO, G. M. L.; ALVAREZ, A. M.; PIRES, D. E. P. A Configuração do Trabalho da Enfermeira na Atenção ao Idoso na Estratégia de Saúde da Família. Ciência & Saúde Coletiva. Santa Catarina-SC, 2012.

PINHEIRO, R. J. Exercício, Maturidade e Qualidade de vida. Rio de Janeiro: Shape, 2012.

ROCHA, L. et al. Vulnerabilidade de Idosos às Quedas Seguidas de Fratura de Quadril. Esc. Anna Nery. Rio de Janeiro-RJ, 2010.

SANTOS, A. A. et al. Sono, Fragilidade e Cognição: estudo multicêntrico com idosos brasileiros. Rev. bras. Enferm. São Paulo-SP, 2013.

SANTOS, I. et al. O Grupo Pesquisador Construindo Ações de Autocuidado para o Envelhecimento Saudável: pesquisa sociopoética. Escola Anna Nery. Rio de Janeiro-RJ, 2011.

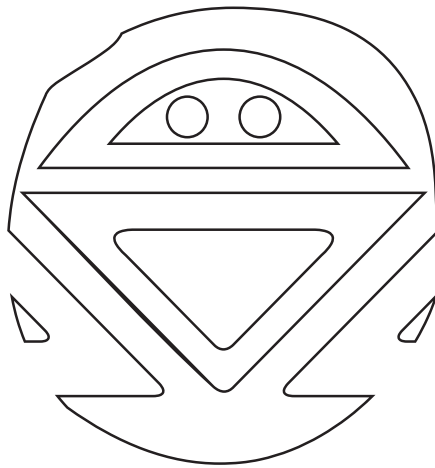
SCHER, L. M. L.; NOBRE, F.; LIMA, N. K. C. O Papel do Exercício Físico na Pressão Arterial em Idosos. Revista Brasileira Hipertensão. São Paulo-SP, 2008.

SEVERINO, A. B. Metodologias diversas: A Busca do Saber. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva 2007.

SILVEIRA, R. E. et al. Gastos Relacionados a Hospitalizações de Idosos no Brasil: perspec-

tivas de uma década. Uberaba-MG: Einstein, 2013.

VELLO, L. S.; POPIM, R. C.; CARAZZAI, E. M.; PEREIRA, M. A. O. Saúde do Idoso: percepções relacionadas ao atendimento. Escola Anna Nery. São Paulo-SP, 2014.



A PEDAGOGIA TECNICISTA COMO EXPRESSÃO DO MODELO DA RACIONALIZAÇÃO DOS PROCESSOS PRODUTIVOS: influência do Taylorismo/Fordismo na Educação Brasileira

OLIVEIRA, Erinaldo Silva¹

OLIVEIRA, Sandra Regina da Conceição²

GONÇALVES, Ronne Clayton de Castro³

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo o estudo das relações entre a educação e um dos principais meios de produção material capitalista, por meio de uma pesquisa bibliográfica, na qual analisaremos a concepção Taylorista/Fordista de produção; seus principais precursores e alguns princípios administrativos; sua estreita relação com a pedagogia tecnicista, tendência educacional que materializou as principais exigências dos modelos de produção no contexto da concepção racionalista produtiva, e sua conseqüente influência sobre a escola e o sistema educacional atual.

Palavras-chave: Taylorista/Fordista. Educação. Produção.

1 INTRODUÇÃO

A história da educação, em especial no Brasil, é marcada por complexas fases teóricas (Escola Tradicional, Escola Nova, Pedagogia Crítico-Reprodutivista, Pedagogia Histórico-Crítica, Sistematização Coletiva do Conhecimento, Construtivismo, etc), sendo assim, nota-se que o ato de educar não é um ato neutro, por isso, está sujeito a interferências ideológicas, econômicas, filosóficas e políticas as quais influenciam cada uma das diversas teorias. Ao debatermos as concepções históricas da formação do ensino brasileiro, são notórias as evidências ideológicas de outros países, dentre várias destas concepções teóricas destaca-se neste estudo o tecnicismo, de influência americana, o qual foi hegemônico no Brasil nos anos 60 e 70 (MELO; URBANETZ, 2012), no período conhecido como militarismo no país, bem como utilizada até os dias de hoje por muitos professores.

O presente trabalho busca analisar até que ponto a administração científica (taylorismo/fordismo) influenciou o cotidiano da pedagogia tecnicista, busca também compreender o significado e a concepção do modelo de produção Taylorista/Fordista, e ainda procura discutir as competências exigidas na escola dentro dessa forma de trabalho.

Diante do exposto, torna-se conveniente problematizar sobre a relação da educação e da escola com as exigências do modelo de produção material capitalista taylorista/fordista. A primeira parte do trabalho busca definir conceitos sobre o taylorismo e sobre o fordismo. Logo após, procura-se analisar a influência dessa teoria organizacional na educação do perí-

1 Bacharel em Administração. Especialista Gestão de Recursos Humanos. Administrador na Universidade Federal do Oeste do Pará.

2 Licenciada em Pedagogia. Especialista em Educação Especial e Inclusiva. Docente nas séries iniciais na Secretaria Municipal de Educação de Itaituba.

3 Bacharel em Biblioteconomia. Especialista em Formação de Leitores. Bibliotecário-Documentalista na Universidade Federal do Oeste do Pará. |Colaborador da Faculdade do Tapajós.

odo militar bem como suas influências na educação atual.

Justifica-se tal estudo pelo fato de que o conhecimento das situações históricas e políticas educacionais, bem como seus principais conceitos são essenciais para a vida profissional de professores, pedagogos e gestores educacionais e para o melhor desempenho desses agentes é necessária a compreensão das diferentes formas e práticas de interação entre professores e alunos no contexto das circunstâncias em que foram produzidas, notando nestes mesmos contextos a importância significativa na construção de sua área (MARTINS, 2012).

Por isso, há relevância em analisar a influência do taylorismo/fordismo na educação, pelo fato de perceber que a compreensão dos aspectos históricos da educação e da prática educativa, bem como suas definições conceituais são instrumentos fundamentais para o contínuo desempenho dos profissionais da educação.

2 TAYLORISMO

A escola de administração científica foi iniciada no começo do século XX pelo engenheiro americano Frederick W. Taylor, considerado “o fundador da moderna Teoria Geral da Administração” (CHIAVENATO, 2012, p. 04), Taylor teve vários seguidores (entre os quais, também objeto desse estudo o americano Henri Ford) e provocou grandes modificações no processo administrativo e no mundo industrial de sua época. A preocupação original de Taylor foi “eliminar o fantasma do desperdício e das perdas sofridas pelas indústrias e elevar os níveis de produtividade por meio da aplicação de métodos e técnicas da engenharia industrial” (CHIAVENATO, 2003, p. 94).

Para Park (2002, p. 21) “O taylorismo nada mais é do que a aplicação dos princípios da organização e do método científico a trabalhos de qualquer natureza”. Esses métodos científicos seriam principalmente a observação e a mensuração, em outras palavras, perceber e medir como determinadas ações conseguem ampliar a eficiência das tarefas que devem ser desenvolvidas em uma organização (BONOME, 2008). Essa nova abordagem teve impactos não somente na indústria, mais em vários setores da sociedade, difundida sob os nomes de Gerência Científica, Organização Científica no Trabalho ou Organização Racional do Trabalho (ORT).

Segundo Coriat citado por Jorge e Albagli (2015, p. 247), “As práticas desenhadas por Taylor implicavam a divisão do trabalho, pela qual cada trabalhador tinha sua atividade desenhada para que melhor pudesse executá-la”. Essa divisão geraria de certa forma a especialização das funções dos trabalhadores, para o taylorismo quanto mais especialista fosse um funcionário mais ágil ele seria em suas funções, o que geraria maior dinamismo e conseqüentemente maior retorno do investimento nas organizações.

Para Cordeiro, citado por Chiavenato (2012, p. 10) o Taylorismo ou administração científica,

esta alicerçado nos seguintes princípios:

1. Comando e controle. A gerência funciona como uma ditadura benigna inspirada nos modelos militares. O gerente planeja e controla o trabalho; os trabalhadores o executam. Em suma o gerente deve pensar e mandar; os trabalhadores devem obedecer e fazer de acordo com o plano.
2. Uma única maneira Certa (The One Best Way). O método estabelecido pelo gerente é a melhor maneira de executar uma tarefa. O papel dos trabalhadores é utilizar o método sem questioná-lo.
3. Mão de Obra, não recursos humanos. A força de trabalho é a mão de obra, ou seja, a mão contratada sem nenhum envolvimento da pessoa na organização [...]
4. Segurança, não insegurança. Embora os operários não ganhassem reconhecimento ou responsabilidade, havia um acordo tácito baseado na segurança e permanência no emprego. As empresas davam uma sensação de estabilidade dominando seus mercados. O futuro parecia previsível e o destino de cada empresa no futuro parecia mais previsível.

Foi definida a clara distinção entre os papéis da gerência (planejamento) e dos demais trabalhadores (execução), a divisão entre trabalho manual e intelectual, bem como a necessidade de se fixar metas e estabelecer a forma de atingi-las, além disso, é necessário organizar tudo de forma racional, clara e eficiente; detalhar todas as tarefas e, principalmente, exercer forte poder de controle, ou seja, planejar com antecedência as tarefas do trabalhador, detalhar cada tarefa que o mesmo deve executar, informar os meios a serem utilizados para realizar o trabalho, descrever a maneira adequada de utilizar a ferramenta e informar o tempo exato permitido para realizar a tarefa (MORAES NETO, 1986). Em resumo, deveria ser administrado ou controlado os tempos e os movimentos dos funcionários.

O efeito direto da aplicação desses princípios foi a configuração de uma nova força de trabalho marcada pela perda das habilidades genéricas manuais e um aumento brutal da produtividade. (WOOD JR, 1992, p. 08).

Vejam-se algumas instruções nas palavras do próprio Taylor:

Se você é um operário classificado deve fazer exatamente o que este homem lhe mandar, de manhã à noite. Quando ele disser para levantar a barra e andar, você se levanta e anda, e quando ele mandar sentar, você senta e descansa. Você procederá assim durante o dia todo. E, mais ainda, sem reclamações. Um operário classificado faz justamente o que se lhe manda e não reclama (TAYLOR, 1990, p. 46 apud BATISTA, 2008, p. 06).

Pode-se pensar que diante da velocidade em que ocorrem as mudanças atualmente, princípios administrativos que procuram ajustar pessoas, ou funções a um único método de trabalho fixo e pré-definido podem ser obsoletos ou impraticáveis, porém, é importante notar que alguns dos princípios tayloristas-fordistas (apesar das imensas críticas atuais) ainda são usados em muitas condições específicas de organizações, pois muitas indústrias, ou mesmo unidades e departamentos dentro de empresas, encontram na administração científica uma resposta para os seus problemas, mesmo que não percebam. Mas isto pressupõe condições ambientais estáveis, produtos com poucas mudanças ao longo do tempo e previsibilidade do

fator humano, um exemplo disso são as fábricas padronizadas. (WOOD JR, 1992)

Deve-se lembrar também que Taylor não esteve imune as críticas durante o período da expansão de seu modo de produção, como por exemplo o movimento sindical, que o acusou de intensificar a exploração do trabalhador e de desumanizá-lo, pois procura automatizar seus movimentos e também da análise de outros estudiosos, como o filósofo Italiano Antônio Gramsci:

Taylor exprime com cinismo brutal o objetivo da sociedade americana: desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal. (GRAMSCI, 2001, p. 397 apud BATISTA, 2008, p. 07).

Porém, para os objetivos deste estudo, não será possível se abranger a polêmica que envolveu a estratégia de modelos pré-definidos de organização do trabalho do taylorismo, primeiro, e sua combinação com o fordismo, depois; as contribuições serão tomadas aqui apenas em relação ao seu conteúdo teórico enquanto modo de pensar o universo do trabalho industrial (fica, portanto, a sugestão para novos ensaios).

Para Paiva (2007, p. 01) “Os primórdios da Administração Científica têm como dois dos principais personagens Frederick Taylor e Henry Ford, precursores, respectivamente, do taylorismo e fordismo” (sem desmerecer Gantt, Gilbreth, Barth, entre outros os quais devido as limitações desse estudo não serão enfocados). Os dois movimentos amplamente disseminados, e conforme mencionado anteriormente, sendo objetos de apreciação e crítica. Abaixo discorre-se detalhadamente sobre Henri Ford e o Fordismo.

3 FORDISMO

De acordo com Wood Jr (1992) Taylor publicou o seu livro *Principles of Scientific Management* em 1911, divulgando suas propostas no sentido das organizações atuarem como sistemas mecânicos. Seus princípios influenciaram rapidamente as mais variadas organizações, como fábricas, escolas, lares e até mesmo igrejas. Quinze anos depois, em 1926, Ford publicou o artigo “Mass Production” no qual enfatizava o método da produção em massa. O impacto dos conceitos e ideias relatados moldou as organizações ao longo de décadas e a sua influência atravessou fronteiras geográficas e ideológicas.

Tenório (2011, p. 1153) relata alguns detalhes da ascensão e do modo de produção fordista:

Semelhante ao taylorismo, o fordismo como técnica de gestão da produção surgiu a partir das ideias de Henry Ford, que de mecânico a engenheiro-chefe e proprietário de fábrica adquire experiência suficiente para elaborar um método de produção que supere o de tipo artesanal. Entre 1892 e 1896 constrói um automóvel peça por

peça. Em 16 de junho de 1903 fundou a Ford Motor Co., com aproximadamente 125 empregados, colocando à venda, em outubro do mesmo ano, o primeiro carro. Cinco anos depois produz o famoso Modelo T (no Brasil ficou conhecido como Ford Bigode), atingindo entre 1908 e 1926 o recorde em vendas de 15 milhões de unidades. Em 1913 sua empresa já fabricava 800 carros por dia e em 1926, 23 anos após a inauguração da Ford Motor Co., possuía 88 usinas e empregava 150 mil pessoas, fabricando então 2 milhões de carros por ano. Ford teve outros méritos além da produção em escala. A verticalização e a horizontalização do processo de produção, desde a matéria-prima à colocação do produto no mercado, contribuíram para o sucesso de suas propostas, enquanto organização da produção. Além do que estabeleceu alguns princípios básicos que são, até hoje, objeto de aplicação.

No fordismo “O processo de produção valorizava uma produção em massa e em cadeia, uniformizada e estandardizada, recorrendo-se à segmentação da produção, com forte influência na divisão social e espacial do trabalho” (MENDES, 2013, p. 38), era dado início ao sistema de produção padronizado.

Autores como Jorge e Albagli, procuram demonstrar a estreita relação do fordismo com o taylorismo:

O fordismo pode ser caracterizado como um regime de acumulação e modo de regulação que tem entre suas principais características a produção em massa e a organização produtiva em linhas de montagem automatizadas. Sua base está nas teorias de Taylor sobre uma “administração científica”, que contribui para que Henry Ford construísse uma cadeia de montagem, multiplicando a produção de automóveis. (JORGE; ALBAGLI, 2015, p. 246).

Nota-se o fordismo como um desenvolvimento ou aperfeiçoamento da proposta de Taylor. Esse entendimento é algo bastante difundido na literatura; observe-se o que nos embasam diversos autores: “é o fordismo que aprofunda o taylorismo” (AGLIETTA, 1979, p. 118 apud MORAES NETO, 1986, p. 32); “é o fordismo que leva o taylorismo a uma espécie de perfeição” (CORIAT, 1976, p. 101 apud MORAES NETO, 1986, p. 32); “O modelo de produção em massa fordista foi universalizado e combinado com as técnicas de administração científica tayloristas” (BRAGA, 1995, p. 96 apud BATISTA, 2008, p. 5), “O fordismo é um método de organização da produção e do trabalho complementar ao taylorismo” (TENÓRIO, 2011, p. 1151). O último autor ainda alerta que:

Descrever o fordismo como paradigma de organização da produção e do trabalho não mencionando o taylorismo é relatar, parcialmente, este paradigma uma vez que o fordismo tem uma relação quase que umbilical com o taylorismo. (TENÓRIO, 1994, p. 88 apud TENÓRIO, 2011, p. 1151)

Os aspectos da rotina desse modo de produção serão expostos com maior detalhe, logo abaixo:

Fixa o trabalhador em um determinado posto de trabalho, o objeto de trabalho é transportado sem a intervenção do trabalho vivo; este nunca perde tempo com o que Ford chama de “serviço do transporte”, e só faz, se possível, um único mo-

vimento. Então vejamos: enquanto, com a introdução da maquinaria, o trabalho vivo se submete ao trabalho morto, e a qualidade e o ritmo do processo se deslocam do trabalho humano para a máquina, o que ocorre com a introdução da linha de montagem é bastante diferente. Na aparência, as coisas são iguais e é também esta a manifestação ao nível da consciência do trabalhador individual, colocado em um determinado posto de trabalho em uma indústria de grande porte, pois parece que o caminho da esteira, a intensidade do seu trabalho, é alguma coisa imanente à própria esteira, brota da materialidade da esteira; mas não é, pois o ritmo do processo de trabalho não é uma propriedade técnica da esteira, mas sim algo a ser posto em discussão a cada momento pelo trabalhador coletivo; o ritmo do processo de trabalho, nesse caso, e sempre quando o trabalho vivo permanece como a base do processo, é determinado empiricamente, por contratação coletiva, por “queda-de-braço”. (MORAES NETO, 1986, p. 32)

Podemos caracterizá-lo pela gestão de uma mão de obra especializada realizando técnicas repetitivas de produção de serviços ou de produtos padronizados. Comparando mais uma vez como o taylorismo que utilizava a prática dos tempos e movimentos individuais, Ford ampliou esse conceito para uma prática de forma coletiva.

O processo de produção fordista, como modelo ampliado do taylorismo e semelhante a este, não ficou restrito ao ambiente norte-americano. Outras nações começaram a empregá-lo como método de gestão empresarial, difundiu-se, assim, o mesmo em várias partes do globo.

Desta forma, a despeito de opiniões contrárias à existência do fordismo como modo de gestão da produção, nota-se que tanto Frederik W. Taylor quanto Henry Ford (obviamente não esquecendo outras figuras importantes, como Henri Fayol, por exemplo) foram personalidades centrais na proposição de conceitos e propostas de como melhorar a eficiência dos sistemas sociais organizados sem distinção, se privados ou públicos (TENÓRIO, 2011).

4 INFLUÊNCIA DO TAYLORISMO/FORDISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O Taylorismo/Fordismo tem como ideia básica de modelo educacional uma prática profissional que consiste na solução instrumental de problemas, mediante a aplicação de um conhecimento técnico e teórico, previamente disponível, procedente de algumas matrizes teóricas produzidas em um contexto histórico favorável à sua organização na sociedade capitalista. É instrumental porque supõe que a aplicação de procedimentos e técnicas, por sua “capacidade própria” consegue os efeitos desejados. (CAVALHEIRO NETO, 2006, p. 14).

Conforme mencionado anteriormente, o sistema taylorista/fordista extrapolou as paredes das fábricas e “torna-se o paradigma da relação capital/trabalho em boa parte do século XX” (MELO, 2012, p. 201). Esse modelo de acumulação capitalista teve reflexos (dentre inúmeras outras organizações) na educação escolarizada, a qual passou a reproduzir seu processo de trabalho, baseado na repetição de tarefas, na memorização, nos conhecimentos tácitos e na imitação como forma de aprendizado, conforme salienta Kuenzer (2003, p. 06 apud MELO, 2012, p. 202):

Os processos escolares reproduziam, de modo geral, esta concepção, objetivando a memorização de conteúdos compreendidos enquanto produtos do conhecimento humano, sobre os quais a inteligência do aluno não intervém; apenas observa, repete, memoriza e reproduz.

No Brasil a abordagem da racionalidade produtiva teve grande ênfase na política de tentativa de crescimento econômico utilizada pelo governo durante as décadas de 60 e 70, tendo como ponto máximo de influência destes princípios na educação a ascensão da Chamada Educação Tecnista ou Tecnicismo na Educação, surgida durante a quarta república ou Regime Militar (1964-1985):

O tecnicismo foi introduzido no Brasil no final de 1960 com ênfase na produtividade. Os marcos da implantação do modelo tecnicista são a lei nº 5540/1968 referente ao ensino universitário e a lei nº 5692/1971 referente ao ensino de 1º e 2º graus sendo esse último especificamente sob uma concepção produtivista. (LIMA; ZALORENZI; PINHEIRO, 2012, p. 61).

A Lei nº 5692/1971 reformulou as etapas de ensino, transformando os ensinos primários e secundários em ensinos de 1º e 2º graus e estabeleceu a obrigatoriedade do ensino profissionalizante no segundo grau (ensino técnico especializado e habilitações profissionais) trazendo como objetivo maior a implantação de uma concepção de educação voltada para o modelo empresarial, ou seja, a aplicação na escola de um modelo característico do sistema de produção capitalista (SILVA; ROCHA, 2015, p. 04).

No período a Teoria do Capital Humano de Theodore Schultz (1902-1998) teve profunda influência nas políticas e diretrizes educacionais, o que para alguns autores como Saul (2004, p. 39) tratava-se de “um novo e sofisticado toque teórico ao movimento instaurado com a difusão da gerência científica criada por Taylor, há mais de setenta anos atrás”. Ainda nas palavras de Saul (2004, p.12) “é possível identificar nos argumentos de Taylor sobre o processo de racionalização elementos de uma perspectiva importante para elucidar a origem da teoria do capital humano em seus desdobramentos posteriores”, sendo assim para os objetivos desse artigo entenderemos a teoria do Capital Humano como uma maior amplitude da organização racional do trabalho, sem desmerecer todo seu contexto histórico.

Saviane (2003a, p. 30 apud PINTO, 2011, p. 92), cita que na prática o que se buscou foi “aplicar a taylorização ao trabalho pedagógico, visando sua objetivação por meio da divisão técnica do trabalho e parcelamento das tarefas, tal com fizera Taylor em relação ao trabalho industrial”.

Saviane (1999, p. 23), ainda procura expor algumas influências da administração científica nesse período ao afirmar que:

A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico.

Opinião semelhante tem Melo (2012, p. 233), ao relatar a principal característica da escola Tecnicista, em sua visão:

A principal característica da educação tecnicista é a implantação de uma lógica empresarial no seio da escola, desde a gestão até os currículos, a didática e a avaliação. A ordem do dia era a racionalização do sistema de ensino visando a sua eficiência, o que significava gastar com resultados, a sua eficácia, gastar com resultados socialmente esperados.

Pinto (2011, p. 91) também compartilha da mesma opinião e visa nos detalhar outras características desse momento, bem como a influência da Administração Científica na definição de cargos dentro das escolas:

A concepção pedagógica dominante era centrada na divisão social e técnica do trabalho que tinha como referência a perspectiva empresarial do taylorismo/fordismo. Esta colocava a organização tendo como base as unidades fabris, uma estrutura vertical de gestão hierarquizada na qual o técnico ocupava uma posição privilegiada na difusão da racionalidade formal e técnica... Até mesmo as figuras de diretor, supervisor escolar etc. foram definidas a partir do modelo empresarial

O mesmo autor Pinto (2011, p. 90), ainda expõe maiores detalhes desse modelo:

A ideologia tecnocrática compreende a educação escolar como um instrumento de aceleração do desenvolvimento econômico e do progresso social. Para que a educação atinja esse objetivo é necessário torna-la objetiva, racional, de modo a garantir sua eficiência tal como ocorre no meio empresarial. Desse modo, os princípios da racionalidade e eficiência são transportados do setor econômico para o educacional, buscando garantir a produtividade do sistema de ensino.

Apesar de ser citada a grande influência ocorrida durante o governo militar, ainda hoje é possível perceber os reflexos do taylorismo em aspectos do ensino, como na competição entre os alunos, na hierarquização, na organização do tempo das disciplinas. Para Líbano (2004 apud GROCHOSKA, 2014) o tecnicismo ainda encontra-se presente em muitas gestões educacionais, no modelo de gestão denominado pelo mesmo de técnico-científico, o qual se concentra na hierarquização de cargos, funções, normas e aspectos burocráticos e administrativos tendo como uma de suas características o foco de trabalho no modelo de gestão empresarial. Segue abaixo algumas características dessa gestão:

1. Versão conservadora e burocrática, sistema rígido de regras e normas; os objetivos da instituição não são tão importantes. O foco de trabalho é a regulação, o cumprimento exato do regime imposto. 2. Ênfase do trabalho recai na divisão das tarefas no espaço escolar. 3. O diretor é a figura de maior importância no contexto educacional, caracterizando a centralização do poder; o contexto de trabalho é hierarquizado. 4. Falta de preocupação com as relações humanas que se dão nos espaços escolares; o diálogo é baseado no cumprimento das regras. (GROCHOSKA, 2014)

Lima, Zanlorenzi e Pinheiro (2012, p. 97) expõem que “ainda encontramos resquí-

cios desse modelo na estrutura curricular, mesmo diante de críticas a essa abordagem e do surgimento de novas perspectivas”, não é incomum encontrar gestões que ainda enxergam os profissionais da educação como meros executores de diretrizes previamente formuladas por especialistas, e que para o bom desempenho de suas funções necessitam da supervisão constante, bem como a ênfase no cumprimento de tarefas e nas centralizações hierárquicas.

Restam também resquícios do modelo racionalista produtivo em alguns elementos didáticos, como os objetivos, conteúdos e avaliações educacionais. Sabe-se que um dos elementos fundamentais no planejamento da prática pedagógica é a definição dos objetivos do ensino, pois é a partir daí que tem início a organização de métodos, dos conteúdos e formas de avaliações, porém, segundo Martins (2012, p. 57):

[...] em muitas escolas o professor pouco participa da elaboração dos conteúdos dos objetivos de ensino. Na maioria das vezes estas são previamente definidos no plano curricular ou no projeto político pedagógico da escola por uma equipe de especialistas, sem a participação direta do professor que os recebe sob a forma de tarefa a ser cumprida.

A mesma autora ainda discorre sobre a influência tecnocrática no momento da avaliação por parte dos docentes, o que muitas vezes se revela na prática um grande contrassenso com relação as teoria educacional atual.

Teoricamente, são de competência do professor a escolha e a elaboração dos instrumentos de avaliação, bem como a definição dos critérios tendo em vista o alcance dos objetivos. Porém, o que se encontra na prática se contrapõe com essa orientação teórica. A maioria dos professores de ensino fundamental não elabora e nem participa da elaboração dos instrumentos de avaliação. Estes já são definidos pela escola (MARTINS, 2012, p. 57).

Enfoca-se também a atual mecanização do ensino, em que o aluno muitas vezes não é estimulado ao raciocínio, e sim a decorar, na busca da aprovação letiva; e a escola e os docentes, devido ao controle e a centralização governamental são constantemente pressionados busca por atingir as metas estatais, ou seja, a racionalização dos processos continua discretamente presente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se adentrar nos aspectos históricos da educação brasileira, é notória a reprodução na escola das estruturas sociais vigentes, quer em maior ou menor grau. Notou-se como a abordagem racional produtiva influenciou e continua a influenciar o contexto educacional, mesmo diante, muitas vezes, das mais severas críticas.

É necessário do profissional educacional a capacidade de investigar e conhecer os reflexos, as consequências e implicações dessa e de outras concepções produtivas do capitalismo nas ideias pedagógicas no decorrer da história e de como ainda perpassam nas concep-

ções pedagógicas atuais em nosso país.

Torna-se necessário, também, atentar-se para que ao formar quadros de profissionais para o desenvolvimento da nação e para geração de riqueza, a educação tome o cuidado de deixar nesses profissionais a tarefa de que sejam agentes capazes de atuar criticamente nesse processo.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Erika. Fordismo, taylorismo e toyotismo: apontamentos sobre suas rupturas e continuidades. 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/terceirosimposio/erika_batista.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

BONOME, João Batista Vieira. Administração Científica: Taylor. 2008. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAgJaAAL/adm-cientifica-taylor>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

CAVALHEIRO NETO, Afonso. A escola como expressão e resposta às exigências dos modelos de produção do capital. 2006. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2006-afonso_cavalheiro_netto.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração geral e pública. 3. ed. São Paulo: Manole, 2012.

_____. Introdução a teoria geral da administração. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CORDEIRO, Gisele do Rocio; MOLINA, Nilcemara Leal; DIAS, Vanda Fattori. Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos. 2. ed. Curitiba: InterSaberes, 2014.

GROCHOSKA, Marcia Andreia. Organização escolar: perspectivas e enfoques. 2. ed. Curitiba: InterSaberes, 2014.

JORGE, Vanessa de Arruda; ALBAGLI, Sarita. Papel da informação na área da qualidade: do fordismo ao capitalismo cognitivo. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862015000300245&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 jan. 2017.

LIMA, Michele Fernandes; ZANLORENZI, Cláudia Maria Petchak; PINHEIRO, Luciana Ribeiro. A função do currículo no contexto escolar. Curitiba: InterSaberes, 2012.

MARTINS, Pura Lúcia Oliver. Didática. Curitiba: InterSaberes, 2012.

MELO, Alessandro de; URBANETZ, Sandra Terezinha. Fundamentos de didática. Curitiba: IBPEX, 2008.

MENDES, Luís. A regeneração urbana na política de cidades: inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692013000100004&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 12 jan. 2015.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. Maquinaria, taylorismo e fordismo: a reinvenção da manufatura. 1986. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901986000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 jan. 2015.

PAIVA, Thiago Alves. Taylorismo e Fordismo na indústria paulista: o empresariado e os pro-

jetos de organização racional do trabalho, 1920 – 1940. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552010000200016>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PARK, Kill Hyang. Introdução ao estudo da administração. São Paulo: Pioneira, 2002.

PINTO, Umberto de Andrade. Pedagogia escolar: coordenação pedagógica e gestão educacional. São Paulo: Cortez, 2011.

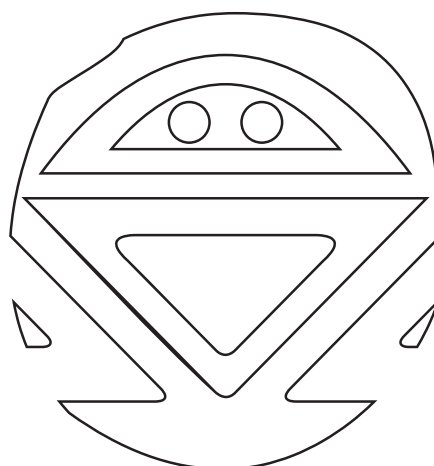
SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 8. ed. Campinas: Autores associados. 1999.

SILVA, Lívia Sonalle do Nascimento; ROCHA, Francineide Rodrigues Passos. O tecnicismo e as reformas educacionais no contexto da ditadura militar. 2015. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SAI_ID5667_06092015200241.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2015.

SAUL, Renato P. As raízes renegadas da teoria do capital humano. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151745222004000200009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 17 jan. 2015.

TENÓRIO, Fernando G. A unidade dos contrários: fordismo e pós-fordismo. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000400011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2015.

WOOD JR, Thomaz. Fordismo, Toyotismo e Volvismo: os caminhos da indústria em busca do tempo perdido. 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901992000400002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 jan. 2015.



A UTILIZAÇÃO DE UM OBJETO VIRTUAL DE APRENDIZAGEM, PARA O ENSINO DO CÁLCULO DE ÁREAS DE FIGURAS PLANAS NO CURSO TÉCNICO INTEGRADO DE EDIFICAÇÕES DO INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ – CAMPUS ITAITUBA

OLIVEIRA JUNIOR, José Antonio de¹

Agradecimentos aos alunos do primeiro ano do curso técnico integrado de edificações do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará do campus Itaituba.

Resumo: O presente trabalho elencou as dificuldades encontradas para o ensino de geometria no primeiro ano do curso técnico integrado de edificações, dessa forma tentamos melhorar esse ensino utilizando um objeto virtual de aprendizagem (OVA) produzido pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), o OVA com o título “geometria no meu quarto”, disponível na web com o objetivo de fazer com os alunos compreendessem melhor o estudo do cálculo de áreas de figuras planas aplicadas em um contexto do cotidiano desses alunos, abordando especificamente o cálculo de áreas do quadrado e do retângulo. O método utilizado foi a aplicado de acordo com a orientação do professor frente ao uso do OVA onde foram aplicadas duas atividades com o uso desse OVA, de acordo com o tempo proposto para a realização das atividades. Os alunos foram colocados em dupla e utilizaram o OVA para a realização das atividades, e em registros destas numa folha em branco à parte, para a coleta dos dados e análises dos resultados. Após da aplicação destas atividades observamos como os alunos registravam na folha a execução do problema proposto nas atividades com OVA de acordo com o tempo negociado, na execução destas atividades constatamos a ausência do uso da interpretação geométrica, deficiências no uso do sistema métrico decimal, para a resolução da situação do problema proposto no OVA, mas obtemos resultados da satisfatórios no tocante a uma melhor aprendizagem das ideias relativas aos conceitos de área do quadrado e do retângulo no contexto proposto pelo OVA.

Palavras-chave: Ensino de matemática. Geometria. Área do quadrado. Área do retângulo.

1 INTRODUÇÃO

A geometria é uma parte da matemática que abrange o estudo do espaço e das formas. Na sua abordagem incluem-se “os problemas métricos” ou cálculos de áreas de superfícies planas, volumes de formas espaciais, ou seja, de corpos sólidos, dentre várias outras formas, assim como o estudo das propriedades das figuras planas.

Em relação ao ensino de geometria podemos se afirmar que ela vem sendo abandonada nas últimas décadas apesar de sua reconhecida importância no ensino-aprendizagem de matemáticas por pesquisadores brasileiros como Pavanello (1989), Lorenzato (1995), Passos (2000) e Pereira (2001). Eles apontaram em suas pesquisas que a geometria é pouco estudada nas escolas.

Podemos observar que este abandono do ensino de geometria é consequência do movimento da Matemática Moderna nas décadas que abrangem os anos 1960 a 1980, onde

¹ Professor dos cursos técnicos integrado ao ensino médio e da Pós Graduação em Docência na Educação Profissional Científica e Tecnológica - Instituto Federal do Pará -Campus –Itaituba. Mestre em Ensino de Ciências (UFS) e Matemática e Especialista em Ensino de Matemática (FACEAR-PR). Membro do Comitê Técnico Científico do IFPA-Campus Itaituba-Área: Ciências Exatas. Email:jose.antonio@ifpa.edu.br

o ensino de geometria ficou em segundo plano tendo-se dado maior ênfase ao ensino de álgebra, teoria dos conjuntos, e topologia, entre outras subáreas da matemática.

Vemos também como reflexo desse abandono que os conteúdos relativos à geometria são abordados nos capítulos finais dos livros didáticos. Este fato foi constatado por uma pesquisa realizada sobre a análise dos livros didáticos citados nos PCNs (1998).

Diante disso, D’Ambrósio (1986) pontua que: “A geometria ainda é colocada para a última parte dos livros didáticos e os tópicos de geometria propostos na década de 60, como as transformações geométricas, nunca integraram o currículo” (D’AMBRÓSIO, 1987, p.221 apud DUARTE; SILVA, 2006).

Assim, evidenciamos os reflexos do uso do livro didático na prática docente, que segundo os PCNs (1998) fazem com que “o professor não tendo oportunidade e condição para aprimorar sua formação e não dispondo de outros recursos para desenvolver as práticas de sala de aula, apoia-se, quase exclusivamente, nos livros didáticos que, muitas vezes, são de qualidade insatisfatória” (BRASIL, 1998, p.21)

Outro agravante desse panorama descrito anteriormente, de acordo com Moraco (2006), é o uso abusivo de algoritmos por parte dos docentes, a exemplo, do uso de fórmulas que parecem verdadeiros receituários, deixando de lado a investigação, e a utilização de ambientes de aprendizagem que atendam as aspirações dos alunos quanto a se tornarem indivíduos críticos e participativos no processo de aprendizagem dos conteúdos geométricos.

Em consequência dessa algoritmização surge outro fator que influencia de maneira insatisfatória o ensino da geometria, que é a não articulação da mesma com outros ramos do conhecimento como geografia, artes, arquitetura, química, etc., não instigando o aluno a compreender, interpretar, analisar, e desenvolver capacidades de visualização, raciocínio, argumentação, dentre outras atitudes.

Estes problemas ressaltados anteriormente vêm sendo reconhecidos há duas décadas (NTCM, 1991) na recomendação das “Normas para o currículo e a Avaliação em Matemática e Escolar”, quando começou a se dar maior ênfase ao ensino de geometria, relevando a importância e direcionando a atenção de alguma forma para os seguintes tópicos:

- Integração da geometria em todos os temas, em todos os anos de escolaridade
- Aplicações no mundo real e modelação
- Geometria no espaço
- Integração da geometria em todos os temas, em todos os anos de escolaridade
- Exploração em computador de Figuras bi e tridimensionais.
- Desenvolvimento de uma compreensão dos objetos geométricos e suas relações.

2 MATERIAL, MÉTODOS E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

O trabalho foi desenvolvido com 28 alunos do primeiro ano do curso técnico integrado ao ensino médio de edificações, estes foram organizados em duplas para explorarem as atividades no laboratório de informática da instituição. A aplicação da atividade foi feita em duas etapas, cada uma com sete duplas, para facilitar o acompanhamento, orientação e a mediação do professor na assistência com seus alunos na condução das atividades desenvolvidas. As duplas foram nomeadas por D1,D2, D3, ..., D14.

Dessa forma o uso do OVA “geometria no meu quarto”, produzido pela Universidade do Vale dos Sinos no Rio Grande do Sul (UNISINUS), exposto na figura1, este vislumbra promover o estudo de geometria articulada com o cálculo de áreas de figuras planas relacionadas aos moveis que uma pessoa pode possuir em um quarto a exemplo do criado mudo de um guarda roupa. Na simulação, os alunos foram orientados a explorar o conceito geométrico na primeira atividade da área total do criado mudo que matematicamente fazemos analogia ao cálculo da área total de um cubo, de acordo com a figura 2, e a área total do guarda roupa, de acordo com a figura 3, que fazemos analogia ao cálculo da área total do paralelepípedo.

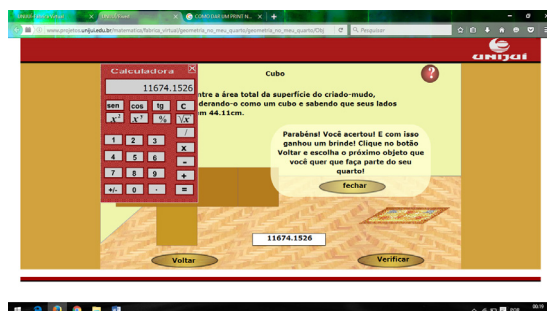
Especificamente, os alunos exploraram o estudo das áreas do quadrado e do retângulo; conforme as figuras abaixo em destaque:

Figura 1- Tela de apresentação inicial das atividades.IFPA,2016.



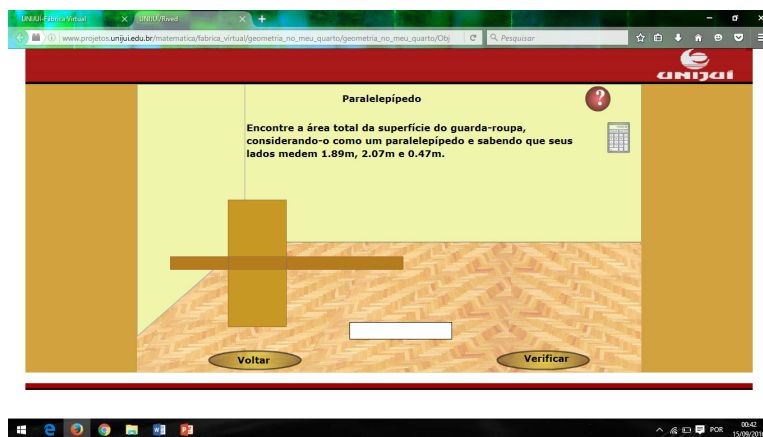
Fonte: UNIJUI, 2016

Figura 2- Estudo da área do total do cubo.IFPA,2016



Fonte: UNIJUI, 2016

Figura 3- Estudo da área total do paralelepípedo. IFPA,2016.



Fonte: UNIJUI, 2016

Inicialmente foi distribuída uma folha em branco para todas as duplas para a resolução das atividades, ou seja, as atividades deveriam ser feitas no OVA e registrada por escrito para o acompanhamento do professor no tocante as interpretações e a maneira de como os alunos as resolviam.

A primeira atividade foi feita de um lado da folha e a segunda atividade no outro lado para uma melhor organização nos procedimentos de resolução e análise dos resultados. Para introduzirmos as duas atividades com os usos do OVA, o professor estipulou um tempo em negociação com os alunos de cinco minutos para a resolução de cada atividade proposta, mas em alguns casos o mesmo observou a condução do processo e deixou o tempo extrapolar para ter um melhor aproveitamento do estudo proposto.

Porém, após finalizar a resolução da primeira atividade com a regulamentação estabelecida de tempo, durante a resolução da segunda atividade o professor deixou os alunos extrapolarem o tempo programado para a resolução da mesma. Nesse tempo extra o professor detectou que durante a observação da resolução dessa segunda atividade os alunos estavam efetuando a ideia matemática correta, e o que estava atrapalhando no desenvolvimento da atividade era a incompatibilidade das unidades. Dessa forma os alunos foram orientados sobre este procedimento de conversão de unidades e continuaram trabalhando na resolução da atividade, obtendo-se finalmente os resultados propostos na atividade. Ressaltamos também que alguns alunos tiveram uma segunda tentativa para a resolução da atividade. De acordo com o que mostra a tabela 1 e o X representa os alunos que não conseguiram realizar as atividades, nas duas tentativas das atividades.

Tabela 1- Registro das 2 atividades desenvolvidas com OVA no.IFPA.2016

Duplas	1ª Atividade		2ª Atividade	
	Tempo para a realização na 1ª tentativa em minutos	Tempo para a realização na 2ª Tentativa em minutos	Tempo para a realização na 1ª Tentativa em minutos	Tempo para a realização na 2ª Tentativa em minutos
D ₁	X	2,5	6	X
D ₂	X	4	12	X
D ₃	4	X	18	X
D ₄	5	X	6	X
D ₅	X	6	14	X
D ₆	X	6	X	12
D ₇	3	X	5	X
D ₈	3	X	3	3
D ₉	X	X	X	X
D ₁₀	4	X	X	3
D ₁₁	2	X	6,5	X
D ₁₂	2	X	7	X
D ₁₃	2,5	X	6	X
D ₁₄	4	X	10	X

Fonte: Dados do pesquisador, 2016

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na tabela 1, elencamos que foi satisfatório o uso do conceito de área em consonância com o uso das operações aritméticas (multiplicação e divisão) envolvidas, principalmente na segunda atividade das figuras exploradas nesta pesquisa com o uso do OVA. Nas duas atividades propostas, os alunos se depararam com uma situação problema prática “a planta de uma casa” e utilizaram esse conceito para a resolução da atividade, 68,28% dos alunos acertaram a resolução da primeira atividade já na primeira tentativa e no tempo previsto para a realização da mesma, e 74,52 % acertaram a atividade na segunda tentativa. Nesse último caso é importante enfatizarmos a mediação, ou seja, a orientação do professor, sem dar respostas prontas e acabadas aos alunos no detalhe de conversão das unidades compatíveis com as dimensões das figuras geométricas propostas pelo OVA para a execução e obtenção dos resultados das atividades.

Tabela 2- Registro do uso da interpretação geométrica nas atividades

Atividades	Duplas que usaram a IG
1ª Atividade	D ₁ ,D ₂ , D ₅ ,D ₇ , D ₁₁
2ª Atividade	D ₂ ,D ₅ ,D ₁₁ ,D ₁₄ ,

Fonte: Dados do pesquisador, 2016

Na tabela 2 inicialmente observamos quantas duplas elencaram a Interpretação Geométrica (IG) na resolução da atividade, que se enquadra no nível básico do modelo de pensamento geométrico de Van Hiele. Este salienta que o aluno nesse nível estaria em condições

de reconhecer as figuras geométricas, no nosso caso o quadrado e o retângulo, já que essas figuras estão inseridas e são fundamentais para a resolução da atividade, e também foram abordadas durante as aulas ministradas pelo professor durante a demonstração do uso com o OVA antes da aplicação dos mesmos. A Tabela 2 ilustra as duplas que usaram a IG na resolução das atividades.

Ainda diante do exposto na Tabela 2, de um total de 14 duplas de alunos, 5 duplas usaram a IG em relação a primeira atividade com o OVA, o que corresponde a 35,71% dos total. Em relação a segunda atividade, 28,57% usam a IG, e levando em conta as duplas que usaram a IG simultaneamente, na resolução das duas atividades, temos as duplas D2, D5, D11, o que representa 21,42% , isto é, aproximadamente um quarto do total de alunos. Com essa análise fica evidente uma omissão por parte dos alunos do uso da IG na resolução das atividades mesmo com a utilização dos OVAs, fato este constatado mesmo com o OVA proporcionando o uso da interpretação geométrica na sua elaboração, onde o professor ministrou aulas com o uso da IG no OVA. Outro fato que chama a atenção é que ao finalizar a primeira atividade, o OVA dava uma realimentação usando a interpretação geométrica nas respostas obtidas pelos alunos, e mesmo assim na segunda atividade o uso da IG diminuiu, sendo ignorada por 78,58 % dos alunos.

Dessa forma, de acordo com os resultados obtidos, no tocante ao uso da IG no ensino de geometria, é importante repensarmos como conduzir e instigar práticas pedagógicas que reforcem o uso da interpretação geométrica no ensino de geometria.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa mostra até aqui a relevância da utilização dos OVAS para o ensino de geometria, pois acreditamos que a dinâmica do uso do OVA contribui para o estudo de temas considerados difíceis e até omissos nos programas escolares das instituições, no tocante ao ensino de geometria.

A interface gráfica do OVA utilizado, caracterizada por muitas cores e telas de apresentação claramente aumentou a atenção dos alunos quanto ao que se pretendia no processo ensino-aprendizagem. As possibilidades do OVA escolhido foram variadas o suficiente para desenvolver aulas completas da matéria, condição bastante desejável para o professor e o aluno.

É importante que o professor conheça o perfil das suas turmas, ou seja, cabe a verificar realmente o que seus alunos já sabem sobre os conteúdos matemáticos vistos previamente. Nem sempre o professor vai dar conta de ensinar efetivamente tudo, mas é importante que este desenvolva práticas pedagógicas atraentes com participação ativa dos alunos para o ensino de matemática.

Dessa forma de acordo com este estudo o conteúdo de geometria precisa ser abor-

dados por alternativas metodológicas que vislumbrem uma maior possibilidade de aprendizagem no campo da geometria, já que as turmas de ensino médio e integrado dos Institutos Federais especificamente no curso de edificações, onde os discentes necessitam na sua formação técnico científica do uso da geometria nas situações reais no cálculo de áreas de figuras planas, onde este trabalho visa contribuir para novas propostas para estudos relativos ao cálculo de volume de figuras espaciais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

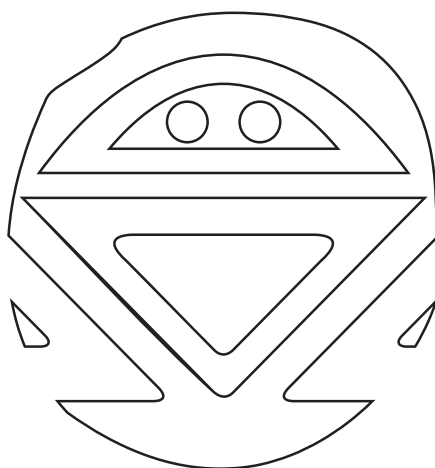
DUARTE, Aparecida Rodrigues Silva; SILVA; Maria Célia Leme da . Abaixo Euclides e acima quem? Uma análise do Ensino de Geometria nas Teses e Dissertações sobre o Movimento da Matemática Moderna no Brasil. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, PR, v.1,n.1, p.87-93, jan-jun 2006.

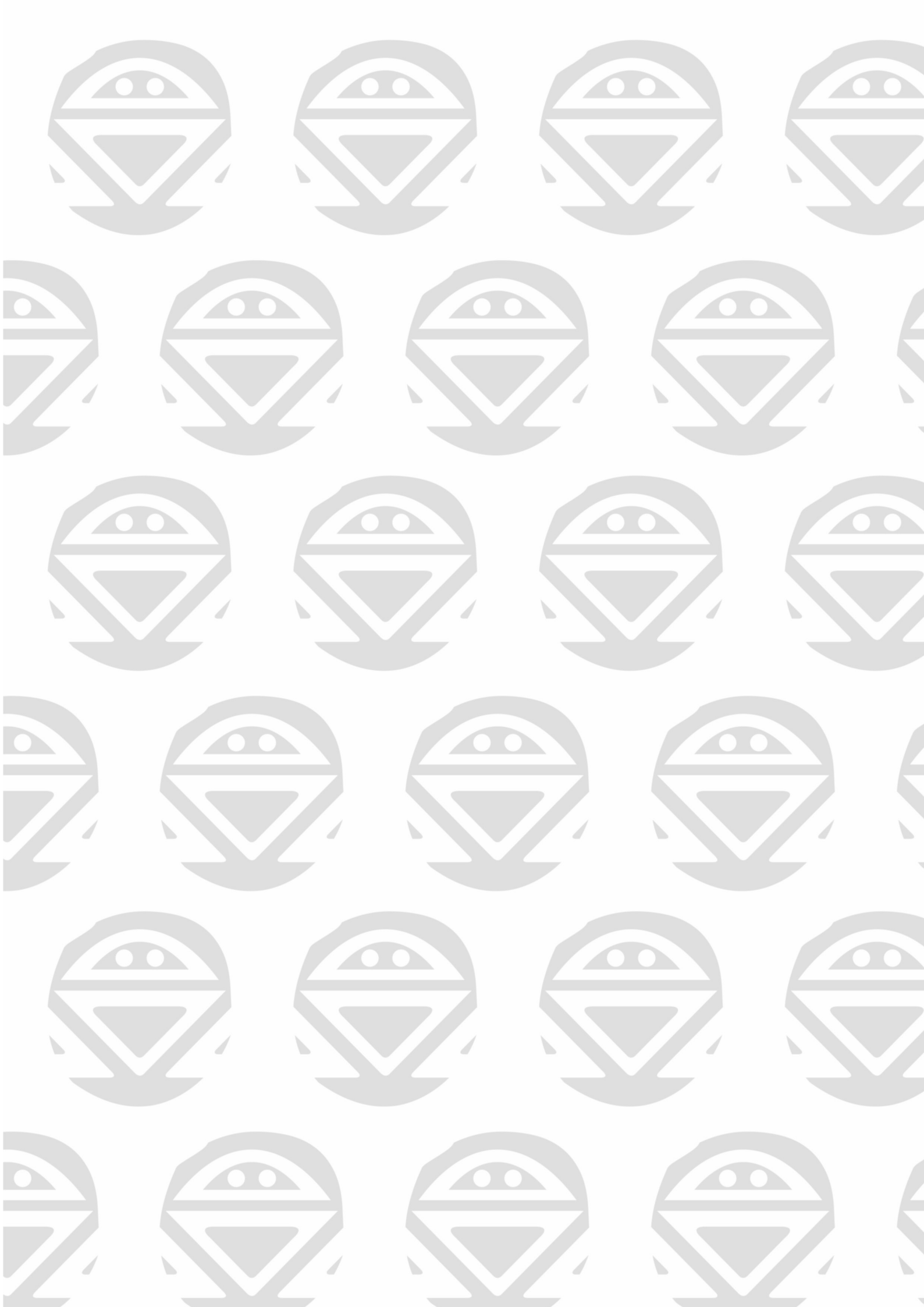
PASSOS, C.L. Representações, Interpretações e Prática Pedagógica: a Geometria na Sala de Aula. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação de Educação. Campinas, 2000. Tese de Doutorado.

PAVANELLO, R. M. O Abandono da geometria: uma visão histórica. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

PEREIRA. M. R. A Geometria escolar: uma análise dos estudos sobre o abandono de seu ensino. Dissertação (Mestrado). São Paulo: PUC-SP, 2001.

MORACO, Ana Sheila do Couto Trindade. Um estudo sobre os conhecimentos geométricos adquiridos por alunos do ensino médio. 2006. Dissertação (Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação para Ciência). Faculdade de Ciências. Universidade Estadual Paulista. Bauru.





**FAÇA SUA GRADUAÇÃO
E PÓS-GRADUAÇÃO
NA FAT**



Cursos de Graduação:

- Administração
- Ciências Contábeis
- Pedagogia



Cursos de Pós Graduação:

- Neuropsicopedagogia Clínica
- Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Ed. Especial
- Auditoria e Tributação Contábel
- Recursos Humanos e Práticas Gerenciais
- Educação Infantil e Séries Iniciais
- Educação Escolar Indígena
- Saúde Indígena
- LIBRAS



**Mensalidade
a partir de
R\$ 250**

**Curso presencial
com aulas todos os
sábados à noite, das
19h às 22h30**

 **Faculdade do
Tapajós**

**"FAZENDO DO ENSINO
UMA MISSÃO."**

**Trav. Lauro Sodré com 7ª rua, Bela Vista, Itaituba -PA
Ctt: (93) 99160-2678 99238-9100**